

FERNANDA IAROSSI PINTO

**O reaproveitamento de notícias no jornalismo impresso contemporâneo: o caso
do Caderno Diplô, do Le Monde Diplomatique Brasil**

BAURU/SP

Setembro/2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Área de Concentração: Comunicação Midiática

O reaproveitamento de notícias no jornalismo impresso contemporâneo: o caso do Caderno Diplô, do Le Monde Diplomatique Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de Concentração em Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Bauru – SP, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Comunicação, desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente

BAURU/SP

Setembro/2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Área de Concentração: Comunicação Midiática

A dissertação **“O reaproveitamento de notícias no jornalismo impresso contemporâneo: o caso do Caderno Diplô, do Le Monde Diplomatique Brasil”**, desenvolvida por Fernanda Iarossi Pinto, foi submetida à Banca Examinadora como exigência para obtenção do título de Mestre em Comunicação, junto ao Programa de Pós Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FAAC/UNESP), campus de Bauru/SP.

Presidente: Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente

Instituição: FAAC/UNESP – Bauru/SP

Titular: Prof. Dr. Danilo Rothberg

Instituição: FAAC/UNESP – Bauru/SP

Titular: Prof. Dr. Andreu Casero Ripollés

Instituição: Universitat Jaume I, Espanha

BAURU/SP

Setembro/2010

AGRADECIMENTOS

A cada conquista, mais prazeroso que o sabor de dever cumprido, é a sensação de que você sofreu uma transformação, que possibilita enxergar o mundo de maneira diferente.

E a conclusão desta dissertação faz parte destes momentos transformadores que espero sempre ter motivação para buscar.

Agradeço a todos que, que de alguma maneira, contribuíram nesta parte da minha história pessoal:

Ao meu orientador, sempre presente, Professor Maximiliano;

Aos professores da Banca Examinadora e da Qualificação, pelas valorosas contribuições;

Aos jornalistas Antonio Martins e Maíra Kubík Mano, do Diplô Brasil;

À minha família, pela incansável torcida: René, Dora, Cacá e Tatão;

Aos amigos, colegas de trabalho da Editora Alto Astral e minha professora de inglês Ana Medina;

Ao meu marido - incentivador, confidente, amigo - Fernando e sua família

RESUMO

PINTO, F. I. **O reaproveitamento de notícias no jornalismo impresso contemporâneo: o caso do Caderno Diplô, do Le Monde Diplomatique Brasil.** 2010, 255f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru – SP, setembro, 2010.

O presente trabalho tem como objetivo elencar características que definem o jornalismo resultante do reaproveitamento de notícias já publicadas no meio impresso. Por meio da análise qualitativa do discurso, da representação estrutural temática e da teia argumentativa de três edições dos *Cadernos Diplô*, publicações derivadas do jornal mensal *Le Monde Diplomatique*, e da trajetória dos paradigmas construtivista (teorias estruturalista e interacionista), do gatekeeper ao newsmaking - que marcam as teorias do jornalismo -, foi possível concluir que o reaproveitamento de notícia é uma prática editorial e não uma categoria específica dentro do jornalismo, pode contribuir para amenizar a “miopia” de que a comunidade interpretativa, ou seja, os próprios jornalistas sofrem, e apresenta-se como alternativa diante da necessidade imediatista, que pauta o jornalismo orientado pelo presente. Além de ser uma saída também ao critério de atualidade ou o facticidade que molda o jornalismo comercial/industrial (que considera a notícia como uma mercadoria a ser comercializada), funciona como um processo de otimização da gestão da informação e preserva memórias e análises de questões importantes para a história do homem.

Palavras-chave: jornalismo, reaproveitamento, notícias, Le Monde Diplomatique Brasil

ABSTRACT

PINTO, F.I. **The reuse of news in contemporary printed journalism: the case Le Monde Diplomatique Brazil.** 2010, 255f. Dissertation (Master's Program in Communication). Post-graduate Program an Communication. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru – SP, September, 2010.

The present work has as main objective indicate some characteristics that define the resulting journalism from the reuse of still published news in printed journalism. Through the discourse qualitative analysis, thematic depiction and the argumentative web of the three issues of *Cadernos Diplô*, derivative publications from monthly newspaper *Le Monde Diplomatique*, and the trajectory of constructivist paradigms (structuralist and interacionist theories), gatekeeper and newsmaking that mark the journalism theories, it was possible to conclude that the reuse of news is an editorial practice and not a particular category within journalism, and it can contribute to ease the “myopia” that the interpretative community, meaning, the journalists suffer, and it is presented as an alternative facing the journalistic necessity which characterize the focused journalist by the present. Beyond being an alternative also to the present criterion or the factually the mold the commercial/industrial journalism (that consider the news as goods to be commercialized), work as an optimization process in the information management and to preserve memories and analyses which are important human being history.

Key-words: journalism, reuse, news, Le Monde Diplomatique Brazil

SUMÁRIO

Introdução	9
1. O que é jornalismo	13
1.1 Breve resgate histórico do surgimento do jornalismo e sua evolução	13
1.2 Definição e elementos norteadores do jornalismo na contemporaneidade	19
2. Teorias do jornalismo	36
2.1 Paradigma construtivista	37
2.1.2 Teoria estruturalista	41
2.1.3 Teoria interacionista	42
2.2 Do gatekeeper ao newsmaking	44
3. Metodologia	55
3.1 Análise do discurso: definição e desdobramentos para uma análise qualitativa do discurso	55
4. Cadernos Diplô	64
4.1 Le Monde Diplomatique	64
4.2 Descrição dos Cadernos	71
4.3 Textos reunidos	72
5. Análise	76
5.1 Gênero jornalístico do Caderno Diplô: artigo do tipo ensaio	76
5.2 Edição 1	87
5.3 Edição 2	179
5.4 Edição 3	197

6. Resultados: para entender o reaproveitamento de notícias no Caderno Diplô.....	219
7. Conclusão.....	232
8. Referências	238
9. Anexos	
9.1 Transcrições das entrevistas	243
9.2 Capas, editoriais e índice	247

Introdução

O jornalismo é uma atividade muito seletiva, resultante de diversos processos sociais – envolvendo os jornalistas, as fontes de informação e de poder e a própria sociedade em geral. É como uma rede de interações entre os autores dos textos, as fontes de informação, os personagens dos textos jornalísticos e os leitores, conforme BORRAT (2010). Uma rede, que segundo MOUILLAUD (2002), “não impõe ao mundo apenas uma interpretação hegemônica dos acontecimentos, mas a própria forma do acontecimento” (p. 32).

O leitor/consumidor dos meios de comunicação tem voz, é ativo e tem capacidade para absorver ou não o conteúdo jornalístico (poder de escolha), de acordo com a sua experiência de vida, seus interesses e suas motivações. Afinal, as pessoas ao terem contato com as mensagens dos meios de comunicação reagem de maneiras diferentes, não sendo possível elaborar um comportamento padrão, universal, aplicável a qualquer contexto ou situação determinada (VICENTE, 2009).

A partir desta visão sobre a prática jornalística, que está inserida na contemporaneidade nas regras neoliberais que norteiam as ações políticas e econômicas e, conseqüentemente, da sociedade, e de que os meios de comunicação servem para transmitir informação e conteúdo simbólico a indivíduos (THOMPSON, 1998, p. 13), a presente pesquisa se propõe estudar as características que definem o jornalismo resultante do reaproveitamento de notícias já publicadas no meio impresso, através da análise dos textos republicados nas três primeiras edições dos *Cadernos Diplô*, do *Le Monde Diplomatique* (*Diplô*) Brasil, jornal mensal de origem francesa (é uma empresa subsidiária do grupo *Le Monde*) cuja atuação é pautada na busca de um mundo diferente, através do combate às práticas predatórias do neoliberalismo e apontamento de alternativas que fujam da ideologia capitalista neoliberal.

Ao considerar que o jornalismo, na sua essência, reproduz acontecimentos/fatos do dia a dia, destaca-se que existência de produtos que reúnem o que já foi publicado indica uma modalidade dentro da produção jornalística, entre outras coisas pelo fato de constituírem uma nova versão, mais completa e detalhada do que as matérias publicadas diariamente.

Entretanto, esse novo produto, saído de uma coletânea, levanta algumas questões relevantes para o que se entende como jornalismo, na sua concepção clássica, tal como caracterizado no parágrafo anterior: Por que a escolha de reaproveitamento de artigos já publicados no jornal noutro formato? Por que a escolha de temas para unir tais artigos? Quais as características deste material que garante a ‘chance’ deste reaproveitamento? Quais as

funções deste tipo de publicação? Estas questões esboçam o tema de fundo da presente pesquisa, qual seja, identificar que tipo de jornalismo resulta dessa prática cada vez mais comum entre as empresas de comunicação voltada para os meios impressos e visam contribuir para produzir novos conhecimentos a cerca da dinâmica das rotinas jornalísticas da atualidade.

Ao propor a análise das três primeiras edições dos *Cadernos Diplô*, que reaproveitaram material já publicado no próprio jornal, busca-se identificar qual é o posicionamento desse veículo no contexto do jornalismo contemporâneo, notadamente nos temas tratados pelos cadernos especiais destinados a estudar um tema concreto.

Para isso, foi estruturada análise-modelo baseada em 15 elementos que norteiam a análise qualitativa de conteúdo, esquema da representação estrutural do texto e da teia de argumentação (SOUSA, 2008) dos 13 textos da edição 1 do *Caderno*.

Devido ao tempo para conclusão desta pesquisa, optou-se para as duas edições seguintes do *Caderno* (13 textos da edição 2 e 14 textos da edição 3) apenas elaborar o esquema da representação estrutural do texto e da teia de argumentação, já que as características editoriais e gráficas dos três produtos (mesma configuração – total de páginas, layout/estrutura gráfica, editorial/apresentação dos temas, características da capa, índice e dos artigos) permitem que seja seguido como modelo o esquema sugerido na análise da edição 1.

A partir do modelo proposto, foram levantados dados sobre as características dos textos reunidos na primeira edição: o gênero jornalístico em que os textos se encaixam, os temas, enquadramentos e estruturas dos discursos.

Com a importância do jornal *Le Monde Diplomatique* na história do jornalismo mundial como um todo, o aprofundamento dos estudos relativos a este meio de comunicação e aos produtos derivados desta publicação ajuda no registro das características do jornalismo contemporâneo em face ao capitalismo, às regras sócio, político, econômico e culturais que regem o mundo. Já que o *Le Monde Diplô* vai contra a tendência estritamente comercial dos grandes empresas jornalísticas (priorizando a reflexão de seus leitores), que segundo a visão do pensador Ignácio Ramonet - crítico da visão globalista -, vendem consumidores a anunciantes e criam a “sensação” de que presenteiam gratuitamente os leitores com informação.

Ao considerar a visão crítica de RAMONET (1996, 1998, 2003, 2007), há ainda a defesa que a imprensa está em crise na atualidade, devido às transformações operadas recentemente na concepção do que se entende por informação. Para o autor, quatro fatores teriam contribuído para a descaracterização da informação, função primordial na profissão do

comunicador social, responsável pela formação de qualidade do cidadão: a própria ideia de informação, a tirania do tempo presente vivenciado na contemporaneidade, o tempo da informação e a veracidade da informação.

Para concatenar as ideias que buscam responder às questões motivadoras desta pesquisa, o presente trabalho foi dividido desta forma:

A primeira parte (*Capítulo 1*), que visa à discussão sobre o que é jornalismo, traz um breve relato sobre o surgimento do jornalismo para elucidar a evolução da atividade com base nas obras de THOMPSON (1998), TAMBOSI (2004) - para um olhar mais universal do nascimento da prática -, de MELO (1985) e MEDINA (1988) - para resgatar a imprensa brasileira -, e de TRAQUINA (2005) e SOARES (2009) - para introduzir mudanças na prática jornalística dentro da teoria democrática. Também busca traçar os elementos norteadores do jornalismo na atualidade, as diferenças entre fato histórico e fato jornalístico e definir informação e comunicação como ligadas a fenômenos sociais, usando como referência KUNCSIK (2001), TRAQUINA (2003, 2005), KOVACK E ROSENSTIEL (2003), ZANCHETA JÚNIOR (2004), BUCCI (2000), BORRAT (2010), MOUILLAUD (2002), RAMONET (1996, 2007), CHARAUDEAU (2009), VICENTE (2009) e entrevistas publicadas recentemente na imprensa brasileira com Jean Daniel (considerado um dos jornalistas mais influentes da França, diretor da "*Le Nouvel Observateur*", publicação elitista convertida por ele em periódico de grande tiragem) e Gay Talese (escritor e jornalista norte-americano, um dos nomes mais conhecidos do chamado *new journalism*, movimento, criado na década de 60, que passou a usar as características do texto literário junto das estruturas formais da linguagem jornalística) com o objetivo de garantir um olhar atual e crítico na evolução do jornalismo.

Na segunda parte (*Capítulo 2*), através da trajetória dos paradigmas construtivista (teorias estruturalista e interacionista), do gatekeeper ao newsmaking - que marcam as teorias do jornalismo, a partir das obras de TRAQUINA (2003, 2005), SOUSA (2004, 2006), WOLF (2002), PENA (2005) e SOARES (2009) -, busca-se o embasamento teórico que norteia as análises dos textos dos *Cadernos Diplô*, corpus desta pesquisa.

A terceira parte (*Capítulo 3*) aborda a metodologia da Análise de Conteúdo, estudada por Bardin (1988) com a contribuição de Fonseca Junior (*apud* DUARTE, 2003), e caracteriza os 15 elementos para uma análise qualitativa do discurso elencados por SOUSA (2008), que serviram de base para a estruturação da quinta parte desta pesquisa.

Na quarta parte (*Capítulo 4*) se dá a contextualização do veículo de comunicação criador dos *Cadernos Diplô*, o *Le Monde Diplomatique Brasil* (publicação mensal), a fim de

compreender o direcionamento editorial abordado tanto no jornal mensal quanto nas edições temáticas que reaproveitam conteúdo já publicado. Justifica-se a escolha do corpus devido à relevância do jornal no cenário internacional, às características editoriais do veículo (já que é um jornal mensal), que se baseia em um “jornalismo crítico e sem concessões à superficialidade”, e busca “desempenhar um papel tão destacado na construção de uma cidadania planetária porque sempre recusou a condição de panfleto”, de acordo com o site da publicação – apesar das críticas que colocam em cheque a prática deste jornalismo. Neste item, são descritas entrevistas, com os editores do *Diplô* Brasil, Maíra Kubík Mano, e dos *Cadernos Diplô*, Antonio Martins (função exercida por ele até 2009), que servem como mais um suporte na compreensão do veículo em si e ajudam a elucidar sobre a linha editorial do jornal e a forma como os cadernos que reaproveitam material foram concebidos na época (as edições 1, 2 e 3 dos *Cadernos* são de 2001, 2002 e 2003).

Na quinta parte (*Capítulo 5*), são esmiuçados os 15 elementos para uma análise qualitativa do discurso e esquematizada a representação estrutural e da teia argumentativa dos 13 textos da edição 1 do *Caderno* (para compreender a prática editorial adotada no reaproveitamento nesta edição inaugural com a marca *Diplô*). Para as edições 2 e 3, foi esquematizada a representação estrutural e da teia argumentativa dos 27 textos a fim de confirmar apontamentos gerados a partir da análise qualitativa da edição 1, conforme justificado no início desta introdução.

Espera-se que a pesquisa tenha atingido a verdadeira relevância social e que possa contribuir para produzir novos conhecimentos a cerca da dinâmica das rotinas jornalísticas da atualidade. Não obstante, é certo que ao menos irá oferecer contribuição para os próximos estudos com a mesma temática.

1. O que é jornalismo

1.1 Breve resgate histórico do surgimento do jornalismo e sua evolução

Para buscar a definição de jornalismo, faz-se necessário um breve resgate histórico do surgimento das indústrias de mídia na segunda metade do século XV na Europa, caracterizadas por Thompson (1998) “como novas bases do poder simbólico”, já que a partir deste período desenvolveram-se as técnicas de impressão, originalmente por Gutenberg, que se alastraram pelas cidades europeias, e possibilitaram a exploração comercial dos materiais impressos, especialmente nesta época de livros (chamados também de “incunábulo” que na sua maioria eram de caráter religioso). Com a expansão do comércio, os livros impressos foram ganhando novas formas, aparência, os tipos e a escrita ficaram mais uniformes. Com isso, as primeiras organizações tipográficas e editoras que surgiram no início da Europa moderna eram instituições culturais e econômicas e serviam de espaço, para além do comércio, de encontro entre representantes da Igreja e estudiosos:

[...] o fato de que impressores e editores tinham interesse na mercantilização das formas simbólicas significava que suas relações com as autoridades religiosas e políticas eram enormemente importantes e cheias de dificuldades. O surgimento da indústria editorial criou novos centros e novas redes de poder simbólico que se baseavam principalmente nos princípios da produção mercantil, e que eram por isso mesmo relativamente independentes do poder político e simbólico controlados pela Igreja e pelo estado. (THOMPSON, 1998, p. 57)

Com o crescimento do comércio destes produtos editoriais, que no início foi incentivado pela Igreja, os representantes do clero viram a necessidade de controlar tal atividade e, juntamente com autoridades, agiram a fim de limitar a publicação e venda de impressos ao longo do século XVI. Mesmo assim editores sempre conseguiam burlar os censores.

Além da difusão de textos clássicos, “a imprensa também tornou mais fácil acumular e difundir dados sobre os mundos natural e social, e a desenvolver sistemas padronizados de classificação, representação e prática” (p. 59) dando origem à impressão de textos específicos de medicina, geografia, matemática e etc. Com isso, mais leitores tinham acesso a tais conteúdos e outra evolução das indústrias de mídia ao longo dos séculos se verificou: a impressão de livros nas línguas vernáculas (como alemão, francês e inglês) e não mais somente em latim.

Este breve resumo torna-se importante para reforçar como o desenvolvimento da imprensa e conseqüentes relações sociais estabelecidas transformaram os padrões de comunicação nos primórdios da Europa Moderna e, juntamente com o surgimento de publicações periódicas que continham relatos e informações políticas e comerciais, são a base para a evolução do que chamamos hoje de jornalismo.

Thompson elenca, como anterior ao advento da imprensa, as “redes regulares de comunicação” ao longo dos territórios europeus como as redes de comunicações estabelecidas e controladas pela Igreja Católica; as redes de comunicações criadas pelas autoridades políticas dos estados e principados; as redes de comunicações geradas dentro da comunidade de negócios e entre os maiores centros comerciais; e as redes de comunicações entre comerciantes, mascates e contadores de histórias e trovadores, que garantiam a divulgação de acontecimentos ocorridos nos mais diferentes e distantes lugares.

Tais redes ao longo dos séculos XV e XVII ganharam reforço com os serviços postais regulares e o uso da imprensa na produção e disseminação de notícias (o que fez com que surgissem os corantos, “primitivas compilações de notícias” deste período), que eram fornecidas pelos chefes postais, que as captava nas suas regiões e as enviavam para as principais cidades.

Enquanto os primeiros corantos se interessavam principalmente por notícias do exterior, não demorou muito para que começassem também a dedicar mais atenção aos eventos domésticos. [...] o período entre 1641 e a restauração [da monarquia inglesa em 1660] foi muito importante na história da imprensa, pois foi durante este tempo que publicações periódicas puderam pela primeira vez exercer alguma influência nos negócios do estado, fornecendo um fluxo contínuo de informações sobre os fatos correntes e manifestando uma variedade de pontos de vista – algumas vezes agudamente conflitantes – sobre matérias de interesse público. (THOMPSON, 1998, p. 66-67)

Tambosi (2004), em texto sobre as origens do jornalismo baseado no estudo de Tobias Peucer sobre jornalismo (publicado em 1690), destaca também que as primeiras notícias impressas - com periodicidade bastante irregular - só surgem entre o final do século XV e o início do século XVI. Tratam-se das gazetas, chamadas desta forma por tomarem de empréstimo o nome da moeda veneziana gazzetta, utilizada para comprá-las (já que Veneza “era então o centro editorial da Europa, posição que preservaria durante todo o século XVI: funcionavam ali aproximadamente 500 casas impressoras, que publicaram milhares de livros”, p. 52). Com isto, neste período, uma rede de informações, reproduzidas por copistas em poucas centenas de exemplares, tornava-se cada vez mais articulada e notícias manuscritas

sobre a situação político-econômica e as transações comerciais e financeiras chegavam até as elites das principais cidades.

Ao citar Burke, Tambosi aponta que os jornais e revistas publicados depois de 1600 são os que melhor ilustram o comércio da informação, visto como na atualidade:

[...] “as notícias já eram vistas como mercadorias no século XVII.” O fato é reconhecido também por Peucer, no parágrafo VIII de seu escrito. “As causas da aparição dos periódicos impressos com tempestiva frequência hoje em dia”, diz ele, “são em parte a curiosidade humana e em parte a busca de lucro, tanto da parte dos que confeccionam os periódicos, como da parte daqueles que os comerciam, vendem.” (TAMBOSI, 2004, p. 52)

A partir deste recorte histórico, pode-se dizer que o comércio de notícias surgiu e desenvolveu-se junto com as cidades europeias, principalmente. Mesmo restrições legais de governos, como o inglês ou francês, sobre a circulação e impressão foram incapazes de frear o comércio das publicações. Com o desenvolvimento dos jornais periódicos em terras europeias, as colônias, como as americanas, também “herdavam” tal evolução, especialmente nas questões ligadas à liberdade de imprensa após guerra de independência da coroa britânica.

No Brasil, o nascimento da empresa jornalística pode ser situado por volta de 1890. Como o Rio de Janeiro era o centro das decisões políticas e de movimentos econômico e social, neste período e local foi possível observar, de acordo com Medina (1988) a transformação da atividade jornalística em exploração comercial e industrial, com os jornais do tipo folhas que foram se modernizando devido à aquisição de equipamento, venda de espaço publicitário, etc. Esta tendência espalha-se em outros centros do país ao longo do final do século XIX e marca a evolução da prática jornalística com foco no gosto, na expectativa do leitor, do público-alvo.

Objetivando a maior circulação possível (em função da qual gira, grosso modo, o valor do espaço vendido), o jornal empresa passa a considerar preferencialmente o gosto do leitor. A ênfase recai sobre o que o público quer e não sobre a opinião do grupo que manipula o jornal. Surge, então, pouco a pouco, o jornal noticioso [...]. (MEDINA, 1988, p. 47)

Melo (1985) declara que o jornalismo é um fenômeno universal, porém suas raízes são europeias. De acordo com o autor, no caso do Brasil, o exercício desta profissão é resultado da influência francesa, britânica, espanhola, portuguesa e norte-americana, garantindo um estilo estruturado criativamente, moldado pela absorção das imposições das nações

colonizadoras e da dependência tecnológica e econômica, que envolvem no seu cerne modificações simbólicas fundamentais.

O maior impacto que recebemos foi, porém, o do jornalismo norte-americano, cujos padrões adquiriram peculiaridades próprias em relação às práticas embrionárias embarcadas junto com a bagagem dos imigrantes ingleses. O contacto com o jornalismo norte-americano [...] faz-se através da ousada atuação das suas agências noticiosas (que disputam o nosso mercado com as agências europeias [...]) e se consolida pela importação de tecnologia [...] (MELO, 1985, p. 147)

Segundo o autor, temos um jornalismo morfologicamente distante do modelo português, mas que também não é uma cópia dos padrões franceses e norte-americanos – estes dois últimos apontados por ele como as maiores fontes de inspiração para a prática jornalística brasileira.

Ao longo dos anos, além da mudança editorial (foco em notícias e não somente em opiniões) e do viés econômico dominante, os meios de comunicação no Brasil desenvolvem-se intimamente ligados ao desenvolvimento político, já que a cultura brasileira é amparada nas concessões políticas dos meios como rádio e televisão. Fatores sócio-históricos – como a urbanização e industrialização – foram fundamentais para o desenvolvimento da imprensa com cunho empresarial no país, assim como em todo o mundo.

Thompson (1998, p. 73) destaca três fases essenciais no desenvolvimento das indústrias de mídia desde o início do século XIX: “a transformação das instituições da mídia em interesses comerciais de grande escala” (devido às inovações técnicas na indústria da imprensa, à alteração progressiva do financiamento das indústrias da mídia e de seus modelos de valorização econômica; crescimento da população urbana e queda nas taxas de analfabetismo); “a globalização da comunicação” (com o desenvolvimento de agências internacionais e das redes de comunicação); e “o desenvolvimento das formas de comunicação eletronicamente mediadas” (inovações técnicas como telégrafo, sistemas de telefonia, transmissões de sinais através de ondas eletromagnéticas sem fios, transmissões radiofônicas, televisivas e etc.). Tendências essas que alteraram profundamente a dinâmica dos meios de comunicação.

Enquanto os jornais dos séculos XVII e XVIII tinham como alvo principal um setor restrito da população mais afluenta e mais instruída, a indústria de jornais dos séculos XIX e XX se dirigiu para um público cada vez mais vasto. A evolução tecnológica e a abolição dos impostos permitiram reduzir os preços, e muitos adotaram um estilo de jornalismo mais leve e mais vivo,

como também uma apresentação mais atraente para alargar o círculo de leitores. Com o aumento do número de leitores, a propaganda comercial adquiriu um papel importante na organização financeira da indústria; os jornais se tornaram um meio vital para a venda de outros bens e serviços, e sua capacidade de garantir receita através dos anúncios ficou diretamente dependente do tamanho e do perfil de seus leitores. Os jornais – e até certo ponto outros setores da imprensa – se tornaram grandes empreendimentos comerciais que exigem relativamente grandes quantidades de capital inicial e sustentação em face à intensa e sempre crescente competição. O tradicional editor-proprietário (...) cedeu vez para o desenvolvimento de organizações multimídia e multinacionais de grande porte. (THOMPSON, J.B. 1998, p. 73-74)

Além das tendências anteriormente citadas, Traquina (2005) menciona também como mudança fundamental na história da imprensa, especialmente relacionada com o jornalismo no século XIX, o nascimento de um mito – o mito do “Quarto Poder” e a delimitação de dois pólos dominantes no campo jornalístico moderno: o econômico ou comercial e o ideológico ou intelectual.

[...] a) o pólo “econômico” ou “comercial” – com a comercialização da imprensa no século XIX, as notícias são a mercadoria de um negócio cada vez mais lucrativo; b) o pólo “ideológico” ou “intelectual” – com a identificação da imprensa como elemento fundamental da teoria democrática, o jornalismo é visto como um serviço público em que as notícias são os alimentos de que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos. (TRAQUINA, N. 2005, p. 125-126)

Sousa (1999) destaca também que há quem pregue o jornalismo como sendo um local “onde se representam, comunicam e digladiam os restantes poderes, por vezes insidiosamente, funcionando como o ‘quarto poder’”.

De acordo com Soares (2009, p. 110), a ideia do quarto poder ressalta a questão da representação política pela mídia. A expressão foi usada por Edmund Burke para referir-se ao poder político da imprensa na Inglaterra do século XVIII, ao lado dos três “estados”: os Lordes, a Igreja e os Comuns. Em português, usa-se a expressão quarto poder em analogia aos três poderes da República (Legislativo, Executivo e Judiciário). No século XIX, os simpatizantes desta visão defendiam que os jornais eram escolhidos pelos leitores, e vistos como uma instituição representativa que deveria ser aceita como parceira no processo de governança, como um ramo do governo com poder na confecção das leis. Já no século XX, este ponto de vista foi convertido em termos do conceito de soberania do consumidor, sendo assim, a imprensa é influenciada pelos seus leitores, para, num sistema de mercado, oferecer ao leitor o que ele quer, assegurando que os jornais reflitam as visões e valores dos seus

compradores. Já no Brasil, Soares aponta comportamento diferente dos meios em relação ao quarto poder:

Albuquerque (1999) argumenta que a ideia de quarto poder tem, no Brasil, um significado bem diferente, peculiar, implicando um papel político mais ativo do jornalismo que o aproxima de um modelo caracteristicamente brasileiro de “poder moderador”. Isso levaria imprensa brasileira a adotar relações com o poder Executivo que se poderiam qualificar ora como “governismo”, ora como “oposicionismo”, de modo a atender ao seu compromisso com a defesa da democracia e da ordem pública. (SOARES, 2009, p. 111)

Traquina (2005) destaca que dentro da teoria democrática há o apontamento para que os meios de comunicação tenham o papel de mercado de ideias, já que eles são palco para a discussão das mais diferentes opiniões da sociedade. Porém esta liberdade que vê o jornalismo como um veículo de informação para munir os cidadãos para exercer seus direitos e voz na expressão das suas preocupações pode também indicar uma liberdade negativa:

No papel de “guardião” do poder, as relações assentam, segundo os seus teóricos da democracia, numa postura de desconfiança e numa cultura claramente adversarial entre jornalismo e poder político. No “tipo ideal” esboçado, os membros desta comunidade interpretativa são pessoas comprometidas com os valores da profissão em que agem de forma desinteressada, fornecendo informação, ao serviço da opinião pública, e em constante vigilância na defesa da liberdade e da própria democracia. (TRAQUINA, N. 2005, p. 129)

Sousa destaca que há também a visão de que o jornalismo seria um contra poder: funcionaria como um contraponto aos poderes Executivo, Legislativo e Judicial.

Partindo do ponto de vista de que o jornalismo acaba sendo uma mistura destes dois pontos de vista – já que há situações em que os meios de comunicação servem para policiar ou para cobrar, vale destacar que este Quarto Poder precisa constantemente se legitimar através de suas práticas, pois não tem suporte constitucional explícito como os outros poderes. Ou seja, sem amparo legal, a imprensa funcionaria como um poder apenas devido à sua prática e ao reconhecimento desta função pelos consumidores e, especialmente, pelos ocupantes dos outros poderes institucionalizados (que acabam usando os meios por acreditarem neste poder, reforçando esta legitimação social dos meios de comunicação).

Com a evolução da imprensa de maneira geral, que antes era centrada em textos analíticos, opinativos, longos, praticamente literários, sem se preocupar com a leveza da aparência, e do conceito de informação, pode-se também destacar como consequência desta

homogeneização a ordenação do próprio discurso dos meios moldado pela diagramação. A predominância de textos mais curtos impõe uma organização externa, baseada na disposição estética destes conteúdos, em detrimento da qualidade e do comprometimento com o leitor.

Por isso, somente dizer que o jornalismo tem a função de ser “guardião (watchdog) do governo” (Traquina, 2005, p. 22) não basta para delimitar o campo jornalístico ou definir objetivamente o que é jornalismo, ainda mais após o breve resgate histórico que solidificou a imprensa como inserida ativamente na construção do mundo social.

1.2 Definição e elementos norteadores do jornalismo na atualidade

Não é uma tarefa simples definir o que é jornalismo de forma objetiva ou direta, pois é uma atividade intelectual, cuja matéria-prima é a palavra, e que envolve não só a conceituação do resultado final desta atividade – as notícias – como também das funções e dos papéis dos responsáveis pela produção de tais notícias – os jornalistas.

Até mesmo os estudiosos de longa data do campo jornalístico deparam com obstáculos para definir objetivamente esta atividade, que envolve a criatividade com as palavras, está ligada às relações sociais e ao ambiente de produção desta arte da inteligência humana, através dos meios de comunicação. Vale reforçar que tal conceituação, na contemporaneidade, parece ser inseparável da cultura profissional da comunidade jornalística.

Ao resgatar os conceitos de Beltrão (2006) de que jornalismo é “antes de tudo informação”, e de Mouillaud (2002) de que informação “não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações”, opta-se por defender que a tarefa do jornalismo de produzir uma informação, visando um público-alvo, implica na transformação de dados que estão em estado difuso, em unidades homogêneas. Um processo encarado não como sendo propriedade da mídia, pois esta representa o final de um trabalho social.

Além da função primordial de informar, o jornalismo tem a ver com examinar os fatos, estabelecer e apontar até soluções diante deles, que devem ser interpretados já que “informação, orientação e direção são atributos essenciais do periodismo”. (Beltrão, 2006, p. 29)

Ao tratar o jornalismo como profissão, toma-se como norteadores os apontamentos de Kuncsik (2001). O autor faz a diferenciação entre ocupação (conjunto de atividades que exigem capacitação e educação prévia, que são consideradas um meio para se ganhar dinheiro e também moldam a personalidade de quem as exercem), emprego (atividade casual, cumprida por motivos principalmente econômicos) e profissão, como sendo:

[...] 1. a ocupação que requer um conhecimento altamente especializado, adquirindo por uma formação ocupacional prolongada, com base teórica; 2. a introdução à ocupação é controlada, e as pessoas que a exercem se comprometem a cumprir certos regulamentos profissionais; e 3. há uma formação de grêmio formal que representa os interesses da comunidade ocupacional, a mesma que considera como uma de suas tarefas principais o encarecimento da importância dessa ocupação em particular. Os limites entre o emprego e a ocupação e entre a ocupação e a profissão são flexíveis. (KUNCSIK, 2001, p. 33).

Apesar da atual não obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista (algo recente no Brasil – datado de 2009 - e comum em países europeus, por exemplo), tal delimitação reforça a linha de pensamento deste trabalho, que visa elencar as características da profissão e dos membros que fazem parte dela. Não há defesa de que só se pode exercer o jornalismo quem possuir o diploma universitário, mas sim a defesa de que uma formação acadêmica contribui positivamente para o exercício da profissão e consequente formação do jornalista mergulhado na atividade mental de buscar notícias e escolhê-las para serem publicadas. Essa atividade exige conhecimento não só da prática jornalística, mas também de questões que permeiam a profissão – como ética, código deontológico, limites entre o interesse privado (seja de quem exerce a profissão, seja de quem detém o capital que mantém uma empresa de comunicação) e o público, a preocupação com o público consumidor dos meios de comunicação. Todos esses aspectos contribuem para uma visão global da profissão e têm a ver com o engajamento na qualidade do que se produz quando se desempenha o jornalismo.

A busca por respostas para questões do tipo “O que é notícia” ou “Por que as notícias são como são?” ou “O que é o campo jornalístico?” na área acadêmica tem contribuído para o esboço do conceito de jornalismo, especialmente após a década de 1950 quando os estudos se focaram mais na circulação da informação e reconheceram a importância crescente do papel dos meios de comunicação na sociedade. E mostram o quanto é essencial a discussão destas ponderações para amadurecimento e compreensão do papel do jornalista.

[...] a riqueza da explosão dos estudos sobre jornalismo não se mede só através da quantidade de trabalhos publicados, mas também pelas novas preocupações e perspectivas. Certamente, como escreve Gaye Tuchman (1991), a nova fase dos estudos noticiosos alargou o âmbito das suas preocupações do nível da comunidade profissional. Na nova fase de investigação, a relação entre jornalismo e a sociedade conquista uma dimensão central: o estudo do jornalismo debruça-se sobre as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel social das notícias, e a

capacidade do Quarto Poder em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria teoria democrática. (TRAQUINA, 2003, p. 57)

A evolução de teorias/paradigmas na área da comunicação, especialmente no jornalismo, contribui para a discussão da atual situação do jornalismo: a atividade transformou-se em mais uma “indústria onde um novo produto – as notícias como informação – é vendido com o objetivo de conseguir lucros” (TRAQUINA, 2005, p: 50). Desde o século XIX, com o desenvolvimento tecnológico na área de impressão, transmissão e fotografia, com a urbanização e escolarização da população em geral, com a não dependência dos jornais em relação às verbas públicas (de governos, partidos políticos), com a consolidação da publicidade (anúncios de empresas privadas) no mercado jornalístico, com a profissionalização dos jornalistas, com o avanço em conquistas sociais em relação à liberdade especialmente a de imprensa (criação de leis, regulamentação) e com a consolidação da democracia como forma de governo (versus Poder Absoluto, da Igreja e etc.), a atividade jornalística evoluiu e os estudos sobre os processos produtivos confirmam a profissionalização e a criação da identidade de uma comunidade, como reflexo das necessidades econômicas das empresas detentoras dos meios de comunicação:

A velocidade da mundialização [da economia] é tanto mais rápida na medida em que os fluxos são cada vez menos materiais e, em número cada vez maior, dizem respeito a serviços, dados informáticos, telecomunicações, mensagens audiovisuais, correio eletrônico, consultas à Internet, etc. (RAMONET, 1998, p. 48)

Na atualidade, “a ideia da imprensa como um guardião – decidindo que tipo de informação o público deve saber e qual não – não mais define bem o papel do jornalismo” (KOVACK e ROSENSTIEL, 2003, p. 40). Ou seja, o papel do jornalismo e consequentemente do jornalista na sociedade regida pela economia neoliberal também engloba esta visão de guardião, algo como sendo vigilante das formas de poder, porém também tem a ver principalmente com a “prestação de informações relevantes para o público, segundo os direitos e necessidades do público (e não do governo)” (BUCCI, 2000, p. 18). Informar o cidadão deve ser sempre o foco principal da atividade jornalística: “O jornalista não age para obter resultados que não sejam o de bem informar o público; ele não tem autorização ética de perseguir outros fins que não este”. (p. 24). O jornalista mantém um compromisso subentendido com o leitor, cujo propósito é o “fazer crer” (Mouillaud, 2002); e recorrer ao discurso do outro é uma forma para tal, que busca a fundamentação na

credibilidade de quem comunica e na confiança do leitor. Isso porque o jornalista contribui com o público para colocar ordem nas informações a que ele tem acesso:

Numa era em que qualquer pessoa pode virar repórter ou comentarista na Internet. “temos um jornalismo de duas mãos”, diz ainda Seeley Brown. O jornalista se converte numa espécie de moderador de discussões, e não em um simples professor ou conferencista. O público se converte não em consumidores, mas em “promidores”, um híbrido de produtor e consumidor. (KOVACK e ROSENSTIEL, 2003, p. 41)

Diante disso, vale destacar que os meios de comunicação acabam funcionando como um fórum onde se dá espaço para todas as vozes públicas, ao mesmo tempo em que estes meios também têm sua própria voz. Segundo Mouillaud, esta característica dual está na origem das estratégias pelas quais o jornal manipula o discurso de outro, com a finalidade de identificar-se com ele e distanciar-se do mesmo.

Kuncsik (2001) destaca que não existe uma ética unificada, que empresas de comunicação e jornalistas seguem, independentemente do local/país/continente/região, já que “[...] nas sociedades pluralistas a cultura também se tornou pluralista, o mesmo sucedendo com a moral e a ética.” (p. 113).

A ética não deve basear-se nos ideais sociopolíticos. Saxer (1984, p. 30) propõe uma “base moral que seja aceitável de modo mais ou menos geral e realmente comunicativa”, ou seja, princípios factíveis que sejam inerentes à comunicação democrática. O respeito é considerado como um árbitro ético subjacente e viável na comunicação. O respeito, escreve Saxer, foi uma estrutura especial para a experiência normativa de preocupação pelos seres humanos criada durante o processo de comunicação. (KUNCSIK, 2001, p. 113)

Ponto de vista partilhado, já que leva em consideração a visão social dos meios de comunicação – que influenciam e servem de referência para o público, que é ativo (e que também pode influenciar os meios/jornalistas) e não apenas consumidores passivos, incapazes de reação e poder de escolha.

Bucci (2000) ressalta que só existe a ética nesta profissão “porque a comunicação social é lugar de conflito.” (p. 11), já que ao exercer seu trabalho o jornalista depara com os valores pessoais, da própria profissão, da empresa e do público a que se refere.

Além da questão ética em relação à atividade do jornalista e à mensagem jornalística, ao tentar conceituar jornalismo, outra discussão pertinente diz respeito ao campo jornalístico. De acordo com Traquina (2005) ao defender que existe este campo, isto indica que existem

“um número ilimitado de [...] agentes sociais que querem mobilizar o jornalismo como recurso para as suas estratégias de comunicação”; “um prêmio” que tais agentes “disputam, nomeadamente as notícias” e “um grupo especializado, isto é, profissionais do campo, que reivindicam possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados, nomeadamente o que é notícia e a sua construção” (p. 27). Ao mencionar estas três esferas, o autor recorre ao sociólogo francês Pierre Bourdieu, e defende que tal campo é um “espaço social estruturado, um campo de forças”, e no século XIX, é regido por dois pólos – o económico e o intelectual.

Ao citar Paul Weaver (1975:83), Traquina (2005) destaca que as notícias representam o jeito de ser, o modo especializado que define a comunidade jornalística e desta forma são moldadas as suas estruturas e os seus processos, como sendo consequência natural da profissionalização do jornalismo e da formação do campo desta área. E resgatando os termos “óculos” (usado por Bourdieu) ou “prisma” (usado por Thomas Patterson e ambos citados por Traquina) pelos quais os profissionais filtram o que é notícia – ou conceitos que designam os valores/notícia (critérios que determinam o que é notícia) -, o autor destaca o papel do jornalista na criação de padrões de comportamento que moldam tal tribo (termo preferido por Traquina ao referir-se à comunidade jornalística) jornalística, ou seja, uma forma de ver o que é notícia comum entre os membros de uma cultura noticiosa comum.

Além disso, o autor destaca que, por ser também uma prática discursiva, ao longo da consolidação desta tribo, foi criado um jeito próprio de falar, uma linguagem, denominada de “jornalês”, característica que contribui para a solidificação da profissão e é alvo de estudos contemporâneos que ajudam a compreendê-la.

Outro conceito que contribui para a formação desta comunidade é o de socialização. Apoiando-se na abordagem trabalhada por Kuncsik (2001) de socialização como sendo o processo que permite a transmissão do conhecimento social essencial para se poder optar por posição específica e os papéis com ela relacionados no interior de um sistema social, esta torna-se inerente à profissão jornalística para perpetuar modos e maneiras de agir dentro desta tribo.

Aplicada ao jornalismo, [socialização] significa o aprendizado das habilidades, dos motivos, modelos de orientação e emoções requeridos para o funcionamento jornalístico cotidiano, noutras palavras, a adoção de valores, normas, costumes e atitudes que prevalecem nos meios de comunicação e que são necessários para a pessoa se tornar um membro (jornalista) maduro da organização. A socialização deve ser considerada quase como um processo vitalício. (KUNCSIK, 2001, p. 154-155)

Ao concordar com a necessidade de uma visão do papel social das notícias, partilha-se também do ponto de vista de Thompson (1995), que defende a compreensão da sociedade e sua construção social tomando como referência a mídia – já que para ele a mídia se envolve ativamente na construção do mundo social – e entende a comunicação sempre inserida numa sociedade, portanto, em um contexto social. Visão esta que reforça a necessidade dos estudos das práticas jornalísticas inseridas socialmente com o objetivo de compreender melhor os fenômenos comunicacionais, especialmente na atual era digital. Com esta perspectiva, os meios teriam um papel ativo na socialização das relações, passando a constituir um elemento imprescindível na compreensão da modernidade.

Na contemporaneidade, com os mais diferentes formatos e o acesso cada vez maior por parte dos leitores ao material dos meios de comunicação, fica claro que “a notícia expressa as aparências ou a externalidade dos acontecimentos. As informações ancoram-se em elementos que podem ser provados ao leitor” (ZANCHETA JÚNIOR, 2004, p. 63), e a produção, a busca pelo que merece ser notícia passou a ter critérios que satisfaçam a indústria da comunicação, ou seja, com a definição de “unidades específicas, flexíveis e adaptáveis à dinâmica industrial” (pág. 61) a notícia passou a ser um produto a ser vendido.

A técnica jornalística contemporânea toma a notícia como a soma de informações sobre um acontecimento que seja considerado, por quem publica, importante ou interessante para um determinado público. Para decidir se o fato pode ou não ser convertido em notícia, verifica-se se ele apresenta as seguintes características: ineditismo, atualidade, veracidade e interesse potencial para os leitores. Eis aí um primeiro conjunto de ações que tornam nebulosas as ideias de isenção e neutralidade: a escolha do fato a ser noticiado e o ponto de vista que o jornalista usará para relatá-lo, que certamente definirá os elementos selecionados para compor o relato. Em outras palavras, isso quer dizer que, escolhido um entre os muitos fatos ocorridos no cotidiano, o jornal constrói uma versão sobre ele. (ZANCHETA JÚNIOR, 2004, p. 60)

Além da consciência destes critérios que norteiam a definição do que é notícia, Bucci (2000) destaca a necessidade do próprio jornalista reconhecer a sua importância na construção social da notícia, já que a profissão envolve não só lidar com fontes (pessoas, instituições, e etc.) como também está diretamente relacionada com a visão de mundo do profissional.

A prática jornalística nunca dependeu tanto da reflexão e do estudo como agora. A redação não é um balcão onde notícias são empacotadas. Uma redação é um núcleo encarregado de pensar. Ela é tanto melhor quanto melhor for a sua capacidade de elaboração coletiva. [...] Jornalistas não são

“mineradores” de informação exclusiva que ocasionalmente são instados a pensar, mas precisam ser pensadores com grande capacidade intelectual – ou é inconsequente e tolo. (BUCCI, 2000, p. 199)

Ao resgatar a visão de Beltrão (2006) de que, entre todas as atividades humanas, o jornalismo responde a uma necessidade do espírito e da vida social, não podendo ser tomado como atividade isolada, pois a sua existência está ligada à vida social (já que tem a sua causa e o seu objetivo na sociedade). Por isso, opta-se por uma visão social da profissão que, segundo Kuncsik (2001) engloba “pessoas que reúnem, detectam, avaliam e difundem as notícias; ou que comentam os fatos do momento”. (pág. 16)

Borrat (2010), ao delimitar jornalismo como uma atividade profissional que visa reunir, examinar, selecionar, preparar e desenvolver notícias, comentários e material de entretenimento através dos meios de comunicação, defende que a profissão informa o público oferecendo informação, análise, comentário, principalmente porque:

[...] se concentra exclusivamente nos conteúdos que se referem a "atualidade" entendida como presente histórico, como história e perspectivas imediatas. Nesta linha, McNair (1998: 4) define o jornalismo como qualquer texto com autor, que na forma escrita, áudio ou visual, pretende ser (se apresenta diante de uma audiência como) uma afirmação verídica acerca de ou de um registro de algum (novo) aspecto sobre o desconhecido mundo social real. (BORRAT, 2010 – tradução nossa)

O autor considera o jornalismo como uma força ideológica que divulga não somente os acontecimentos propriamente ditos, como também o modo de compreendê-los e dar-lhes sentido; e define os textos jornalísticos como sendo "narrativas de la realidad", que englobam as vozes distintas de seus autores que visam convocar, atrair leitores. Destaca que o jornalismo tem ligação mais com o mundo social do que com o natural, já este último só é noticiável ao interagir com o mundo social, ou seja, somente, quando o mundo natural intervém com as esferas do mundo social dos seres humanos passa a ser tema de notícias. Porém, o autor faz um alerta ao defender que esta visão somente focada em pessoas pode reduzir as funções do jornalismo apenas nas ações dos próprios jornalistas e isto enfraquece as questões estruturais que moldam a identidade da atividade jornalística e interagem com o resultado final dela, a produção de notícias.

Na tentativa de contribuir para a discussão dos valores que norteiam a prática jornalística, os autores norte-americanos Kovack e Rosenstiel (2003), que defendem que o jornalismo existe dentro de um contexto social, listam nove princípios como sendo os elementos do jornalismo. De forma resumida são eles:

1) “A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade” (p. 61).

Segundo os estudiosos, esta “verdade jornalística” diferencia a profissão de outras formas de comunicação e é vista como “funcional”: a tentativa de dar sentido aos fatos deve ser através de “uma forma prática (...). Não a verdade no sentido absoluto e filosófico. Não a verdade de uma equação química. Mas o jornalismo pode – e deve – perseguir a verdade num sentido por meio do qual possamos funcionar no dia a dia” (p. 68), já que:

[...] as notícias são o material que as pessoas usam para aprender e pensar sobre o mundo além de seus próprios mundinhos, o mais importante é que essa informação seja boa e confiável. (...) Com efeito, a verdade cria uma sensação de segurança que se origina da percepção dos fatos e está na essência das notícias. (KOVACK e ROSENSTIEL, 2003, p. 61)

E com o acesso facilitado, através da Internet, por exemplo, às notícias, os cidadãos podem até trabalhar como editores de si próprios, escolhendo o que é mais interessante diante da grande oferta e variedade de informação. Porém a busca por fontes confiáveis – aí entram os jornalistas que conseguem ter a sua imagem ligada com a tal verdade – torna-se mais uma ferramenta para a seleção dos leitores. Com isso, o papel do jornalismo acaba atrelando-se à função de “fazedor de sentido”, aquele que ajuda a colocar ordem nas informações de modo confiável.

2) “A primeira lealdade do jornalismo é com os cidadãos” (p. 83) e está relacionada com a independência jornalística.

A partir deste contexto, Kovack e Rosenstiel ainda reforçam que os cidadãos não são clientes dos jornalistas, apesar da crescente mercantilização das redações:

Em resumo, a relação de negócios do jornalismo é diferente do marketing de consumo tradicional, e em certos aspectos mais complexa. É um triângulo. A audiência não é o consumidor que compra mercadorias e serviços. O anunciante é. Mesmo assim o cliente-anunciante deve estar subordinado, nesse triângulo, a uma terceira figura, o cidadão. (KOVACK e ROSENSTIEL, 2003, p. 98)

O que resgata a necessidade da postura ética do jornalista no exercício da sua profissão, já mencionada neste capítulo. Ter como princípio a lealdade com o cidadão contribui com a busca pela qualidade e a confiabilidade na produção jornalística.

3) “A essência do jornalismo é a disciplina da verificação” (p. 112) e esta disciplina, “que separa o jornalismo do entretenimento, da propaganda, da literatura ou da arte” (p. 113), hoje está enfraquecida, pois, de acordo com os autores, o jornalismo de afirmação (que apóia

mais nas fontes, na tentativa de dar mais contexto e interpretação, ao invés de se aprofundar mais na checagem da informação e na busca pela pluralidade dos pontos de vista) está tomando o lugar do jornalismo de verificação:

Infelizmente, com frequência o equilíbrio jornalístico é mal construído e leva a esse tipo de significado quase matemático, como se uma boa matéria fosse aquela que apresenta declarações de ambos os lados. Como sabem os jornalistas, uma determinada história pode ter mais de dois lados. E às vezes buscar o equilíbrio de todos os lados não resulta numa reflexão verdadeira da realidade. (KOVACK e ROSENSTIEL, 2003, p. 121 e 122)

4) “Os jornalistas devem manter independência daqueles a quem cobrem” (p. 149), e a busca para desenvolver um método de trabalho mais claro de fazer reportagem é uma saída apontada por Kovack e Rosenstiel para cumprir este quarto princípio:

Independência de grupos ou facções indicam a existência de uma maneira de ser jornalista sem negar essa experiência pessoal, mas sem também se tornar refém dela. A chave disso estaria (...) em saber se o jornalismo se mantém fiel aos princípios básicos do ofício que o levam a dar ao público uma informação veraz. Como acontece com a ideologia política, a questão aqui não é neutralidade, mas objetivo. (KOVACK e ROSENSTIEL, 2003, p. 164)

5) “Os jornalistas devem ser como um monitor independente do poder” (p. 171). Para os autores, os profissionais devem vigiar os poucos poderosos da sociedade, fazendo com que os efeitos deste poder sejam conhecidos e entendidos, e até contestados.

Destacam o jornalismo investigativo como um modelo para esta prática, apesar dos riscos (perda de reputação tanto para o profissional quanto para as fontes ou alvos da matéria, e alteração dos rumos dos fatos/desdobramentos imprevisíveis), que pode contribuir com este quinto princípio.

6) “O jornalismo deve prover um fórum para a crítica e o comentário público” (p. 207), diante da atual “difusão das notícias do que sua captura na forma de investigação e reportagem” (p. 213).

7) “Os jornalistas devem apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante” (p. 225), já que, na visão dos autores, o jornalismo consiste em contar uma história com a finalidade de oferecer aos cidadãos informação para entender o mundo.

8) “Os jornalistas devem apresentar as notícias de forma proporcional e compreensível” (p. 248). E para explicar este oitavo princípio, Kovack e Rosenstiel

comparam o jornalismo com a cartografia, com a ressalva que este último é científico, porém o primeiro não:

Como acontece com qualquer mapa, o valor do jornalismo depende de sua abrangência e proporcionalidade. (...) Um jornalismo que deixa fora tantas outras informações nesse processo é como o mapa que falha ao não informar ao viajante sobre outras estradas ao longo do caminho. Pensarmos no jornalismo como a arte e a ciência de fazer mapa nos ajuda a entender que a proporção e compreensão são as chaves da exatidão. (KOVACK e ROSENSTIEL, 2003, p. 249)

Mouillaud (2002) também usa a analogia com o estudo sobre mapas para definir a ordenação dos acontecimentos em um jornal, o que contribui para este oitavo princípio proposto, já que além da qualidade e profundidade da informação, tal referência ajuda a compreender a disposição do conteúdo nos meios de comunicação, tarefa do jornalista e de profissionais envolvidos na criação do produto jornalístico.

As regiões do mapa são dispostas horizontalmente. O mapa não tem centro nem periferia, nenhum ponto de onde parte a vista, nem horizonte. No jornal, os acontecimentos, tornando-se informações, também perdem a relação de próximo e de distante que os separa territorialmente. (MOUILLAUD, 2002, p. 69)

Vale reforçar que a diferença entre o jornal e o mapa, destacada por Mouillaud: o mapa é usado por qualquer um, tem circulação livre em qualquer espaço; já o jornal, por mais abrangente e universal que propõe ser, pertence a um território definido, que determina a ordem, o tratamento e o espaço dado a cada acontecimento. Ou seja, a informação pode ser considerada tudo aquilo que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também tem a ver com o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido, através do filtro que são os meios de comunicação. “Toda informação, como um asterisco em um guia, supõe a flecha de uma dêixis pela qual se autodesigna. Faz um anel com si própria”. (Mouillaud, 2002, p. 38)

9) “Os jornalistas têm a responsabilidade de ser conscientes” (p. 274), como se possuíssem uma bússola moral (um sentido pessoal de ética e responsabilidade), de acordo com os autores, para dar voz à própria consciência e à dos outros a seu redor.

O jornalista visto como mediador, destacado por Kuncsik (2001), reforça também a necessidade da discussão dos valores que norteiam a atividade jornalística, independentemente da sociedade em que ela é exercida.

Segundo Wolfgang Langenbucher (1974), a mediação em uma sociedade democrática é o principal papel do jornalista, e a tarefa dos jornalistas é facilitar a mútua comunicação entre os diferentes grupos da sociedade. Atribui-se aos meios de comunicação a função precípua de facilitar a comunicação entre todos os grupos que participam na formação da vontade política, criando assim a opinião pública dirigida. (...) (KUNCSIK, 2001, p. 100)

Apoiando-se na noção construtivista de notícia (conceito explorado no próximo capítulo) e levando em consideração as relações sociais dentro e fora do ambiente de trabalho do jornalista, os princípios elencados acima servem de norte para a rotina jornalística. A consciência da importância de tais princípios no dia a dia profissional é como um desafio na profissão. Daí a importância da divulgação constante de tais princípios e estudos que procuram na própria comunidade jornalística elementos para aprimorar o fazer jornalismo.

Além da busca pela definição de jornalismo, faz-se necessário também elencar os valores que norteiam a prática jornalística, caracterizada como uma atividade intelectual.

Destaque para a objetividade, que deve ser vista não apenas como uma negação da subjetividade, e sim como um princípio ético dentro da profissão que visa encontrar procedimentos para assegurar a credibilidade da informação, especialmente para diferenciar a atividade de práticas comunicacionais, como publicidade e relações públicas.

A objetividade também deve ser vista como um ritual estratégico. Ao recorrer a Gaye Tuchman, Traquina explica que a autora encara tal ritual como uma necessidade de adesão a procedimentos de rotina, exemplificados em quatro itens: “apresentação de possibilidades conflituosas”, “apresentação de provas auxiliares”, “uso judicioso das aspas” e “estruturação da informação numa sequência apropriada”. (p. 139/140)

O valor da objetividade nasceu no jornalismo no século XX, mas surgiu com base numa mudança fundamental do jornalismo, que ocorreu no século XIX, em que a primazia era dada aos fatos e não às opiniões. Nasceu, no século XIX, [...] um culto dos fatos que permaneceu até a primeira parte do século XX. Como explica Schudson (1978), o surgimento do conceito de objetividade nos anos 1920 e 1930 nos Estados Unidos não foi a expressão final de uma fé que já existia no jornalismo no culto dos fatos mas, pelo contrário, um método concebido em função de um mundo novo no qual mesmo os fatos mereciam confiança. (TRAQUINA, 2005, p. 135)

Além da preocupação com os valores que norteiam a postura do jornalista e conseqüentemente o trabalho pela definição do que é notícia, vale lembrar o pensamento crítico de Ignacio Ramonet (2007; 2003; 1998) em relação aos meios de comunicação na

atualidade, que ajudam a traçar uma espécie de raio X da profissão nos dias atuais, em que a mentalidade empresarial e as regras neoliberais comandam os meios de comunicação.

Em análise sobre o pensamento de Ramonet, Pena (2005) delimita o pensamento do crítico como sendo da “cartilha dos instrumentalistas de esquerda”, que acreditam que o jornalismo reforça a visão de mundo da sociedade capitalista. Ou seja, a partir da teoria instrumentalista cujo objetivo é checar se há ou não distorções nos textos noticiosos, as notícias seriam impostas pelos proprietários das empresas de comunicação e moldadas pela estrutura macroeconômica. Outra ideia defendida por esta ‘ala crítica’, segundo Pena, é que a veiculação de valores capitalistas pelos meios seria uma das consequências da concentração das empresas midiáticas nas mãos de alguns poucos megaempresários, o que contribui também com a escassez de espaço para opiniões distintas e de pluralismo democrático. Com isso, os jornalistas pertencentes a estes megaconglomerados seriam pressionados a reproduzir os valores que sustentam o sistema capitalista, como “consumo desenfreado, cultura sem fronteiras, competição, individualismo e privatização”. (PENA, 2005, p. 148)

Ramonet (2007) defende que a imprensa está em crise e cita como fatores responsáveis que justificam esta visão: a “descaracterização da informação, função primordial na profissão jornalística e, base para se aprimorar o funcionamento democrático da sociedade”. A definição de informação, antes da tal crise, era “a descrição precisa e documentada do fato a ser publicado. Além disso, o jornal precisava subsidiar o leitor com dados suficientes para que este compreendesse seu significado mais profundo”. Porém com a popularização da televisão e “sua supremacia como meio de comunicação”, não é preciso mais ler, entender (refletir sobre) a informação, basta ver o acontecimento: é possível assistir em tempo real, ao vivo, aos acontecimentos. (p. 92).

[...] o tempo presente está determinado pela imagem. Efetivamente, na hora de selecionar os fatos para serem publicados, imperam os acompanhados de imagens e, conseqüentemente, o resto das notícias fica em segundo lugar quando não são ignoradas. A televisão, num mundo de clara predominância visual, estaria ditando as regras ao jornalismo impresso. As notícias que não aparecem na TV perdem sua importância, mesmo que algumas sejam mais relevantes que àquelas vistas e aceitas pelo público como verdadeiras. (...) a informação hoje se resume ao que pode ser comunicado ao vivo, em tempo real. Quando um fato chega ao leitor, normalmente é considerado ultrapassado e o potencial de avaliação e reflexão que poderia provocar encontra já um público ‘informado’. Conseqüentemente, o jornalismo teve que mudar sua forma de noticiar e informar, pois a televisão minou seu alvo. (...) o espaço destinado à exposição de opiniões e análises no jornal impresso cedeu espaço para as notícias resumidas. (RAMONET, 1996, p. 93).

O autor também discute a questão da veracidade da informação, já que para ele a imprensa elege um fato como verdadeiro não por se apoiar em critérios objetivos, rigorosos ou porque as fontes tenham sido checadas. “A veracidade se impõe pela repetição constante e permanente de dados nem sempre confirmados. Como estamos num momento de alta competitividade, a mesma notícia veiculada pela televisão, pelo rádio e pelo jornal, torna-se verdadeira”. (RAMONET, 1996, p. 93)

Como consequência também é possível destacar a alteração nas relações entre os meios de comunicação e os políticos, pois o papel da imprensa e a sua força social aumentaram e despertam cada vez mais a atenção deles.

Em todo o mundo, os meios de comunicação mudaram o comportamento dos políticos. A sequência da autoridade mudou (Schelsky, 1983, p. 53): a velha sequência era: intenção, ação, efeito, meios de comunicação; a nova, agora é: intenção, meios de comunicação, efeito, ação. [...]. (KUNCSIK, 2001, p. 93-94)

Partilhando do ponto de vista de que não “há democracia¹ possível sem uma boa rede de comunicação e sem o máximo de informações livres” (Ramonet, 2007, p. 24), a informação é considerada essencial para que a sociedade desenvolva-se de maneira saudável, com liberdade, especialmente a de expressão.

E quando se fala em sociedade e sobre a importância dos meios de comunicação para ela é possível contrapor a visão de Traquina e Sousa de que a imprensa é o Quarto Poder na sociedade atual com a de Ramonet (2007), que defende que a imprensa seria o Segundo Poder na sociedade neoliberal:

Na realidade, o primeiro poder é hoje claramente exercido pela economia. O segundo (cuja imbricação com o primeiro se mostra muito forte) é certamente midiático – instrumento de influência, de ação e de decisão incontestável – de modo que o poder político só vem em terceiro lugar. (RAMONET, 2007, p. 40)

¹ Visão deste conceito baseada na discussão proposta por Soares (2009) que diz que ao se referir à democracia na atualidade, tanto nas esferas do cotidiano, da universidade quanto da empresa, pensa-se não somente na organização político-institucional do Estado, mas no caráter de participação ou representatividade equilibrada no processo decisório, na transparência deste último, que deverá redundar em deliberações mais justas. “A discussão sobre democracia, num sentido genérico, rompe com o âmbito puramente institucional para outros espaços de decisão coletivos, nos quais não perde seu caráter político em sentido lato. Democracia seria, então, mais do que simplesmente eleger representantes, mas diria respeito às práticas deliberativas, uma luta contra os privilégios e dominações (Deetz, 1992).” (p. 99)

Como o presente trabalho prega uma visão social dos meios de comunicação, tal discussão só faz reforçar a necessidade de discutir os papéis da imprensa no mundo atual. Sendo considerados uma espécie de ‘fiscal’ dos demais poderes (Quarto Poder), ou se solidificando como um contra poder ou tendo o poder de influenciar os demais poderes, notadamente a política, e tendo como ‘pano de fundo’ a economia neoliberal, os meios de comunicação fazem parte da vida de todos, e são relevantes para os ocupantes de qualquer esfera de poder. São levados em conta nas tomadas de decisões e, muitas vezes, devido à oferta e o acesso facilitado a eles, são até confrontados.

Sobre a variedade e diversidade dos meios, destaca-se a crítica que Ramonet faz à superabundância de informação: além de influenciar no trabalho do jornalista, a própria informação pode ser truncada, dissimulada:

[...] a informação não é mais – como foi durante séculos – uma matéria rara. Antes da era moderna, dizia-se que aquele que detinha a informação detinha o poder, entendendo-se o poder como o controle da circulação da comunicação. Hoje, a informação é tão superabundante [...] tornando-se por isso incontrolável. (RAMONET, 2007, p. 48-49)

Na era da superinformação ou superabundância de informações, outra consequência apontada por Ramonet é que o jornalista pode ser “asfíxiado” diante da oferta constante e de fácil acesso de dados, relatórios, releases e isto pode incentivar a preguiça do profissional, já que não precisa mais buscar, correr atrás da informação, pois ela “chega por si mesma a ele”. (Ramonet, 2007, p. 29)

O acesso facilitado não está somente nos níveis entre fontes/emissores/promotores de notícias e jornalista, mas também nas relações entre os mais diferentes meios de comunicação. Com isso, há uma auto-estimulação entre jornais impressos, programas de televisão, rádio, internet, fazendo com que as notícias que circulam entre estes sejam as mesmas, gerando a sensação de que algo se torna mais importante quando transita entre os mais diferentes meios – Ramonet denomina “este movimento” de mimetismo midiático: “[...] precipita-se para cobrir um acontecimento (seja qual for) sob o pretexto de que os outros meios de comunicação [...] lhe atribuam grande importância” (p. 21). Apesar da busca pelo furo jornalístico, pela notícia exclusiva serem um dos grandes estímulos (e pode se dizer motivação) na vida jornalística, esta influência entre os próprios veículos de comunicação acaba pasteurizando e limitando as atividades do jornalista.

O jornalista e escritor Gay Talese², considerado pai do new journalism ou jornalismo literário, levanta um debate que corrobora a crítica de Ramonet sobre a superabundância de informação, ao destacar a busca de informação pelo público através da Internet e não mais através dos meios impressos tradicionais.

Com as novas tecnologias, e sobretudo com a criação da internet, o público hoje é informado de modo mais estreito, mais direcionado. Na internet, os jovens se informam de modo muito objetivo, no mau sentido. Eles têm uma pergunta na cabeça, vão ao Google, pedem a resposta, e pronto. Estão informados sobre o que queriam, mas é um modo linear de pensar e ser informado, que não dá chance ao acaso. (PETRY, 2009, p. 86)

Para ele, quem recorre à informação no meio impresso, mesmo de forma específica, procurando um determinado assunto, consegue – pela natureza da mediação impressa – ter acesso não só ao que busca, mas ao que o jornal reuniu naquela edição. Desta forma, segundo Talese, o leitor adquire um sentido mais amplo do mundo. Não que isso não seja possível com a internet, porém o apelo da rede mundial de computadores é o oposto, como observa:

É oferecer informação rápida. A internet é o fast-food da informação. É feita para quem quer atalho, poupar tempo, conclusões rápidas, prontas e empacotadas. Quem se informa pela internet, de modo assim estreito e limitado, pode ser muito bem-sucedido, ganhar muito dinheiro, mas não terá uma visão ampla do mundo. (STRECKER, 2009, p. 1)

Além da alteração dos modos de consumo da leitura apontada por Talese, as novas tecnologias de comunicação, como a Internet, também alteram a rotina dos produtores de notícias, já que tais profissionais precisam adequar-se às exigências do mercado de trabalho, como aponta Jean Daniel³, diretor da *Nouvel Observateur*, prestigiosa revista europeia, em entrevista traduzida para o *Caderno Mais*, da *Folha de São Paulo*:

Para os jornalistas, a internet traz o gosto pela velocidade. A possibilidade de qualquer pessoa responder a qualquer pessoa. Ou o fato de que todo mundo possa ser jornalista e, nesse caso, que os próprios jornalistas deixem de acreditar neles mesmos, porque são questionados a todo momento. (CRUZ, 2009, p. 10)

² O escritor e jornalista norte-americano veio ao Brasil em 2009 para participar da 7ª Flip (Festa Literária Internacional de Paraty, RJ) e concedeu entrevistas a vários meios de comunicação no país. É um dos nomes mais conhecidos do chamado new journalism, movimento, criado na década de 60, que passou a usar as características do texto literário junto das estruturas formais da linguagem jornalística.

³ Considerado um dos jornalistas mais influentes da França, diretor da "*Le Nouvel Observateur*", revista elitista convertida por ele em periódico de grande tiragem.

Ao defender que ao falar de informação e comunicação deve-se levar em conta a noção de que estas remetem a fenômenos sociais, e que as mídias são um “suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las em suas diversas lógicas – econômica (fazer viver uma empresa), tecnológica (estender a qualidade e a quantidade de sua difusão) e simbólica (servir à democracia cidadã)”, Charaudeau (2009, p. 15) coloca em destaque que a mídia recorre a estratégias de linguagem (que englobam os sistemas de signos internos da própria língua e os valores que ordenam o uso desses signos na comunicação) para despertar a atenção do leitor, o que pode acabar produzindo um efeito de banalização, saturação ou dramatização do assunto. Sem generalizar e nem condenar, uma vez que a informação deve despertar interesse no maior número possível de pessoas.

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir; não somente escolha de formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas. (CHARAUDEAU, P. 2009, p. 39)

Para o autor, informar é “possuir um saber que o outro ignora (‘saber’), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (‘poder dizer’), ser legitimado nessa atividade de transmissão (‘poder de dizer’)” (p. 63), e desta forma os meios formam uma instância que possui uma parte do poder social (ou seja, participam do complexo jogo do poder - que envolve as instâncias política, cidadã e midiática propriamente dita - na condição de lugar de saber e de mediação social), e são compostos por três lugares de construção de sentido: classificados como sendo as instâncias de produção (organismo de informação e seus atores), produto (texto midiático em si, não importando o suporte) e recepção (lugar das condições da interpretação).

Neste jogo de saber/poder (de) dizer, faz-se também necessário a diferenciação entre o fato histórico e o fato jornalístico para compreender que as narrativas construídas pelos meios de comunicação, geralmente, relacionam-se com acontecimentos reais, ou seja, aqueles que de fato acontecem e que acabarão englobados em gêneros como reportagens, documentários ou notícias, e aqueles mais próximos da ficção, como telenovelas, filmes ou outros programas de lazer e entretenimento. Já na narrativa histórica, há a preocupação em criar a reconstrução dos fatos, incorporando crenças e valores destinados a dar veracidade à sua descrição. Recorrendo ao resgate de Tambosi (2004), pautado em Peucer (considerado progenitor da teoria do jornalismo) em estudo de 1690:

[...] o primeiro [relato histórico] pode ser ordenado “como um fio contínuo, conservando a sucessão precisa dos fatos históricos”, o segundo [relato jornalístico] “contém a notificação de coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar”, limitando-se a uma “simples exposição”, para reconhecimento dos fatos mais importantes, ou mesmo misturando “coisas de temas diferentes, como acontece na vida diária ou como são propagadas pela voz pública, para que o leitor curioso se sinta atraído pela variedade de caráter ameno e preste atenção” (parágrafos III e IV). (TAMBOSI, 2004, p. 53)

Vicente (2009) destaca que qualquer narrativa, tanto histórica como jornalística, representa um saber objetivo ou subjetivo do mundo.

[..] a narrativa jornalística e a histórica, uma vez que, por suas construções, tornam-se meios pelos quais ambas exercitam a interpretação destinada a influenciar o seu destinatário final. Suas práticas não são apenas relatos representativos, mas sim elaborações socioculturais nas quais se reconstituem fatos e versões portadores de uma lógica carregada de intenções e valores manifestos nas crenças de quem elabora o texto. (VICENTE, 2009, p. 100-1001)

O leitor, ao recorrer a uma sequência de fatos – seja no jornalismo, seja na história –, segue o raciocínio de quem narra e compreende que o assunto tem um desfecho, já que o registro tanto histórico quanto jornalístico recorre a fios condutores que organizam os acontecimentos e dão sentido, porém com diferença entre os dois campos.

Os personagens que compõem essa trama seguem ordens diferentes, pois o historiador narra os feitos veiculados ao âmbito do privado e do público, e o jornalista, de maneira muito semelhante ao historiador, traz à esfera pública pessoas ou situações que poderiam muito bem passar despercebidas sem sua ação investigativa. (VICENTE, 2009, p. 100-1001)

Desta forma, defende-se que a informação encontrada nos meios impressos, independentemente de sua repercussão, gera interferências na sociedade já que oferece conteúdos promotores de ideias e debates com o objetivo de formar opiniões entre os leitores. Portanto, as pessoas vêem nos jornais uma referência na medida em que a imprensa incentiva o diálogo, fornece versões e apresenta determinados fatos.

2. Teorias do jornalismo

Como aporte teórico para análise do corpus do presente trabalho, opta-se pela visão construtivista da notícia. Para isso, segue definição e desdobramento sobre tal paradigma a partir dos estudos de Traquina (2000, 2001, 2005), Wolf (2002) e Sousa (2006), focados principalmente nas linhas principais de investigação sobre o jornalismo no fim do século XX (consideradas como teorias que não se excluem mutuamente, ou seja, não são puras ou necessariamente independentes umas das outras).

A partir deste recorte teórico, o objetivo é compreender a profissão do jornalista à luz das suas próprias ações, mas sem ignorar o aspecto social, interacional desta atividade. Somado a este posicionamento, opta-se pela perspectiva das notícias como construção, que as considera como:

[...] resultado de processos de interação social entre jornalistas e a sociedade, e entre os jornalistas e as suas fontes de informação. (...) o mundo social e político não é uma realidade predeterminada e dura que os jornalistas refletem, e os jornalistas não são observadores passivos, mas participantes ativos da construção da realidade. (TRAQUINA, 2001, p. 63)

Além disso, a notícia é considerada como uma construção social, originária de diferentes interações entre os mais diversos agentes sociais, que “pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol das suas estratégias de comunicação, e os profissionais do campo, que reivindicam o monopólio de um saber que é a notícia.” (Traquina, 2005, p. 28)

[...] a pesquisa dos anos 70 constitui um momento de virada, com a emergência de um paradigma que é totalmente oposto à perspectiva das notícias como ‘distorção’ e que também põe em causa diretamente a própria ideologia jornalística e a sua teoria das notícias como espelho da realidade. (TRAQUINA, 2005, p. 168)

Traquina ainda ressalta o posicionamento de Bourdieu: é preciso localizar a atividade jornalística no campo intelectual, e cita Menanteau-Horta para destacar: “A parte mais importante do processo informativo envolve essencialmente uma operação intelectual. Os serviços prestados pelo jornalismo requerem um elevado grau de edição, seleção ou análise, o qual efetivamente implica uma função intelectual [...]”. (p. 117)

Desta forma, o presente trabalho defende as notícias como resultado de estratégias, de acordos – tácitos ou não – entre a rede responsável pela produção destas: jornalistas, fontes,

personagens retratados nas notícias e o leitor/consumidor final de toda esta cadeia produtiva, apoiando-se na seguinte definição para acontecimentos (foco das notícias):

Chamaremos acontecimento a modalidade transparente da informação; aquilo que, então, aparece como figura é seu objeto: os acontecimentos aos quais se refere a informação formam o mundo que se supõe real. [...] A informação, mantida discretamente atrás do acontecimento, permanece nele presente como filigrana. [...] Acontecimento e informação não são instâncias que, a um dado momento, seriam autônomas. O acontecimento sempre possui a forma de informação. (MOUILLAUD, 2002. p. 56 e 57)

Com isso, há consenso com o ponto de vista de Mouillaud (2002) que diz que o jornal funciona como uma “membrana viva”, um campo de atividade em que se faz um “trabalho de criação sócio-simbólica”, essência da atividade jornalística. O jornalista atua em um meio que reúne “operações sócio-simbólicos”, entre apreender o acontecimento e elevá-lo ao nível da publicação.

2.1 Paradigma construtivista

De acordo com Traquina (2005), a pesquisa comunicacional nos anos 1960/70 é marcada por um novo paradigma: a notícia como construção, perspectiva que rejeita a teoria do espelho já que defende que não é possível criar uma distinção entre a realidade e os meios noticiosos que deveriam “refletir” essa realidade, pois as notícias contribuem para a construção da própria realidade. Além disso, há a defesa de que os meios de comunicação constroem a sua representação dos acontecimentos, em razão da organização do trabalho do jornalista, das restrições orçamentárias que norteiam a dinâmica das empresas de comunicação e da imprevisibilidade dos acontecimentos.

Segundo Sousa (2006)⁴, tais abordagens que consideram as notícias como produto de um processo de construção englobam as conclusões dos diferentes estudos sobre os jornalistas, o gatekeeping (estudo das forças que determinam que as notícias são o que são e

⁴ Sousa também destaca esta corrente como Sociologia Interpretativa ou Construcionismo. Sublinha que os autores desta perspectiva veem a sociedade como uma trama complexa de diferentes grupos que criam os seus próprios universos simbólicos e os seus mecanismos de interpretação da realidade. Além disso, propõem que a formatação e apresentação dos conteúdos dos meios de comunicação social contribuem para uma determinada modelação de um patamar de conhecimento compartilhado em sociedade. “Este patamar cognitivo funciona como referente para a sociedade. Com base nesse ponto de vista, pode dizer-se que os meios de comunicação social têm, frequentemente, uma influência directa sobre as pessoas e o meio social. As análises de discurso e conteúdo assentam, implicitamente, sobre essa noção”. (p. 408)

que fazem com que tenhamos determinadas notícias e não outras), os valores-notícia (critérios de noticiabilidade), os constrangimentos organizacionais, as relações entre fontes e jornalistas, a influência das ideologias e da cultura no processo de produção de informação, etc.

Ao citar Schudson (1982/1993), Bird e Dardenne (1988/1993) e Tuchman (1976/1993), Traquina destaca que dentro desta perspectiva as notícias passam a ser consideradas estórias, vistas como narrativas da realidade exterior (daí não as ver como ficção!), que informam, são um aprendizado para os leitores, e, assim como documentos públicos, são uma realidade construída que têm sua própria validade interna.

Sousa (2006) destaca que, para estes teóricos construtivistas, as notícias – como estórias – são narradas de acordo com a cultura da sociedade da qual são produzidas e a cultura dos jornalistas. Além disso, aponta que os jornalistas escrevem em "jornalês", usando formas literárias e narrativas para dar sentido ao mundo, ao relato e à sua profissão.

"As formas literárias e as narrativas ajudam a garantir que os membros da comunidade jornalística, sobre a pressão tirânica do factor tempo, conseguem transformar quase instantaneamente um acontecimento numa notícia" (Traquina, 1988: 31). Manoff (1986) salienta que a escolha que o jornalista faz de uma narrativa não é totalmente livre. Factores como a aparência que o real assume para o jornalista, as convenções que moldam a sua percepção e fornecem o inventário para a elaboração de notícias, os constrangimentos organizacionais e as rotinas limitam a esfera de autonomia do profissional do jornalismo. (SOUSA, 2006, p. 231)

Ou seja, os jornalistas acabam enxergando o novo de acordo com as suas estruturas cognitivas, baseado na aparência que a realidade assume para eles.

Com tal visão, a atenção é voltada para a compreensão da dimensão cultural das notícias, pois estas são produzidas por profissionais que estão inseridos em um sistema cultural e que, por isso, agem inconscientemente de acordo com padrões internos de discursos.

As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo 'aleatório' – devem ser trazidos aos horizontes do 'significativo'. [...] A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os media tornam o mundo a que fazem referência inteligível a leitores e expectadores. (HALL, 1978/1993, *apud* TRAQUINA et al., 2005, p. 171)

Vale destacar que as notícias, embora sendo índice do real, são consideradas como reflexo das formas literárias e das narrativas usadas para enquadrar o acontecimento. Ou seja, “[...] a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento [...] são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade (Carey, 1986)”. (TRAQUINA, 2005, p. 174)

Sousa (2006), com base em Traquina, aponta, de forma resumida, que a perspectiva construtivista sustenta que não há como distinguir entre a realidade e as notícias, pois estas últimas fazem parte da realidade e ajudam a construí-la; a linguagem não reflete a realidade, apesar da linguagem poder representar a realidade metonimicamente; os meios jornalísticos constroem determinadas representações da realidade, por causa dos constrangimentos a que está sujeito o processo de produção de notícias. Aponta que mesmo o jornalista sendo participante ativo na construção da realidade, tal ação é desenvolvida dentro de uma determinada esfera de autonomia e que o jornalista é visto como um ser em situação, que faz parte de uma determinada cultura profissional, organizacional e civilizacional e que age de acordo com valores ideológicos enraizados na própria ideologia profissional dos jornalistas.

Dentro desta perspectiva, Traquina (2005) destaca duas teorias: a estruturalista e a interacionista. Para o autor, as duas são complementares, mas divergem em alguns pontos.

Em comum, ele considera que as duas rejeitam a teoria do espelho⁵, criticam o empiricismo ingênuo dos jornalistas e veem as notícias como o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais (os jornalistas, as fontes de informação, a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização). São consideradas teorias micro-sociológicas e macro-sociológicas, pois situam o jornalista no seu local de trabalho, dando importância aos constrangimentos organizacionais. Além disso, “[...] defendem a perspectiva de que o “neófito” se integra por um processo de osmose não só numa organização, mas numa comunidade profissional, sendo assim teorias transorganizacionais”. (TRAQUINA, 2005, p. 173).

⁵ A primeira “teoria” oferecida para explicar porque as notícias são como são é a teoria oferecida pela própria ideologia profissional dos jornalistas (pelo menos nos países ocidentais). É a teoria mais antiga e responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. Central à teoria é a noção-chave de que o jornalista é um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses públicos a defender e que o desviam da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer. [...] com o [...] paradigma das notícias como informação, o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais. [...] Certamente as notícias são um produto centrado no referente, onde a invenção e a mentira são violações das mais elementares regras jornalísticas. Assim, o referente, ou seja a “realidade”, não pode deixar de ser um fator determinante do conteúdo noticioso. Mas a teoria do espelho, intimamente ligada à própria legitimidade do campo jornalístico, é uma explicação pobre e insuficiente, que tem sido posta em causa repetidamente em inúmeros estudos sobre o jornalismo e, na maioria dos casos, sem qualquer intuito de pôr em causa a legitimidade dos seus profissionais. (TRAQUINA, 2005, p. 147, 147 e 149)

Ambas rejeitam categoricamente uma visão instrumentalista das notícias, já que destacam a importância da cultura jornalística (a estrutura dos valores-notícia dos jornalistas, a ideologia dos membros da comunidade, as rotinas e os procedimentos profissionais), reconhecem que os membros da comunidade jornalística exercem um grau de autonomia, contestando a visão de que os jornalistas são observadores passivos. Para as duas, os jornalistas são participantes ativos na construção da realidade.

A divergência entre as duas teorias, de acordo com Traquina, encontra-se na relação entre as fontes e os jornalistas: para a estruturalista, não há espaço de negociação nesta relação e a imprensa acaba sendo sempre reprodutora da ideologia dominante; enquanto para a interacionista, os jornalistas têm necessidades próprias de acontecimentos, fazendo com que tais profissionais tenham um papel decisivo no processo de produção de notícias.

De forma resumida, Sousa (2006) caracteriza a teoria estruturalista como aquela que considera que as notícias são um produto socialmente construído que reproduzem a ideologia dominante e legitimam o *statu quo*, pois considera que os jornalistas e os órgãos de comunicação social têm reduzida autonomia, estão inseridos em uma cultura rotinizada, burocratizada e podem ser influenciados pelo controle da classe dominante (muitas vezes proprietária dos meios de comunicação), que vincula os meios de comunicação de massa às suas (primeiras) definições dos acontecimentos. Desta forma, as notícias representam esta relação estrutural entre os meios de comunicação de massa e os definidores e contribuem para a construção de uma sociedade consensual e normalizada, em função da ideologia dominante. Além disso, as rotinas produtivas são encaradas como uma cessão ao domínio dos poderosos.

O autor resume a teoria interacionista como aquela que considera as notícias como resultado de um processo de percepção, seleção e transformação de acontecimentos, regido sob a pressão do tempo, por um grupo de profissionais relativamente autônomo e autorizado, que compartilha de uma cultura comum. Os jornalistas são considerados participantes ativos na construção da realidade. As notícias são vistas como uma construção social, tendo como limitador a natureza da realidade, e mesmo assim sendo capazes de registrarem aspectos tangíveis dessa realidade. As notícias refletem também os constrangimentos organizacionais, os enquadramentos (ou frames) e narrativas culturais comuns da prática jornalística, das rotinas que moldam a produção de notícias, os valores-notícia e as negociações entre jornalistas e fontes de informação.

2.1.1 Teoria Estruturalista

A teoria estruturalista defende que as notícias são um produto social resultante de fatores como a organização burocrática dos meios de comunicação, a estrutura dos valores-notícia (que contribuem para a socialização e a prática e a ideologia profissional dos jornalistas) e o próprio momento de construção da notícia (processo para identificar e contextualizar em que mapas culturais do mundo social são utilizados na organização). E encara que o processo de produção das notícias não só subentende a natureza consensual da sociedade como evidencia o papel das notícias no reforço da construção da sociedade como consensual.

Traquina (2005) destaca que esta ênfase no papel da cultura evidencia o fato de que a teoria estruturalista valoriza uma perspectiva culturalista e os seus principais proponentes acadêmicos, como Stuart Hall, são conhecidos pelo nome de a escola culturalista britânica. Wolf (2002) cita duas tendências dentro de tal escola: os trabalhos a respeito da produção dos meios de comunicação de massa visto como um sistema complexo de práticas dominantes para formação da cultura e da realidade social e os estudos sobre o consumo de comunicação de massa visto como local de acordos entre as práticas comunicativas distintas. Esta segunda coloca em “[...] destaque a contínua dialéctica entre sistema cultural, conflito e controlo social” e “reafirma a centralidade das criações culturais coletivas como agentes da continuidade social”. (p. 110). Sousa (2006) salienta que os textos que inauguram a escola culturalista defendem a ideia de que os meios de comunicação social atuam na produção e na reprodução da estrutura social, formando uma espécie de indústria da consciência capacitada para moldar o conhecimento de acordo com as estruturas ideológicas que garantem a coesão social e a manutenção do *statu quo*.

A teoria estruturalista também enfatiza o papel dos meios na reprodução da ideologia dominante, já que notícias são vistas como parte da produção da indústria cultural. E para justificar esta posição sobre o papel ideológico da imprensa (isso tem a ver com a herança marxista dos idealizadores desta teoria), os autores desta linha indicam que a relação estrutural entre os meios de comunicação e os definidores primários (primary definers: seriam os representantes das opiniões dos poderosos ou das esferas do poder, uma espécie de porta-voz da ideologia dominante) deve ser considerada, pois esta relação estrutural – entre os meios de comunicação e as suas fontes ligadas aos poderes ou poderosos – ajuda a esclarecer a questão negligenciada do papel ideológico da imprensa.

[...] queremos chamar a atenção para as mais rotineiras estruturas de produção de notícias, para observar como é que os media vêm, de fato, e em última instância, a reproduzir as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista, ao seu serviço. Devemos aqui insistir numa distinção crucial entre definidores primários e secundários. (HALL, 1978/1993, *apud* TRAQUINA et al., 2005, p. 178)

Há também a defesa de que as pressões constantes contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade fazem com que se produza um exagerado acesso à imprensa por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas. Desta forma, os meios de comunicação não se limitam a criar as notícias, nem a transmitir a ideologia da classe dirigente com intenção conspiratória e são vistos em uma posição de subordinação em relação às fontes ligadas aos poderes ou poderosos:

[...] os media não são frequentemente os primary definers de acontecimentos noticiosos mas a sua relação estrutural com o poder tem o efeito de os fazer representar não um papel crucial mas secundário ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como que de direito, aos media como “fontes acreditadas”. (HALL, 1978/1993, *apud* TRAQUINA et al., 2005, p. 179)

Dentro desta perspectiva, as fontes oficiais são consideradas como um bloco unido e uniforme e a disputa entre os membros destas fontes é minimizada. Os definidores primários comandam a ação. E esta visão determinista da teoria estruturalista é criticada, pois não vê espaços possíveis para manobra por parte dos jornalistas, ou seja, os jornalistas nunca tomam a iniciativa ou desafiam os definidores primários; não considera a existência de um processo de negociação antes da definição principal. Com isso, o campo jornalístico é visto como um espaço de reprodução da ideologia dominante que perde a sua força como lugar para os mais diversos agentes sociais.

2.1.2 Teoria Interacionista

A teoria interacionista considera que “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (TRAQUINA, 2005, p. 180). Defende que existem critérios na rotina jornalística que determinam o que é notícia, denominado de noticiabilidade (newsworthiness), ou seja, há fatores levados em consideração pelos

jornalistas que determinam a escolha, seleção de um acontecimento para que este seja divulgado, ganhe a existência pública.

Tais critérios são influenciados pela tirania do tempo que molda o trabalho dos jornalistas, fazendo com que sejam criadas estratégias para cumprir o desafio colocado pela natureza da sua matéria-prima (o acontecimento): ele pode surgir em qualquer parte, a qualquer momento, havendo desta forma a necessidade de impor ordem no espaço e no tempo.

Traquina destaca visão de Tuchman (1973, 1978) de que as empresas jornalísticas tentam impor ordem no espaço estendendo uma rede noticiosa (news net) para buscar os acontecimentos. E aponta as estratégias das empresas, abordadas pela socióloga americana para minimizar a consequência de que com isso os acontecimentos noticiáveis ocorram em certas localidades e não em outros:

1) A territorialidade geográfica – as empresas jornalísticas dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial; 2) a especialização organizacional – as empresas jornalísticas estabelecem “sentinelas” em certas organizações que, do ponto de vista dos valores-notícia, produzem acontecimentos julgados com noticiabilidade; 3) a especialização em termos de temas – as empresas jornalísticas auto-dividem-se por secções que enchem certas “rubricas” do jornal. (TRAQUINA, 2005, p. 183/184)

Sobre a imposição de uma ordem no tempo, o autor destaca que toda empresa jornalística tem o seu próprio “biorritmo”, ou seja, a rotina é determinada pelas horas de funcionamento da empresa (entrada e saída dos jornalistas, horário limite para impressão/exibição/distribuição do material noticioso); e elabora uma lista de acontecimentos previstos (agenda) a fim de tentar planejar o futuro. Ressalta que a dinâmica do trabalho jornalístico, a importância do imediatismo e a visão do “jornalismo como relatos atuais sobre acontecimentos atuais” (p. 184) trazem como resultado o foco apenas nos acontecimentos e não nas problemáticas.

Com isso, a busca pela notícia passa a ser determinada por uma rede de referências, denominada por Gaye Tuchman de teia de facticidade: “determinação e ordenamento dos fatos dentro e em conjunto com outros fatos”, com o objetivo de garantir às notícias aparência factual, que “assegura assim a legitimidade do discurso”. (ARAÚJO, 2004)

Desta forma, os acontecimentos são passíveis da observação dos jornalistas porque estão definidos no espaço e no tempo.

Além disso, a teoria interacionista considera interativo o processo de produção das notícias, já que os agentes sociais envolvidos nele são ativos na negociação constante dentro do trabalho jornalístico.

Três categorias de pessoas envolvidas no dinâmico e complexo xadrez jornalístico, de Molotch e Lester (1974/1993), são resgatadas por Traquina: os promotores de notícias (news promoters): indivíduos que identificam uma ocorrência como especial (nesta categoria há “executor”, que faz o acontecimento, participa do acontecimento e o “informador”, que não participa do acontecimento mas informa os meios de comunicação sobre a existência do acontecimento); os news assemblers: profissionais que permitem certos “news assemblers to” passarem de ocorrência promovidas para acontecimentos públicos através da divulgação; e c) os consumidores de notícia (news consumers): público-alvo dos meios de comunicação social. O que reforça a visão de que:

[...] nas sociedades mass-mediadas, o campo jornalístico constitui um alvo prioritário da ação estratégica dos diversos agentes sociais, em particular, dos profissionais do campo político. Um objetivo primordial da luta política consiste em fazer concordar as suas necessidades de acontecimentos com as dos profissionais do campo jornalístico. (TRAQUINA, 2005, p. 186/187)

Os dois autores retomados por Traquina no parágrafo anterior definem acontecimentos como ocorrências que são criativamente utilizadas na demarcação do tempo, o que reforça o papel estratégico do campo jornalístico nas sociedades modernas e na comunicação política. Ao transformar um acontecimento em notícia, significa que se dá existência pública a tal acontecimento e o constitui como recurso de discussão.

O que reforça o posicionamento desta teoria de que os jornalistas têm necessidades próprias de acontecimentos, fazendo com que tais profissionais tenham um papel decisivo no processo de produção de notícias.

2.2 Do gatekeeper ao newsmaking

De acordo com contextualização de Traquina (2005), a primeira teoria sobre o jornalismo foi a do gatekeeper (denominada também como teoria da ação pessoal por este autor).

O termo gatekeeper, conceito introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin em artigo, publicado em 1947, sobre as decisões domésticas relativas à aquisição de alimentos para a

casa, diz respeito à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões. David Manning White resgatou-o e aplicou em pesquisa sobre a atividade de um jornalista de meia-idade em um jornal médio norte-americano, Mr. Gates, que anotou durante uma semana os motivos que o levaram a rejeitar as notícias que não usou.

Segundo Wolf (2002), o gatekeeping nos meios de comunicação engloba todas as formas de controle da informação presentes na codificação das mensagens, na seleção, na formação de mensagem, na difusão, na programação, na exclusão da mensagem completa ou parte dela.

Nesta teoria, o processo de produção da informação é visto como resultado de escolhas tomadas diante do fluxo de notícias, que passa por diversos gates (“portões”, considerados áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o gatekeeper, tem de decidir se vai escolher esse notícia ou não).

A conclusão de White é que o processo de seleção é subjetivo e arbitrário, as decisões do jornalista eram altamente subjetivas e dependentes de juízos de valor baseados no “conjunto de experiência, atitudes e expectativas do gatekeeper”. Assim, numa teoria que Schudson (1989) designa de “ação pessoal”, as notícias são explicadas como um produto das pessoas e das suas intenções. (TRAQUINA, 2005, p. 150)

A teoria do gatekeeper, que analisa as notícias apenas a partir de quem as produz - o jornalista -, dá ênfase, portanto, apenas em uma abordagem micro-sociológica, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer fatores macro-sociológicos, ou mesmo, micro-sociológicos como a organização jornalística. De acordo com Traquina, a teoria avança igualmente uma concepção bem limitada do trabalho jornalístico, sendo uma teoria que se baseia no conceito de “seleção”, minimizando outras dimensões importantes do processo de produção de notícias, uma visão limitada do processo de produção de notícias.

Além deste posicionamento em relação aos meios de comunicação de massa e aos profissionais que neles atuam, Traquina (2000) sublinha que, ao selecionarem e divulgarem as notícias, os profissionais e os meios exercem um papel importante na configuração da realidade política, pois os leitores conhecem um determinado assunto e sabem qual a importância atribuída a esse mesmo assunto, de acordo com a quantidade de informação veiculada e a posição por ela ocupada.

A hipótese enunciada segundo a qual os media desempenham uma função de agendamento é formulada de forma mais sucinta por Cohen (1963: 13): embora a imprensa, “na maior parte das vezes, possa não ser bem sucedida

ao indicar às pessoas como pensar, é espantosamente eficaz ao dizer aos seus leitores sobre o que pensar”. Embora os media possam ter pouca influência sobre a direcção ou a intensidade das convicções, coloca-se a hipótese de que possam estabelecer a agenda de cada campanha política, influenciando a relevância das atitudes em relação às questões políticas. (TRAQUINA, 2000, p. 48)

A partir disso, os meios de comunicação de massa são encarados como capazes de estabelecer a agenda da opinião pública, sem que necessariamente determinem o sentido que essa opinião vai tomar. A esta característica, demonstrada empiricamente por McCombs e Shaw (1972) e de acordo com Traquina (2000), deu-se o nome de “função de agendamento” da comunicação de massas. Na formulação de Cohen (1963), os meios de comunicação de massa podem muitas vezes não ter êxito quando dizem às pessoas como pensar, mas são eficazes quando lhes dizem sobre o que pensar.

Para Sousa (2006), o aparecimento desta teoria marca uma ruptura com o paradigma funcionalista sobre os efeitos dos meios de comunicação, já que até então, e sobretudo nos EUA, predominava a visão de que “a comunicação social não operava directamente sobre a sociedade e as pessoas, já que a influência pessoal (por exemplo, a influência dos líderes de opinião) relativizaria, limitaria e mediatizaria esses efeitos” (p. 501). Desta forma, contrariamente, a também conhecida teoria do agenda-setting demonstra que existem efeitos cognitivos directos, pelo menos quando determinados assuntos são abordados e quando estão reunidas certas circunstâncias.

A tese de agendamento defende que os públicos decidem a saliência de cada assunto a partir das escolhas dos gatekeepers, que são veiculadas pelos meios de comunicação de massa, e desta forma incorporam na sua agenda pessoal uma escala de pesos semelhante. Porém vale ressaltar que o impacto da função de agendamento da comunicação de massas não pode ser aplicado por igual a todas as pessoas; pois este dependente do conceito psicológico de necessidade de orientação. Por isso, Traquina destaca McCombs e Shaw (1972) que chamaram a atenção para a necessidade de considerarem tanto as variáveis psicológicas como as sociológicas que influenciam o agendamento, remetendo também para a observação de Chaffe (1973) de que os efeitos dos meios de comunicação de massa seriam melhores estudados no quadro de níveis distintos de variáveis de orientação que se relacionam com a motivação que cada um tem para se expor a tais meios.

Ao citar estudos de Westley e MacLean (1957) e McNelly (1959), Sousa (2008) destaca que o gatekeeping é considerado um fenómeno essencialmente organizacional, norteado por um critério de noticiabilidade, ou seja, só é notícia aquilo que os jornalistas,

dentro de uma organização noticiosa, acreditam que o seu público quer, em parte devido ao feedback que este disponibiliza. Com isso, a organização noticiosa começou a ser entendida como um fator de constrangimento mais relevante do que a subjetividade do jornalista. E a evolução dos estudos dentro desta perspectiva indicou que não há somente um gatekeeper, mas vários e dispostos em sequência, capazes de reduzir o número de notícias e os conteúdos das mesmas.

Outro conceito usado nesta perspectiva é o do enquadramento: geridos através da construção de símbolos e imagens, que facilmente se conforma com os critérios e procedimentos que os meios de comunicação de massa usam para decidirem o conteúdo do seu produto, é a forma como pensar sobre o que é escolhido para ser noticiado, determinada pela seleção. Intrínsecos à agenda jornalística e aos seus conjuntos diários de objetos (assuntos, personalidades, acontecimentos, etc.) são as perspectivas que os jornalistas, e, por conseguinte o público, adotam para pensar sobre cada objeto, que direcionam a atenção para determinados atributos, desviando-a de outros. Traquina cita que a expressão genérica valor noticioso é usada para denominar estas perspectivas jornalísticas. Porém, os objetos com valor noticioso são enquadrados das mais diferentes formas.

[...] os padrões de envolvimento público podem mudar drasticamente de acordo com os padrões de orientação política existentes em cada situação. Em alguns debates em torno das políticas [...], as pessoas podem envolver-se durante o tempo suficiente e receber informação crítica suficiente para se tornarem participantes informados no processo político. Noutros casos, a opinião pública torna-se um artefacto das estruturas de orientações presentes nos media que fornecem uma base reduzida para envolvimento crítico do público. (TRAQUINA, 2000, p. 123)

De acordo com Soares⁶ (2009), nos estudos de jornalismo, o enquadramento refere-se à capacidade dos meios de produzirem e propagarem implicitamente uma interpretação do mundo, através de uma retórica implícita, que faz parte da própria estrutura das matérias jornalísticas, apontando o papel dos meios noticiosos na construção das representações públicas.

⁶ O autor contextualiza o surgimento do conceito de enquadramento (framing) na Sociologia e trazido para os estudos de comunicação, sendo empregado para referir-se às propriedades construtivas das representações jornalísticas. “As referências originais desse conceito vêm da obra *Frame analysis*, do sociólogo norte-americano Erving Goffman (1974), na qual os enquadramentos são definidos como marcos interpretativos construídos socialmente, que permitem às pessoas atribuírem sentido aos acontecimentos e às situações sociais, basicamente, respondendo à pergunta: “o que está acontecendo aqui”? Ou seja, trata-se de um processo de definição de situação, implicando construção de sentido para os eventos cotidianos. A psicologia cognitiva é outra fonte importante do enquadramento, por meio de pesquisas que demonstram como mudanças na formulação de problemas provocam variações nas percepções das pessoas (Porto, 2004)”, (SOUSA, 2009, p. 57)

Os enquadramentos de notícias existiriam em dois níveis: a) como princípios mentais ou esquemas de processamento da informação e b) como características do texto noticioso (Entman, 1991). Nesse caso, os enquadramentos residem nas propriedades específicas da narrativa noticiosa que encorajam percepções e pensamentos sobre eventos e compreensões particulares sobre eles. Os enquadramentos de notícias são construídos por palavras, metáforas, conceitos, símbolos e imagens visuais enfatizadas na narrativa noticiosa. (SOARES, 2009, p. 56-57)

De acordo com Traquina, a pesquisa sobre agendamento expandiu-se rapidamente para além do seu domínio teórico original, a inter-relação da agenda dos media e da agenda do público. Nas fases iniciais, destaque para a concentração na questão “Quem determina a agenda pública – e em que condições?”. Já os desdobramentos da pesquisa, segundo o autor, centram a atenção na pergunta: “Quem determina a agenda dos media?”, o que tem estabelecido pontes entre a pesquisa sobre o agendamento e várias subáreas das ciências sociais, da comunicação e do jornalismo.

Como avanço desta visão (do âmbito individual a um nível mais vasto, a organização jornalística), Traquina destaca a teoria organizacional, inaugurada pelos estudos do sociólogo norte-americano Warren Breed (1955/1993), que insere o jornalista no seu contexto mais imediato, a organização para a qual trabalha, destacando os constrangimentos organizacionais sofridos pelo profissional e vendo que o jornalista se conforma mais com as normas da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele tivesse trazido consigo.

[...] o contexto profissional-organizativo-burocrático circundante exerce uma influência decisiva nas escolhas dos gatekeepers (...) A principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo de referência constituído pelos colegas ou pelos superiores. (WOLF, 2002, p. 182)

Para chegar a tal conclusão, Breed elenca seis fatores que promovem o conformismo com a política editorial da organização: 1) A autoridade institucional e as sanções (punições x recompensas); 2) Os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores; 3) As aspirações de mobilidade; 4) A ausência de grupos de lealdade em conflito; 5) O prazer da atividade, pois “os jornalistas estão próximos das grandes decisões sem terem de as tomar; tocam no poder sem serem responsáveis pela sua prática” (BREED, 1955/1993 *apud* TRAQUINA et al., 2005, p. 155); e 6) As notícias como valor – elas são consideradas um desafio constante.

Segundo Wolf, se os estudos sobre os gatekeepers associavam o conteúdo dos jornais ao trabalho de seleção das notícias, marcado pelas decisões do “gate” (“portões”, “guarda de cancela”), a evolução dos estudos sobre a produção de notícias relacionam a imagem da realidade social, fornecida pelos meios de comunicação de massa, com a organização e a produção rotineira dos aparelhos jornalísticos.

De acordo com a teoria organizacional, as notícias são o resultado de processos de interação social dentro da empresa jornalística e, por este motivo, o trabalho jornalístico é influenciado pelos meios de que a organização dispõe. Com isso, o jornalista tem conhecimento de que o seu trabalho passa por uma cadeia organizacional, em que há hierarquicamente profissionais com certos poderes e meios de controle, e tem que se antever as expectativas dos seus superiores para evitar que seus textos sejam editados ou até sofram repreensão ou censura.

[...] esta teoria aponta para a importância do fator econômico na atividade jornalística. (...) o fator econômico é determinante na resposta dada à pergunta porque as notícias são como são. O jornalismo também é um negócio. (...) As receitas provêm essencialmente das vendas da publicidade, O espaço ocupado pela publicidade intervém diretamente na produção do produto jornalístico. (TRAQUINA, 2005, p. 158)

Portanto, a dimensão econômica enfatiza a percepção da notícia como um produto que deve ser inserido na relação entre o produtor e o cliente e satisfazer as exigências do cliente. A notícia passa a ser considerada um produto perecível, que deve chegar ao cliente o mais rápido possível para ser utilizada. Esta visão marca a dinâmica da concorrência entre as empresas jornalísticas, nomeadamente na luta pelo furo jornalístico (a busca do jornalista por algo exclusivo, inédito).

Ao considerar os meios de comunicação de massa como um núcleo central da produção simbólica, na sociedade atual (tendência de pesquisa influenciada pela importância assumida pela sociologia do conhecimento e os estudos sobre os fenômenos culturais, sublinhada por Wolf), esta visão defende que é necessário conhecer não só os sistemas de valores, de representações, de imaginário coletivo que eles propõem, mas também o modo, os processos, as restrições e as limitações em que tudo isso acontece.

Em relação a esse objectivo, a pesquisa tem presente não só os factores organizativos, burocráticos, ligados à estruturação dos processos produtivos, mas também os elementos mais especificamente comunicativos, isto é, intrínsecos à peculiaridade da <<matéria-prima>> trabalhada. A dupla e simultânea atenção a ambos os factores, resulta de alguns estudos que

Golding e Elliott apontam como exemplificativos da fase *intermediária* da passagem do *gatekeeping* para o *newsmaking*. (WOLF, 2002, p. 185)

De acordo com Wolf, o *newsmaking* articula-se, principalmente, dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos. As conexões e as relações existentes entre os dois aspectos constituem o ponto central deste tipo de pesquisa.

Para cultura profissional, o autor usa definição de Garbarino (1982) de que é um “emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativos às funções dos mass media e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que superintendem à sua confecção. A ideologia traduz-se, pois, numa série de paradigmas e de práticas profissionais adotados como naturais” (p. 189). Destaca também que há restrições relativas à organização do trabalho, que geram convenções profissionais, moldam a definição de notícia, legitimam o processo produtivo e ajudam contra as críticas do público. Desta forma, é instaurado um conjunto de critérios, de relevância que definem a noticiabilidade (*newsworthiness*) de cada acontecimento, isto é, a sua aptidão para ser transformado em notícia.

O conceito de noticiabilidade é definido por Wolf como sendo o conjunto de critérios, operações e instrumentos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos meios de comunicação de massa e do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem existência pública de notícias. Afirma que está ligado aos processos de rotinização e de padronização ao longo da produção.

[...] equivale a introduzir práticas produtivas estáveis, numa matéria-prima (os factos que ocorrem no mundo) que é, por natureza, extremamente variável e impossível de predizer. (...). (...) é a resposta que o órgão de informação dá à questão que domina a actividade dos jornalistas: quais os factos quotidianos que são importantes? (WOLF, 2002, p. 190)

Pena (2005) destaca que a noticiabilidade é negociada por repórteres, editores, diretores e outros atores do processo produtivo na redação.

Os fatos podem surgir em qualquer lugar, a qualquer hora. Entretanto, por mais paradoxal que pareça, é preciso colocar ordem à imprevisibilidade. É nesse momento que os critérios de noticiabilidade, usados como um conjunto de instrumentos e operações que possibilitam ao jornalista escolher os fatos

que vão se transformar em notícias, evidenciam-se nos valores-notícia. (PENA, 2005, p. 73)

O autor destaca que a perspectiva da teoria do newsmaking é construtivista, pois tal método apenas enfatiza o caráter convencional das notícias, admitindo que elas informam, têm referência na realidade e contribuem na construção dessa mesma realidade. Reforça que as notícias possuem uma lógica interna de constituição que influencia todo o processo de construção. Isso porque o jornalismo está longe de ser o espelho do real e é a construção social de uma suposta realidade.

Dessa forma, é no trabalho da enunciação que os jornalistas produzem os discursos, que submetidos a uma série de operações e pressões sociais, constituem o que o senso comum das redações chama de notícia. Assim, a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la. Esses pressupostos estão incluídos no modelo teórico do newsmaking (...). (...) embora a notícia não se esgote na sua produção é com ela que esse modelo está preocupado. (PENA, 2005, p. 128)

E como componente da noticiabilidade, Wolf aponta os valores-notícia, que respondem à pergunta “Quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” e correspondem aos valores que funcionam na prática de forma complementar. São definidos como critérios de relevância do processo produtivo, desta forma estão presentes na seleção das notícias e também em operações posteriores.

De acordo com Sousa (2008), os critérios de noticiabilidade são difusos, entrecruzados e até contraditórios. Porém não são imperativos, pois funcionam como um guia mental, nem sempre consciente, para o jornalista reconhecer e selecionar os acontecimentos mais importantes, “mas não ‘obrigam’ a escolhas únicas” (p. 221).

As categorias das quais os valores/notícia derivam são sistematizadas por Wolf como sendo:

1) Características substantivas das notícias; ao seu conteúdo – refere-se ao acontecimento que vira notícia.

Neste nível, a importância da notícia parece ser definida por quatro variáveis: grau hierárquico dos indivíduos ligados ao acontecimento noticiável; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; e relevância do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação.

2) Disponibilidade do material e critérios relativos ao produto informativo – está ligada aos processos de produção e realização.

É necessário saber se o fato pode ser coberto através dos meios técnicos disponíveis, levando em conta os limites do formato do veículo de comunicação. Entram neste nível itens como, por exemplo, os critérios de brevidade, atualidade, frequência, qualidade e equilíbrio.

3) Público – refere-se à imagem que os jornalistas possuem dos receptores e de que forma esta visão influencia no trabalho jornalístico.

4) Concorrência – remete às relações entre os meios existentes e a importância que cada um dá ao outro na corrida pela notícia.

As rotinas produtivas – as fases de captação do acontecimento, da seleção do que vai virar notícia e conseqüente apresentação/edição desta – somadas com as relações entre jornalistas-fontes-agências de notícias e ao o é que elencado pelos profissionais como certo de ter lugar no jornal/noticiário/produto editorial (denominado por Wolf como agenda de serviço) ao longo deste processo contribuem com os valores/notícias. Ajudam a evidenciar a complexidade do jogo que compõe o fazer jornalismo.

Vale destacar que o paradigma da construção social da realidade, no qual a teoria do newsmaking baseia-se, precisa também levar em conta tais rotinas de produção, lembrando que elas podem mudar de acordo com o contexto em que o jornalista está inserido e o jeito de encarar a profissão. As rotinas podem ser constantemente corrigidas ou alteradas, estabelecendo novas relações.

Por esta razão, Pena defende que não é possível encarar os pressupostos de “rotinização” do trabalho, do processo de produção e da cultura jornalística como pontualmente deterministas, pois estes não são módulos uniformes e imutáveis, pois:

Há espaços de manobra para os jornalistas e eles estão localizados na interação com os agentes sociais. A rede de fontes, a capacidade de negociação e um talento para a investigação são trunfos utilizados para demonstrar que o processo de produção das notícias é interativo. Depende das rotinas profissionais, mas também de iniciativas dos jornalistas e de demandas da sociedade, entre outros fatores. (PENA, F. 2005, p. 132)

Outro ponto, além da conceitualização de noticiabilidade que ajuda a entender o fazer jornalismo, é a consequência desta perspectiva orientada pela “facilidade”, apontada por Wolf: a fragmentação da informação. Se para transformar-se em notícia o fato precisa ser descontextualizado para então ser recontextualizado dentro dos padrões do veículo de

comunicação (dentro dos limites do meio), neste procedimento o recorte pode contribuir para denominada distorção involuntária.

O conjunto de factores que determina a noticiabilidade dos acontecimentos permite efectuar, quotidianamente, a cobertura informativa, mas dificulta o aprofundamento e a compreensão de muitos aspectos significativos dos factos apresentados como notícias. A noticiabilidade, portanto, constitui um elemento da distorção involuntária contida na cobertura informativa dos mass media. (WOLF, M. 2002, p. 193)

A citar Tuchman, Pena (2005) sublinha que o processo de produção da notícia é planeado como uma rotina industrial: possui procedimentos próprios e limites organizacionais que moldam o planeamento produtivo, que fazem com que o jornalista se submeta a eles, mesmo o profissional sendo participante ativo na construção da realidade (p. 129). Tudo determinado pela sistematização do trabalho jornalístico, rotinas que caracterizam a divisão de tarefas entre os profissionais e do próprio meio que organiza o trabalho de acordo com as horas de fechamento.

À luz do paradigma da construção social da realidade (que é tributário da sociologia do conhecimento), base da teoria do newsmaking, o autor reforça a necessidade de analisar os aspectos que interagem com esse paradigma para compreender a realidade humana como socialmente construída: considerar que a vida cotidiana está em constante interação e comunicação com os indivíduos, instituições, culturas e outras forças sociais.

A partir deste ponto de vista, se faz necessário o resgate dos níveis de influência sobre as notícias que Sousa (1999) elenca como sendo eles “interdependentes, integrados, interactuantes e sem fronteiras rígidas”:

- 1) Ação pessoal: as notícias resultam parcialmente das pessoas e de suas intenções.
- 2) Ação social: as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social.
- 3) Ação ideológica: as notícias têm origem nas forças de interesse que dão coesão aos grupos.
- 4) Ação cultural: as notícias são produto do sistema cultural em que são produzidas.
- 5) Ação de meio físico: as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos que são usados na sua fabricação.
- 6) Ação histórica: as notícias são um produto da história, durante a qual interagem as outras cinco forças.

Estes seis níveis reforçam a visão de que as notícias são encaradas como uma construção de um processo de interações pessoais, sociais, culturais, ideológicas e entre outras e vistas como um produto das organizações, dos seus constrangimentos e das relações das organizações com o sistema social que as envolve. Estes níveis também enfatizam o caráter convencional das notícias: elas informam e têm referência na realidade. Também contribuem para construir essa mesma realidade e possuem uma lógica interna de constituição que influencia todo o processo de construção. Dentro desta abordagem, considera-se que o jornalista detém um certo grau de autonomia, tem papel importante dentro dos processos de construção da notícia e nas negociações entre as fontes interessadas na divulgação desta, sem se esquecer de que a notícia carrega interpretações, sejam elas das fontes consultadas, do próprio jornalista ou ligadas à linha editorial da empresa de comunicação.

Itens essenciais a serem considerados ao analisar a atividade jornalística na contemporaneidade.

Além disso, vale destacar que os veículos de comunicação operam “uma ‘captura semiológica’ do acontecimento ou, mais simplesmente, da ‘Atualidade’” (E. VÉRON, 1981 citado por Jean-François Tétu, MOUILLAUD, 2002), entendida como acontecimentos que são contemporâneos do jornalista que os cobre, do jornal que os divulga e do leitor que os lê.

Não é apenas porque é um “filtro” (um gatekeeper) que o jornalista transforma o conteúdo da atualidade. A forma de seu discurso transforma “a informação” em “normalização”, no instante mesmo em que o jornal produz esta informação. A prática histórica, política, social e cultural, em resumo, a experiência é, ao mesmo tempo, transformada e normalizada pelo discurso. (MOUILLAUD, 2002, p. 197)

Visão que reforça a ideia de que os meios de comunicação têm a capacidade de fragmentar e reorganizar, desconstruir os discursos e reconstruí-los em uma nova unidade.

3. Metodologia

3.1 Análise de conteúdo: definição e desdobramentos para uma análise qualitativa do discurso

De acordo com Fonseca Júnior (*apud* DUARTE, 2003), a Análise de Conteúdo (AC), em uma concepção ampla, se refere a um método das ciências humanas voltado para a investigação de fenômenos simbólicos através de várias técnicas de pesquisa, “tomando consciência de que a sua função ou seu objetivo é a inferência (BARDIN, 1988, p. 21-22, grifos meus), seja ela baseada ou não em indicadores quantitativos” (p. 283). Isso para fugir da sua herança positivista (corrente de pensamento desenvolvida por Augusto Comte - 1798/1857, que valoriza as ciências exatas como paradigma de cientificidade e como referência do espírito humano em seu estágio mais elevado) de que até mesmo as teorias sobre a vida social teriam que ser criadas de “forma rígida, linear e metódica, sobre uma base de dados verificáveis” (JOHNSON, 1997, citado por DUARTE, 2003). Ao citar Krippendorff (1990, p. 29) e Bernard Berelson (1952), o autor resume: “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar a seu contexto” com foco na “descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

De acordo com BARDIN (1988), na AC, a inferência consiste na operação lógica que visa identificar conhecimentos sobre os aspectos subentendidos, ocultos da mensagem analisada. Através de índices cuidadosamente destacados, busca-se inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o autor ou o receptor da comunicação analisada.

Atualmente, a AC é vista como um método híbrido, já que transita entre o formalismo estatístico e a análise de materiais, em certos momentos valorizando o aspecto quantitativo, em outros o qualitativo, de acordo com a ideologia e os interesses do pesquisador. O foco desta técnica está basicamente na análise de mensagens, que “cumpre com os requisitos de sistematicidade e confiabilidade” (Fonseca Júnior *apud* DUARTE, 2003, p. 286), já que se baseia em procedimentos aplicáveis da mesma forma em todo o conteúdo analisável.

Ao recorrer a Krippendorff (1990), Fonseca Júnior elenca três características fundamentais para AC:

[...] (a) orientação fundamentalmente empírica, exploratória, vinculada a fenômenos reais e de finalidade preditiva; (b) transcendência das noções

normais de conteúdo, envolvendo as ideias de mensagem, canal, comunicação e sistema; (c) metodologia própria, que permite ao investigador programar, comunicar e avaliar criticamente um projeto de pesquisa com independência de resultados. (p. 286)

Recorrendo ao mesmo autor, sublinha que na AC o pesquisador deve deixar claro que dados estão sendo analisados, como eles foram definidos e de onde foram extraídos; explicitar o contexto dos dados, segundo padrões e problemas práticos de cada disciplina, e os pressupostos formulados sobre a relação entre os dados e seu contexto; enunciar com clareza o objetivo das inferências; relacionar os dados obtidos com alguns aspectos de seu contexto, estabelecer critérios para a validação dos resultados, e desta forma permitir que outras pessoas possam comprovar se as inferências são de fato exatas.

Sousa (2005) explica que através da AC busca-se analisar o que é oferecido ao leitor e, desta forma, há a defesa de que aquilo que é consumido pelo ele, de acordo com a sua escolha, reflete suas atitudes e valores em relação ao fato noticiado, ou seja, fala-se da adesão dos leitores às atitudes, posturas e valores discursivos dos meios de comunicação de massa por eles consumidos.

Outra vantagem deste tipo de pesquisa é o fato de trabalhar com valores essencialmente quantificáveis, definidos por categorias estabelecidas e comprovadas em estudos similares. Desta forma, a coleta de dados é baseada na mensuração de textos e as conclusões expressas em forma numérica, o que facilita o cruzamento de informações e a elaboração de tabelas e gráficos explicativos, além de permitir com facilidade a reavaliação e comprovação de todo o projeto ou parte dele." (Marques de Melo apud SOUSA et al, p. 663)

De acordo com Bardin (1988), o método da AC engloba as seguintes partes:

1) Organização da análise

- Pré-análise (a fim de escolher os documentos que serão analisados, formular as hipóteses, os objetivos e a elaborar os indicadores para fundamentar a interpretação final, a partir da leitura flutuante, ou seja, de contato com os documentos para conhecer o texto em busca de impressões e orientações);

- Escolha dos documentos (com a finalidade de constituir um corpus, um conjunto de documentos que serão submetidos aos procedimentos analíticos, através de regras⁷);

⁷ Regras definidas em Bardin (1988, p. 97, 98) como: Regra de exaustividade (depois de definido o campo do corpus, levar em conta todos os elementos desse corpus sem deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão. Esta regra é completada pela de não-seletividade); Regra da representatividade (se o pesquisador optar por uma amostra, esta precisa ser uma parte representativa do universo inicial); Regra da homogeneidade (os documentos escolhidos têm que obedecer a critérios precisos de escolha); Regra de

- Formulação de hipóteses e objetivos (definidos, respectivamente por Bardin, como uma afirmação provisória que precisa ser verificada através dos procedimentos de análise, uma suposição gerada pela intuição e que permanece em suspenso até ser submetida à prova de dados seguros; e o objetivo é definido como a finalidade geral a que pesquisa se propõe, o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados). A autora destaca nesta fase procedimentos fechados e de exploração ⁸;

- Referenciação dos índices e a elaboração de indicadores precisos e seguros;

- Exploração do material (baseada nas operações de codificação, desconto ou enumeração, de acordo com as regras formuladas);

- Tratamento dos resultados obtidos e interpretação (para sugerir inferências e adiantar interpretações segundo os objetivos previstos, ou que indicam outras descobertas inesperadas)

2) Codificação

De acordo com regras precisas, os dados brutos do texto - por recorte, agregação e enumeração - alcançam uma representação do conteúdo ou da sua expressão, possível de esclarecer o analista com relação às características do texto e que podem servir de índices.

A organização da codificação compreende três escolhas (no caso de uma análise quantitativa e categorial):

- O recorte: escolha das unidades de registro (segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização e a contagem frequencial. Bardin diz que pode ser a palavra, o tema, o objeto ou referente, o personagem, o acontecimento, o documento) e do contexto (segmento da mensagem, cujas dimensões são superiores às unidades de registro e servem para entender a significação exata da unidade de registro. Bardin dá como exemplo: a frase para a palavra e o parágrafo para o tema)

- A enumeração: escolha das regras de contagem (através de tipos de enunciações: a presença (ou ausência), a frequência, a intensidade, a direção, a ordem, a co-ocorrência - presença simultânea de duas ou mais unidades de registro, numa unidade de contexto -, a associação, a equivalência e a oposição);

- A classificação e a agregação: escolha das categorias

pertinência (os documentos escolhidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, para corresponderem ao objetivo da análise).

⁸ Os procedimentos fechados, caracterizados essencialmente por técnicas taxinômicas (por classificação de elementos dos textos em função de critérios internos ou externos), são métodos de observação que funcionam segundo o mecanismo da indução e servem para a experimentação de hipóteses. Enquanto que os procedimentos de exploração, aos quais podem corresponder técnicas ditas sistemáticas (e nomeadamente automáticas), permitem, a partir dos próprios textos, apreender as ligações entre as diferentes variáveis, funcionam segundo o processo dedutivo e facilitam a construção de novas hipóteses. (BARDIN, 1988, p. 99)

3) Categorização

Segundo a autora, “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (p. 117). É um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas: o inventário (isolar os elementos) e a classificação (dividir os elementos e tentar colocar uma certa organização às mensagens).

Ela elenca as seguintes qualidades para qualificar as categorias: a exclusão mútua (esta condição estabelece que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão), a homogeneidade: (um único princípio de classificação deve guiar a sua organização), a pertinência (uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise colhido, e quando pertence ao quadro teórico definido), a objetividade e a fidelidade e a produtividade (um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados ricos em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.)

4) Inferência

Este procedimento nas análises dentro do campo da comunicação serve para desvendar as condições de produção das mensagens analisadas, o que destaca o fundamento das particularidades da análise de conteúdo que está na articulação entre a superfície do texto e os fatores que determinam essas características.

Fonseca Júnior explica que existem diversos processos e variáveis de inferências, que podem ser agrupados em duas modalidades: inferências específicas (quando vinculadas à situação específica do problema investigado) e inferências gerais (quando extrapolam a situação específica do problema analisado).

5) Tratamento informático

Segundo Fonseca Júnior, ao basear-se em Krippendorff (1990), atualmente, a utilização do computador na AC divide-se em três espécies principais: (a) análises estatísticas, em que os dados são classificados, reorganizados, transformados e descritos por índices numéricos, visando a seu processamento em softwares; (b) auxílio nos estudos e descobertas, quando a ideia for criar um panorama geral sobre o conteúdo (variedade, classes e distribuição de dados) de uma grande quantidade de material textual; (c) análise de conteúdo por computador, com o objetivo de representar algum aspecto do contexto social dos dados, ou seja, de realizar inferências.

Além da estruturação do método, faz-se necessário elencar as técnicas utilizadas em AC e resumidas por Fonseca Júnior (p. 301, 302 e 303):

- Análise categorial: divisão do texto em unidades, em categorias de acordo com agrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, o autor cita a análise temática.

- Análise de avaliação: também conhecida como análise de asserção avaliativa (evaluative assertion analysis), supõe que linguagem representa e reflete diretamente aquele que o utiliza e, a partir disso, busca mensurar as atitudes do locutor quanto aos objetivos de que ele fala.

- Análise de enunciação: considera o discurso como palavra em ato, algo inacabado e em processo de elaboração. No campo da comunicação, cita como exemplos para esta técnica de análise as entrevistas jornalísticas, filmes, programas radiofônicos e anúncios publicitários.

- Análise de expressão: parte do pressuposto de que existe uma correspondência entre o tipo do discurso e as características do locutor e seu meio. “Considera que os traços pessoais, o estado do locutor ou sua relação a uma situação modificam o discurso tanto na sua forma como no seu conteúdo” (p. 302). O autor cita como exemplos as análises de discursos políticos, estudos sobre racismo e cartas de suicídio.

- Análise de contingência: também conhecida como análise associativa, foca na organização e nas possíveis associações entre certas palavras, temas ou tipos de personagens da mensagem. Na comunicação, usada nos estudos de gênero da mídia.

- Análise estrutural: na comunicação, é usada para análise de filmes e telenovelas e parte do pressuposto de que todo texto é uma realidade estruturada, que não se revela pelo conteúdo manifesto, pois se encontra implícita e vai ser desvelada pelo analista.

- Análise do discurso: busca determinar conexões entre as condições de produção do discurso e sua estrutura, a partir da hipótese de que um discurso é influenciado pelas suas condições de produção e por um sistema linguístico. “Desde que ambos sejam conhecidos, pode-se descobrir a estrutura organizadora ou processo de produção, através da análise da superfície semântica e sintática deste discurso (ou conjunto de discursos).” (p. 303). Fonseca Júnior

destaca que tal técnica é apontada por Bardin como destruidora da análise de conteúdo, já que visa à substituição desta.

O presente trabalho opta por uma visão mesmo radical do que a apontada por Bardin, apoiando-se na concepção de Sousa (2008) de que a análise de conteúdo também pode ser denominada análise quantitativa do discurso, pois o autor defende que “quando a análise do discurso é quantitativa, pode ser denominada análise de conteúdo. Quando é qualitativa, usualmente denomina-se análise do discurso” (p. 660). Destaca ainda que para se chegar à substância de um discurso, o mais útil é complementar a análise quantitativa com a análise qualitativa.

O autor aponta que a análise do discurso, mesmo que recaia sobre o objeto demarcado por hipóteses e perguntas de investigação (texto), tem que considerar o contexto do fenômeno estudado e as circunstâncias em que este ocorre. E para isso destaca como relevante ter-se em consideração os seguintes elementos de contexto:

1. Órgão de comunicação que vai ser analisado (modelo de jornalismo em que se insere; tipo de jornalismo que pratica; tipo de envolvimento dos cidadãos com o órgão de comunicação; tiragem/audiência; segmento de mercado a que se dirige; periodicidade; propriedade; linha editorial; rede de captura de acontecimentos tecida pelo órgão de comunicação social; constrangimentos gerais da organização jornalística em causa – financeiros, humanos, materiais, de valores e política editorial, de estrutura organizacional, etc.);
2. Contexto do fenômeno a estudar (contexto social, político, econômico e social do país ou países onde decorreu o fenômeno a estudar; contexto direto do fenômeno - intervenientes, interessados, espectadores, afetados, forças que moldaram o fenômeno, consequências possíveis, etc.);
3. Conhecimento científico anterior (dados da teoria do jornalismo, da semiótica e linguística, etc.). (SOUSA, 2008, p. 661 e 662)

Pela sistematização do autor, a análise do discurso teria como subdivisões a análise quantitativa do discurso ou AC⁹, a análise documental simples (apontada por ele como estudo de documentos em diferentes suportes, como papel, vídeo, arquivo digital, sem ter a profundidade da análise do discurso e sem a intenção da quantificação da AC, que deve ser feito com base numa grelha de análise, definida pelo pesquisador. Este precisa individualizar,

⁹ De acordo com Wimmer e Dominick (1996), Sousa (2008) elenca os procedimentos principais da AC ou análise quantitativa do discurso: 1. Formulação das hipóteses e/ou perguntas de investigação; 2. Definição do universo de análise (impor limites espaciais e temporais ao corpus do trabalho); 3. Seleção da amostra; 4. Seleção da unidade de análise (ou seja, do elemento que se quantifica); 5. Definição das categorias de análise; 6. Estabelecimento de um sistema de quantificação; 7. Categorização ou codificação do conteúdo (para classificar uma unidade de análise dentro de uma determinada categoria de análise); 8. Análise de dados; 9. Interpretação de resultados.

circunscrever e definir os itens que vai analisar nos documentos) e a análise qualitativa do discurso¹⁰ (com o objetivo de identificar as qualidades não quantificáveis do mesmo e deve ser feita com base numa grelha de análise - pode integrar vários elementos da enunciação, definida pelo pesquisador em função de categorias de análise, de acordo com hipóteses e perguntas de investigação. A única diferença é que não se contabilizarão dados nas categorias).

Ao descrever melhor os elementos da análise qualitativa do discurso, destacam-se a análise de tema, enquadramentos e estruturas dos discursos especialmente no caso dos discursos jornalísticos. Partindo da defesa de que os discursos jornalísticos incidem sobre o real e desta forma se concretiza a sua função informativa, há que considerar que tais discursos jornalísticos apresentam também determinados enquadramentos ou molduras para os temas, ou seja, determinadas organizações do discurso, capazes de direcionar a construção de significados. Sousa recorre a Tuchman (1978) que associa a noção de enquadramento a uma janela: em que ela é capaz de nos dar uma visão de mundo, porém condicionada pelo seu tamanho, sua distância em relação a quem observa, sua opacidade ou transparência e etc.

A enunciação jornalística dá-nos, igualmente, uma visão de determinados aspectos da realidade, mas essa visão é contaminada pelos constrangimentos da linguagem, da enunciação, do enunciador e do receptor, etc., à semelhança do que acontece quando observamos o exterior por uma janela. O tema de um discurso respeita a relação que esse discurso estabelece com a parcela da realidade a que se refere. (SOUSA, 2008, p. 681)

A partir desta visão e escolhido o objeto a estudar, o analista do discurso deve atentar aos temas, subtemas e à forma dos discursos que abordam esse fenómeno para definir os macro-enquadramentos e micro-enquadramentos dos discursos.

Os dois procedimentos apontados por Sousa como essenciais da análise do discurso são a identificação dos pontos substantivos de um discurso e a sua classificação de acordo com categorias, criadas a priori ou, eventualmente, no decorrer da própria análise do discurso (a posteriori).

A escolha pela quantificação ou pela análise qualitativa, ou pela conjugação das duas, segundo o autor, depende sempre dos objetivos da pesquisa, das hipóteses e das perguntas de

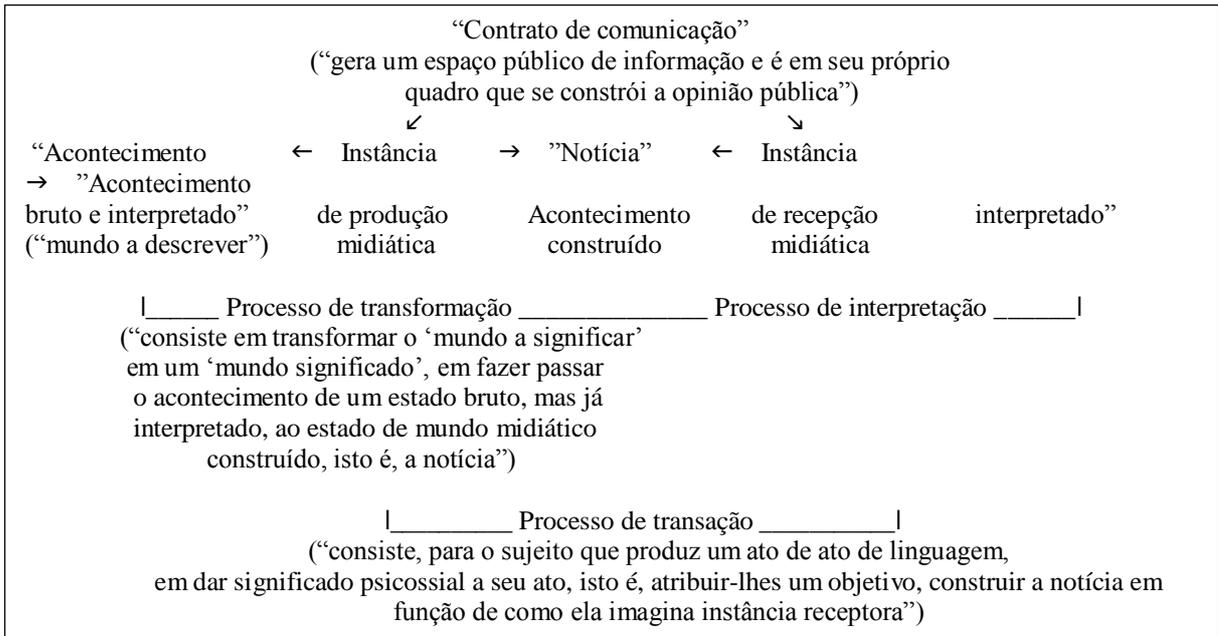
¹⁰ Entre os elementos que podem configurar uma análise qualitativa do discurso jornalístico, com repercussões sobre a construção da grelha de análise, encontram-se, por exemplo, a análise do tema, dos enquadramentos e das estruturas, a determinação dos objetivos do enunciador e dos objetivos e ações dos protagonistas, o estudo das estruturas textuais, a determinação das qualidades atribuídas às fontes e personagens, etc. (SOUSA, 2008, p. 680)

investigação formuladas e da metodologia traçada para responder a essas hipóteses e perguntas.

Sousa também aponta limites e inconvenientes da AC: ela não possibilita estabelecer quais os efeitos de um discurso; o que é observado pelos pesquisadores pode não ser o que realmente as pessoas em geral observam; investigadores diferentes fazerem pesquisas com objetivos parecidos apoiando-se em categorias diferentes dificulta a comparação de resultados e conclusões; a raridade dos fenômenos a estudar pode exigir que se analise uma quantidade exagerada de material; e uma definição geral das categorias pode não dar sinal das diferenças entre elas enquanto uma definição muito detalhista pode impedir generalizações.

Visando não só a análise quantitativa, mas também qualitativa, o presente trabalho apoia-se na definição de Charaudeau (2009), de que o discurso está sempre voltado para além das regras de uso da língua (embora seja com ela que se fabrique o discurso, o discurso não é a língua), já que é resultado das circunstâncias em que se fala ou escreve com a maneira pela qual se fala, ou seja, é a sobreposição das condições extradiscursivas e das relações intradiscursivas que produz sentido (p. 40).

Para o autor, a verdade não está no discurso e sim no efeito que produz, pois para ele a informação midiática fica prejudicada porque os efeitos visados (intenções da fonte de informação) podem não ser os mesmos dos efeitos produzidos no receptor, já que este reconstrói de acordo com sua experiência de vida, seus conhecimentos e suas crenças. Isso porque ao nos referirmos à “máquina de informar” (conjunto de engrenagens e de atores submetidos a restrições e regras para processar a informação) não é um simples instrumento técnico, e sim “é uma máquina humana porque as instâncias de produção e de recepção que a constituem são instâncias humanas, portadoras de intencionalidade e construtoras de sentido” (CHARAUDEAU, 2009, p. 242) e determinada por um contrato midiático, representado abaixo de acordo com o esquema de construção do sentido:



Fonte: Figura 3 “Contrato de comunicação”. CHARAUDEAU, 2009, p. 114

Nota: Modificada pelo autor (dados entre parênteses retirados das páginas 41, 114 e 115 do livro de Charaudeau)

Esta visão ajuda a compreender a informação jornalística, a construção da notícia, influenciada pelas relações estabelecidas entre os jornalistas, fontes/agências de notícias, os próprios meios e o receptor/leitor, ponto de vista construtivista defendido no presente trabalho.

4. Cadernos Diplô

4.1 Le Monde Diplomatique (Diplô)

O *Le Monde Diplomatique* (conhecido como *Diplô*) foi lançado na França em 1954, como um suplemento mensal do jornal *Le Monde*¹¹. Com o passar do tempo, ganhou autonomia até ser, na atualidade, uma empresa subsidiária do grupo *Le Monde* (a partir de 1994, o jornal *Le Monde* foi transformado em uma sociedade anônima, devido à crise econômica que se arrastava há anos no jornal, e posteriormente investiu na compra de outras publicações francesas baseada numa política interna expansionista).

Os leitores e assinantes do *Diplô*, por meio da *Associação dos Amigos do Le Monde Diplomatique*, têm uma participação de 24% do capital acionário do jornal e os jornalistas detêm 25% das ações, por meio da *Association Günter Holzmann* – nome em referência ao ex-militante antinazista que doou os recursos necessários à operação. Esses 49% são bem mais do que o suficiente para formar uma “minoridade de bloqueio”, que, segundo a legislação francesa, sede oficial desse jornal, é de 33,34%. Assim, nenhuma decisão estratégica pode ser tomada sem o apoio dos leitores e da redação. Embora o grupo *Le Monde* seja o acionista majoritário, não intervém na linha editorial do *Le Monde Diplomatique*, pelo menos até o presente momento.

Atualmente, o *Diplô* desdobra-se em sessenta e uma edições internacionais, entre edições impressas e on-line. O total de 32 versões on-line foi atingida só no final de outubro de 2006. A maior parte dessas edições on-line corresponde a uma versão eletrônica da edição impressa. Nelas se opera um trabalho de tradução das matérias que chegam aos leitores via internet.

¹¹ Considerado, desde a sua fundação (dezembro de 1944, depois da entrada dos aliados em Paris e antes do fim da Segunda Guerra Mundial), o mais influente jornal da França. De acordo com Molina (2008), a criação do *Le Monde* foi um ato de vontade do general Charles de Gaulle, na época primeiro-ministro, que almejava que a França possuísse “um grande jornal, respeitado internacionalmente, como *The Times* de Londres” (p. 31) e que fosse “o instrumento da consciência nacional” (p. 32). No início, era um jornal vespertino, que só chegava aos leitores da província no dia seguinte, e era impresso numa única folha. Herdou as instalações do *Le Temps*, jornal de baixa circulação, muito influente e controlado secretamente por empresas ligadas ao setor siderúrgico, que visavam evitar que tal publicação caísse em mãos estrangeiras. Para dirigir o *Le Monde*, foi escolhido o jornalista Hubert Beuve-Méry, antigo correspondente do *Le Temps*, que montou um jornal com responsabilidade pública e deu ênfase aos assuntos internacionais com uma grande rede de correspondentes internacionais. Por ser “receoso do poder corrupto do dinheiro” (p. 33), procurou pagar com o fluxo de caixa os ativos que herdou do antigo jornal e, durante anos, foi o único órgão da imprensa francesa a publicar detalhadamente suas contas. Deixou o cargo em 1969. Preocupado com o crescimento do jornal, “fez uma advertência: ‘Desde a fundação do jornal, o dinheiro espera pacientemente ao pé da escada, preparado para entrar na sala do diretor. É paciente porque está convencido de que acabará tendo a última palavra.’” (p. 45).

Outras, entretanto, são independentes – a exemplo do Brasil¹², Japão e da República Tcheca, as edições em catalão (produzida em Andorra), chinês (feita na França) e esperanto (editada em Cuba).

A estratégia do *Diplô* carrega, sobretudo, o sonho de um mundo diferente, e mais especificamente sua atuação se centra em combater o neoliberalismo e todas as suas manifestações e desdobramentos. Essa abertura ao mundo não é de ontem. Muito cedo, o *Le Monde Diplomatique* pretendeu ser um jornal internacional. Nos anos 1970, após a queda das ditaduras em Portugal e na Grécia, as edições do *Le Monde Diplomatique* passaram a circular nesses países. Elas foram historicamente as primeiras a difundir no exterior análises da política internacional. Nos anos 1980, o jornal selou outras parcerias para além de suas fronteiras: nasceu um *Diplô* em espanhol, produzido, em primeiro lugar, no México, depois (em seguida ao assassinato de seu editor Yvan Menéndez, em 1986) em Buenos Aires, e finalmente em Madri. Em seguida, surgiu uma versão trimestral em árabe, produzida na Tunísia de 1987 a 1998, quando foi transferida – por um tempo – para Beirute. Uma efêmera edição em húngaro foi criada em 1991.

A partir da metade dos anos 1990, começa uma segunda onda de internacionalização, agora maior e mais durável. É dessa época que datam as duas primeiras grandes edições do *Diplô*: em alemão e em italiano com, respectivamente, os jornais *Tageszeitung* (Berlim) e *Il Manifesto* (Roma). Um pouco mais tarde, o *Diplô* se estenderia, em espanhol, até Madri, com as edições *L-Press*, depois, *Cybermonde*, e com a edição do *Cone Sul*, em Buenos Aires. Em português, associou-se com a editora progressista *Campo da Comunicação*, e em grego, com o jornal *Eleftherotypi*.

À medida que se expandiram, as diferentes versões evoluíram. As primeiras contentavam-se em traduzir os artigos da edição francesa. Essa fórmula prevaleceu durante todo o tempo em que o *Diplô* constituiu um suplemento encartado em jornal diário ou em uma revista semanal que já tratava da atualidade nacional e regional. Mas, quando ele tomou a forma de um veículo mensal independente, seus responsáveis sentiram naturalmente a necessidade de agregar artigos originais para responder às expectativas específicas de seus leitores. Para que essas inclusões não comprometessem a responsabilidade de Paris, eles eram assinados pela “nossa redação local”, fórmula bastante sutil de dissipar e evitar críticas diretas

¹² Durante o mês de junho de 2010 (período de finalização desta dissertação), foi anunciada a venda do *Le Monde* na França. Em consulta, por email, com editora do *Diplô* no Brasil, Maíra Kubík Mano, tal ação não influencia por enquanto o jornal aqui no Brasil: “Não temos uma posição oficial sobre o assunto, mas posso adiantar que o *Le Monde* é acionista majoritário do *Le Monde Diplomatique*. Contudo, em caso de venda, o coletivo que gere o *Diplô* lá tem a prioridade para a compra”. (email de 30 de junho de 2010)

aos jornalistas responsáveis pela elaboração das matérias. Inspirada por um problema pragmático, essa maior flexibilidade acelerou o crescimento do número de edições impressas.

O *Diplô* envolveu-se, no plano intelectual, em todas as campanhas que marcaram a emergência da sociedade civil planetária. Em 1997, ao descrever as consequências sociais dramáticas das crises financeiras asiáticas, propôs, como antídoto, a mobilização internacional dos cidadãos contra a ditadura dos mercados – num texto que viria a estimular a fundação do movimento da Associação para a Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos (Attac)¹³. Em 1998, seus artigos sobre o Acordo Multilateral sobre Investimentos (AMI) estimularam uma resposta mundial que evitou um novo ataque aos direitos sociais e ao meio ambiente. Em 1999, apontou os riscos de mais uma rodada de “liberalização” do comércio promovida pela OMC e viu nos protestos de Seattle (EUA), que desfizeram a ameaça, um sinal da “emergência de um contrapoder mundial”. Em 2000, a redação do jornal foi o local onde um grupo de brasileiros apresentou, pela primeira vez, a ideia de organização de um Fórum Social Mundial.

O *Le Monde Diplomatique* só pode desempenhar um papel destacado na construção de uma cidadania planetária porque sempre recusou a condição de panfleto e procurou garantir sua autonomia financeira, tal como víamos anteriormente. Num mundo em que se proclama a inexistência de alternativas – e se procura, portanto, reduzir os cidadãos a espectadores da história –, nada mais transformador que valorizar e construir, na prática, o direito à informação, à comunicação, ao exercício de enxergar o mundo e influir em seus destinos. Essa seria a ideia central norteadora de sua atuação.

O jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* é uma iniciativa em conjunto com os institutos Paulo Freire e Pólis. Cabe ao Instituto Paulo Freire a responsabilidade pela edição eletrônica, e ao Pólis, a edição impressa. Foi lançado no país, em dezembro de 1999, pelo Instituto Abaporu, que manteve responsabilidade pela edição até 2009. A Biblioteca Diplô recupera e atualiza este material.

¹³ A Attac tinha a finalidade de instituir um imposto sobre movimentações financeiras internacionais (taxa Tobin) destinado a prestar ajuda países e populações com maiores dificuldades financeiras. Posteriormente, a Attac ampliou sua área de atuação para os estudos e a intervenção contra as consequências originárias da globalização financeira mundial. Monitora, seguindo essa lógica, as decisões do Fundo Monetário Internacional, da Organização Mundial do Comércio, entre outras instituições relacionadas com a economia global. De acordo com o portal internacional www.attac.org, a Attac está presente em mais de 30 países (dentre eles, Argentina, Uruguai, Japão, França, Portugal, Itália, Chile, Peru, Espanha, Alemanha e etc.), e em cada um deles a associação tem grupos que trabalham em diversas frentes, que envolvem campanhas nacionais e internacionais com o objetivo de propor alternativas sólidas contra o neoliberalismo, baseadas na solidariedade. Fonte: www.attac.org

É uma publicação mensal, que tem um projeto gráfico com ilustradores que garantem um visual diferente dos jornais impressos diários. Além de contar com a tradução do conteúdo editorial francês (60% do conteúdo é traduzido e 40% é formado pela produção nacional¹⁴), a edição brasileira – que surgiu, em versão impressa, em 2007 por iniciativa do Instituto Polis e de apoiadores que viam no original francês um meio para incentivar o pensamento crítico e, na edição eletrônica, em 1999 (e a partir de 2010 é editada também pelo Instituto Polis) produz análises e conta com articulistas e um Conselho Editorial com jornalistas e especialistas de diferentes áreas (Erich Hobsbawm, Betty Mindlin, Noam Chomsky, Soninha, Michel Löwy, Plínio de Arruda Sampaio, Danilo Miranda, Cristovam Buarque, Raquel Rolnik, Leonardo Boff, Frei Betto, Oded Grajew, Caco Barcellos, Ferrez, Rubens Naves, Luiz Gonzaga Belluzzo, Paul Singer, Eduardo Galeano, Marcio Pochmann, Emir Sader, Fábio Konder Comparato, Adauto Novaes, Aziz Ab’Saber, Heródoto Barbeiro, Fernando Gabeira e Sebastião Salgado), que expõem pontos de vista plurais para os temas em pauta na sociedade, cujas análises e reflexões, para além da cobertura factual, permitem uma visão mais abrangente dos diversos cenários.

A edição brasileira on-line recupera mais de 1700 textos publicados desde 2001. Todos os artigos foram catalogados e associados a palavras-chaves. Com isso, formou-se uma Biblioteca com mais de 500 fichas temáticas, que contém material para estudar a globalização e as alternativas. Cada uma reúne um conjunto de textos do jornal, que permite compreender um tema-chave.

O conteúdo tem foco nos seguintes assuntos: Política nacional e internacional, Economia, Cidadania, Sociedade, Cultura, Meio-ambiente e sustentabilidade.

A tiragem do jornal mensal são de 40.000 exemplares, o formato é de 27,5cm de largura x 39,5cm de altura com 40 páginas impressas em 4 cores com acabamento do tipo lombada canoa com grampo. O papel da capa e do miolo é couché 80g.

De acordo com editora do jornal no Brasil, Maíra Kubík Mano¹⁵, em entrevista gravada por telefone, a publicação impressa foi lançada no país somente depois do site, devido a falta de recursos e oportunidades.

Em entrevista, ela destaca que o jornal *Diplô* no Brasil segue a linha da edição francesa, já que busca sempre um “olhar crítico sobre as questões, não ser meramente factual, de análise aprofundada. O jornal segue estes parâmetros, que já vinham quando ele era apenas na internet. Tem a ver com o pensar o factual e analisar os contextos, expandir os conteúdos,

¹⁴ Fonte: <http://diplomatie.uol.com.br/upload/midiakit/t25ktntLn5nt2a4.pdf>

¹⁵ Entrevista gravada por telefone em abril de 2010.

ter um olhar crítico sobre as questões. No jornalismo do dia a dia, você fica muito preso no que está acontecendo de imediato, na quantidade. No estilo de jornalismo mais norte-americano de: ‘onde?’ ‘quando?’ ‘por quê?’. Perguntas que o jornalismo americano introduziu no brasileiro. No jornalismo francês, mais propriamente no *Diplô*, ele tem a característica da análise de fôlego, cujo *timing* é diferente mesmo, do que leva a pensar, não do ‘fast food’, mas do ‘slow food’.”

Em março de 2010, foi lançado o novo site do Diplô Brasil – www.diplo.org.br - que oferece os mais de 2,5 mil textos publicados pelo jornal a partir de 1999. Os mais de 700 artigos produzidos, entre outubro de 2006 e março de 2007, por 76 colaboradores brasileiros e latino-americanos podem ser encontrados num índice à parte. Seções especiais, na página de entrada do site, destacam o caráter internacional do jornal, apresentando as últimas atualizações no *Le Monde Diplomatique* francês, português e na edição em língua inglesa.

Sobre o perfil do leitor e dados sobre distribuição e venda¹⁶, seguem os dados disponibilizados pelo próprio jornal, de acordo com as categorias sexo, faixa etária, formação, leitores por exemplar e hábitos de consumo.

Quadro I

Sexo	%
Homens	67
Mulheres	33

Quadro II

Faixa etária	%
21 a 39 anos	55
40 a 49 anos	19
60 anos e acima	17
16 a 20 anos	10

Quadro III

Formação	%
-----------------	----------

¹⁶ Fonte: Instituto Pólis de Pesquisa - www.polis.org.br. Tabelas disponíveis em <http://diplomatique.uol.com.br/upload/midiakit/t25kntLn5nt2a4.pdf>

Pós-graduação	49
superior completo	23
superior incompleto	23
ensino médio completo	5

Quadro IV

Leitores por exemplar	%
três ou mais pessoas	54
duas pessoas	33
uma pessoa	13

Quadro V

Hábitos de consumo	%
Ler livros e jornais	28
Ir ao cinema	20
Frequentar bares e restaurantes	17
Viajar (Brasil)	15
Ir a concertos e shows	8
Ir ao teatro	7
Viajar (exterior)	5

Quadro VI

Distribuição e venda	
Tiragem	40 mil exemplares
Circulação Nacional	38 mil exemplares (bancas) + 2 mil exemplares para assinantes
Vendas efetivas	14 a 15 mil

	exemplares
Praças	São Paulo – 30% Rio de Janeiro – 30% Demais cidades do Brasil – 40%
Distribuição nacional	8 mil bancas e em todas as livrarias. (Chinaglia)
Eventos	Degustação nos meios político, empresarial, universitário

De acordo com os dados disponibilizados pelo jornal, o leitor do *Diplô*, na grande maioria, são homens, bem informados (a soma das porcentagens de nível superior completo/incompleto é superada pelo índice de pós-graduados), com boa formação educacional, com predomínio de até 40 anos e acesso a leitura, viagem e cinema. O jornal destaca, junto com os dados acima, que está presente em eventos, com degustação nos meios político, empresarial, universitário – alimentando a imagem do leitor elitista.

Ao adotar uma linha editorial clara contra a globalização e o neoliberalismo, o *Le Monde Diplomatique* vem recebendo críticas relacionadas à forma como aborda e defende determinados posicionamentos, afetando a isenção que se espera no jornalismo. Algumas matérias mais sensacionalistas são vistas com descréditos e comprometem sua credibilidade. Um caso bastante significativo diz respeito à forma como esse jornal tratou o resultado das eleições de 2002 no Brasil. As premissas de sua exaltação exagerada em relação à vitória de Lula e aos possíveis desdobramentos desse resultado político para toda a América Latina não se cumpriram, o que originou a retratação pública em outros artigos, pouco tempo depois, criticando os rumos que o país seguia sob o comando de Lula.

Ainda há crítica quanto ao financiamento oficial fácil, obtido pelo jornal, de empresas estatais de determinados governos, o que faz pensar que seu posicionamento também implica um alinhamento ideológico em defesa de determinados governos e governantes.

Além disso, um dos questionamentos mais pontuais se direciona ao preço e público-alvo do *Diplô*. Esse jornal está fora de cogitação para as classes mais populares em razão do conteúdo complexo das matérias e do preço da venda (em junho de 2010, a assinatura anual

custava R\$ 118,80 e ações promocionais faziam com que saísse por R\$ 98,00. O preço de capa, venda avulsa era de R\$ 9,90).

4.2 Descrição dos Cadernos

Foram escolhidas três edições dos *Cadernos Diplô*, cujo formato é o mesmo: edição nº 1, com a chamada principal de capa “Que outro mundo é possível? – Fórum Social 2002”; edição nº 2, “Alca: o jogo duro do império”; e edição nº 3, “A disputa pelo ouro azul – água”. Todas foram adquiridas, via internet, através do site do jornal no Brasil (<http://diplo.uol.com.br/cadernosLMD>)

No editorial da edição 1, não há nada dizendo que os artigos ‘já foram publicados’ no *Diplô*. Diz somente que a revista foi lançada em parceria com o Instituto Abapuru e pela Editora Unesp (aliás, o logo da editora aparece no Expediente, na página 4, e ainda há ‘anúncios’ nas capas 2 e 4 sobre a editora). A tiragem de exemplares não é informada. A edição traz ainda ‘anúncio’ do próprio *Diplô* (o site do jornal) e de um evento da Prefeitura de Porto Alegre (ocupam cada um meia página da capa 3). Em nenhum artigo, consta a informação de que tal texto já foi publicado.

Já no editorial da edição 2, contém a informação de que os artigos ‘já foram publicados’ pela edição francesa do *Diplô*. Porém, nem todos os artigos trazem no final a informação de quando foi publicado (ex.: “Publicado originalmente no *Diplô* em janeiro de 2001”). A tiragem é de 15 mil exemplares. Existe ‘anúncio’ do próprio *Diplô* (o site do jornal) e da revista Caros Amigos (ocupam cada um meia página da capa 3). Na capa 2, há ilustração de campanha contra a Alca. A capa 4 traz anúncio da Prefeitura de São Paulo.

Na edição 3, o editorial diz que os artigos ‘já foram publicados’ no *Diplô* e ainda há colaborações especiais para esta edição. Explica também que o Caderno *Diplô* ‘foi inspirado’ na edição temática bimestral de *Manière de Voir* e traz ‘anúncio’ do próprio *Diplô* (o site do jornal) na capa 2. A capa 3 traz anúncio do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e de uma ONG (ocupam cada um meia página da capa 3). Na capa 4, há anúncio da Prefeitura de Campinas.

A edição 1 traz os textos: ‘A nova questão estratégica mundial’ por Jean-Paul Deléage; ‘A guerra pela água’ por Mohamed Larbi Bouguerra; ‘Uma necessidade vital se torna mercadoria’ por Riccardo Petrella; ‘A conquista da água’ por Riccardo Petrella; ‘Água: nas mãos de quem?’ por Leonardo Morelli; ‘O apetite voraz das multinacionais’ por Bernard Maris; ‘Os mestres da água do planeta’ por Daniel Baudru e Bernard Maris; ‘Os desgastes da

privatização’ por Franck Poupeau; ‘A lição de Cochabamba’ por Pablo Sólon; ‘Os caminhos discretos da poluição’ por Mohamed Larbi Bouguerra; ‘Um deserto cheio de gente’ por Lester Brown; ‘O paradoxo brasileiro’ por Aldo Rebouças; ‘A esperança nacional’ por Denise Sacco; e ‘Uma saída para a seca’ por Felipe Tenório Jalfim e Naidison Baptista.

A edição 2 contém: ‘O Brasil não precisa da Alca’ entrevista com Samuel Pinheiro Guimarães; ‘O império do capital financeiro’ por Marcos Antonio Macedo Cintra e Sérgio Luiz Cerqueira Silva; ‘Um passo a mais rumo à recessão econômica’ por Fernando Camargo; ‘A soberania ameaçada’ por Sérgio Xavier Ferolla; ‘Nova arquitetura militar nas Américas’ por Janette Habel; ‘Um acordo entre governos e o mundo dos negócios, por Dorval Brunelle; ‘A serviço de quem?’ por Durval de Noronha Goyos Jr.; ‘A quem pertence o conhecimento?’ por Philippe Quéau; ‘Enquadramento aos interesses norte-americanos’ por Carlos M. Correa; ‘O triunfo da lei do mais forte’ por Urbano Ruiz; ‘O epílogo da subordinação ao grande capital’ por Horacio M. de Carvalho; ‘A água posta em leilão’ por Sylvie Paquerot e Emilie Revil; e ‘O estado das coisas’ por Gustavo Dahl.

A edição 3 reúne: ‘A arma dos poderosos’ por Noam Chomsky; ‘Em nome do choque de civilizações’ por Tarik Ali; ‘Nova fase de dominação global?’ por José Luís Fiori; ‘As pistas do "Osamagate"’ por Michael Chossudovsky; ‘Qual outro mundo é possível?’ por Michael Albert; ‘Entre o McMundo e a jihad’ por Naomi Klein; ‘Conseguiremos barrar a barbárie?’ por Reginaldo C. Moraes; ‘Entre a humanização e a superação do capitalismo’ por François Houtart; ‘A outra face do capitalismo globalitário’ por Isabel Loureiro; ‘Obrigado Seattle, viva Porto Alegre’ por Bernard Cassen; ‘A colonização do ciberespaço’ por Ignacio Ramonet; ‘O marketing da libertação... do capital’ por Tom Frank; e ‘Do discurso da ditadura à ditadura do discurso’ por Bernardo Kucinski.

3.3 Textos reunidos

Em entrevista gravada por telefone, Antonio Martins¹⁷, editor dos *Cadernos Diplô* de 1999 a 2009, explica que os objetivos dessas publicações são reunir material já publicado na edição francesa do jornal com produção brasileira e ampliar a discussão de temas considerados importantes: “Quando nós lançamos os cadernos, o primeiro objetivo foi abrir espaço para a produção brasileira. Os cadernos tinham mais ou menos como fórmula 50% de textos selecionados no material já produzido pelo *Le Monde Diplomatique* francês traduzido

¹⁷ Entrevista gravada por telefone em outubro de 2009.

aqui para ser publicado na internet e 50% de material produzido por intelectuais e jornalistas brasileiros. Este era o primeiro foco. E segundo era incidir mais agudamente em temas que nós considerávamos importantes. O *Le Monde Diplomatique* é um jornal mensal multitemático, como a grande maioria dos jornais. Nós queríamos em alguns temas importantes publicar um conjunto mais vasto de matérias, uma análise mais multilateral de um determinado tema. Este era o segundo objetivo: conseguir focar e cercar em análises multidisciplinares e vários ângulos um determinado tema importante”.

Indagado sobre os critérios para seleção dos artigos republicados, Martins afirma que primeiro vem o tema: “A decisão do tema tem a ver com a relevância do momento (...). Uma vez escolhido o tema, o critério era esse: 50/50. A gente buscava ou os textos já traduzidos do *Le Monde Diplomatique* ou os textos anteriores produzidos antes de surgir a edição brasileira e os traduzia. Pelo critério de profundidade, relevância e atualidade. E encomendávamos um conjunto de outros textos para jornalistas ou especialmente pesquisadores brasileiros. Esta outra parte dos 50%, na sua maioria, era composta por textos inéditos. Também havia, em um ou outro caso, textos republicados, mas nosso critério na parte brasileira era localizar pensadores ou jornalistas que pudessem produzir”.

Na visão do editor, os *Cadernos Diplô* têm a ver com a tradição editorial do *Le Monde Diplomatique*, que é basicamente a profundidade. “Acho que o *Le Monde Diplomatique* nunca foi um jornal partidário. Então a crítica geral das relações sociais capitalistas, a busca de alternativas, a ideia – e eu acho muito forte isso aqui e também lá – de uma época em que se falava muito em pensamento único e a gente procurava fugir do pensamento único e sustentar a possibilidade de sociedades planejadas, organizadas, para debaterem, criticarem e refletirem sobre o seu presente e futuro. Esta autonomia, liberdade que a gente sempre defendeu, de que a sociedade não pode ser organizada pelos mercados. É preciso conquistar o direito de construção de um futuro coletivo. Isso acho que há em comum. E acho que há uma certa diferença: os franceses vêem a ideia de transformação social muito baseada na conquista do Estado e nas mudanças a partir do Estado e eu acho que a gente procurou manter uma postura que não nega a importância de conquistas institucionalizadas, mas apostou muito em novas formas de políticas, nestas formas muitas vezes não partidárias, não institucionais, que não têm a ver com o acúmulo de forças simplesmente, não têm a ver com a representação, e têm a ver com a mobilização autônoma para conquistar determinados objetivos, para conquistar inclusive institucionalmente mas não por meio da mediação de um partido. Isso que a gente chama de altermundismo e tradição da cultura política do Fórum Social Mundial a gente procurou talvez bem mais que os franceses.”

Ele ressalta que o reaproveitamento de notícias, de acordo com a ideologia do *Diplô*, se dá “em condições muito especiais e o *Le Monde Diplomatique Brasil* se presta a isso, porque os textos – embora sejam jornalísticos – não são do tipo de jornalismo do relato imediato, factual. Os próprios textos publicados nas edições normais do jornal procuram ocupar o espaço que é da análise, da reflexão e da crítica. É claro que eles procuram ter atualidade, mas não é a atualidade factual. Você nunca vai encontrar no *Le Monde Diplomatique*, até por ele ser um jornal mensal, o que ocorreu ontem ou um relato do que ocorreu na semana passada. Pode até ter em certos momentos relatos quando eles têm em si algo de universalidade, quando não se trata simplesmente de contar o que se passou num passado imediato. Mas de utilizar como se fosse um registro histórico de um fato importante. Neste caso, é plenamente possível utilizar a republicação.”

Além da questão com o cuidado com a escolha das matérias a serem republicadas, Martins ainda explica que há a preocupação de informar o leitor a época da publicação, de retitular, de refazer os acabamentos – de títulos, olhos, janela – e muitas vezes fazer uma introdução para os textos.

A editora do jornal *Diplô* no Brasil, Maíra Kubík Mano, destaca que quase não se vê o reaproveitamento de conteúdo no jornalismo impresso. E que este tipo de republicação, como nos *Cadernos Diplô*, contribui para a criação de produtos que têm como objetivo o aprofundamento e a discussão crítica sobre um determinado tema importante. “É uma publicação mais direcionada, que já é pensada assim e você compra já sabendo que é uma compilação e é legal porque você compra pra se aprofundar em um tema. E com a republicação você consegue ter a dimensão deste tema”, conclui.

As considerações possíveis inicialmente são a de que dentro do jornalismo o reaproveitamento de notícias contribui para o aprofundamento de temas pertinentes à sociedade e demonstra que o trabalho de coleta, edição, compilação e reordenação de notícias já divulgadas ajuda na construção da realidade do público, especialmente no caso dos que são consumidores de conteúdo impresso – foco desta pesquisa

Ao buscar a definição do jornalismo resultante do reaproveitamento de notícias já publicadas, com foco na atividade impressa da profissão, defende-se o ponto de vista de que esta modalidade surge como sendo mais conceitual e analítica, funcionando até para preservar memórias e análises de questões importantes para a história do homem.

Ao confrontar a realidade da cultura da mídia atual de “24 horas por dia de notícias” (Ramonet, 1996) e a fragmentação vista dentro do universo das notícias, o reaproveitamento de material já divulgado, especialmente no caso dos *Cadernos Diplô*, vem contribuir para o

aprofundamento de temas, ou seja, o reforço da atenção a determinados fatos relevantes. Isso porque o acesso a tais conteúdos é reforçado, ou seja, o público pode adquiri-lo pela segunda vez, com uma nova roupagem/apresentação, em conjunto com atualizações – como acontece nos *Cadernos Diplô*.

Vale destacar que em entrevista com Antonio Martins, editor dos *Cadernos Diplô* de 1999 a 2009, o papel do jornalista, e consequentemente do jornalismo, como um contribuinte para a construção da realidade do leitor é reforçado com o reaproveitamento de notícias nos *Cadernos*: “O grande papel que eu vejo do jornalismo é de ser um instrumento de crítica e de mobilização da sociedade para que ela intervenha nos acontecimentos que vão mudar a sua vida, a sociedade, enquanto eles ainda não se completaram, ou seja, enquanto dá para intervir”, resume o jornalista.

6. Análise

6.1 Gênero jornalístico do Caderno Diplô: artigo do tipo ensaio

As três edições dos *Cadernos Diplô* analisadas trazem, na maioria das suas páginas (com exceção de uma entrevista no estilo ping-pong, com perguntas e respostas transcritas na edição 2), matérias assinadas por jornalistas ou não, cujo enfoque é a opinião. Característica marcante do gênero jornalístico¹⁸ conhecido como artigo.

O artigo é considerado uma matéria jornalística em que o autor (jornalista ou não) desenvolve uma ideia, mostra a sua opinião e um gênero que democratiza a opinião no jornal, fazendo com que ela seja de acesso às lideranças da sociedade e não só da instituição jornalística e dos seus profissionais. (MELO, 1994 citado por MARQUES, 2003)

Do ponto de vista forma de Melo (2003), existem duas espécies de artigo:

1) artigo propriamente dito (cuja argumentação é pautada pelos conhecimentos e pela sensibilidade do autor, e os julgamentos podem ser considerados provisórios, já que são redigidos enquanto os fatos estão se desenvolvendo);

2) ensaio (cuja argumentação é pautada em fontes consideradas de credibilidade que reforçam as ideias do autor e os pontos de vista são mais definitivos já que são mais abrangentes e pretendem sistematizar o conhecimento do autor. Características que o faz ser encontrado mais em suplementos especiais, edições de Domingo dos jornais diários ou edições temáticas de revistas, por exemplo, como é o caso do *Cadernos Diplô*, corpus deste trabalho).

Segundo Beltrão (apud MARQUES, 2003), a estrutura narrativa do artigo é formada pelos elementos: título, introdução, discussão/argumentação e conclusão.

Como referência para a conceituação acima, usa-se a linha de raciocínio do professor José Marques de Melo (2003), que considera que os gêneros do universo da informação:

[...] se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações). (MELO, 2003, p. 65)

¹⁸ De acordo com Charaudeau (2009), os gêneros são “formas textuais próprias a uma situação particular, sobredeterminada pelo contrato midiático e pelos dispositivos próprios a cada suporte” (p. 237). Constituem apenas uma parte do discurso informativo e são vistos como moldes de tratamento da informação.

O autor, baseado em Luiz Beltrão (que leva em consideração que os textos jornalísticos desempenham as seguintes funções junto ao leitor: informar, explicar e orientar), propõe a seguinte classificação para eles, após comparar os gêneros dos textos jornalísticos da imprensa brasileira, de outros países americanos e europeus, considerando a articulação entre o ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura):

1) Jornalismo informativo

Nota: relato de acontecimentos que estão em processo de configuração. Mais frequente em rádio e televisão

Notícia: relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social

Reportagem: relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística

Entrevista: relato que privilegia um ou mais protagonista do acontecimento, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade

2) Jornalismo opinativo

Editorial: nas sociedades capitalistas, reflete a opinião do(s) proprietário(s) da empresa jornalística e o consenso de opiniões dos mais diferentes conselhos (interesses corporativos) que compõem tal empresa. Os atributos específicos são: impessoalidade (é utilizada a terceira pessoa do singular ou plural, sem ser matéria assinada), topicalidade (aborda tema bem delimitado, mesmo que este não tenha adquirido configuração), condensalidade (valoriza mais as afirmações do que as demonstrações) e plasticidade (flexibilidade, não dogmatismo). (BELTRÃO, 1980, citado por MELO, 1993)

Comentário: estrutura-se segundo uma angulação temporal que exige continuidade e imediatismo. Tem como objetivo apreciar fatos, estabelecer conexões e sugerir desdobramentos das ocorrências. Geralmente escrito por um jornalista de grande experiência, que tem sua opinião própria, atua como agente da notícia: “assume-se como juiz da coisa pública. Orienta sem impor. Opina sem paixão. Conduz sem se alinhar”. (p. 113)

[...] o comentário emerge como gênero definido, realizando uma apreciação valorativa de determinados fatos. A ótica utilizada não é necessariamente a da empresa. Abre-se oportunidade para que o jornalista competente possa emitir suas próprias opiniões, responsabilizando-se naturalmente por elas. Enquanto o editorial se adstringe à emissão de opiniões sobre os fatos de maior importância, o comentário cumpre a tarefa de examinar fatos também

significativos, mas de menor abrangência, com independência em relação à linha editorial. (MELO, 2003, p. 113)

Artigo: trata-se de uma matéria jornalística em que o autor (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião. Baseado em Martín Vivaldi (1973), Melo cita três momentos fundamentais no processo de produção deste gênero: a invenção (significa tirar do mundo dos fatos e das ideias, buscar na atualidade a motivação para justificar o encontro com os leitores; precisa que o articulista avalie sua capacidade de desenvolver um argumento), a disposição (ordenar as ideias, com equilíbrio entre a inspiração e a ordem) e a elocução (dar forma definitiva ao pensamento, momento de rever, corrigir, abreviar, suprimir ou substituir).

Resenha: apreciação de obras de arte ou produtos culturais visando orientar a ação dos consumidores (no Brasil, segundo Melo, persiste a denominação de crítica para a unidade de texto com esta finalidade e de crítico para o autor deste gênero de texto – apesar de citar autores que formatam nítidas diferenças entre estes e aquela), sem intenção de oferecer julgamento estético, e sim fazer uma apreciação ligeira, sem entrar na sua essência enquanto bem cultural. Assim como o artigo, a angulação deste tipo de texto é determinada pelo critério de competência dos autores na busca dos valores inerentes aos fatos que analisam. (Melo, 2003, p. 66)

Coluna: Melo apoia-se na definição de Rabaça e Barbosa (1978) de que é a seção especializada do meio impresso, publicada regularmente, normalmente diagramada no mesmo lugar com título ou cabeçalho constante (para facilitar a localização por parte do leitor), geralmente assinada, caracterizada por “notas, sueltos, crônicas, artigos ou textos-legendas, podendo adotar, lado a lado, várias dessas formas”. (p. 140) e resume como um mosaico formado por unidades curtas de informação e opinião. Define como um espaço privilegiado para os bastidores da notícia, que pode até exercer um trabalho de orientação da opinião pública.

Caricatura: é uma forma de ilustração que a imprensa absorve com sentido nitidamente opinativo. Assim como a crônica, emite opiniões temporalmente contínuas, sincronizadas com o emergir e os repercutidos acontecimentos. De acordo com Melo, a sua origem semântica (do italiano caricare) corresponde a ridicularizar, satirizar, criticar e, recorrendo a Rabaça e Barbosa (1978) o autor resume como “representação da fisionomia humana com características grotescas, cômicas ou humorísticas” e a forma de expressão artística através do

desenho que tem por fim o humor (p. 167). Pode como peculiaridade estigmatizar certos personagens da vida pública ou humanizá-los, popularizá-los.

Crônica: do ponto de vista histórico, é a narração dos fatos, de forma cronológica, como documento para a posterioridade, narrativa de fatos observados pelo jornalista em determinado espaço de tempo. É considerada o embrião da reportagem. Na imprensa brasileira, é caracterizada como uma composição livre, ligada com a atualidade (PAULO RÓNAI, 1971, citado por MELO, 2003, p. 148 e 149). Melo resume como “relato poético do real”. (p. 162)

Carta: recurso que o leitor usa para expressar seus pontos de vista, suas reivindicações, sua emoção, e desta forma participar das experiências jornalísticas. Nos meios de comunicação impressa, a seção de carta de leitores obedece a critérios de edição de acordo com a política editorial da empresa, o que determina a seleção, triagem para serem publicadas.

Além da categorização proposta por Melo, o presente trabalho também apoia-se na existência de dois grandes grupos que englobam as variações dos textos jornalísticos - 1) gênero informativo (facts), que “serve para dar a conhecer factos/acontecimentos, através da sua descrição e narração”; e 2) gênero opinativo (comments), que “visa dar a conhecer ideias, através da exposição de comentários e juízos de valor acerca de factos/acontecimentos” (LOPES, 2010) -, e considera que o artigo encaixa-se no segundo grupo, porém com a consciência de que:

Nenhum dos gêneros existe, portanto, “em estado puro, ou seja, a maior parte dos textos jornalísticos integra características próprias dos diferentes “gêneros”. Caberá ao analista determinar, em cada caso, qual o “gênero” dominante” (REBELO, 2000: 118). No entanto, para Mar de Fontcuberta, “certo é que os gêneros jornalísticos são fundamentalmente quatro: a notícia, a reportagem, a crônica e o artigo ou comentário” (FONTCUBERTA, 1996: 103). Mas, tal como em literatura, não devemos desvalorizar uma ampla panóplia de subgêneros, como a “crônica política”, a “crônica social ou de costumes” ou a “crônica desportiva”. (LOPES, 2010, p. 10)

Pela predominância do gênero artigo nos *Cadernos Diplô* analisados, faz-se necessário elencar mais características deste estilo: destaca-se a necessidade da autoria explicitada neste tipo de texto, “pois este é o indicador que orienta a sintonização do receptor” (MARQUES, 2003, p. 17). E por ele estar englobado no gênero opinativo, a estrutura da mensagem é “co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas

funções: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião). (MELO, 2003, p. 65)

Melo recorre à definição de artigo elaborada por Martín Vivaldi (1973), já que considera que ela se aproxima do uso do gênero na imprensa brasileira: “escrito, de conteúdo amplo e variado, de forma diversa, na qual se interpreta, julga ou explica um fato ou uma ideia atual, de especial transcendência, segundo a conveniência do articulista” (p. 122). E destaca que dois elementos são específicos ao artigo jornalístico: a atualidade e a opinião.

Outra característica do artigo é que, sendo uma contribuição voluntária ou algo nem sempre remunerado, isto confere liberdade ao autor do texto. “Trata-se de uma liberdade em relação ao tema, ao juízo de valor emitido e também em relação ao modo de expressão.” (p. 125)

Mesmo havendo outras classificações/tipificações/subgêneros e sabendo que há mudanças de tais categorias de acordo com a evolução da imprensa (e até com as características culturais que moldam os meios de comunicação de massa, e visto que este binômio gênero informativo/opinativo não dá conta da grande variedade de estilo de textos especialmente com o advento da Internet), a estratificação dual acima ajuda a compreender os estilos de textos que consumimos através da imprensa a partir do seu conteúdo editorial, levando em consideração a expressão (ou não) de posicionamento em relação ao fato relatado e serve de referência para as análises deste trabalho.

Com isso, é possível delimitar as seguintes características dos textos dos *Cadernos Diplô*: são textos opinativos com autoria explícita, classificados como artigos, e que podem ser tipificados como ensaio, já que se apoiam em fontes e opiniões que corroboram para formar as perspectivas simbólicas de cada tema, de acordo com a linha editorial do jornal.

A própria organização do material – uma espécie de suplemento ou produto especial com a marca *Le Monde Diplomatique* – reforça a delimitação deste gênero.

Somado a isso, faz-se necessário o regaste dos 15 elementos da análise qualitativa do discurso (definida no capítulo 3) elencados por Sousa (2008) que servem de base para o presente trabalho.

De forma resumida:

- 1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos
- 2) Objetivo do discurso (dos enunciadores) e dos protagonistas
- 3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulos em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônomas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre

vocábulos, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulos nas frases, figuras de estilo)

- 4) Fontes e citações
- 5) Procedimentos de objetividade
- 6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)
- 7) Procedimentos de persuasão
- 8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo)
- 9) Gêneros jornalísticos
- 10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas
- 11) As notícias como atos linguísticos
- 12) Assinatura e produção da informação
- 13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido
- 14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica)
- 15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias)

Em relação ao item 1 – Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos – é necessário reconhecer a função informativa dos discursos jornalísticos, já que estes incidem sobre o real, e que eles também apresentam determinados enquadramentos ou molduras para os temas, ou seja, determinadas organizações do discurso, capazes de direcionar a construção de significados. A partir desta visão, de acordo com Sousa, o pesquisador precisa: determinar a incidência do discurso e os temas que definem os "macro" e "micro-enquadramentos"; quem são os protagonistas das matérias, verificar como são enquadrados e hierarquizar esses protagonistas em função da sua relevância nas matérias (personagens principais e secundárias); fazer uma hierarquia de cenários (quais são os cenários em primeiro plano, quais estão em planos secundários ou de fundo); estruturar as conexões entre acontecimentos, protagonistas, tais como são apresentadas nos discursos; descrever causas e consequências dos acontecimentos, de acordo com as representações discursivas das mesmas; e evidenciar os

argumentos que servem de base a uma determinada tomada de posição, a teia argumentativa que eles formam, etc.

Sousa destaca que “encontrar e desvelar os enquadramentos é um passo relevante para desvelar a estrutura profunda dos discursos jornalísticos” (p. 683). E que os enquadramentos podem ser mais ou menos explícitos dependendo do gênero jornalístico. Nos textos interpretativos ou opinativos, os enquadramentos são, normalmente, bastante explícitos, principalmente se forem de cunho político e ideológico, pois o discurso acaba sendo moldado pela ideologia política que determina tal enquadramento. Já nos textos jornalísticos noticiosos, os enquadramentos podem ser implícitos, resultando, por exemplo, das perspectivas das fontes. Também pode se encontrar um único texto com diferentes enquadramentos, às vezes em conflito uns com os outros (por exemplo, quando se contrastam fontes em desacordo, que usam o espaço jornalístico como arena pública).

A forma do discurso também pode ajudar a detectar enquadramentos e até as relações sociais, em especial as relações de poder. E a estrutura temática das notícias pode ser outro enfoque dentro deste elemento proposto por Sousa.

O item 2 - Objetivo do discurso (dos enunciadores) e dos protagonistas – coloca em evidência a necessidade de distinguir entre os objetivos das fontes citadas e os objetivos do jornalista, ou seja, identificar os objetivos dos diferentes enunciadores identificados nas notícias a fim de perceber o alcance dos discursos, fazendo um levantamento dos vocábulos, frases, etc. que indiciem esses objetivos. Também é possível estruturar as relações entre os protagonistas das notícias, de acordo com os objetivos dos respectivos discursos.

O terceiro elemento - Vocabulário, estilo e significação – busca identificar o uso de determinadas palavras e a associação entre vocábulos para desvendar intenções do enunciador. Sousa destaca neste item a atenção com os significados dos vocábulos, certos vocábulos, como os substantivos (em particular os nomes) e os pronomes, que se identificam os referentes dos discursos e que se indexa o mundo, o uso de grupo nominal para determinados referentes (como, por exemplo, Cidade Luz para Paris), distinguir entre as personagens das notícias aquelas que são protagonistas de ações, as que figuram como vozes nas notícias e as que são os alvos das ações dos outros (Se o sujeito é nominal – usa-se nome próprio? Há despersonalização dos sujeitos? Ou abstração e supressão dos sujeitos das notícias?), o emprego de artigos definidos e indefinidos, a escolha de pronomes (que pode sugerir uma relação anafórica - repetição de um termo ou fórmula em qualquer lugar de um mesmo texto, tecendo uma rede de sinonímia, ou seja, emprego repetido de sinônimos), o uso de aspas, do estilo itálico ou negrito das fontes, de adjetivos, perceber o tempo dos verbos,

que remete no imediato para as noções de passado, presente, futuro e intemporalidade e indiretamente para conceitos como atualidade, história, memória, etc., o emprego de rimas, palavras com sons semelhantes, aliteração (repetição das mesmas letras, sílabas ou sons). Desta forma, diz o autor, “a análise quantitativa e qualitativa do vocabulário empregue pelos enunciadores oferece pistas para penetrar nas intenções destes e nas circunstâncias de produção dos discursos”. (p. 688)

O item 4 - Fontes e citações – serve para o apontamento das fontes que o jornalista cita, qual a finalidade da citação, o que elas dizem, como o dizem, as relações que estabelecem, etc. para uma análise do discurso jornalístico bem sucedida. Observar o emprego do discurso direto, indireto (separadamente ou os dois estilos juntos) ou discurso indireto livre (usado, por vezes, em reportagens em que o jornalista se identifica com quem evoca) também deve ser tarefa do pesquisador.

No quinto elemento - Procedimentos de objetividade -, Sousa resgata Tuchman (1980) e VanDijk (1990) para apontar os procedimentos que servem para objetivar a enunciação: a) Identificação das fontes; b) Contrastar fontes antagônicas ou potencialmente antagônicas; c) Imputação das opiniões e dos fatos às fontes que os enunciam, através da utilização criteriosa das aspas e de paráfrases; d) Descrição dos acontecimentos com tentativa de separação entre "fatos/notícias" e "análises/comentários" (embora os jornalistas especializados cada vez se assumam mais como analistas); e) Verificação dos fatos em função do posicionamento das fontes numa hierarquia de credibilidade e representatividade, que os jornalistas vão construindo em função da sua experiência cotidiana e do conhecimento que têm sobre o funcionamento da sociedade; f) Auscultação de testemunhas dos acontecimentos; g) Recurso a fórmulas de precisão (cifras, referências a espaço e tempo, etc.).

Sobre os Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso, sexto item, Sousa destaca que eles opõem-se aos procedimentos de objetividade dos discursos. O autor enumera, baseado em Pierre Babin (1993), os procedimentos de exagero, simplificação, oposição, deformação e amplificação emocional, e apoiando-se em Pedro Diniz de Sousa (2003), cita a vitimização e a personificação.

Como salienta Pedro Diniz de Sousa (2003: 80), "A presença das personagens é vital no drama. "As notícias vivem de pessoas, sendo para o analista vital determinar quais são as personagens das notícias, que qualidades lhes são atribuídas e que relações essas personagens estabelecem entre si e com os acontecimentos. (SOUSA, 2008, p.700)

Para descrever o sétimo elemento - Procedimentos de persuasão -, Sousa recorre a Van Dijk (1990) para citar tais procedimentos que garantem passagens de natureza persuasiva (ou perlocutória) em matérias jornalísticas, predominantemente informativas: a) Uso de cifras e outras referências que possam sustentar os argumentos e tornar verídicos os relatos; b) Menção das causas dos acontecimentos (que podem ser outros acontecimentos); c) Integração dos diferentes fatos e acontecimentos num encadeamento de causas e consequências e em estruturas narrativas conhecidas; d) Inserção dos novos acontecimentos em modelos e enquadramentos familiares aos leitores; e) Uso de argumentos e conceitos conhecidos; f) Construção dos textos de maneira a obterem-se emoções fortes do receptor; g) Elaboração dos textos de forma a que o leitor se convença da superioridade de determinados argumentos, referenciando, mas minorizando, argumentos contrários; h) Citação de especialistas e outras fontes credíveis que ajudem a sustentar os argumentos; i) Referência a hipotéticas consequências da aplicação de determinadas ideias, evidenciando as vantagens da aplicação de umas e as desvantagens da aplicação de outras.

Quanto ao oitavo item - Tipo de texto -, Sousa delimita: texto narrativo, como sendo aquele que narra o desenvolvimento de uma ação e dá conta das movimentações e dos atos das personagens, que traz inevitavelmente a interpretação do acontecimento pelo jornalista, seja de forma implícita ou explícita; descritivo, como sendo aquele que permite ao leitor conhecer as características físicas de algo ou as características psicológicas de alguém; expositivo, como sendo aquele que expõem dados factuais; diálogos e texto citado, muito comum nos textos jornalístico, a seleção e hierarquização de citações, a recorrência ao discurso direto ou à paráfrase, etc. são aspectos que podem indicar uma determinada visão da realidade e ajudam a construir enquadramentos para os assuntos referenciados no discurso; e argumentativo, como sendo aquele que visa a persuasão, o convencimento do leitor acerca de determinada interpretação e explicação para acontecimentos e problemáticas. Para que estruture os tipos de texto presentes na análise e avalie a sua frequência, e desta forma encontrar padrões estruturais. Ou ainda para evidenciar a construção de textos argumentativos.

No item 9 - Gêneros jornalísticos – Sousa os define como “determinados modelos de interpretação e apropriação da realidade através de linguagens” (p. 706) e os resume nas categorias notícia, entrevista, reportagem, crônica, editorial e artigo (de opinião, de análise, etc.).

Sendo uma forma de interpretação apropriativa da realidade, os gêneros jornalísticos são uma construção e uma criação. Obviamente que, uma vez criados, os gêneros jornalísticos passam, também eles, a fazer parte da realidade, que, paradoxalmente, referenciam. Os gêneros jornalísticos existem em determinados momentos e contextos sócio-histórico-culturais. Há, certamente, gêneros jornalísticos que ainda não viram a luz do dia e outros que já não se praticam. (SOUSA, 2008, p. 706)

No décimo elemento - Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas -, o autor destaca a adjetivação e o uso da linguagem figurada (como a metáfora) como recursos para a qualificação de uma personagem ou ação referenciadas numa notícia. Os atributos a tais personagens também podem ser estabelecidos, indiretamente, através dos atos que estes praticam, tendo em conta a forma como estes estão representados nos discursos a partir de levantamento destes atributos que são conferidos, direta ou indiretamente, às personagens das notícias ou ainda através de avaliação de como os discursos reconstróem simbolicamente as identidades daqueles que neles estão representados (pelo vocabulário, pela representação de ações, pela representação de relações entre as personagens, etc.) ou alimentam as identidades ideológicas e culturais dos jornalistas (pela repetição dos mecanismos de objetivação do discurso, como a tentativa de separação entre "fatos" e "comentários", pela adoção de determinados procedimentos discursivos e escolha de certas fontes, etc.).

Em As notícias como atos linguísticos, item 11, dentro da perspectiva da análise do discurso, Sousa explica que as notícias, de acordo com Austin (1971), dividem-se em três tipos: atos locutórios (faz-se algo no dizer, algo é enunciado com sentido, tanto verbal como gramaticalmente), ilocutórios (além de se fazer algo no dizer, faz-se algo ao dizer, ou seja, intencionalmente, é adicionada uma segunda opção/ação à enunciação, que pode ser informar, avisar, alertar, etc.) e perlocutórios (além de fazerem algo no dizer e algo mais ao dizer, causam um determinado efeito, ou seja, de alguma forma provoca uma ação/reação – positiva ou negativa - em quem recebe tal informação).

Ao analista do discurso poderá interessar avaliar a natureza dos atos linguísticos que subjazem às notícias e/ou que estão na sua origem, para desvelar quer os possíveis efeitos desses atos, quer os interesses que podem ter contribuído para formatar essas notícias e que tenham sido materializados em atos linguísticos. (SOUSA, 2008, p. 708/709)

No décimo segundo elemento - Assinatura e produção da informação -, o autor destaca que a presença ou ausência de notícias assinadas (seja por jornalísticas ou profissionais do

veículo ou agências de notícias e outras organizações jornalísticas, serviços de relações públicas, etc.) pode contribuir para uma análise do discurso mais completa, já que a assinatura revela respeito pela autoria e também responsabiliza o seu autor e a falta dela causa a diluição da responsabilidade individual na responsabilidade coletiva, pois a notícia aparece como resultado do periódico no seu conjunto (o que pode ser uma consequência da cultura organizacional) e oculta a produção da informação.

O item 13 - O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido – sublinha a ideia de que o discurso jornalístico é moldado e marcado por decisões de inclusão, exclusão e hierarquização de informações e isto faz com que acontecimentos nunca cheguem a ser notícia ou problemáticas nunca surjam nas páginas dos jornais. A partir disso, segundo Sousa, o pesquisador deve se atentar para estas escolhas e ordenação, considerando que, muitas vezes, o que não se diz pode ser subentendido, fica implícito no discurso ou o não dito pode indicar relações de poder ou ainda os discursos podem remeter muitas vezes para outros discursos, por vezes esquecidos, mas lembrados no novo discurso (novo enquadramento).

O décimo quarto elemento - O contexto gráfico – tem como funções, de acordo com Sousa, atrair o leitor (funções estéticas e apelativas) e organizar, articular e hierarquizar os conteúdos (funções jornalísticas). Para o pesquisador identificá-las, é preciso observar a ênfase gráfica dos conteúdos, através de dimensão (espaço ocupado pelo conteúdo analisado), localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes (simulação gráfica da afixação de avisos e post-its), destaques textuais, outras formas de saliência gráfica (como o uso de contraste cromático, pelos espaços em branco e etc.).

No último item - Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias) -, o autor destaca que este recurso tem finalidades estéticas, informativas, expressivas ou outras. E quando isso acontece, o pesquisador do discurso “deve considerar os elementos imagísticos na sua análise” (p. 712).

Os itens descritos acima servem de base para a análise qualitativa dos textos reunidos nas três edições dos *Cadernos Diplô* (abordada nos itens sequenciais), para ajudar a caracterizar o posicionamento do jornal, as características simbólicas e perfis editoriais diante de cada tema abordado. Através deste levantamento, busca-se compreender o reaproveitamento de notícias no jornalismo impresso como uma característica do jornalismo industrial, o que vai de encontro com as teorias abordadas no item 3 e as críticas de Ramonet quanto à situação atual dos meios de comunicação de massa, destacada no item 2.2.

Vale lembrar que tal reaproveitamento nos *Cadernos Diplô* tem a função de proporcionar ao leitor um aprofundamento dos temas tratados pelo jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, cujo enfoque não é a cobertura diária, já que é uma publicação mensal.

6.2 Edição 1 – Que outro mundo é possível?

Texto 1 (páginas 5 a 7)

Título: A arma dos poderosos

Chapéu: Mundo em conflito

Olho: O terrorismo funciona. Mas não é o instrumento dos fracos. Lutar contra o terrorismo supõe o apoio à democracia e ao desenvolvimento econômico e implica em reduzir o grau de terror, e não em aumentá-lo

Olhos internos: Para combater os adversários depravados da civilização, o governo norte-americano instalou uma rede terrorista internacional de amplitude sem precedentes

Nosso objetivo deveria ser o reduzir o risco de reincidência de atentados terroristas, sejamos nós, norte-americanos, ou outras pessoas as suas vítimas

Em geral, o planeta aparece sob um outro aspecto, variando conforme se segure o chicote há muito tempo ou se tenha tomado as chicotadas durante século

Autor(es): Noam Chomsky

Reaproveitado: Tradução

Quadro com os 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo, de acordo com Sousa (2008), e trechos do texto para exemplificá-los:

1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos

Propõe dois postulados no primeiro parágrafo/parágrafo de abertura:

- a) Atentado de 11 de setembro = algo ruim, negativo: “atrocidade terrível”
- b) Prega a reação sem violência para diminuir atentados: “sejamos nós ou outras pessoas as suas vítimas”.

A partir deles, o autor conversa com leitor e o convida para a leitura, usando como referencial o posicionamento mencionado: “Se você não aceita esses dois pontos de partida, o que vem a seguir não lhe diz respeito. Se você os aceita, muitas outras questões se apresentam.”

Retoma posicionamento no parágrafo final ao longo do texto: “Lutar contra o terrorismo implica reduzir o grau de terror, não aumentá-lo.” (expressão destacada no olho do texto, logo abaixo do título); “Uma forma de reduzir o grau de terror seria parar de contribuir para ele. Depois, refletir as orientações políticas de apoio da qual, em seguida, se aproveitam os mandantes de atentado”.

Temas que definem os:

- a) Macro-enquadramentos: Atentados terroristas de 11 de setembro e a luta contra o terrorismo
- b) Micro-enquadramentos: Críticas às relações internacionais dos Estados Unidos antes e depois dos atentados e as suas consequências (b1) + Críticas à cobertura dos meios de comunicação de massa em relação a estas consequências (b2) + Tentativa de sugerir reação legal aos atos terroristas sem ser através do uso da violência (b3)

(b1) “Haveria, no Afeganistão, vários milhões de pessoas ameaçadas pela fome. Isso era verdadeiro já antes dos atentados; elas sobreviviam graças à ajuda internacional. No dia 16 de setembro, os Estados Unidos exigiram, no entanto, que o Paquistão suspendesse os comboios de caminhões que levavam alimentos e outros produtos de primeira necessidade para a população afegã. Essa decisão não provocou reação alguma no Ocidente.”

(b2) “Um caso, o da Nicarágua, não deixa margem à dúvida: realmente, foi decidido de modo categórico pelo Tribunal Penal Internacional de Haia e pela ONU. Pergunte-se a você mesmo quantas vezes esse precedente indiscutível de uma ação terrorista – a qual um Estado de direito quis responder através dos meios de direito – foi evocado pelos principais comentaristas.”

“A Nicarágua pediu então ao Conselho de Segurança da ONU a aprovação de uma resolução exigindo que todos os países respeitassem o direito internacional. (...) Os Estados votaram contra a resolução. Portanto, hoje, são o único país que, simultaneamente, foi condenado pelo Tribunal Penal Internacional e se opôs a uma resolução exigindo o respeito internacional. (...) Todos haviam fracassado em um mundo regido pela força. Este precedente não dá margem a qualquer dúvida. Quantas vezes falamos sobre ele na universidades, nos jornais?”

“Para que as análises e os artigos da imprensa sejam considerados respeitáveis, é melhor, realmente, que se situem do lado bom, ou seja, o dos braços melhor armados.”

“O jornalista que, entretanto, é especialista em assuntos relativos à África, citava o caso da Argélia como principal exemplo dessa virada. Deveria saber, então, que a Argélia dirigia uma guerra terrorista contra seu próprio povo. (...)”

(b3) “Uma forma de reduzir o grau de terror seria parar de contribuir para ele. Depois, refletir as orientações políticas de apoio da qual, em seguida, se aproveitam os mandantes de atentado”.

“Um radical como o papa sugere, diante do crime de 11 de setembro, procurar os culpados e depois submetê-los a julgamento.”

“Lutar contra o terrorismo implica reduzir o grau de terror, e não aumentá-lo.”

Personagens principais:

- a) Protagonistas: o terrorismo em si (tentativa de conceituá-lo), os Estados Unidos (a política internacional deste país), Afeganistão (país de origem dos terroristas), meios de comunicação de massa (cita *New York Times*, *Boston Globe*, *Wall Street Journal*)
- b) Secundários: países vítimas das relações internacionais com os Estados Unidos (cita Nicarágua, Haiti e Filipinas), órgãos internacionais (ONU/FAO – Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Conselho de Segurança da ONU, Tribunal Penal Internacional de Haia)

Hierarquização entre eles: dominador (Estados Unidos) X dominados (Nicarágua, Haiti e Filipinas); poder de reação dos dominados neutralizado pelo poder de influência do dominador com outros países dependentes dele

(El Salvador, Honduras e Israel) e agressões aos direitos humanos (Colômbia)

Cenários:

- a) Primeiro plano: os Estados Unidos (a política internacional deste país), como alvo dos atentados
- b) Segundo plano/de fundo: países que sofreram com a influência norte-americana e as consequências desta relação (muitas vezes promíscua, já que se baseia em interesses pessoais de governos e não da coletividade/população)

Conexões entre acontecimento e personagens:

Recorre a exemplos históricos das relações internacionais dos Estados Unidos, na maioria das vezes não abordados pelos meios de comunicação de massa e esquecidos pela sociedade, e como eles influenciam na reação norte-americana após os atentados de 11 de setembro. Para isso, cita os exemplos: fornecimento de armamento para Turquia na década de 1990 e retribuição dos turcos ao apoiar a coalizção norte-americana contra a rede de Bin Laden; ordenação dos Estados Unidos para o Paquistão suspender a ajuda humanitária ao Afeganistão após os atentados de 11 de setembro. Resgata também as invasões dos Estados Unidos em países latinos como México, região do Caribe e América Central, Haiti e Filipinas, e destaca que o “combate se travava fora” do território norte-americano. Questiona cobertura dos meios de comunicação de massa, ao destacar as escolhas de publicação destes: “sobre o IRA e o terrorismo, as questões dos jornalistas são muito diferentes, dependendo de que lado do mar da Irlanda exercem sua profissão. Em geral, o planeta aparece sob um outro aspecto, variando conforme se segure o chicote há muito tempo ou se tenha tomado as chicotadas durante séculos. No fundo, talvez seja por isso que o resto do mundo, mesmo se mostrando univocamente horrorizado pelo destino das vítimas, não tenha reagido da mesma maneira que nós aos atentados de Nova York e Washington.” + “No momento em que as editoriais do *New York Times* sugerem que “eles” nos detestam porque defendemos o capitalismo, a democracia, os direitos individuais, a separação entre a Igreja e o Estado, o *Wall Street Journal*, melhor informado, explica, após ter pós ouvido banqueiros e executivos não-ocidentais, que eles “nos” detestam porque impedimos a democracia e o desenvolvimento econômico. E demos apoio a regimes brutais, e até terroristas.”

Causas e consequências dos acontecimentos (Estrutura temática):

Apresenta posicionamento contra os atos terroristas desde o parágrafo de abertura e aponta os acontecimentos históricos que ajudam a compreender a posição dos Estados Unidos (alvo dos atentados) nas relações internacionais que alimentaram grupos extremistas, de forma crítica.

Por exemplo, a CIA incentivar a rede de Bin Laden, considerada a suposta autora dos atentados: “Supondo que se trate da rede de Bin Laden, ninguém sabe mais sobre a gênese desse grupo fundamentalista do que a CIA e seus asseclas: eles os incentivaram à nascença. (...) Somente depois de 1990 e da instalação de bases norte-americanas permanentes na Arábia Saudita, terra sagrada do Islã, é que esses combatentes se voltaram contra os Estados Unidos.”

2) Objetivo do discurso (dos enunciadores) e dos protagonistas

Como mostra seu posicionamento desde o começo do texto (conforme apontado anteriormente no item 1 desta

tabela), o autor do texto deixa claro o objetivo que pretende passar: mostrar ao leitor o que a “arma dos poderosos”, “(...) o terrorismo funciona. A violência também. (...) é um equívoco pensar que o terrorismo seria o instrumento dos fracos. Como a maioria das armas mortíferas, o terrorismo é, antes de tudo, a arma dos poderosos. Quando se diz o contrário, é unicamente porque os poderosos controlam também os aparelhos ideológicos e culturais, que permitem que o terror deles seja visto como uma coisa diferente do terror.”

Mostra que os Estados Unidos é o grande responsável pela alimentação de terroristas e tem papel principal em destruição de países como Nicarágua, Haiti, Guatemala e Filipinas, por exemplo.

Prega que precisa haver uma mudança na mentalidade dos protagonistas do texto - os Estados Unidos X atentados terroristas – para que haja uma “tomada de consciência, pela opinião pública norte-americana, dos vários tipos de realidade internacional – de cuja existência apenas as elites suspeitavam (...)”

3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulo em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônimas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre vocábulos, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulos nas frases, figuras de estilo)

Para designar os atentados e os envolvidos em tais atos, o autor usa: Atentado/crime/câncer disseminado por bárbaros/ação terrorista/uso ilegal da força/ força classificada de terrorista/guerra terrorista; terroristas/executores do crime/combatentes/adversários depravados da civilização

Para designar os tipos de regimes políticos e as reações pós atentados usa: regimes brutais/terrorismo/regimes autoritários ou ditatoriais/Estados totalitários/regime racista; intervir militarmente/nova ordem mundial/ajuda militar/autocongratulação; terror militar/contraterror/coalizão/guerra antiterrorista; silêncio/subserviência/contribuir para as atrocidades, culpados/julgamento/formas judiciais normais/jurisdição internacional/tomada de consciência

Uso da primeira pessoa do plural em verbos e pronomes ao longo do texto para referir-se às consequências nos países que foram afetados pela política internacional adotada pelos Estados Unidos: “devemos partir”, “começemos pela situação”, “mas voltemos ao 11 de setembro”, “expulsamos ou exterminamos populações”, “conquistamos a metade”, “saqueamos a região”, “estendemos nosso domínio”, “éramos nós que matávamos”, “nosso território”, “nosso domínio”, “da mesma maneira que nós”, “deixávamos que se cometessem”, “contribuíamos para isso”, “não optamos:”, “nossa coalizão”.

E recorre ao uso da terceira pessoa (singular e plural) em verbos e pronomes (“Praticaram-se às inúmeras atrocidades”, “Os Estados Unidos replicaram”, “A Nicarágua reagiu”) ou à conjugação “é preciso distinguir”, “é necessário partir” “é necessário não esquecer” para descrever tais ações.

4) Fontes e citações

Vale lembrar que trata-se de um artigo, gênero baseado na opinião/conhecimento/ponto de vista do autor.

Cita como personagens-fontes para o texto: os veículos *Boston Globe*, *New York Times*, *Wall Street Journal*, *Christian Science Monitor* (sobre a cobertura destes veículos em relação aos atentados de 11 de setembro e suas consequências), *Le Monde Diplomatique* (como nota de rodapé com sugestão de leitura de texto complementar), manuais militares norte-americanos (para definir o que é o terrorismo e explicar as diferentes interpretações

desta conceitualização tanto pelos próprios Estados Unidos e países aliados a eles), e decisões de organismos internacionais como ONU/Tribunal Internacional de Haia.

Não usa citações.

Predomínio do discurso indireto.

Uso de aspas somente em expressões apropriadas de outros contextos, como “luta dirigida contra um câncer disseminado por bárbaros” ao se referir à ideologia que molda a guerra contra o terror já existente desde o governo Reagan na década de 1980; “contraterror” como termo militar usado pelas autoridades turcas devido à ajuda norte-americana ao fornecerem armamento na década de 1990; “guerra antiterrorista” para justificar apoio turco aos Estados Unidos na reação contra o Afeganistão pós-atentados de 11 de setembro, em retribuição à ajuda norte-americana década atrás; “Ah, sim, mas tínhamos esquecido!” para ilustrar como acontecimentos incômodos desaparecem da memória coletiva de um povo devido ao poder da propaganda e das doutrinas norte-americanas impostas; usa “eles” (= terroristas) e “nos” (= Estados Unidos) ao relatar abordagem diferente na cobertura sobre os atentados de 11 de setembro entre os veículos de comunicação New York Times e Wall Street Journal.

5) Procedimentos de objetividade

Ao citar veículos internacionalmente reconhecidos, dados históricos e organizações internacionais, embasa o texto com informações consideradas confiáveis, que servem de referência para confirmar os postulados propostos no parágrafo de abertura do texto e o posicionamento destacado no título e nos olhos.

6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)

Expressões que resumem os atentados:

“Atrocidade terrível”, “perda mais importante da história”, “nenhum crime, nada foi mais mortífero na história”, “executores do crime”

Verbos de ação e substantivos adjetivos que diferenciam as formas de tratamento dos Estados Unidos com outros países ou organizações internacionais:

“Estados Unidos exigiram”, “organizações humanitárias civis e religiosas (... e) relator da Organização das Nações Unidas (...) pediram”, “os Estados Unidos se haviam apossado em condições pouco recomendáveis”, “um alvo não habitual: os Estados Unidos”, “o combate se travava fora”, “CIA e seus asseclas”, “esses combatentes se voltaram contra os Estados Unidos”, “simpatia com que contam as redes de Bin Laden”, “política norte-americana que destruiu a sociedade iraquiana, consolidando o regime de Saddam Hussein”,

Expressões de uso comum nos mais diferentes tipos de discursos (tanto na mídia, na história, na política, sobre as relações internacionais) e de quantificação e localização/espacialidade:

“civilização ocidental resignou-se a ver morrerem centenas de milhares de afegãos”, “várias milhões de pessoas ameaçadas pela fome”, “o chefe dessa mesma civilização”, “o planeta aparece (...) variando conforme se segure o chicote há muito tempo ou se tenha tomado as chicotadas durante séculos”, “Arábia Saudita, terra sagrada do Islã”, “países do Hemisfério Sul”, “raiva que provoca o apoio dos Estados Unidos a todo tipo de regimes

<p>autoritários ou ditatoriais”, “meios dirigentes <u>ocidentais</u>”,</p>
<p>7) Procedimentos de persuasão</p> <p>Recorre a exemplos históricos que envolvem os Estados Unidos e a sua política internacional para mencionar as causas dos atentados e a reação norte-americana. A partir deste recorte histórico, integra diferentes fatos e acontecimentos encadeados que ajudam a compreender como a atuação internacional norte-americana é ruim para países dependentes desta ajuda externa. Insere novos acontecimentos em modelos e enquadramentos familiares aos leitores conhecedores de geopolítica ao citar exemplo da reação britânica em relação ao IRA e da sugestão do papa de “procurar os culpados” dos atentados “e depois submetê-los a julgamento.”</p> <p>Tais fatos históricos contribuem para que o leitor se convença do poderio e uso excessivo da força por parte dos Estados Unidos.</p> <p>Ao citar fontes credíveis, como os meios de comunicação de tradição e referência internacional, ajuda sustentar os pressupostos explícitos desde o início do texto.</p>
<p>8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo)</p> <p>Texto opinativo (usando definição de Melo, 2003) e argumentativo (usando definição de Sousa, 2008)</p>
<p>9) Gêneros jornalísticos</p> <p>Usando definição explicitada no item anterior deste capítulo, trata-se de artigo do tipo ensaio.</p>
<p>10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas</p> <p>Através do levantamento do item 6 (Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso), dos apontamentos do item 5 (Procedimentos de objetividade), das características do gênero jornalístico e tipo de texto, é possível discorrer que o autor reforça seu posicionamento – que é claro deste o início do artigo – crítico em relação aos atos terroristas com a lucidez também crítica do papel norte-americano tanto na alimentação/incentivo e como alvo destes acontecimentos. Ao dizer que os Estados Unidos seria um “alvo não habitual” pode reforçar uma ideia positiva da supremacia desta nação, porém a contextualização histórica ajuda até a compreender tal expressão como uma crítica feroz às atitudes norte-americanas na política internacional.</p>
<p>11) As notícias como atos linguísticos¹⁹</p>

¹⁹ Usando a divisão proposta por Sousa baseada em Austin (1971): atos locutórios (se enuncia algo com sentido, faz-se algo no dizer), ilocutórios (que adicionam uma segunda ação à enunciação, que pode ser informar, avisar, alertar, etc., além de se fazer algo no dizer faz-se algo ao dizer) e perlocutórios (além de fazerem algo no dizer e algo mais ao dizer, causam um determinado efeito, o efeito ocorre com a enunciação e decorre dessa enunciação), é possível identificar no texto analisado atos locutórios (ato de dizer alguma coisa) e ilocutórios (valor de que se reveste um enunciado), já que o gênero jornalístico (artigo do tipo ensaio: matéria jornalística em que o autor, jornalista ou não, desenvolve uma ideia e mostra a sua opinião, cuja argumentação é pautada em fontes consideradas de credibilidade que reforçam as ideias do autor e os pontos de vista são mais definitivos já que são mais abrangentes e pretendem sistematizar o conhecimento do autor) e a proposta do *Caderno Diplô* (de reunir conteúdo temático para aprofundar pontos de vista em relação a temas pertinentes socialmente que podem contribuir para uma leitura crítica, diferentemente do que é oferecido pelos meios de comunicação de massa) contribuem para mostrar o posicionamento do *Diplô Brasil*, usando como referência opiniões e análises de especialistas e estudiosos, o que pode sugerir uma dimensão perlocutória (produção de

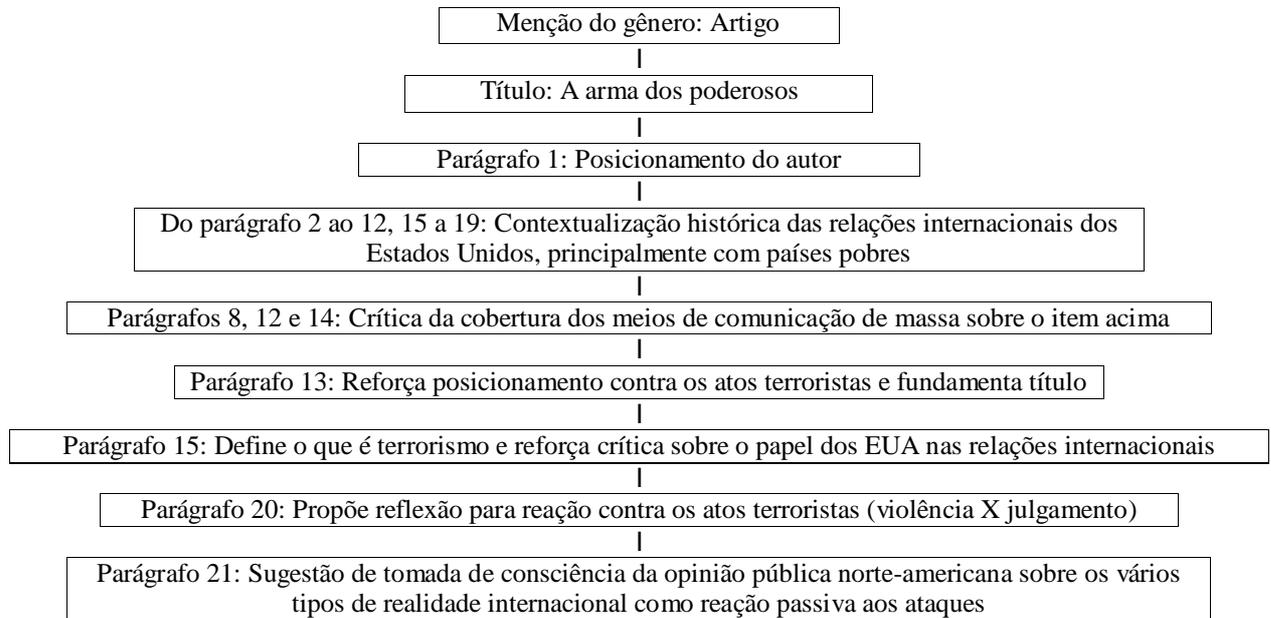
<p>O autor do texto ao recorrer de exemplos históricos, explicitar sua opinião sobre os atentados, definir o que é a “arma dos poderosos”, usar da primeira pessoa do plural (no sentido de ser incluído na tomada de decisões de seu país) e da forma interrogativa (sugerindo um diálogo ou reflexão: “Quantas vezes falamos (...)”, “Que é terrorismo?”) contribuem para este texto funcione como um ato linguístico, que visa informar o leitor ao mesmo tempo que pode convencê-lo da opinião/do ponto de vista do autor e divulgar o posicionamento do <i>Caderno Diplô</i>.</p>
<p>12) Assinatura e produção da informação</p> <p>Texto assinado por Noam Chomsky.</p> <p>Traz que ele é Professor no Massachusetts Institute of Technology (MIT), Boston, Estados Unidos, autor de livros entre os quais <i>De la guerra comme politique étrangère des Etats-Units</i>, Ed. Agone, Marselha, 2001.</p> <p>Traz que este texto foi extraído de uma conferência realizada no MIT e crédito da tradução: Iraci D. Poleti</p>
<p>13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido</p> <p>Será que os exemplos históricos estão suficientemente explicitados? Há outras versões para cada um deles? Tais indagações surgem, ainda mais quando se trata de um texto assinado do gênero que permite a opinião e ponto de vista do autor, e os levantamentos acima ajudam a compreender todo o emaranhado de ideias</p>
<p>14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica)</p> <p>Ocupa três das 52 páginas.</p> <p>Segue layout padrão com chapéu, título, olho, crédito do autor, intertítulos, olhos internos, rodapé explicativo (com informações adicionais não contempladas no texto), descrição da atividade intelectual do autor²⁰.</p> <p>Há intertítulos: “Um alvo não habitual: os Estados Unidos”, “Por que o leque de compreensão?”, “Prioridade que não é de hoje”, “O respeito ao direito internacional”, “O terrorismo e o direito dos povos”, “Uma dívida de gratidão”, “O que fazer na situação atual?”</p>
<p>15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias)</p> <p>Sem imagens.</p>

certos efeitos/reações) pois é possível supor que tais objetivos ajudam a moldar ou referenciar uma possível reação aos temas abordados junto aos leitores.

²⁰ Terminologia explicitada por Marques (2003) de acordo com Manual da Redação da *Folha de São Paulo* (2 ed.) e de Estilo do *O Globo* (25 ed.) – chapéu: “palavra, nome ou expressão (...) usada acima do título, em corpo pequeno, para caracterizar o assunto da notícia”; título: “é o anúncio da notícia, concentrando no fato de que provavelmente mais despertará a atenção”; olho: “títulos auxiliares ou pequenas frases postas no meio do texto (...) para tornar mais leve o aspecto da página” e “ser um foco para o interesse do leitor, destacando aspectos relevantes da matéria” (págs 39 e 40).

(Observação da autora: Nesta dissertação, devido ao layout do *Caderno Diplô*, foram usados os termos “olho” para referir-se ao texto logo abaixo do título e “olho interno” para as frases retiradas do texto e destacadas. Vale lembrar que é apenas uma variação adotada segundo critério próprio, já que possuem a mesma função, de acordo com a definição apontada por Marques)

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 2 (páginas 8 e 9)

Título: Em nome do choque de civilizações

Chapéu: Mundo em conflito

Olho: Em 1993, um assessor do governo norte-americano advertia que o Ocidente (ou seja, os Estados Unidos) deveria preparar-se militarmente para enfrentar civilizações como o Islã e o confuciocismo que, unidos, ameaçariam o coração do mundo ocidental

Olhos internos: O Islã passou a ser considerado a principal ameaça ao Ocidente, pois o Irã, o Iraque e a Arábia Saudita produzem a maior parte do petróleo do mundo

Depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos apoiaram os elementos mais reacionários, usando-os como obstáculo ao comunismo e ao nacionalismo progressista

Autor(es): Tariq Ali

Reaproveitado: Tradução

Quadro com os 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo, de acordo com Sousa (2008), e trechos do texto para exemplificá-los:

1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos

O artigo fala sobre as denúncias de ameaças “para a nossa civilização capitalista mundial” (= Estados Unidos)

como as de Samuel F. Huntigton, ex-especialista em operações de contra-insurreição do governo Lyndon Johnson (1963-69) no Vietnã, que no início da década de 1990 anteviu a necessidade dos Estados Unidos preocuparem-se com o Ocidente, visão “simplista, porém ‘politicamente correta’” que “forneceu subsídios para os estrategistas políticos e ideológicos de Washington e outros países” para encarem “o Islã como a principal ameaça, pois o Irã, o Iraque e a Arábia Saudita produzem a maior parte do petróleo do mundo”. Também retrata as relações dos Estados Unidos com “elementos reacionários, usando-os como obstáculos ao comunismo e ao nacionalismo progressista”, após a Segunda Guerra Mundial, tudo à luz dos atentados de 11 de setembro e de um “mundo que ainda não está completamente sob o controle dos Estados Unidos”, determinantes no pós-ataques, já que “a raiz da crise atual está na estratégia e na política econômica do Ocidente – a de ‘dois pesos e duas medidas’- que as inspiraram” e “uma nova guerra só poderia provocar um transbordamento das águas de ressentimento.”

Temas que definem os:

- a) Macro-enquadramentos: Estratégias políticas e ideológicas de Washington e outros países em relação aos países islâmicos, como Irã, Iraque e Arábia Saudita.
- b) Micro-enquadramentos: Exemplos históricos que ilustram as relações conturbadas e delicadas dos Estados Unidos com países do oriente, como em: os EUA “recrutaram seus aliados entre radicais fundamentalistas: os Irmãos Muçulmanos, contra Nasser, no Egito; o Sarekat-i-islam, contra Sukarno, na Indonésia; o Jamaat-I-Islam, contra Bhutto, no Paquistão; e, mais tarde, no Afeganistão, Osama bin Laden e outros contra o laico comunista Najibullah, escorraçado de seu refúgio pelo Taliban”; “Não havia condições, na década de 60, para a criação de um grupo político confessional no Iraque. O Partido Comunista era a força mais popular, mas sua vitória era inaceitável. Os Estados Unidos apoiaram, então, a ala mafiosa do partido Baath, incitando-a a dizimar os comunistas e, depois, os sindicatos de operários ligados ao petróleo. Saddam Hussein encarregou-se do trabalho e obteve, como recompensa, armas e acordos comerciais”; “Arábia Saudita, criada na década de 30 pelo gigante norte-americano de petróleo Aramco, que precisava de um Estado local para defender seus interesses”

Personagens principais:

- a) Protagonistas: Estados Unidos (sua política externa e pensamento contra países islâmicos, como o de Samuel F. Huntigton)
- b) Secundários: países islâmicos, como Irã, Iraque e Arábia Saudita

Hierarquização entre eles: “Ocidente” (= Estados Unidos) e “o resto”, “pois somente o Ocidente valoriza ‘o individualismo, o liberalismo, a constituição, os direitos humanos, a igualdade, a liberdade, as leis, a democracia, os mercados livres’. Por isso, o Ocidente (ou seja, os Estados Unidos) deve se preparar militarmente para enfrentar essas civilizações rivais, especialmente as mais perigosas: o Islã e o confucionismo – isto é, o petróleo e as exportações chinesas – que, unidas, ameaçariam o coração da civilização”

Cenários:

- a) Primeiro plano: as relações estabelecidas pelos Estados Unidos com os países islâmicos, nas mais diferentes épocas da história

- b) Segundo plano/de fundo: influência do pensamento de Samuel F. Huntington que “enumerava oito culturas: ocidental, confucionista, japonesa, islâmica, hindu, eslava-ortodoxa, latino-americana e, talvez, africana (ele não tinha certeza de que a África fosse, de fato, civilizada). Cada uma delas encarnava diferentes sistemas de valores simbolizados, cada um, por uma religião que ‘talvez fosse a força central que motiva e mobiliza os povos’. O principal divisor de águas passava entre ‘o Ocidente e o resto’” nas políticas internacionais norte-americanas”

Conexões entre acontecimento e personagens:

Como a crença na superioridade norte-americana influenciou as relações internacionais dos Estados Unidos com países islâmicos, como o jogo de interesses foi determinante para definir tais relações nas mais diferentes épocas da história dos países (“depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos apoiaram os elementos mais reacionários, usando-os como obstáculo ao comunismo e ao nacionalismo progressista. Muitas vezes recrutaram seus aliados entre radicais fundamentalistas”; “Nos últimos cem anos, o mundo muçulmano conheceu guerras e revoluções, como todas as outras sociedades. O conflito de setenta anos entre os Estados Unidos e a União Soviética afetou todas as “civilizações”; “No Irã, o Ocidente apoiava o Xá de segunda geração, que se comportava como um déspota”), e, com este panorama, ainda lembrar de que do “Egito e na Arábia Saudita” podem “serem originários alguns dos terroristas responsáveis pela tragédia de 11 de setembro”

Causas e consequências dos acontecimentos (Estrutura temática):

O autor resgata pensamento da década de 1990 de que os Estados Unidos precisam se organizar militarmente para enfrentar civilizações orientais (entenda como as islâmicas), já que “somente o Ocidente valoriza ‘o individualismo, o liberalismo, a constituição, os direitos humanos, a igualdade, a liberdade, as leis, a democracia, os mercados livres’”, e como isto foi determinante para as relações internacionais norte-americanas e podem ter influenciado nos atentados de 11 de setembro, pois os suspeitos são de países ajudados (militarmente e economicamente) pelos Estados Unidos, direta ou indiretamente.

2) Objetivo do discurso (dos enunciadore) e dos protagonistas

O autor, através de recortes históricos, tenta delimitar que a influência norte-americana nos países islâmicos é moldada pela visão de que “somente o Ocidente valoriza ‘o individualismo, o liberalismo, a constituição, os direitos humanos, a igualdade, a liberdade, as leis, a democracia, os mercados livres’” e que este pensamento parece se voltar contra eles com os atentados de 11 de setembro, pois o apoio norte-americano a “elementos reacionários” destes países, principalmente após a Segunda Guerra, e o incentivo a governos ditatoriais devido a interesses econômicos (petróleo) e de outras grandes potências parece ter contribuído para a formação dos autores dos atos terroristas.

3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulos em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônimas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre vocábulos, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulos nas frases, figuras de estilo)

Uso de palavras, expressões ou frases entre aspas:

“a nossa civilização capitalista mundial” = para referir-se aos “monstros e os medos que se alastram em mundo que ainda não está completamente sob controle dos Estados Unidos” que moldam a visão de mundo que norteia a política internacional norte-americana

“fim da história” = para caracterizar as teses de Francis Fukuyama, teórico do Departamento de Estado

“talvez fosse a força central que motiva e mobiliza os povos” = Samuel P. Huntington para definir religião

“o Ocidente e o resto” + Ocidente valoriza “o individualismo, o liberalismo, a constituição, os direitos humanos, a igualdade, a liberdade, as leis, a democracia, os mercados livres” + “O mundo não é uno. As civilizações unem e dividem a humanidade... Os povos identificam-se com o sangue e a fé, pelos quais combatem e morrem.” = pensamento de Samuel P. Huntington, que ajudou a moldar a mentalidade norteadora da política externa norte-americana

Simplista, porém “politicamente correta” = para definir o pensamento acima

“Grande Satã” = para definir o que a República Islâmica do Irã (que existia há quatorze anos) combatia

“civilização ocidental”, “civilizações” = referir-se ao povos

“dois pesos e duas medidas” = que inspiram estratégia a e n política econômica do Ocidente

Uso somente do verbo na terceira pessoal do singular ou plural.

Uso da fonte no estilo itálico: *The Clash of Civilisations* (nome do livro de Samuel P. Huntington, que tem como nota de rodapé nome do livro publicado em francês); *pétainista* (que tem como nota de rodapé: “O termo pétainiste designa, em francês, os colaboracionistas com o invasor alemão, seguidores do marechal Pétain”), *jihad* (que vem seguida com a expressão “guerra santa”)

4) Fontes e citações

Vale lembrar que trata-se de um artigo, gênero baseado na opinião/conhecimento/ponto de vista do autor.

Predomínio do discurso indireto, com uso da forma híbrida do discurso direto e indireto nos parágrafos 2, 3 e 4.

Recorre à obra de Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilization*, como fonte para compreender as relações internacionais norte-americanas com países islâmicos, “de onde se diz serem originários alguns dos terroristas responsáveis pela tragédia de 11 de setembro”.

Além disso, cita exemplos de acontecimentos históricos com foco no jogo de interesses norte-americanos para ajudar militarmente ou economicamente tais países.

5) Procedimentos de objetividade

O uso de palavras, expressões ou frases entre aspas, que ora servem para ilustrar trechos da obra referênciada, ora para definir as relações criadas pela influência norte-americana; o recorte histórico para caracterizar o “choque das civilizações” (= Estados Unidos e países islâmicos); o texto todo escrito sem a intervenção explícita do autor (uso somente de verbos na terceira pessoa)

6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)

Caixa de Pandora do império norte-americano = mitologia grega para definir os “monstros e os medos que se

alastram em um mundo que ainda não está completamente sob o controle dos Estados Unidos”, notadamente após os ataques de 11 de setembro

Samuel P. Huntigton = “derrota da União Soviética punha um ponto final em todas as disputas ideológicas, mas não na história. A cultura, e não a política, ou a economia, dominaria o mundo” + “enumerava oito culturas: ocidental, confucionista, japonesa, islâmica, hindu, eslava-ortodoxa, latino-americana e, talvez, africana (ele não tinha certeza de que a África fosse, de fato, civilizada). Cada uma delas encarnava diferentes sistemas de valores simbolizados, cada um, por uma religião que ‘talvez fosse a força central que motiva e mobiliza os povos’” + Ocidente = Estados Unidos, que “valoriza ‘o individualismo, o liberalismo, a constituição, os direitos humanos, a igualdade, a liberdade, as leis, a democracia, os mercados livres’” = “se preparar militarmente para enfrentar essas civilizações rivais, especialmente as mais perigosas: o Islã e o confucionismo – isto é, o petróleo e as exportações chinesas – que, unidas, ameaçariam o coração da civilização” = “Simplista, porém ‘politicamente correta’, esta análise forneceu subsídios aos estrategistas políticos e ideólogos de Washington e de outros países”

“ameaça desses bárbaros para “a nossa civilização capitalista mundial”” = busca para respostas aos atentados à luz do pensamento popularizado por Samuel

Duas respostas para as teses acima = “o Islã, há mais de mil anos, nunca foi monolítico. As diferenças entre muçulmanos senegaleses, chineses, indonésios, árabes e asiáticos do sul são bem maiores do que as que os distinguem de não-muçulmanos da mesma nacionalidade” + “depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos apoiaram os elementos mais reacionários, usando-os como obstáculo ao comunismo e ao nacionalismo progressista. Muitas vezes recrutaram seus aliados entre radicais fundamentalistas” + “Nenhum líder ocidental manifestou qualquer discordância”

Pilares que o Ocidente apoiou-se no Oriente Médio: “a Arábia Saudita, criada na década de 30 pelo gigante norte-americano de petróleo Aramco, que precisava de um Estado local para defender seus interesses” + “Israel, o intermediário mais confiável dos Estados Unidos na região”

7) Procedimentos de persuasão

Ao citar obra de Huntigton e recorrer de relatos históricos, o autor consegue criar os argumentos que justificam que uma possível guerra após os atentados de 11 de setembro funcionaria como um “transbordamento das águas de ressentimento”, ou seja, contribuiria para mais uma vez um “choque de civilizações”, cujo passados estão interligados por atitudes e jogos de interesses

8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo)

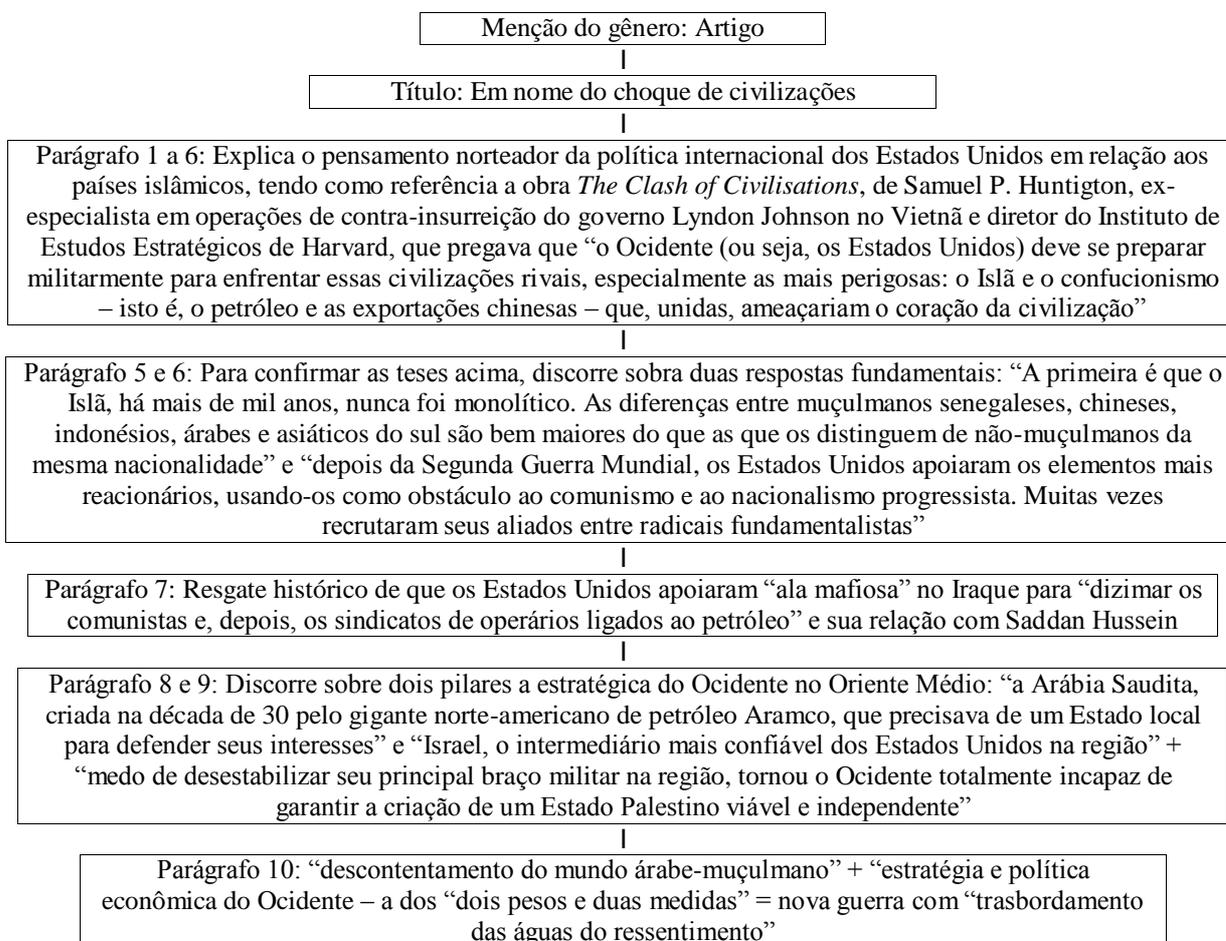
Texto opinativo (usando definição de Melo, 2003) e argumentativo (usando definição de Sousa, 2008)

9) Gêneros jornalísticos

Usando definição explicitada no item anterior deste capítulo, trata-se de artigo do tipo ensaio.

<p>10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas</p> <p>Através do levantamento do item 6 (Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso), dos apontamentos do item 5 (Procedimentos de objetividade), das características do gênero jornalístico e tipo de texto, é possível discorrer que o autor, a partir da contextualização histórica, define o pensamento norteador das ações norte-americanas com países islâmicos e como isto ter contribuído para os atentados de 11 de setembro.</p>
<p>11) As notícias como atos linguísticos (baseado em definição na nota de rodapé 17)</p> <p>O autor do texto descreve sobre o pensamento-referência da década de 1990 para a política externa dos Estados Unidos, como ele também está presente em anos anteriores (exemplos históricos), e como isto pode ter alimentado o ódio dos autores dos atentados de 11 de setembro, o que contribui para este que texto funcione como um ato linguístico, que visa informar o leitor ao mesmo tempo que pode convencê-lo da opinião/do ponto de vista do autor e divulgar o posicionamento do <i>Caderno Diplô</i>.</p>
<p>12) Assinatura e produção da informação</p> <p>Texto assinado por Tariq Ali</p> <p>Traz que ele é escritor paquistanês e britânico, autor dos livros <i>The Stone Woman</i> (Ed. Verso Books, Londres, 2000) e <i>Introducing Trotsky and Marxism</i> (Ed. Totem Books, Londres, 2000)</p> <p>Tradução de Teresa Van Acker</p>
<p>13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido</p> <p>Ficou claro o que é o “choque das civilizações”? Além do pensamento de Huntigton, existem outros que servem de referência para justificar a política internacional norte-americana? Há somente duas respostas que confirmam as teses de Huntigton? Há somente dois pilares que sustentam o apoio do Ocidente no Oriente Médio?</p>
<p>14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica)</p> <p>Ocupa duas das 52 páginas.</p> <p>Segue layout padrão com chapéu, título, olho, crédito do autor, intertítulos, olhos internos, rodapé explicativo (com informações adicionais não contempladas no texto), descrição da atividade intelectual do autor.</p> <p>Há intertítulos: “A matança das crianças iraquianas”, “O apoio às forças reacionárias”, “A difusão do fundamentalismo islâmico” e “A raiz da crise atual”</p>
<p>15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias)</p> <p>Não há ilustração</p>

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 3 (páginas 10 a 13)

Título: Nova fase de dominação global?

Chapéu: Mundo em conflito

Olho: “No grau de cultura em que ainda se acha o gênero humano, a guerra é um meio inevitável para entender a civilização...” Immanuel Kant, Começo Verossímil da História Humana, 1796

Olhos internos: Uma guerra de vários Estados e exércitos aliados para castigar um indivíduo é no mínimo uma extravagância histórica

O bombardeio do Iraque, em 1991, estabeleceu, através do poder das armas, quem seria o novo “poder soberano” e a “força coercitiva”

O novo “pacto de guerra”, proposto pelos norte-americanos, pode se transformar numa nova fase expansiva da dominação global

Autor(es): José Luís Fiori

Reaproveitado: Texto publicado originalmente na Agência Carta Maior

Quadro com os 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo, de acordo com Sousa (2008), e trechos do texto para exemplificá-los:

1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos

O artigo aborda as possíveis reações dos Estados Unidos (denominadas pelo autor como “pacto de guerra”) diante dos ataques de 11 de setembro e consequências delas, baseadas na história de outras guerras e outros conflitos mundiais, principalmente para as relações internacionais. Tenta responder a pergunta do título: se esta reação será a “nova fase de dominação global?” a partir dos exemplos históricos elencados pelo autor.

Temas que definem os:

- a) Macro-enquadramentos: Reação dos Estados Unidos diante dos atentados, focada mais no Direito Penal no que no Direito Internacional, ou seja, baseada nos objetivos norte-americanos apenas.
- b) Micro-enquadramentos: Exemplos históricos de outras guerras e conflitos (Cruzadas, Guerra do Golfo, Guerra Fria, Segunda Guerra Mundial) e os seus desdobramentos nas relações internacionais, que podem ajudar a compreender a reação norte-americana diante dos atentados de 11 de setembro.

Personagens principais:

- a) Protagonistas: Estados Unidos e Afeganistão.
- b) Secundários: países aliados nas reações norte-americanas e as guerras/conflitos abordados pelo autor (Cruzadas, Guerra do Golfo, Guerra Fria, Segunda Guerra Mundial e os seus desdobramentos)

Hierarquização entre eles: Estados Unidos definidos como a “maior potência militar do mundo” e Afeganistão como “sociedade tribal miserável (...) controlada por um grupo religioso fanático (...) último subproduto asiático da Guerra Fria” + “ruínas de um país de um povo cuja história milenar já teve seus momentos de glória e sofisticação cultural, mas que esteve, quase sempre, submetido à dominação externa”. O autor classifica que a reação pós-atentado, diferentemente de outras guerras, não tem “um interesse material comum nem tampouco existe alguma regra de direito internacional que tenha sido claramente infringida”.

Cenários:

- a) Primeiro plano: as relações estabelecidas pelos Estados Unidos com o objetivo de implantar o “pacto de guerra”
- b) Segundo plano/de fundo: atual geopolítica à luz das consequências de conflitos/guerras anteriores, principalmente, após a Guerra do Golfo.

Conexões entre acontecimento e personagens:

Como o autor tenta compreender a reação norte-americana diante dos atentados, e para isso busca na história (como nas Cruzadas, na Guerra do Golfo, Guerra Fria, Segunda Guerra Mundial e no fim da URSS) traçar um

perfil do papel dos Estados Unidos nas relações internacionais e as consequências da afirmação norte-americana como potência mundial, moldadas por ambiguidades/indefinições junto com países europeus. O Afeganistão passa, então, ser mais uma vítima dos desdobramentos desta geopolítica focada principalmente nos interesses dos países ricos, detentores da força política/militar/tecnológica/ideológica.

Causas e consequências dos acontecimentos (Estrutura temática):

O recorte histórico contribui para que o autor sugira como será a reação norte-americana pós-ataques, já que os Estados Unidos estão envolvidos nos mais diferentes acontecimentos mundiais, e neste momento prega o “pacto de guerra” a partir do Direito Penal ao invés do Internacional.

2) Objetivo do discurso (dos enunciadore) e dos protagonistas

O autor caminha a uma resposta à pergunta do título, dando uma possível conclusão no parágrafo final. Mas esta conclusão não é impositiva, de acordo com a escolha das palavras, fonte/referência e tempo verbal elencados: “os acontecimentos serão”, “historiador (...) sugeriu”, “se esta sucessão for uma tendência e se mantiver vigente”, “pode se transformar”, “em algumas regiões”, “neste caso (...) se transformaria”.

Através dos recortes históricos, os Estados Unidos aparecem como moldadores de um estilo próprio nas relações internacionais, focadas especialmente nos interesses internos. Também é mostrado o seu auge e a sua decadência diante da sua influência global: “Depois da Guerra do Golfo e da URSS, na década de 90, (...) graças ao extraordinário sucesso econômico norte-americano, responsável pela força de sua ideologia globalitária e de sua proposta de coordenação hegemônica da economia mundial. Mas, na entrada do século 21, este projeto perdeu força frente às evidências da polarização do poder e da riqueza, que ocorreu à sombra da utopia da globalização. (...) o que nos anos 90 apareceu como se fosse um projeto de hegemonia global ‘benevolente’ transformou-se, na década seguinte, num projeto imperial explícito, trazendo de volta o problema da inexistência de regras e consensos pactados entre as grandes potências. Este problema é agravado pelas fraturas internas, cada vez mais graves”. São relatados impasses geopolíticos entre os Estados Unidos e países da Europa, notadamente na década de 1990, que mostram uma espécie de fraqueza destas relações internacionais: “(...) prolongada indecisão dos norte-americanos e dos europeus no caso das ‘intervenções humanitárias’ na Somália, na Bósnia e no Kosovo; no caso da decisão sobre as novas fronteiras e funções da Otan; no caso do bombardeio do Sudão; no tratamento dos ‘Estados parias’ etc.”

3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulos em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônimas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre vocábulos, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulos nas frases, figuras de estilo)

Uso recorrente de expressões entre aspas ao longo do texto como: “milagre capitalista”, “guerra prolongada”, “bem”, “mal”, “ocidentais”, “aliados”, “ocidente”, “intervenções humanitárias”, “Estados parias”, “pacto de guerra”, “liberaldemocracia”, “nova ordem mundial”, “poder soberano”, “força coercitiva”, “o justo e o injusto”, “guerra civil”, “guerras imperiais”, “interesse nacional”, “buraco negro”, “equilíbrio de poder”, “negarquia”, “núcleo central”, “milagre econômico”, “benevolente”, “quem não está com os Estados Unidos, está com os terroristas”, “dominação global” e “protetorado militar”, para usar da ironia e também qualificar tais

expressões como comuns e emprestadas de discursos comuns sobre os recortes históricos escolhidos pelo autor.

Uso da fonte no estilo itálico em palavras estrangeiras em: *governance* global, *establishment* norte-americano e *raison d'état*.

Predomínio dos verbos conjugados no tempo passado na terceira pessoa (singular e plural), já que o autor recorre aos exemplos históricos (relatos históricos) para ajudar a construir o seu pensamento. O uso dos verbos no presente (minoria no texto) serve para mostrar a visão do autor ou dos personagens citados por ele sobre a reação dos Estados Unidos. O uso do verbo no futuro (somente no parágrafo final) tem a finalidade de propor como será o desfecho de tais reações (e serve para que o autor compare sua ideia com outro acontecimento histórico: o Congresso de Berlim em 1885) de acordo com o pensamento traçado

No parágrafo 16, recorre à palavra *negarquia* entre aspas, comum no universo das relações internacionais, e a define na sequência como “uma combinação de forças capaz de conter o uso arbitrário e egoístico do poder, e de garantir seu emprego, pelo menos em parte, para a promoção do bem comum”.

Recorre a questionamentos – uso da forma interrogativa no parágrafo 5: “Até onde levar a ofensiva militar? Qual seu objetivo final? O ‘ocidente’ estará disposto a retomar o seu controle colonial sobre a Ásia Menor? Ou pretende apenas concluir a Guerra do Golfo, por um caminho transverso?”.

O uso da expressão Ásia Menor ao longo do texto (parágrafos 1, 3, 5 e 20) para referir-se à região oeste da Ásia, de forma que dá a entender que o Afeganistão está incluído.

4) Fontes e citações

Vale lembrar que trata-se de um artigo, gênero baseado na opinião/conhecimento/ponto de vista do autor.

Predomínio do discurso indireto, com uso da forma híbrida do discurso direto e indireto nos parágrafos 4 e 9 respectivamente: “Por isso, nenhum analista internacional acredita que esta ação militar se restrinja ao Afeganistão, sobretudo depois que o subsecretário de Defesa norte-americano, Paul Wolfowitz, declarou que ‘não se trata apenas de capturar essa gente e fazer com que paguem pelo que fizeram Se trata de eliminar os santuários, os sistemas de apoio, acabar com todos os Estados que patrocinam o terrorismo’” e “a história deu razão uma vez mais ao realismo de Hobbes, que nos ensinou – na hora em que nascia o sistema interestatal, no século 17 – que ‘é preciso a ordenação de um poder soberano, para que se possa então definir o que é a equidade e a justiça’, uma vez que ‘é a autoridade e não a verdade que faz a lei, (porque) antes que se designe o que é justo e o injusto, deve haver alguma força coercitiva’. Somente nestas duas passagens o autor usa o recurso das aspas para creditar uma fala a alguém. E também no parágrafo 16, já que recorre às aspas para citar trecho de um outro texto de sua autoria, creditando-o no final como nota de rodapé: ao referir-se às bipolaridades nas lideranças mundiais, que sempre existiram desde o século 16: “uma combinação de forças capaz de conter o uso arbitrário e egoístico do poder, e de garantir seu emprego, pelo menos em parte, para a promoção do bem comum”.

5) Procedimentos de objetividade

Os dados históricos de guerras e conflitos, principalmente envolvendo os Estados Unidos, são a base do texto. Eles ajudam a estruturar a busca pela resposta da pergunta do título: é possível dizer que as reações dos Estados Unidos contra o responsável pelos ataques de 11 de setembro e as consequências delas marcam uma “nova fase de dominação global?”. No parágrafo final, o autor confirma seu posicionamento: depois de propor a visão de que as consequências destas reações podem ser uma “reversão descolonizadora (menos prolongada)”, como na Segunda Guerra Mundial (baseando-se na hipótese do historiador norte-americano David Abernethy), o denominado “pacto de guerra” seria uma “nova fase expansiva da dominação global, a começar pelo estabelecimento de um ‘protetorado militar’ em algumas regiões da Ásia Menor e da Palestina, compartilhado pelos aliados, mas mantidos, em última instância, pelos anglo-saxões”, porém com a ressalva que “este novo poder global se definirá pela bússola de interesses norte-americanos” seguindo “indefinidos os verdadeiros limites e contornos do exercício da força e do medo, porque é cada vez mais difícil identificar, no espaço interno internacionalizado dos Estados Unidos, o que seja verdadeiramente o ‘interesse nacional’ da sociedade norte-americana”.

6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)

Para designar as reações norte-americanas o autor usa:

Novo ataque militar à Ásia Menor, “guerra prolongada” do “bem” contra o “mal”, grande ofensiva da maior potência militar do mundo, ação militar, operação vingativa, ofensiva militar, “pacto de guerra”*, guerra que seria declarada por razões penais, guerra de vários Estados e exércitos aliados para castigar um indivíduo = extravagância histórica,

Ao definir os territórios envolvidos utiliza-se de:

Estados Unidos = “maior potência militar do mundo”

Afganistão = “sociedade tribal miserável (...) controlada por um grupo religioso fanático (...) último subproduto asiático da Guerra Fria”, “ruínas de um país de um povo cuja história milenar já teve seus momentos de glória e sofisticação cultural, mas que esteve, quase sempre, submetido à dominação externa, mesmo quando se transformou – no século 19 – em tumba de vários generais ingleses”.

Ao caracterizar os conflitos:

Cruzadas = “vitória demorada”, “guerra secular”, “completo fracasso” com o acordo de paz que marcou o fim de sétima cruzada, neste período (1096 a 1270) “consolidou o poder imperial do Papa sobre a cristandade, e o poder econômico de cidades italianas (Amalfi, Veneza, Gênova, Florença e Milão) sobre o comércio de longa distância com a Ásia”, “dois séculos de império, guerras e derrotas”, “nesse tempo que se plantaram as primeiras sementes do ‘milagre capitalista’”.

Guerra do Golfo = “a questão do petróleo como interesse comum e a soberania do Kuwait havia sido violada”, “guerra inconclusiva, deixando o governo do Iraque nas mãos de Saddam Hussen”, “a guerra acabou cumprindo um papel decisivo no estabelecimento da ‘nova ordem mundial’, porque foi ela que definiu o limite último da

soberania dos Estados, em cada um dos degraus da nova hierarquia do poder mundial”,

Bombardeio do Iraque em 1991 = “papel equivalente ao do de Hiroshima e Nagasaki, em 1945: estabeleceu, através do poder das armas quem seria o novo ‘poder soberano’ e a ‘força coercitiva’ que definiram, a partir dali, o que fosse ‘o justo e o injusto’ no campo internacional”.

Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria = “como parte de uma ‘mesma guerra civil’ europeia, quase contínua, desde o século 15. Mas a Guerra Fria não teve nenhuma batalha na Europa e terminou no Iraque, na forma clássica das ‘guerras imperiais’, e sem a participação direta da URSS. Como consequência não houve em 1991 nada parecido com os acordos interestatais assinados (...). Não foram definidas as novas regras em que se fundamentaria a *governance* global. Mesmo que todos reconhecessem a superioridade incontestada do poder militar, financeiro e informacional dos Estados Unidos, não se estabeleceu nenhum princípio normativo, nem acordo operacional, sobre o uso das armas e da violência e da guerra; sobre a criação e legitimidade das novas leis internacionais; nem tampouco sobre o funcionamento do novo sistema financeiro global”.

Novo poder global = “se definirá pela bússola de interesses norte-americana. Mas, neste caso, seguirão indeterminados os verdadeiros limites e contornos do exercício da força e do medo, porque é cada vez mais difícil identificar, no espaço interno internacionalizado dos Estados Unidos”.

Guerra do Golfo = “se pode afirmar com toda certeza que se a Guerra do Golfo decantou um novo princípio ordenador nas relações internacionais, ela deixou sem resolver uma questão decisiva: quais serão os limites, ou quem limitará o uso abusivo da força e do medo? A impressão que fica é que Guerra do Golfo deixou um verdadeiro “buraco negro” no lugar da Guerra Fria. Uma espécie de vácuo assustador, por onde pode se dispersar em múltiplas direções entrópicas a enorme força liberada pelo exercício, sem limite, do poderio tecnológico-militar dos Estados Unidos”.

7) Procedimentos de persuasão

Ao recorrer, principalmente, a fatos históricos, com Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria e Guerra do Golfo, o autor faz um recorte temporal que mostra bem a atuação dos Estados Unidos, desde a sua ascensão e queda como potência mundial. O que garante que estes fatos distintos, porém interligados, sejam encadeados a fim de tentar entender o “pacto de guerra” após os atentados. Os relatos históricos são fundamentais para o convencimento de que a reação norte-americana pode marcar uma nova fase de dominação global, que terá consequências bem distintas tanto para os Estados Unidos quanto para a região-alvo.

8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo)

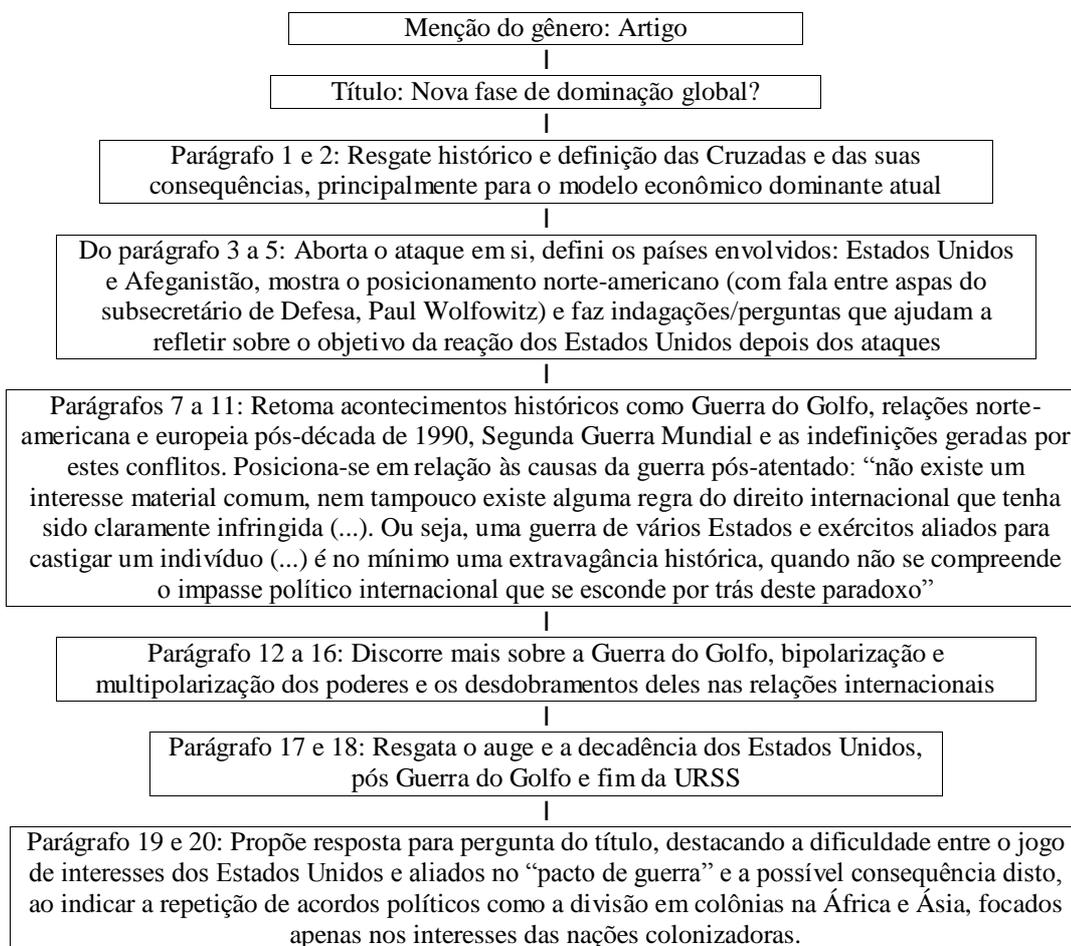
Texto opinativo (usando definição de Melo, 2003) e argumentativo (usando definição de Sousa, 2008)

9) Gêneros jornalísticos

Usando definição explicitada no item anterior deste capítulo, trata-se de artigo do tipo ensaio.

<p>10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas</p> <p>Através do levantamento do item 6 (Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso), dos apontamentos do item 5 (Procedimentos de objetividade), das características do gênero jornalístico e tipo de texto, é possível discorrer que o autor, a partir da contextualização histórica, define a atuação norte-americana a partir dos principais conflitos mundiais nos dois últimos séculos, principalmente. E que isto passa a ser determinante para a possível reação dos Estados Unidos contra os ataques de 11 de setembro.</p>
<p>11) As notícias como atos linguísticos (baseado em definição na nota de rodapé 17)</p> <p>O autor do texto ao recorrer de exemplos históricos, explicitar sua opinião sobre os atentados e defender que a reação a eles pode moldar um “nova fase de dominação global” dos Estados Unidos contribui para este texto funcione como um ato linguístico, que visa informar o leitor ao mesmo tempo que pode convencê-lo da opinião/do ponto de vista do autor e divulgar o posicionamento do <i>Caderno Diplô</i>.</p>
<p>12) Assinatura e produção da informação</p> <p>Texto assinado por José Luís Fiori.</p> <p>Traz que ele é cientista político e que o texto foi publicado originalmente na Agência Carta Maior.</p>
<p>13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido</p> <p>Será que o recorte histórico dá conta de contribuir para a resposta do título? Há outras versões para cada um dos acontecimentos históricos abordados? Tais indagações surgem, ainda mais quando se trata de um texto assinado do gênero que permite a opinião e ponto de vista do autor, e os levantamentos acima ajudam a compreender todo o emaranhado de ideias</p>
<p>14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica)</p> <p>Ocupa quatro das 52 páginas.</p> <p>Segue layout padrão com chapéu, título, olho, crédito do autor, intertítulos, olhos internos, rodapé explicativo (com informações adicionais não contempladas no texto), descrição da atividade intelectual do autor.</p> <p>Há intertítulos: “As ‘razões penais’ da guerra”, “Ausência de limites” e “O império se recompõe”</p>
<p>15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias)</p> <p>Ilustração preta e branco de um homem com as mãos acorrentadas esticadas para cima e uma chuva com munição (no lugar de gotas d’água). A vestimenta lembra um vestido longo, que pode ser remetido às tradicionais roupas do povo afegão. Na boca, esboço de algo que ora lembra um charuto, uma língua deformada ou um objeto prestes a ser engolido. O corpo e os membros são desproporcionais (o tronco sendo muito pequeno em relação aos braços e pés – estes somente com a definição de quatro dedos, o que não ocorrem nas mãos desenhadas com cinco dedos)</p>

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 4 (páginas 14 e 17)

Título: As pistas do "Osamagate"

Chapéu: Mundo em conflito

Olho: A CIA e Al-Qaida estiveram do mesmo lado durante a guerra civil que esfacelou a Iugoslávia. O Exército de Libertação do Kosovo, ligado ao narcotráfico, recebeu apoio da Otan e da Al-Qaida para lutar contra os sérvios. Uma de suas alas atua agora na Macedônia

Olhos internos: Uma grande quantidade de provas demonstra como a Rede Militante Islâmica foi apoiada pelos Estados Unidos, e por outras potências, até o dia 11 de setembro

Foi escondido do público o fato de que o Exército de Libertação do Kosovo (KLA) é financiado, em parte, pela venda de narcóticos

Por uma amarga ironia do destino, o KLA-NLA é financiado e apoiado pela Al-Qaida, de Osama Bin Laden, assim como conta com o apoio da Otan e da Missão da ONU no Kosovo

Autor(es): Michael Chossudovsky

Reaproveitado: Tradução

Quadro com os 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo, de acordo com Sousa (2008), e trechos do texto para exemplificá-los:

1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos

Aborda as relações dos Estados Unidos e outras potências com grupos terroristas no mundo. Faz crítica aos meios de comunicação por subestimar o papel da CIA (Central Intelligence Agency) ao apoiar estas organizações internacionais e ajudar a criar a impressão de que a agência foi vítima de um falso Osama Bin Laden (ou seja, o apoio com treinamento e armamento ao terrorista de repente se virou contra o país, resultando nos ataques de 11 de setembro). E destaca que documentos que comprovavam esta ligação – o osamagate – foram relegados a segundo plano por questões políticas internas norte-americanas. Classifica que houve manipulação do governo norte-americano para convencer da necessidade de reação pós-ataques: “Os norte-americanos foram, deliberada e conscientemente, manipulados por seu governo a empreender uma grande aventura militar que põe em risco o nosso futuro coletivo” e “o governo confirmou sua intenção de lançar ‘uma campanha militar prolongada, ao invés de uma ação única’ contra Bin Laden”.

Temas que definem os:

- a) Macro-enquadramentos: Os Estados Unidos, o apoio às redes terroristas, a omissão de dados que comprovavam este apoio e o convencimento dos norte-americanos de ação militar contra Bin Laden e todos os países que apoiam o terrorismo militar.
- b) Micro-enquadramentos: As operações de guerra como na Bósnia, no Kosovo e na Macedônia; as redes de apoio da CIA e agências britânicas para treinar e armar terroristas; as redes de tráfico que sustentam organismos terroristas e o desprezo das grandes potências e dos organismos internacionais (ONU, por exemplo) diante desta situação; escolha dos parlamentares norte-americanos ao priorizar escândalo sexual do presidente Clinton ao invés de divulgar documentos que comprovavam a ligação das agências internas com terroristas; atitude de Bush de determinar reação contra Afeganistão e outros países do Oriente Médio; tese do bumerange/blowback (termo para designar os efeitos opostos ao que pretendia em cada uma de operações clandestinas da CIA e usado em relatórios secretos da agência) e a conviência dos meios de comunicação diante desta situação.

Personagens principais:

- a) Protagonistas: O governo dos Estados Unidos, CIA (Central Intelligence Agency), Osama Bin Laden e Al-Qaida
- b) Secundários: meios de comunicação, ISI (Inter Services Intelligence), Corporação Internacional da Mídia, Partido Republicano norte-americano, Rede Militante Islâmica, os mujahidin, Exército de Libertação do Kosovo (Kosovo Liberation Army, KLA) e Corpo de Proteção do Kosovo (Kosovo Protection Corps – KPC), Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), ONU, Agência de

Inteligência de Defesa norte-americana (Defense Intelligence Agency, DIA), Serviços Secretos Britânicos (M-16), SAS (Special Air Service) britânica, Exército de Libertação Nacional (National Liberation Army – NLA), Exército Bósnio-Muçumano

Hierarquização entre eles: Estados Unidos como incentivador das redes terroristas ou grupos armados, com conivência e apoio de outros países ou organizações internacionais, com a Grã-Bretanha, ONU ou Otan. Adoção de modelos de guerra pelos norte-americanos em diferentes épocas e territórios confirma a forte e decisiva influência dos Estados Unidos em territórios conflitantes.

Cenários:

- a) Primeiro plano: os modelos de guerras propagados pelos Estados Unidos, a relação norte-americana com grupos terroristas, para treinamento e fornecimento de armamento e a existência de documentos que comprovam esta relação muito antes dos atentados de 11 de setembro.
- b) Segundo plano/de fundo: os países e exércitos envolvidos nos modelos de guerra, a omissão de parlamentares e meios de comunicação para divulgar as ligações do governo norte-americano com grupos terroristas, influência do narcotráfico na sustentação destes grupos e a conivência das potências mundiais sobre esta influência.

Conexões entre acontecimento e personagens:

A relação do governo dos Estados Unidos com grupos terroristas vem de antes da Guerra Fria e conseqüentemente antes dos ataques de 11 de setembro. Ela ajudou a moldar as táticas de guerras, especialmente nos países do Oriente Médio onde os norte-americanos atuam e atuaram fornecendo treinamento e armamento a organizações terroristas; eram e são apoiadas por outras nações e organismos internacionais; não ganham a devida atenção dos meios de comunicação; e estão registradas em documentos oficiais que não foram divulgadas por interesses políticos norte-americanos.

Causas e conseqüências dos acontecimentos (Estrutura temática):

Devido à relação próxima dos Estados Unidos com grupos terroristas, inclusive o de Osama Bin Laden e a não divulgação de documentos que comprovem tal envolvimento (tanto por parte de parlamentares como dos meios de comunicação), o governo norte-americano pregou a reação armada contra o Afeganistão e outros países do Oriente Médio como a única alternativa para caçar os responsáveis pelos ataques de 11 de setembro, gerando a sensação que os norte-americanos são vítimas inocentes de terroristas internacionais. Ou seja, o apoio norte-americano a terroristas em um passado recente com conivência de outras potências mundiais e de outros organismos internacionais não é algo relevante para determinar a reação dos Estados Unidos pós-atentados. Assim como a influência norte-americana em guerras alheias, como na Bósnia, no Kosovo ou na Macedônia, parece não ser apagada pelo governo para justificar a ação militar.

2) Objetivo do discurso (dos enunciadores) e dos protagonistas

O autor deixa claro no parágrafo inicial que o apoio dos Estados Unidos a grupos terroristas é algo anterior à Guerra Fria e demonstra isso com exemplos históricos da atuação norte-americana – com conivência de outras potências mundiais, não cobertura dos meios de comunicação e omissão de partido político – em conflitos,

como na Bósnia, no Kosovo e na Macedônia.

A partir desta contextualização histórica, “uma ampla ‘guerra contra o terrorismo internacional’ foi lançada por um governo que protege o terrorismo internacional, como parte de sua agenda de política externa” com argumentos construídos para convencer de que os Estados Unidos são vítimas indefesas dos atentados de 11 de setembro e que inflaram os ânimos a favor da guerra, em que tinha o presidente George Bush comprometido em “levar o mundo à vitória”.

3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulo em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônimas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre vocábulos, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulos nas frases, figuras de estilo)

Palavras e expressões entre aspas, sem estarem relacionadas com as fontes enumeradas nas notas de rodapé do texto:

“mundo livre”, “demônio soviético”, “agente ativo dos serviços”, “Irã-Bosniagate”, “ter mentido ao povo norte-americano”, “mentiras em matéria de política externa”, “difundir a notícia”, “o modelo da Bósnia”, “legitimidade política”, credibilidade “democrática”, fontes “legítimas” de financiamento, entregas estas classificadas como “ajuda civil”, “representante especial para a estabilização militar e para sua operacionalização no Kosovo”, “modelo bósnio”, continuam “protegendo” a Al-Qaida, “guerra contra o terrorismo internacional”, Osama Bin Laden foi apontado como “principal suspeito”, “levar o mundo à vitória”, países que “apóiam o terrorismo internacional”, “Estados delinquentes”, “Osamagate”.

Uso da fonte no estilo itálico em palavras estrangeiras em: tese do bumerange (*blowback*), *mujahidin*, *freedom fighters*

4) Fontes e citações

Vale lembrar que trata-se de um artigo, gênero baseado na opinião/conhecimento/ponto de vista do autor.

Predomínio do discurso indireto, com uso da forma híbrida do discurso direto e indireto nos parágrafos 4 (ao citar o *The Guardian*), 5 (ao citar o *United Press Internacional*), 7 (ao citar obra dele mesmo para leitor ter informação mais detalhada, como nota de rodapé), 9 a 12 (ao citar trecho da *Internacional Media Corporation Defense and Strategy Policy*), 16 (ao citar o *The Scotsman*), 17 (ao citar trecho de “A verdade na mídia, o Kosovo em crise”, 18 (ao citar o *Sunday Times*), 19 (ao citar depoimento de Frank J. Ciluffo, diretor do Programa sobre Crime Organizado Internacional, representante do Programa perante a Comissão Judicial da Câmara, do Congresso dos Estados Unidos), 20 (ao citar depoimento de Ralf Mutschke, da divisão de Inteligência Criminal da Interpol, perante a Comissão Judicial da Câmara, do Congresso dos Estados Unidos), 22 (ao citar transcrição da Comissão de Serviços Armados da Câmara, do Congresso dos Estados Unidos), 24 (ao citar a *BBC*), 25 (ao citar o *Scotland on Sunday* e fazer referência ao despacho da *UPI*), 30 (ao citar o *Daily Telegraph*) e 32 (ao citar o *Internacional Herald Tribune*) – todos como nota de rodapé

O discurso indireto livre, usado, por vezes, em reportagens em que o jornalista se identifica com quem evoca (SOUSA, 2008, p. 696) também é identificado nos parágrafos 1 (“O apoio do governo norte-americano às organizações terroristas não é – como se quer agora fazer crer ao mundo inteiro – um pecado da Guerra fria...”),

3 (“Um exemplo descarado (...) numa acrobática distorção da lógica”), 21 (“Os vínculos do KLA com o terrorismo e o crime organizado foram totalmente ignorados pelo governo Clinton. Pior: nos meses que antecederam o bombardeio da Iugoslávia, (...) empenhou-se na construção de uma ‘legitimidade política’ para p KLA”), 33 (“(...) membros da Câmara dos Representantes e do Senado têm acesso a relatórios oficiais confidenciais e a documentos dos serviços secretos (...). Na realidade, a maioria dessas provas é pública) e 35 (“Ironicamente, o texto da resolução do Congresso também representa um blowback contra os patrocinadores norte-americanos do terrorismo internacional”).

5) Procedimentos de objetividade

O uso entre aspas de trechos publicados em meios de comunicação ou em documentos oficiais, junto com acontecimentos históricos sobre a influência norte-americana nos conflitos mundiais, são as formas de garantir ainda mais credibilidade ao ponto de vista defendido pelo autor: os Estados Unidos apoiam os grupos terroristas, através de treinamento e fornecimento de armas, e tudo está registrado em documentos oficiais do governo. Por esse motivo, não podem ser considerados simples vítimas do ataques de 11 de setembro.

6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)

Uso de adjetivos para qualificar atos/ações/acontecimentos:

Guerra Fria = época da luta do “mundo livre” contra o “demônio soviético”

Apoio à Rede Militante Islâmica pelos Estados Unidos e pela potências = fortalecer a agenda da política externa do Washington.

Vínculo Bin Laden-CIA = pertencente à época passada da guerra soviética-afegã e Bin Laden como “agente ativo dos serviços” da Guerra Fria.

O papel da CIA no apoio e proliferação das organizações terroristas internacionais = ignorado ou subestimado pelos meios de comunicação ocidentais, além de ser considerado irrelevante para compreender os fatos da atualidade = visão distorcida = tese de bumerangue (blowback) = acrobática distorção da lógica de que o governo norte-americano e a CIA são apenas pobres vítimas = estratégica política se volta contra seu criador = sofisticados métodos ensinados aos mujahidin (= grupo islâmico radical) + toneladas de armamentos entregue pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha = atormentam agora o Ocidente.

Tese de bumerangue (blowback) = é uma invenção = vínculos ocultos (= iniciativas ocultas) dos serviços secretos se tornaram cada vez mais sofisticados = financiados pelo tráfico de drogas do Triângulo Dourado (Afeganistão e Paquistão)

ISI (Inter Services Intelligence, serviço secreto paquistanês) usado pela CIA como intermediário para canalizar armas e mercenários mujahidin para o Exército Muçumano Bósnio, na guerra civil da Iugoslávia

Operações clandestinas dos serviços secretos militares na Bósnia = documentadas pelo Partido Republicano em extenso relatório que confirma, inequivocamente, a cumplicidade do governo Clinton com várias organizações fundamentalistas islâmicas, inclusive a Al-Qaida, de Osama Bin Laden versus escândalo Lewinsky = os republicanos decidiram não iniciar um “Irã-Bosniagate” fora do tempo, desviando a atenção pública do outro tema = no terreno de mais substanciosas “mentiras em matéria de política externa”, sobre operações clandestinas e tráfico de drogas nos Bálcãs, democratas e republicanos concordaram por unanimidade –

certamente pressionados pelo Pentágono e pela CIA – em “não difundir a notícia”

“Modelo Bósnio” repetiu-se no Kosovo (= mercenários mujahidin, do Oriente Médio e da Ásia Central, recrutados para combater nas fileiras do Exército de Libertação do Kosovo, KLA), com a cumplicidade da Otan e do Departamento de Estado norte-americano + Bin Laden era um dos vários grupos fundamentalistas que haviam enviado unidades para lutar no Kosovo

Após guerra da Iugoslávia em 1999 = KLA estendeu suas atividades terroristas para a Sérvia e Macedônia = rebatizada Corpo de Proteção do Kosovo (KPC) = com recursos e equipamento fornecidos pela ONU + assessores militares norte-americanos que pertencem a uma unidade privada de mercenários contratados pelo Pentágono, assim como mercenários da Grã-Bretanha, Holanda e Alemanha

Na Macedônia = NLA (Exército de Libertação Nacional) conta com mujahidin do Oriente Médio e das repúblicas da Ásia Central da ex-URSS

KLA-NLA = por amarga ironia do destino = financiado e apoiado pela Al-Qaida, de Osama Bin Laden, assim como conta com o apoio da Otan e da Missão da ONU no Kosovo (UNMIL). Além disso, a Rede Militante Islâmica – que o ISI paquistanês usa como intermediário com a CIA – também representa parte das operações clandestinas de espionagem militar de Washington na Macedônia e sul da Sérvia + dinheiro da droga também é utilizado para financiar os terroristas, com a cumplicidade do governo norte-americano + recrutamento dos mujahidin para lutar nas fileiras do NLA na Macedônia é feito através de vários grupos islâmicos + assessores militares norte-americanos e mercenários ocidentais, dos países da Otan, lutam hoje na Macedônia lado a lado com mujahidin, recrutados no Oriente Médio e na Ásia Central

Reação pós atentados 11 de setembro = governo Bush declara ter provas de que Osama Bin Laden estaria por trás dos ataques + apoio do primeiro-ministro britânico Anthony Blair = esquece de mencionar que agências governamentais norte-americanas (...) continuam “protegendo” a Al-Qaida, de Osama = “guerra contra o terrorismo internacional” foi lançada por um governo que protege o terrorismo internacional como parte de sua agenda de política externa = principal justificativa para iniciar esta guerra foi totalmente inventada

Decisão do governo de ir à guerra = histórica resolução aprovada pela Câmara e pelo Senado norte-americano no dia 14 de setembro autorizou o presidente a “usar de toda a força necessária e apropriada contra as nações, organizações ou indivíduos que ele determine que planejaram, autorizaram, comentaram ou apoiaram os ataques terroristas de 11 de setembro, ou tenham dado refúgio a tais organizações ou indivíduos, para prevenir, dessa forma, futuros atos de terrorismo internacional contra os EUA”

7) Procedimentos de persuasão

Ao discorrer sobre o modelo de guerra disseminado pelos Estados Unidos com apoio de potências mundiais (cita acontecimentos históricos como na Bósnia, no Kosovo e na Macedônia), criticar a ignorância ou subestimação pelos meios de comunicação ocidentais sobre apoio de agências norte-americanas com grupos terroristas e a omissão de parlamentares estadunidenses sobre documentos oficiais públicos que comprovam esta ligação, o autor consegue desconstruir a ideia de que tal apoio seja apenas algo ocorrido na Guerra Fria (= “na época da luta do ‘mundo livre’ contra o ‘demônio soviético’”) e confirmar que tal ligação ocorreu – junto com outras potências – até o atentado de 11 de setembro.

8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo)

<p>Texto opinativo (usando definição de Melo, 2003) e argumentativo (usando definição de Sousa, 2008)</p>
<p>9) Gêneros jornalísticos</p> <p>Usando definição explicitada no item anterior deste capítulo, trata-se de artigo do tipo ensaio.</p>
<p>10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas</p> <p>Através do levantamento do item 6 (Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso), dos apontamentos do item 5 (Procedimentos de objetividade), das características do gênero jornalístico e tipo de texto, é possível discorrer que o autor deixa muito claro o objetivo do texto: há documentos oficiais que comprovam a ligação do governo norte-americano com grupos terroristas (não só na época da Guerra Fria e sim até o dia dos atentados de 11 de setembro) que não foram divulgados por interesses particulares do governo norte-americano e ignorados pelos meios de comunicação. Há uma trajetória, através dos exemplos de conflitos internacionais, dos Estados Unidos em propagar modelos de guerra, que alimentam terroristas no mundo todo.</p>
<p>11) As notícias como atos linguísticos (baseado em definição na nota de rodapé 17)</p> <p>Ao deixar claro seu ponto de vista (indicado acima, no item 10), apoiar-se em citações tanto da imprensa quanto de documentos do Congresso Nacional norte-americano que comprovam a ligação norte-americana com grupos terroristas e contextualizar historicamente o papel dos Estados Unidos nos conflitos na Bósnia, no Kosovo e na Macedônia, o texto funciona como um ato linguístico, que visa informar o leitor ao mesmo tempo que pode convencê-lo da opinião/do ponto de vista do autor e divulgar o posicionamento do <i>Caderno Diplô</i>.</p>
<p>12) Assinatura e produção da informação</p> <p>Texto assinado por Michel Chossudovsky.</p> <p>Traz que ele é editor do site do Centro de Pesquisa sobre Globalização (Centre For Research on Globalisation – CRG), www.globalresearch.ca, onde foi originalmente publicado este artigo, e autor do livro <i>Globalização da Pobreza</i>, Editora Moderna, São Paulo, 1999.</p> <p>O texto foi traduzido por Jô Amado.</p>
<p>13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido</p> <p>Todas as pistas do Osamagate foram desvendadas pelo autor? Há outras fontes que podem elucidar sobre o fato do governo norte-americano junto com outras potências sempre apoiarem grupos terroristas, independentemente do contexto da Guerra Fria? Associar a existência de documentos que comprovem tal ligação com o escândalo da década de 1970 denominado Watergate fica claro ao longo do texto? O autor deixa claro o que a expressão Osamagate tem a ver com o caso Watergate? Dá para comparar um escândalo político da história americana com os atentados terroristas de 11 de setembro?</p>
<p>14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica)</p> <p>Ocupa quatro das 52 páginas.</p>

Segue layout padrão com chapéu, título, olho, crédito do autor, intertítulos, olhos internos, rodapé explicativo (com informações adicionais não contempladas no texto), descrição da atividade intelectual do autor.

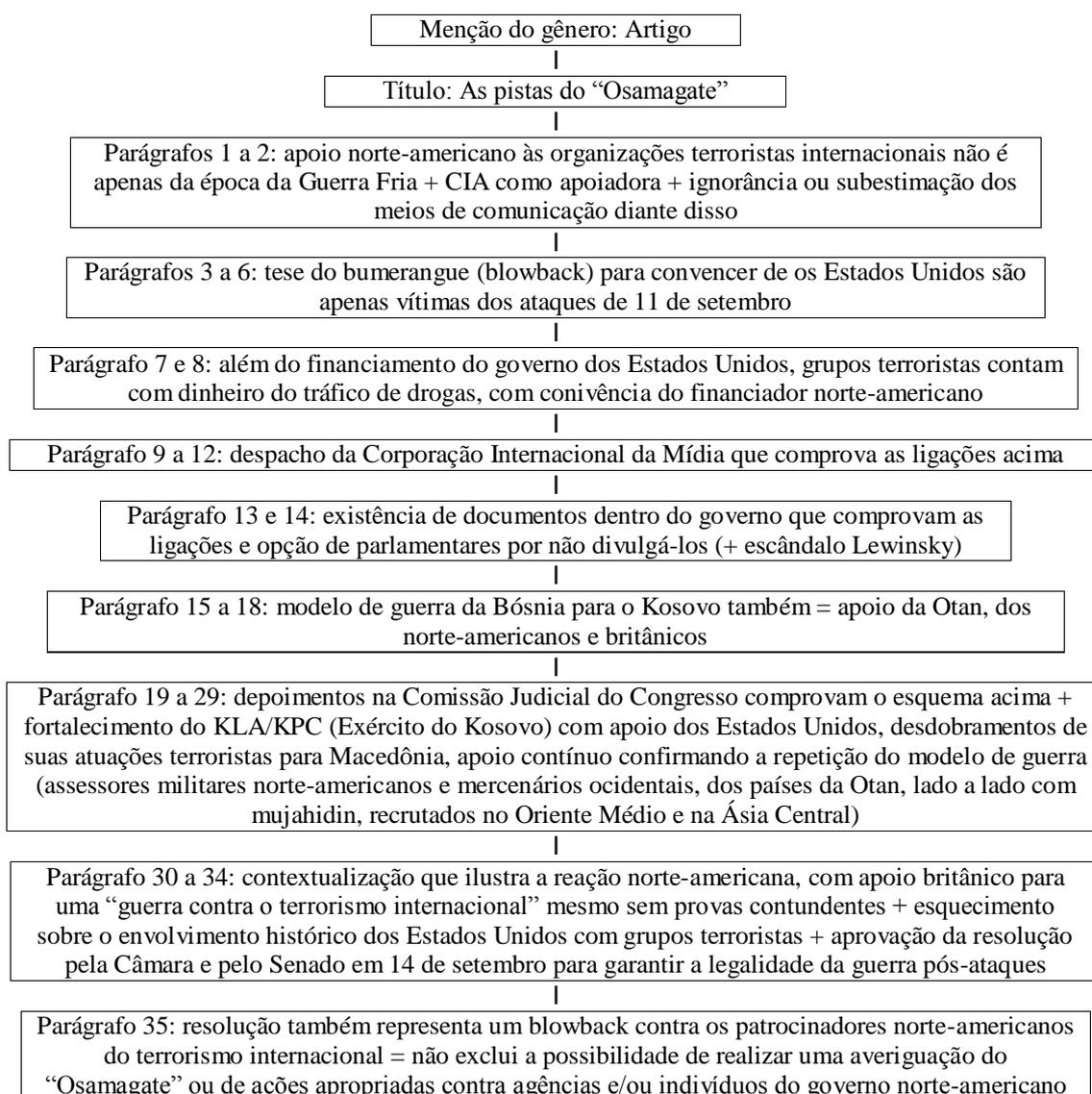
Há intertítulos: “Violação ao boicote de armas”, “Denúncia do Partido Republicano”, “Treinamento britânico e norte-americano”, “Rota do narcotráfico”, “Macedônia: novo alvo”, “Financiamento da ONU e da Al-Qaida” e “Justificativa inventada”

15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias)

Ilustração com predomínio do cinza e matizes, que imita uma poça e pegadas saindo dela e faz lembrar sangue.

Dentro desta poça, uma caveira com ossos cruzados atrás (remetendo ao símbolo para algo tóxico), uma arma e um símbolo que parece lembrar alguma bandeira.

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



que possam ter colaborado com a Al-Qaida

Texto 5 (páginas 18 e 21)

Título: Qual outro mundo é possível?

Chapéu: Globalização alternativa

Olho: Responder a esta questão é o grande desafio do movimento antiglobalização. É necessário formular objetivos a longo prazo, sem medo de unificar programas, e diversificar a atuação para atrair novos militantes

Olhos internos: O primeiro fator que dificulta nosso êxito organizativo “pós-Seattle” é a falta de objetivos a longo prazo em questões econômicas, políticas e em outras esferas da vida

A falta de uma visão positiva dá a nossos movimentos um tom de desproporcionalmente negativo e pouco atraente para a maioria daqueles que não são de nossas organizações

As elites não respondem nem à razão nem à ética. Respondem aos movimentos que fazem com que seus interesses se vejam prejudicados se não cederem

Autor(es): Michael Albert

Reaproveitado: Tradução

Quadro com os 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo, de acordo com Sousa (2008), e trechos do texto para exemplificá-los:

1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos

O autor norte-americano propõe uma reflexão sobre o papel do movimento antiglobalização e elenca três fatores essenciais que dificultam o “êxito organizativo” do movimento: “falta de objetivos em longo prazo em questões econômicas e políticas, assim como em outras esferas da vida, que sejam convincentes e sugestivas”, carência de “um programa comum a curto prazo para “unificar nossos programas” (“Imposto Todim, para restrição de tratados comerciais, adaptação ou abolição do FMI e da OMC etc.”) e “problema tático, mais que de visão ou de programa (...). Para alcançar reformas em qualquer escala, especialmente aquelas reformas ‘não reformistas’ que nos situam em boa posição para obter maiores conquistas, devemos aplicar uma pressão extrema sobre as pessoas no poder que têm autoridade para ceder a nossas demandas”. Também reconhece graves defeitos na oposição “às relações globais que outorgam um poder cada vez maior às grandes corporações, ao mesmo tempo em que debilitam por inteiro nações e povos” e até um esvaziamento de ativistas nas manifestações e eventos e aponta a discussão dos três fatores como essencial para o movimento voltar a crescer.

Temas que definem os:

- a) Macro-enquadramentos: Crise no movimento antiglobalização e fatores que podem reverter esta

situação

- b) Micro-enquadramentos: não crescimento do movimento pós-Seattle no mundo, argumento de Margaret Thatcher de NHA (“Não Há Alternativa”), slogan de Porto Alegre: “Um Outro Mundo É Possível”, propostas defendidas pelo movimento como o Imposto Todin, para restrição de tratados comerciais, a adaptação ou abolição do FMI e da OMC, dificuldade de se encontrar unidade entre os ativistas, questões como a da desobediência civil e a militância

Personagens principais:

- a) Protagonistas: O movimento antiglobalização
- b) Secundários: Os ativistas, os participantes dos eventos que influenciam o futuro deste movimento e as pessoas “que estão cada vez mais abertas” aos pontos de vista do movimento

Hierarquização entre eles: O movimento - que segundo ao autor, não se baseia apenas na oposição à globalização, ao comércio, cuja “inconformidade centra-se não apenas na pobreza, na privatização, na especulação financeira e no desequilíbrio comercial, mas também em instituições específicas tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC)” - tem seu crescimento afetado depois de Seattle (“não acelerou-se nos EUA; e, em certos aspectos, sua magnitude mais decresceu do que cresceu. Na Europa, mesmo achando que o progresso foi melhor do que nos EUA, será que chega a ser tudo o que poderia ter sido?”) e busca as razões essenciais para reverter esta situação, a partir da tomada de consciência de que as manifestações não devem “constituir o eixo ao redor do qual gira” o trabalho dos ativistas e sim serem “o componente mais visível” do que é feito pelo movimento, da necessidade da criação de “canais para que novas pessoas comprometam-se em diversos níveis de participação”, já que “no mundo real, as pessoas necessitam de uma visão para orientar-se, para manter a esperança, para tomar uma postura positiva, necessitam de um programa comum pela coerência, unidade e poder que outorga (...)”.

Cenários:

- a) Primeiro plano: o movimento antiglobalização pós-Seattle no mundo, com foco nos Estados Unidos (país de atuação do autor-ativista)
- b) Segundo plano/de fundo: discussões com o objetivo de alavancar a atuação do movimento

Conexões entre acontecimento e personagens:

O movimento antiglobalização, marcado pelas manifestações em Seattle em 1997 durante encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), é analisado pelo autor na contemporaneidade através de seu declínio (principalmente nos Estados Unidos) e a necessidade de se discutir fatores essenciais para reverter esta desaceleração. A partir da visão de que “os que agora são militantes não passaram a essa condição sem antes encontrar informação e argumentos, ou sem ter tido ocasião para participar pacificamente até estar preparado para correr entre nuvens de gás lacrimogêneo”, o autor propõe uma revisão das atitudes do envolvidos no movimento (tocando nos assuntos desobediência civil e militância), reconhece as falhas e a importância para a evolução do movimento e elenca três fatores essenciais que contribuem para o “êxito organizativo ‘pós-Seattle’”: “falta de objetivos em longo prazo em questões econômicas e políticas, assim como em outras esferas da vida, que sejam convincentes e sugestivas”, carência de “um programa comum a curto prazo para “unificar

“nossos programas” (“Imposto Todín, para restrição de tratados comerciais, adaptação ou abolição do FMI e da OMC etc.”) e falta de limites definidos para saber “aplicar uma pressão extrema sobre as pessoas no poder que têm autoridade para ceder a nossas demandas”.

Causas e consequências dos acontecimentos (Estrutura temática):

Após as manifestações em Seattle em 1997 durante encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), o autor considera que houve um esvaziamento do movimento, e a reversão pode se dar através da revisão dos valores da militância e a obediência civil, à luz dos três fatores que dificultam o “êxito organizativo” do movimento (elencados nos itens anteriores).

2) Objetivo do discurso (dos enunciadores) e dos protagonistas

Definir os três fatores considerados relevantes pelo autor que dificultam o “êxito organizativo” do movimento antiglobalização e propor que o movimento volte a crescer a partir desta reflexão, “ao invés de percorrer lentamente o caminho para um mundo melhor, poderemos apressar o passo, com maior alegria e confiança, muito mais solidários e fortes”.

3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulos em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônimas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre vocábulos, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulos nas frases, figuras de estilo)

As definições de atos/ações/acontecimentos:

Movimento antiglobalização = “nosso emergente e flutuante projeto antiglobalização”, “movimento radical com o potencial de ir na raiz de importantes problemas econômicos e sociais”, “nos opomos à globalização” + “ao comércio” + “às relações globais”, “inconformidade centra-se na pobreza” + “na privatização” + “na especulação financeira” + no desequilíbrio comercial” + “nas instituições específicas” tais como FMI, Banco Mundial e OMC, “valores aos quais aspiramos – justiça, igualdade, solidariedade, diversidade, democracia e participação”, “nossa luta sem quartel”, “muitos de nós acreditamos que a busca de unidade abarca o risco de cair dentro do autoritarismo e do sectarismo. E este medo impede-nos de elaborar uma possível visão compartilhada em longo prazo”, “Para alcançar reformas em qualquer escala, especialmente aquelas reformas ‘não reformistas’”, “ainda que conservemos a desobediência civil, temos que dar-nos conta de que esse não é um atributo que define nem nosso movimento nem seus eventos”, “o compromisso da gente em obstruir essa globalização corporativa”, “armados no nosso trabalho”

Grandes corporações = “instituições específicas tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC)”, “Nossos opositores alegam que não pode existir coesão sem autoridade única e utilizam esse argumento para justificar sua autoridade”, “A desobediência civil tem uma clara função dentro do ativismo: mostra às elites que existe uma trajetória de dissidência que está ameaçando o status quo”

Elite = “pessoas no poder que têm autoridade para ceder a nossas demandas”, “essas elites (...) decidam que ceder é a melhor saída”, “não respondem nem à razão nem à ética. Respondem aos movimentos que fazem com que seus interesses se vejam prejudicados se não cederem”, “qual é o custo social que as elites considerariam

intolerável e que, se o aumentamos, as obrigaria a ceder? A resposta é que se as políticas de globalização estão produzindo movimentos que não se opõem ao conceito de globalização, mas também aos negócios tal qual existem, e que pareçam ter a capacidade de crescer sem limites; então as elites cederão”

Ativistas e novos integrantes para o movimento = “militantes”, “a maioria das pessoas não vai deixar tudo para converter-se em um radical sem saber aonde leva seu radicalismo”, “até que apresentemos um bom argumento a favor de um sistema melhor, eles se mostrarão céticos e poucos dispostos a se rebelar”, “convencer os céticos e criar expectativas tangíveis que descrevam uma maneira digna de organizar nossas economias e assim convencer àqueles que sofrem de seus males”, “dar boas-vindas e especialmente conservar novas comunidades dentro do ativismo”, “as pessoas aderem a nossos movimentos”, “novatos da participação”, “manifestantes”, “participantes desses eventos”, “ativistas comprometidos (...), informados” X “que não estão comprometidos ou envolvidos”

Uso das aspas para ilustrar possível diálogo entre jornalista e militante: “Sei que você é contra os benefícios privados, as corporações (...)?”, “Se não tem alternativa melhor, deixe de dar murro em ponta de faca e aceite o livre mercado”; expressões emprestadas: “fazer funcionar a economia”, “funcionamento da economia”, “Não Há Alternativa”, reformas “não reformistas”,

Uso do verbo e pronome na primeira pessoa do plural em: “Nós não nos opomos”, “Nosso ativismo”, “Nossa inconformidade”, “nos fez manifestarmos-nos”, “nos leva”, “Nosso emergente”, “também contamos”, “deveríamos celebrá-lo”, “nos orgulhamos”, “Temos de levar” “se não encontrássemos”, “podemos corrigi-los e sermos muito”, “nosso êxito organizativo”, “Nossos movimentos/”, “valores aos quais aspiramos”, “não apresentamos”, “Todos sabemos”, “apesar de sabermos”, “precisamos admitir”, “deixa-nos desarmados”, “até que apresentemos”, “nossa luta”, “organizar nossas economias”, “queremos estender”, “carecemos de um programa”, “nos falte totalmente”, “temos todo tipo”, “exibamos um amplo leque”, “carecemos de unanimidade”, “Temos que unificar”, “Não estamos sendo capazes”, “muitos de nós acreditamos”, impede-nos de elaborar”, “Nossos expositores”, “Parecemos estar de acordo”, “repudiamos o autoritarismo”, “utilizamos o mesmo argumento”, “temos participação (...) temos unidade (...) não podemos”, “chegamos a sugerir”, “podemos colaborar”, “podemos desfrutar”, “nos situam”, “devemos aplicar”, “nossas demandas”, “Temos de provocar”, “se o aumentamos”, “Temos um movimento”, “Em nosso caso, a desobediência”, “conserve-mos a desobediência (...) temos de dar-nos”, “não seremos”, “nossa desobediência”, “do que fazemos”, “o compromisso da gente”, “Armados em nosso trabalho”

Também recorre ao uso do verbo e pronome na primeira pessoa do singular: “apenas três deles, que penso serem relevantes”, “Na minha opinião, a razão (...)”, “Creio que, sem essas conquistas, nossos movimentos continuarão progredindo, mas não a uma velocidade mais acelerada”, “E é isso que temo que esteja acontecendo nos EUA e nos outros lugares”, “ainda que eu não saiba com certeza como ou para onde se dirigem seus esforços”, “acredito que nossos movimentos voltarão” = para deixar claro seu posicionamento; “No meu país, chegou-se ao ponto (...)” = para relatar algo próximo, da localidade do autor, “Sei que você é contra os benefícios privados, as corporações (...)?” = para ilustrar pergunta de um jornalista qualquer para um militante qualquer;

Uso de frases interrogativas: “Na Europa, mesmo achando que o progresso foi melhor do que nos EUA, será que chega a ser tudo o que poderia ter sido? Por que o impulso de Seattle não produziu uma intensificação do ativismo que todos esperávamos?”, “(...) então você é a favor do quê? Como você quer fazer funcionar a economia sem todos esses elementos que você renega? , “Sequer tentam. Por quê? Porque muitos de nós (...)”, “Por que não podemos colaborar democraticamente todos juntos em um programa compartilhado? Por que não pode a solidariedade dentro de um programa compartilhado fazer-se compatível com o respeito mútuo a diferenças vigentes em questão de prioridades e perspectivas sobre temas acessórios? Por que não podemos desfrutar de unidade e diversidade, solidariedade e autonomia ao mesmo tempo?”, “(...) qual é o custo social que as elites consideram intolerável e que, se o aumentamos, as obrigaria a ceder?”, “É solução abandonar a desobediência civil e a militância?”

4) Fontes e citações

Vale lembrar que trata-se de um artigo, gênero baseado na opinião/conhecimento/ponto de vista do autor.

Predomínio do discurso indireto, evidenciado pela escolha do uso da primeira pessoa, principalmente nos verbos. O que deixa claro que o autor, como atuante no movimento antiglobalização, opta por um diálogo reflexivo sobre o papel deste pós-Seattle. Recorre apenas de fatos históricos isolados, como o argumento de Margaret Thatcher NHA (“Não Há Alternativa”), mas sem o contextualizar, e o slogan de Porto Alegre, em 2001, em citar o termo Fórum Social Mundial, ou algo que explicasse o evento.

5) Procedimentos de objetividade

Cita a realização do Fórum Social Mundial de Porto Alegre cujo slogan é “Um Outro Mundo é Possível”, o episódio de Seattle (1997), o argumento de Margaret Thatcher: NHA, abreviação de “Não Há Alternativa” (em inglês, TINA, “There Is No Alternative” e o próprio ativismo (o autor recorre constantemente de verbos na primeira pessoa) para garantir credibilidade ao texto.

6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)

Para definir atos/ações/acontecimentos:

NHA = “é uma estupidez”, “é uma falácia”, “é ilógico e imoral” X “admitir o poder de tal afirmação enquanto Thatcher tiver razão no fato de que a maioria de nós não possui mesmo uma visão bem definida do que oferecer”

“Emergente e flutuante projeto antiglobalização” + “consciência cada vez maior anti-FMI, anti-OMC, anti-Banco Mundial e anti-corporações + “militância maior” + “ressentimento maior” + “compromisso de divergir agressivamente” + “crescente solidariedade entre países e continentes” X “o crescimento do movimento depois de Seattle não acelerou-se nos EUA; e, em certos aspectos, sua magnitude mais decresceu”

“Por que o impulso de Seattle não produziu uma intensificação do ativismo que todos esperávamos?” - três fatores “relevantes” que dificultam o “êxito organizativo ‘pós-Seattle’”: 1) “falta de objetivos* em longo prazo em questões econômicas e políticas, assim com em outras esferas da vida, que sejam convincentes e sugestivas” (+ falta de visão positiva” que “dá a nossos movimentos um tom desproporcionalmente negativo e pouco atraente para a maioria daqueles que não são de nossas organizações”), 2) “carecemos de um programa comum

a curto prazo” + “ainda que exibamos um amplo leque de excelentes objetivos imediatos, carecemos de unanimidade sobre eles” + “porque nossos movimentos evitam literalmente a busca de tal unidade” = “risco de cair dentro do autoritarismo e do sectarismo” que “impede-nos de elaborar uma possível visão compartilhada em longo prazo, 3) “problema tático” para “aplicar uma pressão extrema sobre as pessoas no poder que têm autoridade para ceder a nossas demandas”

Movimento “está deixando de lado suas bases e que está, em alguns casos, orgulhoso disso, apesar de ser uma maneira contraproducente de atuar” X “o compromisso da gente em obstruir essa globalização corporativa deveria ser inquebrantável, ainda que eu não saiba com certeza como ou para onde se dirigem seus esforços”

“*objetivos institucionais reais que ofereçam uma clara descrição de um sistema de remuneração alternativo que recompense competência ou produção, uma organização de trabalho alternativa à distribuição hierárquica na qual alguns dão ordens e outros as acatam, um modelo de distribuição alternativo à nossa luta sem quartel, um modelo para a tomada de decisão alternativo à cessão de poder àqueles que possuem propriedade ou monopolizam posições de elite”

7) Procedimentos de persuasão

Reconhecer a queda no crescimento do movimento antiglobalização nos Estados Unidos especialmente, que há ativistas que não conseguem “responder convincentemente a um jornalista, ou mesmo a um curioso, um amigo ou familiar, que lhe perguntasse: (...) você é a favor do quê?”, que “a maioria das pessoas não vai deixar tudo para converter-se em um radical sem saber aonde leva seu radicalismo”, e que “os agora são militantes não passaram a essa condição sem antes encontrar informação e argumentos, ou sem ter tido ocasião para participar pacificamente até estar preparado para correr entre nuvens de gás lacrimogêneo”, admitir que o movimento tem erros, que isto é positivo (“Temos de levar em conta que se não encontrássemos erros retrospectivamente, não haveria lugar para esperar resultados muito melhores”) e elencar os três fatores relevantes tanto na Europa quanto nos EUA que dificultam “êxito organizativo” do movimento: “falta de objetivos em longo prazo em questões econômicas e políticas, assim como em outras esferas da vida, que sejam convincentes e sugestivas”, carência de “um programa comum a curto prazo para “unificar nossos programas” (“Imposto Todim, para restrição de tratados comerciais, adaptação ou abolição do FMI e da OMC etc.”) e “problema tático, mais que de visão ou de programa (...). Para alcançar reformas em qualquer escala, especialmente aquelas reformas ‘não reformistas’ que nos situam em boa posição para obter maiores conquistas, devemos aplicar uma pressão extrema sobre as pessoas no poder que têm autoridade para ceder a nossas demandas”.

8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo)

Texto opinativo (usando definição de Melo, 2003) e argumentativo (usando definição de Sousa, 2008)

9) Gêneros jornalísticos

Usando definição explicitada no item anterior deste capítulo, trata-se de artigo do tipo ensaio.

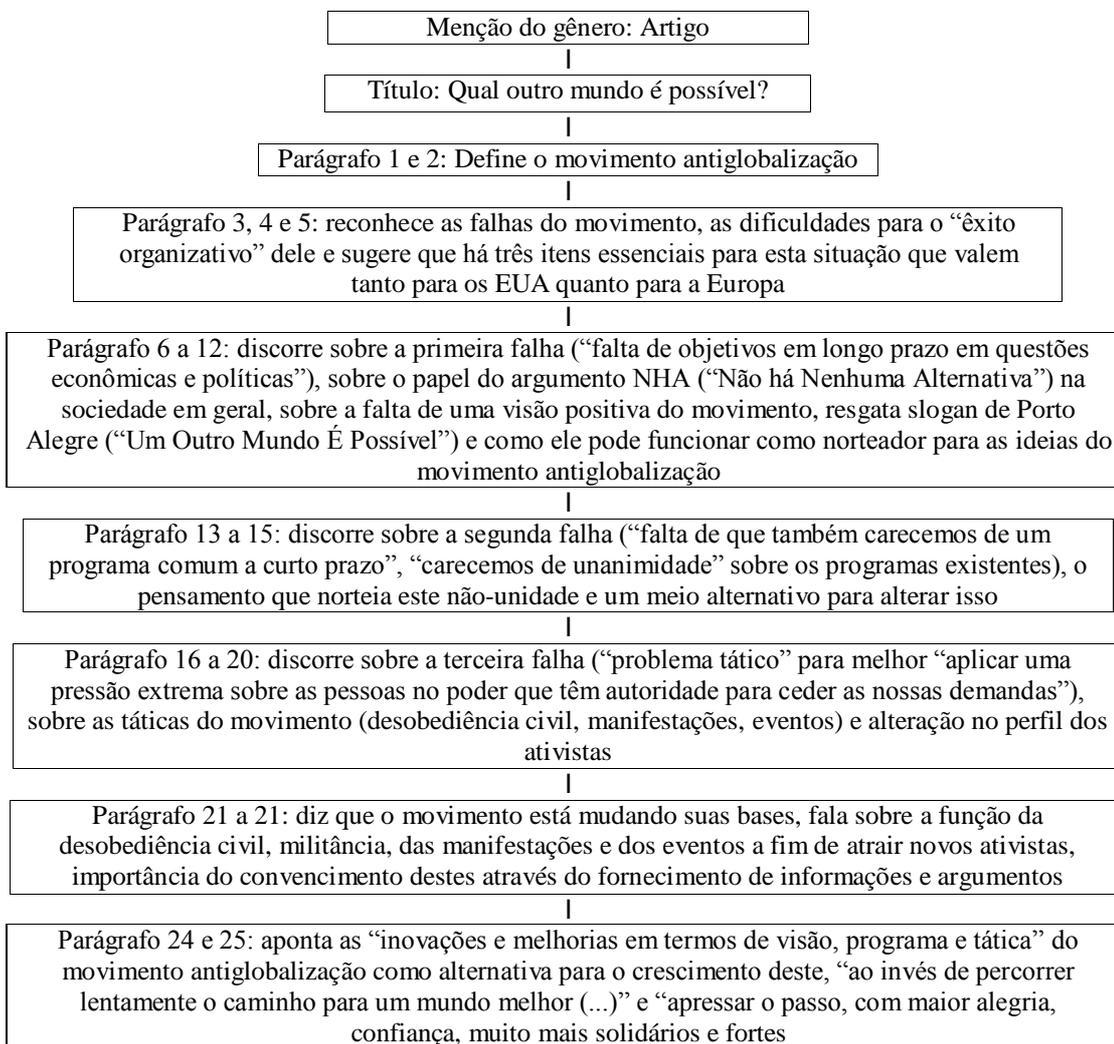
10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas

Através do levantamento do item 6 (Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso), dos

<p>apontamentos do item 5 (Procedimentos de objetividade), das características do gênero jornalístico e tipo de texto, é possível identificar a tentativa do autor de definir o movimento antiglobalização, as principais falhas que impedem o “êxito organizativo” deste pós-Seattle na visão dele, a alteração do perfil do ativista e até dos objetivos do movimento. Porém ainda assim reforça a visão anti-elite, anti-FMI, anti-OMC, anti-Banco Mundial, anti-corporações do movimento, raízes do ativismo antiglobalização</p>
<p>11) As notícias como atos linguísticos (baseado em definição na nota de rodapé 17)</p> <p>O uso da primeira pessoa nos verbos ao longo do texto permite dizer que o autor expõe suas ideias como ativista, incluindo-se no movimento antiglobalização, e desta forma se co-responsabilizando pela falhas apontadas pela falta de “êxito organizativo” do movimento pós-Seattle. Deixa claro uma visão positiva, otimista em relação ao futuro do movimento. Por isso, o texto funciona como um ato linguístico, que visa informar o leitor ao mesmo tempo que pode convencê-lo da opinião/do ponto de vista do autor e divulgar o posicionamento do <i>Caderno Diplô</i>.</p>
<p>12) Assinatura e produção da informação</p> <p>Texto assinado por Michael Albert</p> <p>Traz que ele é escritor, ativista, trabalha na ZMagazine (www.zmag.org) e é co-autor de <i>Participatory Economics Vision</i> (www.parecon.org).</p> <p>A tradução é de Bárbara Arisi.</p>
<p>13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido</p> <p>Mesmo reconhecendo as falhas, o não crescimento do movimento antiglobalização pós-Seattle, estão claros os três fatores considerados essenciais para o não “êxito organizativo” do movimento? Fica claro o que são reformas “não reformistas”? Quais são os sistemas alternativos propostos de remuneração/organização de trabalho/modelo de distribuição e para tomada de decisão? Como buscar a unidade se “não há autoridade única” aceitável? Quais são as táticas para fortalecer o movimento: manifestações, encontros, desobediência civil, militância bastam?</p>
<p>14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica)</p> <p>Ocupa quatro das 52 páginas.</p> <p>Segue layout padrão com chapéu, título, olho, crédito do autor, intertítulos, olhos internos, rodapé explicativo (com informações adicionais não contempladas no texto), descrição da atividade intelectual do autor.</p> <p>Há intertítulos: “A busca de alternativas”, “Um programa unificado”, “Pressionar o poder” e “Movimento mais amplo”</p>
<p>15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias)</p> <p>Ilustração preto e branco de um globo terrestre sendo puxado através de um fio por uma criança, dando a entender que o globo é um balão. A criança aparece refletida, tem uma sombra que a deixa esticada, até</p>

distorcida/deformada, o que pode levar a entender que a criança vai crescer, amadurecer, e ainda carregar o “balão”

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 6 (páginas 22 e 25)

Título: Entre o McMundo e a jihad

Chapéu: Globalização alternativa

Olho: É preciso superar a fase da guerra de símbolos, em que tudo parece se reduzir a quebrar as vidraças de um McDonald’s. Os símbolos foram portas de entrada para abrir uma fenda na história. Agora, é hora de passar por elas

Olhos internos: A repressão que já existia contra o ativismo antes de 11 de setembro deverá se aprofundar, com um aumento de vigilância, infiltração no movimento e violência policial

As campanhas contra as grandes corporações abriram as portas traseiras do mundo oculto do comércio e das finanças internacionais, da OMC e do Banco Mundial

Nesse novo tipo de guerra, torna-se claro que os terroristas estão encontrando suas armas nas nossas depauperadas infraestruturas públicas

Autor(es): Naomi Klein

Reaproveitado: Tradução

Quadro com os 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo, de acordo com Sousa (2008), e trechos do texto para exemplificá-los:

1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos

A autora, ativista canadense, propõe reflexão sobre o papel do movimento antiglobalização e as suas táticas, após os atentados de 11 de setembro, que geraram alterações nas relações internacionais e consequentemente na repressão contra o ativismo, já que “nossas vitórias [do movimento] e nossas estratégias habituais foram, agora, todas elas lançadas em dúvida”. Discute o ativismo “altamente simbólico”, a importância das “guerras das imagens” e o destino delas depois das ações terroristas nos Estados Unidos.

Temas que definem os:

- a) Macro-enquadramentos: O movimento antiglobalização e os símbolos poderosos do capitalismo após 11 de setembro
- b) Micro-enquadramentos: atentados de 11 de setembro, ligação da autora com o movimento, mortes declaradas do movimento, efeitos do terrorismo na política norte-americana e no dia a dia do país, resgate e alteração dos valores que norteiam o movimento/ativismo versus simbolismo pregado por ele

Personagens principais:

- a) Protagonistas: Ativismo/ativistas do movimento antiglobalização e os símbolos usados por eles, ações terroristas/terrorismo em si
- b) Secundários: Estados Unidos (efeitos pós-atentados na vida do país, na política, no dia a dia das instituições essenciais como infraestrutura com saúde, por exemplo), jornalistas/escritores/meios de comunicação: Tom Brokaw, *Boston Globe*, Peter Beinart e *New Republic*, Michael Lewis e *New York Times Magazine*, Katharine Ainger, empresas que são alvo do movimento (Nike, Exxon Mobil, Monsanto, The Gap, Sony, Shell, Pfizer, Kellogg's, Starbucks, Rio Tinto, British Petroleum, General Electric, Wal-Mart, CitiGroup, Taco Bell, McDonald's), Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, Osama Bin Laden, Porto Alegre, Kerala e Chiapas (movimentos antiglobalização), George W. Bush e sua “coalizão”, Nações Unidas e os tribunais internacionais

Hierarquização entre eles: Com os atentados de 11 de setembro, houve uma mudança no movimento

antiglobalização em relação aos símbolos dos adversários (“marcas”, “arranha-céus das grandes corporações”), elencados pelos ativistas como alvo dos protestos, e considerados pela autora como “denúncias em manifestações, como objetivos prioritários, como ferramentas de educação popular”, como “alavancas”, “manilhas” e não “alvos reais”. O “alastramento do terrorismo norte e sul” provocou uma convocação mundial de guerra por parte de Bush, “marginalizando as Nações Unidas e os tribunais internacionais”. Com isso a repressão que já existia contra o ativismo “deverá se aprofundar, com um aumento de vigilância, infiltração no movimento e violência policial”. E o que se evidencia é que “os terroristas estão encontrando suas armas nas nossas depauperadas infraestruturas públicas”.

Cenários:

- a) Primeiro plano: Os atentados de 11 de setembro e a influência destes no movimento antiglobalização baseado até então em uma “guerra de símbolos” e de “imagens”
- b) Segundo plano/de fundo: Repressão contra o ativismo, possível morte do movimento antiglobalização pelos meios de comunicação, estilos e locais dos atentados, reação norte-americana à luz da ideologia de Bush, ponto de vista da autora em relação ao próprio ativismo, necessidade de rever as táticas do movimento antiglobalização no momento pós-atentados

Conexões entre acontecimento e personagens:

Como os atentados de 11 de setembro tiveram como alvo símbolos norte-americanos ligados ao poderio econômico e político/militar norte-americanos – o World Trade Center e Pentágono – e os terroristas “estão encontrando suas armas nas nossas depauperadas infraestruturas” (antraz, possível ataque bioterrorista), a autora defende que diante disso o movimento antiglobalização precisa superar as táticas próprias visando somente os símbolos das grandes corporações e “vincular a iniquidade econômica ao tema da segurança, que agora se refere a todos; e insistir que a justiça e a equidade são as estratégias mais sustentáveis contra a violência e o fundamentalismo, já que “os símbolos foram porta de entrada. Agora, é hora de passar por elas”

Causas e consequências dos acontecimentos (Estrutura temática):

Diante do estilo e dos alvos escolhidos pelos terroristas em 11 de setembro, da “‘coalizão’ de Bush”, de exemplos de movimentos atuais que propõem soluções alternativas à globalização (“Chiapas, Porto Alegre, Kerala”), a autora vê a necessidade de mudança nas táticas do movimento antiglobalização, que considerava até então que “encontravam-se símbolos e esperava-se que se tornassem metáforas de uma mudança”. Como consequências pós-ataques terroristas, prevê “que possam custar as nossas poucas vitórias políticas. Os fundos que se destinavam a amenizar a crise de Aids na África estão sumindo, e os compromissos para ampliar a suspensão da dívida externa seguramente seguirão o mesmo caminho. A defesa dos direitos dos imigrantes e dos refugiados – que vinha se tornando um dos principais objetivos da luta dos ativistas de ação direta na Austrália, Europa e, pouco a pouco, nos EUA – também está ameaçada pela onda crescente de racismo e xenofobia. E o livre comércio, que há bastante tempo vem enfrentando uma crise de relações públicas, foi rapidamente reetiquetado como um dever patriótico”

2) Objetivo do discurso (dos enunciadores) e dos protagonistas

Sugerir mudança nas táticas do movimento antiglobalização, a partir de experiências bem-sucedidas como em Porto Alegre, Chiapas e Kerala e diante da repressão “que já existia antes de 11 de setembro” e que deve “se aprofundar, com um aumento de vigilância, infiltração no movimento e violência policial. Também é provável que o anonimato que caracterizou o movimento anticapitalista – as máscaras, os gorros e os pseudônimos – se torne mais suspeito, numa cultura que procura agitadores clandestinos”. Para a autora, o movimento era pautado numa “guerra dos símbolos” e “das imagens”, que abriu “porta de entradas” mas deve ser superada, já que “as campanhas contra as grandes corporações abriram as portas traseiras do mundo oculto do comércio e das finanças internacionais, da Organização Mundial do Comércio, do Banco Mundial e, para alguns, levaram a questionar o próprio capitalismo”

3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulo em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônimas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre vocábulos, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulos nas frases, figuras de estilo)

Palavras e expressões entre aspas ligadas a fontes citadas no texto:

“símbolos do capitalismo norte-americano” = Tom Brokaw

Antiglobalização “despedaçada” = Boston Globe

“independência” = pichações próprias pré-fabricadas da The Gap

“Estados de emergência” = jogo de Playstation da Sony

“promove os valores que estão no coração desta luta prolongada” = Robert Zoellick

“não só por serem símbolos, mas também por exercerem a liberdade. Trabalham com empenho, mesmo que não o façam intencionalmente, para libertar outros de seus grilhões. Isso os torna, quase por negação, a antítese espiritual do fundamentalismo religioso, que se baseia em negar a liberdade individual em nome de algum poder supostamente superior” = Michael Lewis

“Correios: nova linha de frente do novo terrorismo” = Internacional Herald Tribune

“você tem a liberdade de participar segundo nossas regras ou ser completamente isolado” = o que representa “a internacionalização dos objetivos da política externa de um país, da mesa de negociações da OMC até Kyoto”

Palavras e expressões entre aspas sem ligação com as fontes especificadas no texto:

“movimento antiglobalização”, “anticapitalismo”, logotipos “culturalmente modificados”, estilos “guerra de guerrilha”, “a antiglobalização é tão obsoleta”, “desmantelar estrategicamente”, “antiglobalização”, “coalizão” de Bush, “antiamericanos”, “as pessoas antes dos lucros”, “o mundo não está à venda”, “o comum”

Uso da fonte no estilo itálico em palavras estrangeiras em: *culture jammed*, *spray*, *fast track*, *jihad*

Uso da primeira pessoa do singular ou plural em verbos: “ao que costumo referir-me como ‘o movimento’”, “nosso ativismo”, “ficou óbvio para mim quando olhava”, “analisei essas imagens”, “me surpreendeu a rapidez”, “um dos nossos”, “nos custarão”, “Receio que possam”, “nossas poucas vitórias”, “nossas liberdades civis, nossas modestas vitórias e nossas estratégias”, “nossas depauperadas infraestruturas”, “nós queremos”, “não podemos”, “nós precisamos”, “nossa tarefa”, “nos alimentamos”, “nossos adversários”, “Nós os usamos”

Uso da forma interrogativa: “Será que é isso mesmo?”, “Trata-se de um desafio estratégico: como organizar-se contra uma ideologia tão ampla que não tem limites, que está por toda parte e parece não estar em lugar algum? Onde situar a referência para aqueles que não têm onde trabalhar, aqueles cujas comunidades são constantemente expulsas do lugar em que vivem? Agarrar-se a quê, quando aquilo que é tão poderoso também é virtual: transações monetárias, cotações de bolsa, propriedade intelectual e acordo sigilosos comerciais?”, “Na prática o que isto quer dizer?”, “E, até agora, qual a resposta dos políticos?”, “Afinal, a profusão e apoio mútuo que foi trazida à tona por esta tragédia é tão distante dos objetivos humanitários que o nosso movimento aspira?”, “Numa guerra de símbolos, são muitas as frustrações: quebra-se a vidraça de um McDonald’s, as reuniões passam a ser feitas em lugares cada vez mais remotos, mas por quê?”

4) Fontes e citações

Vale lembrar que trata-se de um artigo, gênero baseado na opinião/conhecimento/ponto de vista do autor.

Predomínio do discurso indireto, com uso da forma híbrida do discurso direto e indireto nos parágrafos 1, 3, 15, 20, 23 (citados no item acima em “Palavras com aspas ligadas a fontes citadas no texto”)

O discurso indireto livre, usado, por vezes, em reportagens em que o jornalista se identifica com quem evoca (SOUSA, 2008, p. 696) também é identificado nos parágrafos: 2 em “Para alguém cuja vida está completamente ligada ao que algumas pessoas chamam ‘movimento antiglobalização’ e outras chamam ‘anticapitalismo’ (e ao que costumo referir-me como ‘o movimento’), é difícil, atualmente, evitar discussões sobre simbolismo”, 7 em “Apesar dessa paisagem transformada – ou talvez por isso mesmo – vale recordar, em primeiro lugar, por que este movimento optou por travar lutas simbólicas”, 13 em “Num mundo sadio, em vez de alimentar esse tipo de reação [o movimento antiglobalização motiva-se, em parte, pelo ódio aos Estados Unidos], os atentados terroristas deveriam provocar interrogações sobre como as agências de espionagem gastam tanto tempo grampeando ambientalistas e agências de informações independentes, quando deveriam se preocupar com as redes terroristas (...)”, 15 em “Segundo Robert Zoellick, representante norte-americano do comércio (que se entregou de corpo e alma à aprovação das negociações por via rápida, ou *fast track*), este [livre comércio] ‘promove os valores que estão no coração desta luta prolongada’”, 19 em “Onde dívida e guerra corroeram infraestruturas, fanáticos tios ricos tais como Bin Laden são capazes de entrar em cena e providenciar serviços básicos que deveriam ser trabalho do governo (...)”, 20 em “E, até agora, qual a resposta dos políticos? De novo, de sempre: menos impostos nos negócios e mais serviços privatizados”

5) Procedimentos de objetividade

Como a autora é ativista ativa, citar outros jornalistas, escritores, meios de comunicação que analisam os movimentos antiglobalização e os ataques terroristas, mesmo não sendo alguns a favor do movimento antiglobalização garante pluralidade (cita Peter Beinart que “conclui que “‘o movimento antiglobalização motiva-se, em parte pelo ódio aos Estados Unidos’, o que seria imoral, já que os EUA estavam sendo atacados”, Boston Globe ao qualificar a antiglobalização como “despedaçada”). Recorre de acontecimentos que marcam a história do movimento: José Bové e a Conferência dos Camponeses Franceses quando os “EUA declararam guerra comercial à França por se atrever a proibir a importação da carne bovina com hormônios”, “vozes que nos chegam de Chiapas, Porto Alegre, Kerala”.

6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)

Qualificação de atos/ações/acontecimentos e personagens:

Táticas = “base atacar - ainda que pacificamente – símbolos poderosos do capitalismo” (= “símbolos antiempresariais” + estratégias/coalizões/argumentos, travar lutas simbólicas, desafios estratégicos)

“Movimento antiglobalização” = “anticapitalismo” + “estilos guerra de guerrilha” (= “metáforas dominantes no movimento”) x “guerra real” (= os atos terroristas de 11 de setembro) + “ativismo contra empresas transnacionais”; “tão obsoleto”, “despedaçado, morto com uma constância ritual, antes e depois de cada manifestação de massa x manifestações parecem crescer cada vez mais” (= 50 mil em Seattle, 300 mil em Gênova)

“Símbolos poderosos do capitalismo” = “simbolismo” = “nos alimentamos dos símbolos de nossos adversários”, “Os símbolos foram apenas portas de entrada. Agora é hora de passar por elas”

“Atentados” = “atos de terror, terríveis, bem reais” + “atos de guerra simbólica” + “guerra real” + “terroristas” + “ameaça de um massacre de mais inocentes”

Osama Bin Laden = “multimilionário com uma impressionante rede de exportações, que vai de produtos comerciais a oleodutos”, “em Catar (...), onde Bin Laden dispõe de um programa de televisão, na Al-Jazira, uma emissora estatal”, “fanáticos tios ricos como Bin Laden”

Antes de 11 de setembro = “nó cego nas relações internacionais pode ser desatado vinculando campanhas a marcas famosas – uma arma eficaz, embora, por vezes, esbarre num certo provincianismo”, “encontravam-se símbolos e esperava-se que se tornasse metáfora das mudanças”

Após 11 de setembro = “a forma pela qual essas imagens que representam a ideologia das corporações e a das anticorporações foram instantaneamente obscurecidas, apagadas” = “paisagem transformada”, “políticos e comentaristas internacionais passaram a incluir, imediatamente, os ataques terroristas como parte da violência antiamericana e anticorporações, “o movimento antiglobalização motiva-se, em parte, pelo ódio aos Estados Unidos”, “converter-nos em defensores apaixonados do verdadeiro multilateralismo, recusando, de uma vez por todas, o rótulo da “antiglobalização”, “‘o comum’ – a esfera pública, os bens públicos, o que não pertence às corporações – atravessa uma fase de redescobrimto nos Estados Unidos e em todos os lugares”, “mudança dramática na estratégia do movimento ativista, baseado muito mais na substância do que nos símbolos”, “Nossa tarefa, que nunca foi tão importante, consiste em demonstrar que existem mais do que símbolos de dois mundos, expor à luz pública todos os mundos invisíveis que existem entre o fundamentalismo econômico do McMundo e o fundamentalismo religioso da *jihad* ”, “Durante anos, nesse movimento, nos alimentamos dos símbolos de nossos adversários (...). Mas esses símbolos nunca foram as alvos reais, eram as alavancas, as matilhas (...). Os símbolos foram apenas portas de entrada. Agora é hora de passar por elas”

George W. Bush = “convocou mundo a se unir aos Estados Unidos na guerra, marginalizando as Nações Unidas e os tribunais internacionais”, “‘coalizão’ de Bush” = “você tem a liberdade de participar segundo as nossas regras ou de ser completamente isolado”

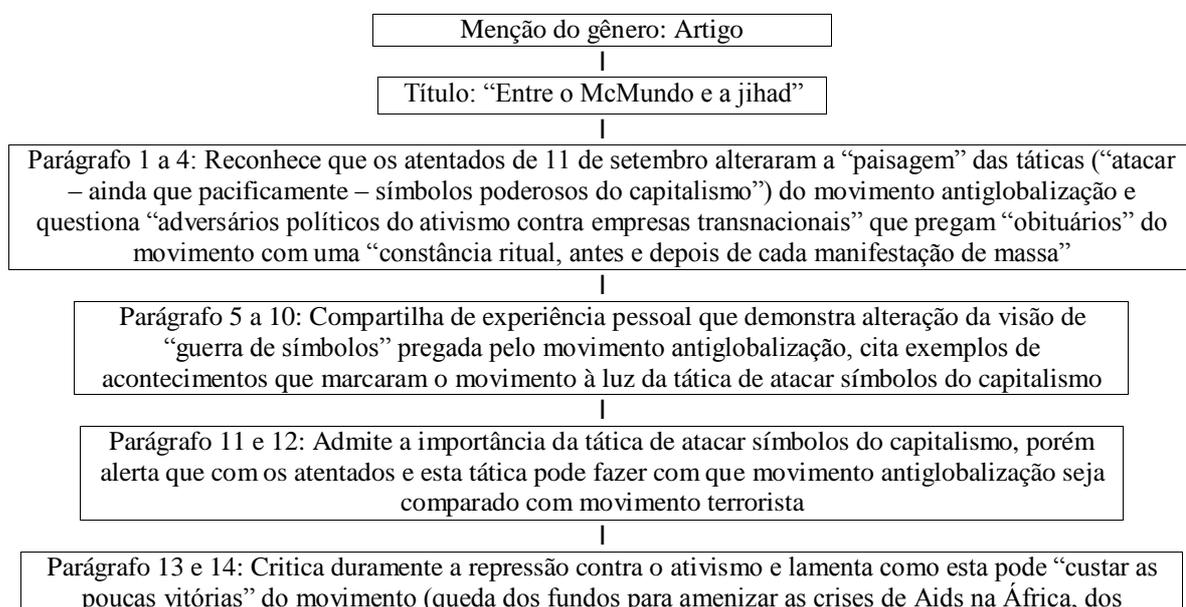
7) Procedimentos de persuasão

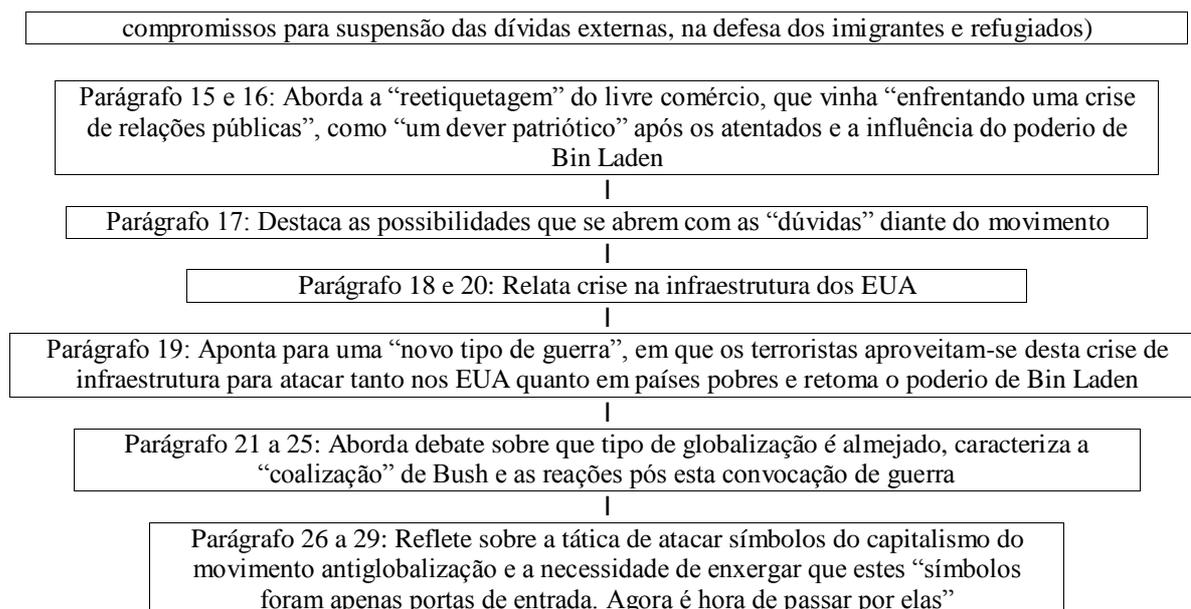
A autora não traz de cifras e outras referências numéricas para sustentar os argumentos, porém apoia-se em

<p>acontecimentos ligados ao movimentos antiglobalização e suas motivações num encadeamento de causas e consequências (a atuação do movimento antiglobalização, a influência dos atentados de 11 de setembro no movimento e sobre a reação sobre ele, questões de infraestrutura e fundos políticos diante dos atentados, “coalizão” de Bush ao convocar o mundo a uma guerra). Destaca com rigor a influência de Osama Bin Laden nos países pobres em que o fundamentalismo religioso impera e critica a convocação de guerra dos Estados Unidos, de forma que o leitor se convença da superioridade destes argumentos. A citação de especialistas e outras fontes credíveis (jornalistas, escritores, meios de comunicação conhecidos) que ajudem a sustentar os argumentos sobre a possível reação ao movimento antiglobalização, o destino do movimento, a manutenção do livre comércio. Faz referência à necessidade de mudança nas formas de agir do movimento, diante das consequências dos atentados.</p>
<p>8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo) Texto opinativo (usando definição de Melo, 2003) e argumentativo (usando definição de Sousa, 2008)</p>
<p>9) Gêneros jornalísticos Usando definição explicitada no item anterior deste capítulo, trata-se de artigo do tipo ensaio.</p>
<p>10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas Através do levantamento do item 6 (Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso), dos apontamentos do item 5 (Procedimentos de objetividade), das características do gênero jornalístico e tipo de texto, é possível discorrer que a autora do texto acredita no crescimento da atuação do movimento antiglobalização; e para isso é preciso mudanças na forma de agir e pensar destes após as atentados (guerra simbólica precisa ser superada, pois os símbolos dos “adversários – suas marcas, os arranha-céus de suas grandes corporações suas reuniões de cúpula para fotos” passaram a ser “alvos reais” e não mais apenas “como denúncias em manifestações”, “ferramentas de educação popular” e ainda ele podem ser associados a atos radicais de terroristas); que há uma crise na infraestrutura e nos fundos públicos norte-americanos devido aos acontecimentos pós-atentados (não proteção dos reservatórios de água dos ataques bioterroristas, sistema público de saúde sobrecarregado, guerra sendo “travada em salas de correio, metrô, aeroportos, escolas em hospitais, todas linhas de frente de batalhas da privatização e da desregulamentação das últimas décadas”); que a “coalizão de Bush” é extremista.</p>
<p>11) As notícias como atos linguísticos (baseado em definição na nota de rodapé 17) Diante dos objetivos citados no item acima, o texto funciona como um ato linguístico, que visa informar o leitor ao mesmo tempo que pode convencê-lo da opinião/do ponto de vista do autor e divulgar o posicionamento do <i>Caderno Diplô</i>.</p>
<p>12) Assinatura e produção da informação Texto assinado por Naomi Klein Traz que ela é jornalista e autora do livro <i>No logo</i> Traz que é uma tradução de Jô Amado</p>

<p>13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido</p> <p>Será que o movimento antiglobalização cresce mesmo? Será que a repressão já existente contra o ativismo irá aumentar mesmo? Osama Bin Laden é tão rico como demonstra o texto? Será que a guerra de símbolos necessita ser mesmo superada ou apenas reformulada? E qual é a forma para isto? Ficou claro o que é preciso fazer para o movimento recusar “de uma vez por todas, o rótulo de ‘antiglobalização’”? O que são as vozes de Chiapas, Porto Alegre e Kerala? Ficou claro o que são “os mundos invisíveis que existem entre o fundamentalismo econômico do McMundo e o fundamentalismo religioso da <i>jihad</i>”?</p>
<p>14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica)</p> <p>Ocupa quatro das 52 páginas.</p> <p>Segue layout padrão com chapéu, título, olho, crédito do autor, intertítulos, olhos internos, rodapé explicativo (com informações adicionais não contempladas no texto), descrição da atividade intelectual do autor.</p> <p>Há intertítulos: “A guerra dos símbolos”, “Vitórias políticas em risco” e “Não ao rótulo ‘antiglobalização’”</p>
<p>15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias)</p> <p>Ilustração em preto e branco do globo terrestre entre duas fatias de pães de hambúrguer, com um fio escorrendo (que pode se associado a um molho do “lanche” ou suor/sangue do mundo). A imagem parece ser engolida/mordida por uma espécie de boa gigante, já que a representação lembra a sequência de dentes e lábio</p>

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):





Texto 7 (páginas 26 e 29)

Título: Conseguiremos barrar a barbárie?

Chapéu: Globalização alternativa

Olho: Poderão os novos movimentos sociais superar as limitações nacionais e impor valores civilizatórios a organizações internacionais ou multilaterais e aos agentes do capital financeiro? Disso pode depender não apenas uma nova ordem mundial, mas a própria sobrevivência da espécie humana

Olhos internos: O contra-movimento da sociedade (enfrentando o moinho satânico do mercado) foi fundamental para “civilizar” o capital

Os movimentos populares precisam continuar lutando em espaços nacionais – não podem sucumbir à tentação de abandoná-los ao capital

Os movimentos sociais que se opõem à globalização do capital (e da pobreza) precisam também expandir suas fronteiras – e agora talvez mais do que nunca

As confusões derivadas dos atentados ao WTC indicam que a bandeira do protesto contra as assimetrias da globalização corre o risco de ser apropriada por um frankenstein da CIA

Autor(es): Reginaldo C. Moraes

Reaproveitado: não informado

Quadro com os 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo, de acordo com Sousa (2008), e trechos do texto para exemplificá-los:

1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos

Com os atentados de 11 de setembro, o autor resgata a trajetória do desenvolvimento político e econômico mundial notadamente após guerras mundiais, ou seja, “o modo liberal-democrático de ver o mundo” (“Estado” x “Interesses privados” x “direcionamento do mercado”, “democracia representativa” e “sociedade liberal-competitiva”), para caracterizar as transformações do “mundo dominado pelo capital” e como isto pode ser determinante para o futuro de movimentos sociais e até influenciar na reação norte-americana pós-ataques. Diante deste recorte histórico, propõe, como “sobrevivência da própria espécie humana”, a criação de uma “forma de um governo central de referência” para “organizar a solidariedade e a esperança”.

Temas que definem os:

- c) Macro-enquadramentos: Regras econômicas e políticas no “mundo dominado pelo capital” e suas transformações
- d) Micro-enquadramentos: Como estas regras e transformações moldaram o desenvolvimento de movimentos sociais (ex.: “movimentos sociais de classes dominadas” como “organizações populares e trabalhistas, como sindicatos” e elas “passam a assumir responsabilidades políticas, no plano do Estado: formular demandas, expressá-las junto ao executivo inflado, participar na deliberação sobre políticas (...)” x “os movimentos sociais enfrentam agora um mundo muito mais transnacionalizado”, “não podem sucumbir à tentação de abandoná-los ao capital”), que “passaram a constituir parte da ossatura do Estado moderno”; e determinaram o rumo da economia mundial (“empresas verticalmente integradas foram cada vez mais virando empresas multiproduto, multidivisão, multinacionais – ou transnacionais” + “transformaram-se em holdings financeiras (...) em benefício da acumulação de riqueza líquida, (...), volátil: papéis que dão direito a pagamentos, juros, rendas”; regulação x desregulamentação do Estado nos mercados financeiros)

Personagens principais:

- a) Protagonistas: Regras de mercado, acordos econômicos e políticas econômicas de países e territórios como Estados Unidos e Grã-Bretanha e os movimentos sociais
- b) Secundários: a globalização (regulação x desregulamentação do Estado nos mercados financeiros), os movimentos sociais e os atentados de 11 de setembro e seus possíveis desdobramentos

Hierarquização entre eles: Regras e acordos moldaram e moldam a forma de atuação de movimentos sociais ao longo da história; a globalização determinou que “diversos Estados nacionais, que já eram em alguns casos menores que algumas empresas produtivas multinacionais, foram confrontados por empreendimentos financeiros (holdings, fundos de investimento etc.) que não podiam regular”; e como “a história está caminhando rapidamente e pode não deixar tempo para soluções que demandem tanta engenharia política”, “a bandeira do protesto contra as assimetrias da globalização corre o risco de ser apropriada por um frankenstein da CIA e do Pentágono”, diante das “confusões derivadas dos atentados ao WTC” e das possíveis reações norte-americanas comandadas por “criatura (...) sinistra, numa fazenda do Texas”

Cenários:

- a) Primeiro plano: as relações econômicas e políticas determinadas pela evolução do “modo liberal-

democrático de ver o mundo”, “dominado pelo capital”

- b) Segundo plano/de fundo: influência deste cenário nos movimentos sociais, nas tomadas de decisões que moldam a economia mundial e até no modo de agir do governo norte-americano pós-atentados

Conexões entre acontecimento e personagens:

Como “desde o final do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, o mundo dominado pelo capital passa por notáveis transformações na estrutura de produção, da concorrência e dos mercados, bem como na sua ‘ecologia’, isto é, no espaço institucional em que se movem (e se desenvolvem) os agentes microeconômicos, os empreendimentos”, esta evolução determinou com que “cartéis, monopólios, as modernas sociedades anônimas, a integração vertical – modos pelos quais o capital busca suspender, controlar ou substituir a ação do mercado, em proveito do planejamento e do controle” moldassem a atuação do Estado e dos movimentos sociais: “crescimento da presença do Estado na regulamentação e direcionamento do mercado” + “desenvolvimento desses agrupamentos sociais” x “separação dos poderes” = “criação de empresas e agências ligadas a essa expansão do executivo” + a “tecnocracia” destas assume “poderes legislativos (editando normas, portarias, regras que podem definir o sucesso e o fracasso dos empreendimentos) e judiciários (operando com multas, julgamentos, recursos)”

Causas e consequências dos acontecimentos (Estrutura temática):

Necessidade de se repensar o papel dos movimentos sociais, notadamente daqueles que se opõem à globalização do capital e a pobreza, devido à evolução das regras que comandam a economia-política mundial, que às vésperas da Segunda Guerra Mundial, principalmente, impuseram “a barbárie pura e simples (...) por algum tempo, assolando a civilização” e, depois dela, provocaram “doses homeopáticas de horror”, como “na Coreia, no Sudeste asiático, nas várias faces da África, na Iugoslávia, no Oriente Médio, sem contar a silenciosa destruição do planeta, um pouco por dia”. Com a finalidade de propor uma “nova internacional dos deserdados da terra” para “sobrevivência da própria espécie humana”, baseada em uma “central de referência” e não na “forma de governo mundial, nem mesmo de um partido”

2) Objetivo do discurso (dos enunciadore) e dos protagonistas

O autor, ao traçar as consequências das alterações das regras de mercado, principalmente após a segunda metade do século 20, no papel do Estado, nos limites da influência dos limites privados, e elencar a possível reação norte-americana após atentados de 11 de setembro, propõe reflexão sobre a atuação dos movimentos sociais, a fim de “barrar a barbárie” que já assolou a civilização e hoje se configura em “doses homeopáticas de horror”, como “na Coreia, no Sudeste asiático, nas várias faces da África, na Iugoslávia, no Oriente Médio, sem contar a silenciosa destruição do planeta, um pouco por dia”

3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulo em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônimas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre vocábulo, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulo nas frases, figuras de estilo)

Palavras e expressões entre aspas, sem estarem relacionadas com as fontes no texto:

“constituintes”, “votam” = ao referir-se a mercado

“ecologia” = ao definir que é o “espaço institucional em que se movem (e se desenvolvem) os agentes microeconômicos, os empreendimentos” no “mundo dominado pelo capital”

“selecionam” = ao referir-se “aos mecanismos creditícios e fiscais” do Estado para aumentar sua presença na regulamentação e direcionamento do mercado

“civilizar” o capital e “capitalismo organizado” = ao falar sobre o papel do “contra-movimento da sociedade (enfrentando o moinho satânico do mercado)” de acordo com obra de Polanyi

“economia real” = ao abordar os interesses das holdings financeiras focados na “acumulação de riqueza líquida”

“desaparecimento” do Estado-nação” + nova “arquitetura mundial” = armadilhas das teorias globalistas hegemônicas

Uso da fonte no estilo itálico: *no interior do espaço político, capitalismo reformado, Estado moderno, os mercados financeiros paralelos,*

Uso de verbo na primeira pessoa do plural:

“temos os interesses privados”, “Temos também o crescimento da presença do Estado”, “Lembremos do circuito de representação”, “Depois, temos a desregulamentação explícita”, “quando estudamos, retrospectivamente”, “Conseguiremos?”

Uso da forma interrogativa em:

“Poderão os novos movimentos sociais transnacionalizar-se, impondo valores restritivos a organizações internacionais (como a ONU) ou multilaterais (Banco Mundial, OMC, FMI) e aos agentes do capital financeiro?”; “Como se constituirão tais movimentos? Como se legitimarão diante de seus constituintes? Aliás, quem são seus constituintes, aqueles diante de quem respondem e pelos quais respondem? Quais são as credenciais, pesos, responsabilidades e representatividade de cada um desses movimentos, ONGs, fóruns? Que direito terá, cada um deles, a participar de arenas decisórias transnacionais? Aliás, em quais arenas e com quais métodos combaterão? Com quais programas? Saberão colocar a seu serviço os instrumentos criados pelo capital globalizado – internet, redes alternativas de comunicação por televisão etc.?”; “Conseguiremos?”

4) Fontes e citações

Vale lembrar que trata-se de um artigo, gênero baseado na opinião/conhecimento/ponto de vista do autor.

Predomínio do discurso indireto, com uso da forma híbrida do discurso direto e indireto nos parágrafos 11 e 23.

Apoia-se em Fernando Pessoa, ao afirmar que talvez a “forma canônica da democracia representativa e da sociedade liberal-competitiva (...) seja mais uma imagem do que uma realidade, mas “a lenda se escorre a entrar na realidade, e a fecundá-la decorre...”

Cita livro de Karl Polanyi, identificado na nota de rodapé: *A Grande Transformação – As Origens de Nossa Época*, Ed. Campus, 1980, Rio de Janeiro; refere-se a (Eric) Hobsbawn (historiador) ao definir que, no “mundo mais transnacionalizado”, “o capital perdeu o medo e ganhou novos recursos para transgredir restrições”; recorre ao “Manifesto Comunista, de Marx e Engels” (“tudo que é sólido se desmancha no ar”, para falar sobre a “multinacionalização do mercado e sua implacável destruição das tradições”) e ao “Programa de Transição de

Trotsky” (para expor “o dilema: ‘socialismo ou barbárie’”)

5) Procedimentos de objetividade

O uso entre aspas de expressões de autores citados no texto ou apenas para referir-se a termos “emprestados” que servem para ilustrar as relações determinadas pelas normas que regem os mercados; recorrer a diferentes fontes; exemplos históricos que moldaram ou moldam a “dinâmica” do mercado e do Estado

6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)

Uso de adjetivos para qualificar atos/ações/acontecimentos:

“Modo neoliberal-democrático de ver o mundo” = “interesse público” = “Estado” = “cidadãos revelam suas preferências e tomam decisões quanto às políticas públicas” = “interesse coletivo” = “autoridade política compartilhada” + monopólios do Estado: “arrecadação de parte do excedente econômico para destiná-lo a fins públicos (só o Estado pode tributar), a produção da norma jurídica (só o Estado pode criar lei) e o monopólio da espada (só o Estado pode exercer, legitimamente, a coerção física)”

“Interesses privados” = “o mercado” = “se manifestam e combinam os interesses e preferências pessoais e de segmentos específicos” = “livre iniciativa; as decisões descentralizadas de consumo e de investimento”

“Esse modelito” acima = “forma canônica da democracia representativa e da sociedade liberal-competitiva” = “eleição de legisladores e executivos, a escolha dos juízes”

No século 20 = “notáveis transformações na estrutura de produção, da concorrência e dos mercados” = “cartéis, monopólios, as modernas sociedades anônimas, a integração vertical – modos pelos quais o capital busca suspender, controlar ou substituir a ação do mercado, em proveito do planejamento e do controle” + “criação dos sindicatos, dos partidos trabalhistas e socialistas de massa, movimentos populares de diversos tipos, a conquista paulatina do sufrágio” + Estado como regulador e direcionador do mercado = crescimento do “seu braço executivo” + “criação de empresas e agências ligadas a essa expansão” = “tecnoburocracia” assume “poderes legislativos (editando normas, portarias, regras que podem definir o sucesso e o fracasso dos empreendimentos) e judiciários (operando com multas, julgamentos, recursos)” + “novas instâncias de exercício de poder (...): organizações patronais, os movimentos sociais, da burguesia” = evolução não como “repentina”

Pós-guerra/acordo de Bretton Woods = “modelo foi bem-sucedido, com a reconstrução do pós-guerra e um espetacular desenvolvimento das forças produtivas” = “empresas verticalmente integradas foram cada vez mais virando empresas multiproduto, multidivisão, multinacionais – ou transnacionais” + “transformaram-se em holdings financeiras (...) em benefício da acumulação de riqueza líquida, (...), volátil: papéis que dão direito a pagamentos, juros, rendas” = regulação x desregulamentação do Estado nos mercados financeiros

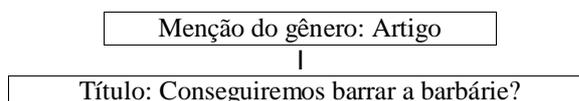
“Mundo muito mais transnacionalizado” = movimentos sociais devem “combater nessas trincheiras” = “trincheiras da democratização dos espaços políticos nacionais e locais”

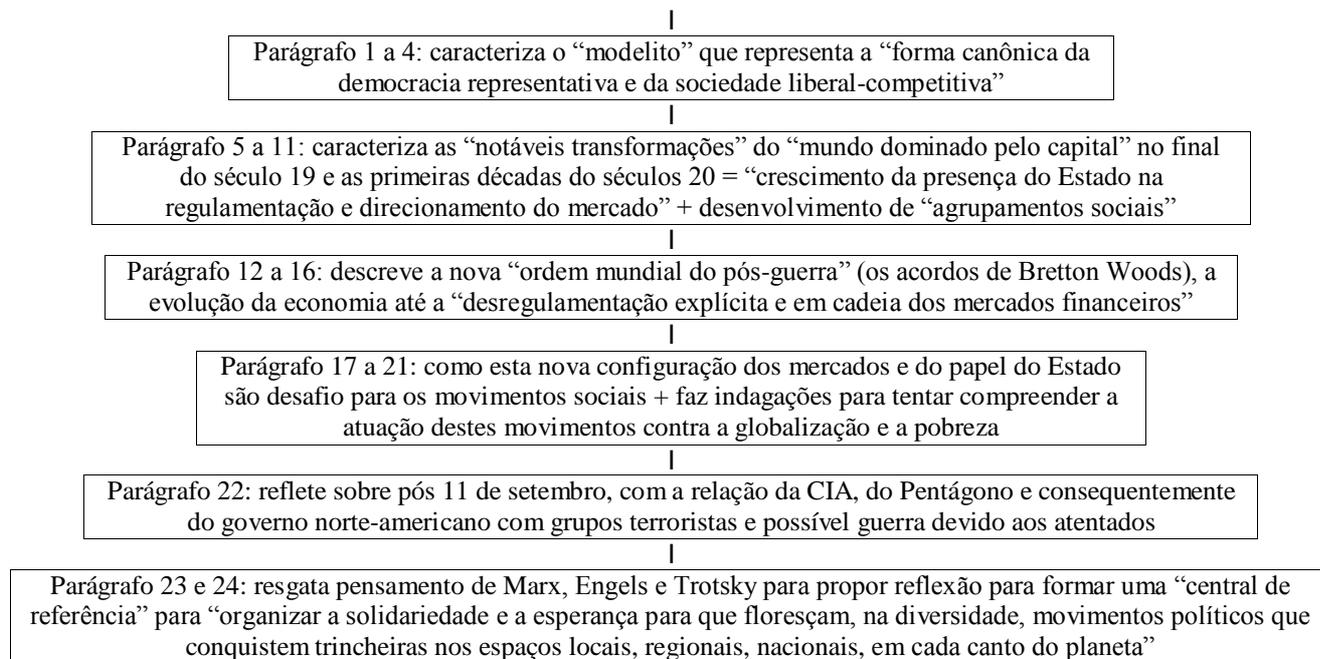
“As confusões derivadas dos atentados ao WTC indicam que a bandeira do protesto contra as assimetrias da

<p>globalização corre o risco de ser apropriada por um frankenstein da CIA e do Pentágono, numa caverna do Afeganistão. E a bandeira da liberdade corre o risco de cair nas mãos de outra criatura do mesmo sistema, igualmente sinistra, numa fazenda do Texas” = Osama Bin Laden, que foi treinador pelo governo norte-americano e George W. Bush, presidente durante os atentados, cujo passado tem a ver com o fornecimento de armamento para países do Oriente Médio.</p>
<p>7) Procedimentos de persuasão</p> <p>A menção das causas dos acontecimentos (as alterações na economia de acordo com o desenrolar histórico – por exemplo, o acordo de Bretton Woods pós Segunda Guerra ou atuação de Thatcher e Reagan; a evolução dos movimentos populares/de classe); a integração de diferentes fatos e acontecimentos num encadeamento de causas e consequências (rumos da economia mundial, desdobramento pós 11 de setembro), a inserção dos novos acontecimentos em modelos e enquadramentos familiares aos leitores (reflexão sobre uma “nova internacional dos deserdados da terra” como “sobrevivência da própria espécie humana”); o uso de argumentos e conceitos conhecidos (papel de organismos do governo norte-americano junto de terroristas, relação de George W. Bush com países do Oriente Médio); a citação de fontes credíveis que ajudam a sustentar os argumentos (obra de Polany, Marx, Engles, Trotsky); e a referência a hipotéticas consequências da aplicação de determinadas ideias (como ao indagar se “conseguiremos” formar uma “central de referência” para “organizar a solidariedade e a esperança para que floresçam, na diversidade, movimentos políticos que conquistem trincheiras nos espaços locais, regionais, nacionais, em cada canto do planeta”)</p>
<p>8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo)</p> <p>Texto opinativo (usando definição de Melo, 2003) e argumentativo (usando definição de Sousa, 2008)</p>
<p>9) Gêneros jornalísticos</p> <p>Usando definição explicitada no item anterior deste capítulo, trata-se de artigo do tipo ensaio.</p>
<p>10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas</p> <p>Através do levantamento do item 6 (Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso), dos apontamentos do item 5 (Procedimentos de objetividade), das características do gênero jornalístico e tipo de texto, é possível discorrer que o autor tenta explicitar a evolução da economia juntamente com os movimentos sociais e propõe revisão dos valores que norteiam os movimentos atuais, principalmente os que lutam contra a globalização e a pobreza. Ao referir-se ao “frankenstein da CIA e do Pentágono”, à “outra criatura do mesmo sistema, igualmente bizarra, numa fazenda do Texas” e que “ambos caminhem para um duelo” com “incômoda particularidade de terem nas mãos muito mais do que um simples Colt 45”, recorre à ironia e de linguagem figurada para caracterizar o apoio norte-americano a terroristas suspeitos dos atentados de 11 de setembro, ou seja, o mesmo governo que em um passado recente treinou e apoiou integrantes de movimentos extremistas no Oriente Médio agora se vê prestes de uma guerra contra os “apoiados”.</p>
<p>11) As notícias como atos linguísticos (baseado em definição na nota de rodapé 17)</p> <p>Ao traçar a evolução econômica, de acordo com os acontecimentos históricos mundiais, a influência desta nos</p>

<p>movimentos sociais, e propor reflexão sobre o papel atual deles, o texto funciona como um ato linguístico, que visa informar o leitor ao mesmo tempo que pode convencê-lo da opinião/do ponto de vista do autor e divulgar o posicionamento do <i>Caderno Diplô</i>.</p>
<p>12) Assinatura e produção da informação Texto assinado por Reginaldo C. Moraes Traz que é professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Autor de <i>Neoliberalismo – De Onde Vem, Para Onde Vai?</i>, Editora Senac, São Paulo, 2001</p>
<p>13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido Ficou claro que é a barbárie? São os atos terroristas de 11 de setembro ou a possível reação norte-americana pós-ataques? A evolução da economia mundial foi bem caracterizada? E os movimentos sociais também? As perguntas propostas nos parágrafos 9 e 10 podem ser respondidas através do texto ou o leitor precisa recorrer a outras leituras/visões? As referências e citações são o suficiente? É possível responder à pergunta do título: “Conseguiremos barrar a barbárie?”</p>
<p>14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica) Ocupa quatro das 52 páginas. Segue layout padrão com chapéu, título, olho, crédito do autor, intertítulos, olhos internos, rodapé explicativo (com informações adicionais não contempladas no texto), descrição da atividade intelectual do autor. Há intertítulos: “Capitalismo organizado”, “Onde se faz a política”, “O tempo não para... nem o capital” e “E agora, onde se faz a política?”</p>
<p>15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias) Duas ilustrações em preto e branco: uma representando dois seres humanos, um sendo engolido por uma espécie de poça de dinheiro (nota de 50 dólares) e outro tentado resgatá-lo – o que está sendo sugado pela poça tem imagem de dinheiro (dólar) subindo pelo corpo; a segunda ilustração, que está sobre o globo terrestre, lembra um ser que mistura características humanas e animais com sombra borrada, tem também tesouras em volta e uma espécie de picote, dando a entender que as tesouras cortarão a cabeça de tal ser, que traz estampa de nota de dólar pelo corpo e tem cara do tipo caveira</p>

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):





Texto 8 (páginas 30 a 33)

Título: Entre a humanização e a superação do capitalismo

Chapéu: Globalização alternativa

Olho: A criação destruidora, característica da globalização, ganha dimensões planetárias, carregando contradições cada vez mais insuportáveis. A questão é: que alternativas se colocam a este sistema econômico?

Olhos internos: O mercado é uma relação social que, no contexto do atual sistema econômico, constrói desigualdades, exigindo-as para poder se reproduzir

O fracasso do socialismo real teve, pelo menos, o mérito de nos conscientizar de que toda e qualquer transição é um processo de longo prazo

Os mesmos agentes econômicos do “capitalismo civilizado” promovem, no Hemisfério Sul e no Leste Europeu, o “capitalismo selvagem”

Autor(es): François Houtart

Reaproveitado: Tradução

Quadro com os 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo, de acordo com Sousa (2008), e trechos do texto para exemplificá-los:

1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos

O autor delimita as definições para globalização da economia capitalista e elenca duas correntes de alternativas

ao sistema econômico atual: neo-keynesianismo e o pós-capitalismo (como suas definições e limitações), para propor reflexão sobre a realização de alternativas para a atual situação econômica, já que elas “existem. Em última instância, a sua concretização está vinculada à vontade de as realizar. Por ora, a credibilidade não se coloca no plano das alternativas, mas no da ação coletiva”

Temas que definem os:

- a) Macro-enquadramentos: A globalização e a busca por alternativa(s) ao sistema econômico atual
- b) Micro-enquadramentos: As diferenças entre as visões neo-keynesiana e pós-capitalista

Personagens principais:

- a) Protagonistas: O capitalismo, a globalização (a busca para defini-los) e as duas linhas de pensamento “ou com o objetivo de humanizar o capitalismo, ou de o superar”
- b) Secundários: fontes citadas ao longo do texto com o objetivo de ajudar na compreensão desta dinâmica + pensadores/as pessoas-referências de cada uma das linhas e das suas variações, ensinamentos com o fracasso do “socialismo real”, movimentos populares e organizações de defesa dos direitos

Hierarquização entre eles: “A questão fundamental é saber se existem realmente alternativas ao sistema econômico atual, que, na prática, domina todo o planeta, inclusive alguns países socialistas em transição para o mercado”. “(...) diante da opção neoliberal, apresentam-se atualmente duas correntes de alternativas: o neo-keynesianismo e o pós-capitalismo”, sendo que o primeiro “defende (...) a aceitação da lógica do mercado como motor da economia, embora na condição de regulador do sistema, limitando seus efeitos perversos e impedindo abusos”, “trata-se de restabelecer as condições de concorrência, tentando, ao mesmo tempo, diminuir a destruição do meio ambiente e as injustiças sociais” e o segundo questiona “a própria lógica do capitalismo (...) – uma economia centralizada sobre si mesma ou uma atividade capaz de gerar um máximo de lucro, fonte de atividade produtiva e, portanto, do crescimento” e “opõe uma definição distinta da economia: a de uma atividade que permitiria garantir as bases materiais do bem-estar físico e cultural a todos os seres humanos”.

Cenários:

- c) Primeiro plano: a economia capitalista, globalizada
- d) Segundo plano/de fundo: países que servem de exemplos para as discussões sobre as alternativas do sistema econômico atual - China e Vietnã, onde “o mercado se tornou objeto da derradeira palavra de ordem do Partido Comunista e a integração é apresentada como um objetivo nacional”; “a história do bloco soviético parece, na realidade, comprovar o fracasso das soluções de mudança”, tríade do “pólo central do capitalismo”: “Estados Unidos, a Europa e o Japão – que, entre si, dominam inúmeros monopólios econômicos, científicos e estratégicos – a força militar que garante o sistema está nas mãos dos EUA”

Conexões entre acontecimento e personagens:

A partir dos pontos de vista e limitações das duas correntes alternativas, o autor propõe, como caminho para superar os abusos do capitalismo, uma “perspectiva que se enquadra na construção de uma outra globalização, de resistência, de luta. Isso, porque, diante da ‘globalização’ do capital, encontram-se movimentos populares

fragmentados, os mais diversos tipos de organizações de defesa dos direitos, uma pulverização que se deve à diversidade geográfica e setorial. Somente uma convergência desses movimentos permitirá construir uma nova força”, já que os dois projetos (neo-keynesianismo e pós-capitalismo) propõem alternativas, vistas pelo autor, como “ambivalente, podendo tratar-se de alternativas situadas dentro da economia capitalista ou defendendo uma alternativa ao próprio sistema capitalista”

Causas e consequências dos acontecimentos (Estrutura temática):

A globalização da economia capitalista provocou “uma gigantesca concentração de poder econômico, assim como um inchaço da ‘bolha financeira’, facilitado pelo abandono do padrão-ouro”, reforçou a participação do “capital privado na renda produzida – em comparação com a do trabalho e a do Estado -, após 30 anos de uma política keynesiana (ou fordista) nas sociedades ocidentais e da busca de um tipo de desenvolvimento nacional e populista na maioria dos países do Hemisfério Sul”, “permitiu manter um crescimento econômico importante, embora frágil, como demonstraram as diversas crises”, “também incentivou um desenvolvimento tecnológico considerável. Porém, também resultou no fortalecimento mundial de uma minoria, com uma medíocre consequência para as camadas médias e a exclusão de milhões de seres humanos que se encontram na pobreza”, teve o capital como “uma ofensiva contra os outros beneficiários do produto social, o trabalho e o Estado, com resultados que se conhecem, principalmente no Hemisfério Sul”. E mesmo diante disso, “o que continua não sendo reconhecido nesses meios é que o mercado é uma relação social que, no atual sistema econômico, constrói desigualdades, e precisa delas para se reproduzir”. Com isso, o autor traça as características e as limitações de duas correntes que propõem alternativas para o sistema capitalista: neo-keynesianismo e pós-capitalismo

2) Objetivo do discurso (dos enunciadores) e dos protagonistas

É preciso pensar em alternativa(s) para humanizar ou superar os efeitos negativos do capitalismo, com destaque para o papel dos movimentos populares

3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulo em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônimas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre vocábulos, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulos nas frases, figuras de estilo)

Palavras e expressões entre aspas:

“pensamento único” = que preencheu o “vazio ideológico” já que o “socialismo real deixou de ter credibilidade como referência” na “histórica do bloco soviético”, que “parece, na realidade, comprovar o fracasso das soluções de mudança”; e para referir-se ao que pode retornar, segundo aqueles que veem que ‘não existem mais objetivos globais’

“economia social de mercado” = defendida pelos os que defendem o neo-keynesianismo

“conservadores” = para referir-se a uma ala da corrente pós-capitalista

“capitalismo civilizado” e “capitalismo selvagem” = para referir-se aos abusos do capitalismo = que “não [são] como mero acidentes de percurso, ou o resultado de perversões individuais”, mas “parte da natureza do sistema” de acordo com a visão do pós-capitalismo

“globalização” do capital = em oposição com “uma outra globalização, de resistência, de luta”

Uso aspas ao citar trecho de artigo de 1999 de Thomas Friedman, assessor da ex-secretária de Estado dos EUA Madeleine Albright, para o *New York Times Magazine*: “Para que a globalização funcione, os Estados Unidos não devem ter medo de agir (...)”

Uso da fonte no estilo itálico em palavras estrangeiras em: *know how*

Uso do verbo na primeira pessoa do plural somente nos parágrafos 7 (em “apenas começamos agora a estudar os múltiplos motivos”), 19 (“Como já dissemos, os partidários”)

Uso do pronome indefinido ou expressões que dão ideia de indefinição: “Alguns chegam a afirmar”, “Os mais abertos de seus partidários”, “Para muita gente, a história”, “para muita gente, parece”, “alguns dos portavozes”, “Para uns, não existem (...). Para outros, as alternativas”

Uso da forma interrogativa em: “Afim, não foram necessários mais de quatro séculos para que o capitalismo construísse as bases materiais da sua reprodução (a industrialização e a divisão do trabalho)?”, “Existiriam formas sociais capazes de levar adiante projetos alternativos, em curto e em longo prazo? Existiria a vontade política de realizá-los?”

4) Fontes e citações

Vale lembrar que trata-se de um artigo, gênero baseado na opinião/conhecimento/ponto de vista do autor.

Predomínio do discurso indireto, com uso da paráfrase, como nos parágrafos 1 (em: “Isso teria tornado a globalização, como diz Michel Beaud, um movimento organicamente global”), 14 (em: “para parecer mais civilizado, a economia de mercado – segundo Milton Friedman, prêmio Nobel de Economia, trata-se precisamente da mesma coisa), 17 (em: “dão à palavra um sentido distinto – o que Paul Ricoeur chama a utopia necessária”), 19 (em: Michael Novak, por exemplo, vai mais longe: defende a ideia de que o capitalismo é a forma de organização...” e “Michel Camdessus, ex-diretor do FMI, declarou, uma semana antes de sua renúncia, que o FMI...”), 21 (em: “Karl Polanyi, economista norte-americano de origem húngara, compreendeu isso bem, quando explicou que o capitalismo rompeu o isolamento...”), 23 (em: “Quanto aos fatores ambientais, embora Marx já tenha dito, há 150 anos, que o capitalismo destrói...”).

Discurso direto somente no parágrafo 24, em: Thomas Friedman, assessor da ex-secretária de Estado Madeleine Albright, escreveu um artigo, para o *New York Times Magazine*, com o título: “Para que a globalização funcione (...)”. E acrescentava: “A mão invisível do mercado (...)”

Cita nomes e alguns os identifica (entre parênteses): Michel Beaud, George Soros (“genial especulador e filósofo da economia”), Anthony Blair, William Clinton, Milton Friedman (prêmio Nobel da Economia), Paul Ricoeur, Michel Novak, Michel Camdessus (“ex-diretor do FMI), Karl Polanyi (economista norte-americano de origem húngara), Marx, Thomas Friedman (assessor da ex-secretária de Estado dos EUA Madeleine Albright)

Usa como nota de rodapé livros e textos como referência, ao longo do texto

Parágrafo 1: Ler, de Robert Reich, *L'Economie mondialisée*, Ed. Duond, Paris, 1993; e Ler, de Gemdev, *Mondialisation – Les Mots et les choses*, Ed. Karthala, Paris, 1999”

Parágrafo 7: “Ler, de Eric J. Hobabawn, *L'âge des extremes, Histoire du court XXème Siècle*, Ed. Complexe, Bruxelas, e *Le Monde Diplomatique*, 1999. O livro foi publicado em português (A Era dos Extremos), pela Companhia das Letras

Parágrafo 12: Ler, de George Soros, *La crise du capitalisme ou l'intégrisme des marches*, Paris

Parágrafo 21: Ler, de K. Polanyi e C. Aremborg, *Les systèmes économiques dans l'histoire ET La théorie*, Ed. Larousse, Paris, 1975

Parágrafo 22: Ler, de F. Houtart e F. Polet. *L'Autre Davos; mondialisation dès résistances et des lutes*, Ed. L'Harmattan, Paris, 1999

Parágrafo 24: Ler, de Samir Amin, *L'hégémonisme américain face au projet européen*, ed. L'Harmattan, Paris, 2000

5) Procedimentos de objetividade

Identificou fontes e sugeriu leituras complementares; conseguiu delimitar as características e limitações das duas correntes de alternativas ao sistema econômico atual; utilizou aspas e paráfrases (itens 3 e 4); levou em consideração as fontes numa hierarquia de credibilidade e representatividade (exemplificado no item 4)

6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)

Para qualificar atos/ações/acontecimentos:

Globalização = “bem mais do que o fruto da tecnologia” + “se inscreve num processo de recomposição da acumulação do capital que responde pelo nome de Consenso de Washington” = “caracteriza-se, no plano instrumental, pela integração mundial de diversas etapas da produção e distribuição em distintos locais geográficos, principalmente graças às novas técnicas da comunicação e da informática” = “gigantesca concentração de poder econômico” + “inchaço da ‘bolha financeira’ = “reforçar a participação do capital privado na renda produzida – em comparação com a do trabalho e a do Estado” = “permitiu manter um crescimento econômico importante, embora frágil, como demonstraram as diversas crises” + “também incentivou um desenvolvimento tecnológico considerável. Porém, também resultou no fortalecimento mundial de uma minoria, com uma medíocre consequência para as camadas médias e a exclusão de milhões de seres humanos que se encontram na pobreza” + teve o capital como “uma ofensiva contra os outros beneficiários do produto social, o trabalho e o Estados, com resultados que se conhecem, principalmente no Hemisfério Sul”.

Sistema econômico capitalista = “bases ideológicas”: “afirmar e fazer crer que não existem alternativas, que é preciso empurrar a liberalização mais para a frente, para que se resolvamos problemas pendentes, e que o mercado é o verdadeiro regulador da sociedade” = “domina todo o planeta, inclusive alguns países socialistas em transição para o mercado” = “enorme capacidade de adaptação e absorção” = “incentivo à iniciativa individual” + “convergência de interesses contraditórios, que se anulam no mercado e confirmam, desta forma, o caráter auto-regulador deste último” + “capitalismo é a forma de organização da economia mais próxima do Evangelho, pois alia o respeito pelo ser humano e o bem comum”

Mercado = “é uma relação social que, no atual sistema econômico, constrói desigualdades, e precisa delas para

se reproduzir” = sua lógica: “a concorrência, a competição, a maximização do lucro, a redução dos custos de produção, a flexibilização do trabalho, o processo de privatizações...” = relação capital-trabalho é desigual – “a relação mercantil tende a tornar-se a norma de todas as atividades coletivas da humanidade” = “é o direito do mais forte que se impõe”

Corrente neo-keynesiana = defende “a aceitação da lógica de mercado como motor da economia, embora na condição de regulador de sistema, limitando seus efeitos perversos e impedindo abusos” + modelo referência = “sociedade europeia pós-Segunda Guerra Mundial, com seus pactos sociais entre capital e trabalho, e o Estado servindo de aval e de árbitro na distribuição de riquezas” = “restabelecer as condições da concorrência, tentando, ao mesmo tempo, diminuir a destruição do meio ambiente e as injustiças sociais” + problema das alternativas = “encontrar os meios que permitam uma regulamentação mundial e, portanto, construir para isso os instrumentos adequados” = inúmeras vertentes: aqueles que “ênfatizam regulamentações com o objetivo de salvar o capitalismo” + aqueles que “defendem a criação de referenciais destinados a respeitar um princípio de precaução (caso do meio ambiente) e a salvaguardar direitos elementares (caso dos trabalhadores, da soberania dos Estados)” = “não questionam a lógica do capitalismo, mas tentam remediar seus abusos e excessos” + ética = “apelar à consciência dos atores envolvidos e estabelecer um quadro normativo para o funcionamento da economia”

Corrente pós-capitalismo = “definição distinta de economia: a de uma atividade que permitiria garantir as bases materiais do bem-estar físico e cultural a todos os seres humanos” = “economia é uma construção coletiva que lembra que o mercado é uma relação social” + propostas de alternativas radicais = inúmeras vertentes/divergências: “esquerda revolucionária que avalia que a tomada de poder é a chave para uma mudança rápida e radical” + “conservadores” que “defendem a volta às soluções soviéticas – e até ao stalinismo, num esforço de exorcizar, ou evitar, o caos mafioso do mercado desenfreado por que passa hoje a Rússia, por exemplo” + “concordam, em sua maioria, que a transição para um modelo alternativo de economia é um processo de longo prazo” = utopia: “utopia necessária, ou seja, um objetivo não preciso no tempo, mas que sintetiza as aspirações coletivas”, “não é sinônimo de irrealizável”; “para que se reproduza em longo prazo, qualquer sistema precisa de instâncias críticas, que lhe permitam corrigir o seu mau funcionamento” = “deslegitimação” “apóia-se na incapacidade do capitalismo em dar respostas às exigências mínimas da economia, definida como uma engrenagem do conjunto da sociedade, que garante a segurança material de todas as pessoas e de todos os povos” + “progresso tecnológico” = instrumento para melhorar o destino de todos os seres humanos do planeta” e “questões ambientais” = “é fundamental que a utilização da natureza fuja à lógica da mercadoria”

Construção de uma outra globalização = “de resistência e de luta” + “diante da ‘globalização’ do capital, encontram-se movimentos populares fragmentados, os mais diversos tipos de organizações de defesa dos direitos, uma pulverização que se deve à diversidade geográfica e setorial. Somente uma convergência desses movimentos permitirá construir uma nova força”

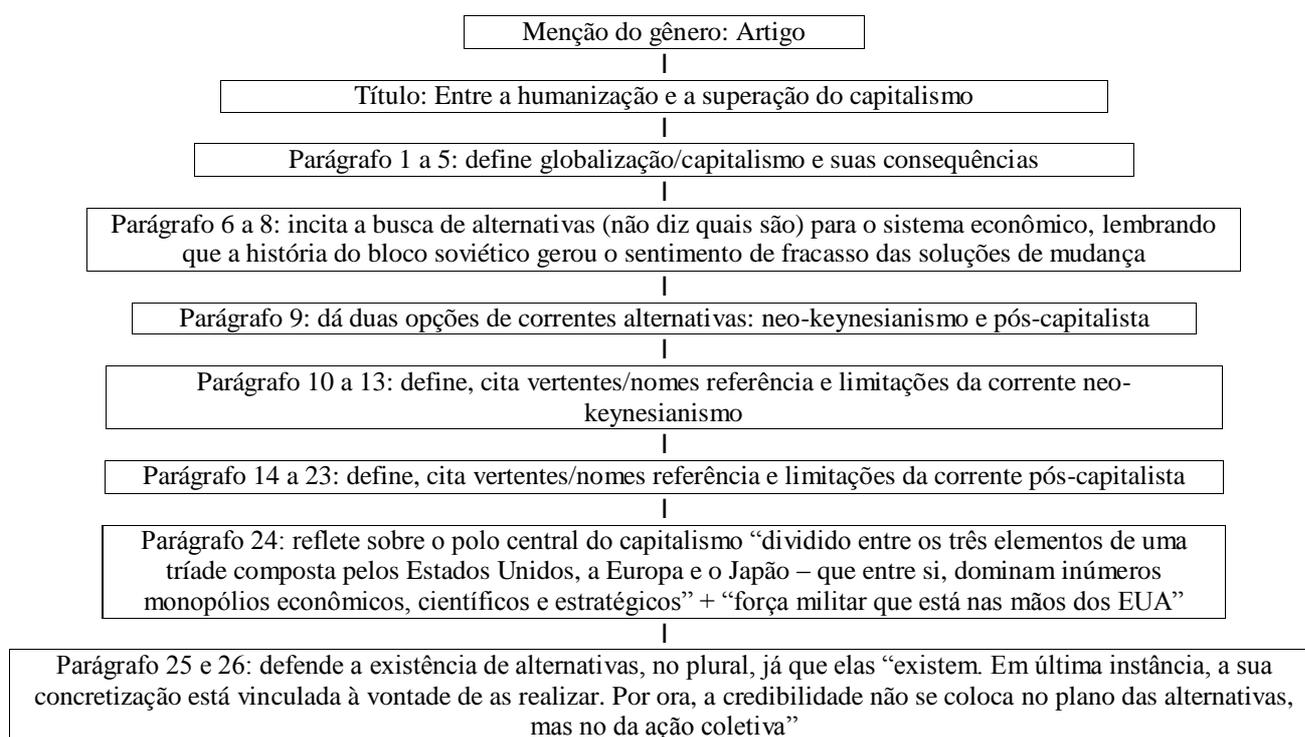
Polo central do capitalismo = “dividido entre os três elementos de uma tríade composta pelos Estados Unidos, a Europa e o Japão – que entre si, dominam inúmeros monopólios econômicos, científicos e estratégicos” + força militar está nas mãos dos EUA”

<p>Menção das causas dos acontecimentos: globalização não apenas como fruto da tecnologia; não reconhecimento do mercado como relação social devido aos valores do capitalismo; Integração dos diferentes fatos e acontecimentos num encadeamento de causas e conseqüências e em estruturas narrativas conhecidas: ao definir capitalismo/globalização e propor reflexão sobre as correntes alternativas e uma nova globalização (movimentos de resistência/luta); Citação de especialistas e outras fontes credíveis que ajudem a sustentar os argumentos; Referência a hipotéticas conseqüências da aplicação de determinadas ideias, evidenciando as vantagens da aplicação de umas e as desvantagens da aplicação de outras, ao apontar as limitações de cada uma das correntes</p>
<p>8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo) Texto opinativo (usando definição de Melo, 2003) e argumentativo (usando definição de Sousa, 2008)</p>
<p>9) Gêneros jornalísticos Usando definição explicitada no item anterior deste capítulo, trata-se de artigo do tipo ensaio.</p>
<p>10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas Através do levantamento do item 6 (Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso), dos apontamentos do item 5 (Procedimentos de objetividade), das características do gênero jornalístico e tipo de texto, é possível discorrer que o autor sugere a necessidade de se pensar em alternativas ao capitalista, seja elas superando-o ou humanizando-o</p>
<p>11) As notícias como atos linguísticos (baseado em definição na nota de rodapé 17) Ao definir globalização, capitalismo, indicar formas alternativas diante dos estragos do sistema econômico, o texto funciona como um ato linguístico, que visa informar o leitor ao mesmo tempo que pode convencê-lo da opinião/do ponto de vista do autor e divulgar o posicionamento do <i>Caderno Diplô</i>.</p>
<p>12) Assinatura e produção da informação Texto assinado por François Houtart Traz que ele é Diretor do Centro Tricontinental em Louvain-la-Neuve, Bélgica Tradução de Jô Amado</p>
<p>13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido Existem somente estas duas correntes como alternativa? As duas estão bem definidas? Todas as limitações delas foram consideradas? As fontes/citações são suficientes? Globalização está bem definida? O que é o pensamento único? O que é política keynesiana ou fordista? O que é o Consenso de Washington?</p>
<p>14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica) Ocupa quatro das 52 páginas. Segue layout padrão com chapéu, título, olho, crédito do autor, intertítulos, olhos internos, rodapé explicativo</p>

(com informações adicionais não contempladas no texto), descrição da atividade intelectual do autor.
Há intertítulos: “Alternativas em pauta”, “Crítica da lógica do capitalismo”, “Premissa ética” e “Conceito ambivalente”

15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias)
Ilustração preto e branco, representando uma árvore com um(a) fruto(a) que tem estampado o mapa mundial. Há uma mão tentando pegar este fruto, lembrando o mito bíblico da maçã proibida no paraíso de Adão e Eva.

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 9 (páginas 34 e 35)

Título: A outra face do capitalismo globalitário

Chapéu: Globalização alternativa

Olho: Os atentados de 11 de setembro, nos EUA, não mudaram os alvos dos movimentos antiglobalização, mas colocaram a tarefa de demonstrar que o fundamentalismo religioso é a outra face do fanatismo de mercado e da globalização

Olhos internos: O denominador comum que une a maioria dos grupos e movimentos sociais que se opõem à globalização consiste na luta contra a privatização de todas as esferas da vida

O papel do inimigo, que antes era do comunismo, passa agora a ser desempenhado pelo terror: contra ele tudo é permitido, desde a limitação dos direitos civis até a tortura de suspeitos

Autor(es): Isabel Loureiro

Reaproveitado: não informado

Quadro com os 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo, de acordo com Sousa (2008), e trechos do texto para exemplificá-los:

1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos

Autora resgata os movimentos da década de 1960 dos EUA e de maio de 68 na França (que “tinham sobretudo caráter antiautoritário” e eram protagonizados “principalmente por estudantes” – por esse motivo “suas reivindicações foram facilmente digeridas em proveito próprio pelo sistema”) ao referir-se às manifestações de Seattle, Gênova e a mobilização do Fórum Social de Porto Alegre (“formados não só por jovens” e com “luta contra a privatização de todas as esferas da vida e na sua transformação em mercadoria”) e, com isso, propõe refletir a “agenda do movimento contra a globalização” após os atentados de 11 de setembro, destacando que “o papel do inimigo, que antes era do comunismo, passa agora a ser desempenhado pelo terror: contra ele tudo é permitido, desde a limitação dos direitos civis até a tortura de suspeitos”. Defende que este “enorme potencial de resistência” se transforme em força política coesa, unida “para combater com eficiência algo que está unificado – o poder do capital”

Temas que definem os:

- a) Macro-enquadramentos: A agenda dos movimentos antiglobalização após 11 de setembro e as ironias da história (a autora delimita três!) diante do contexto pós-atentados e da influência dos movimentos antiglobalização
- b) Micro-enquadramentos: Movimentos sociais da década de 1960 e as consequências negativas dos ataques

Personagens principais:

- a) Protagonistas: Os movimentos antiglobalização após 11 de setembro (à luz de fontes-referência na contemporaneidade: Naomi Klein, José Luis Fiori, Slavoj Žižek) e os atentados de 11 de setembro
- b) Secundários: Estados Unidos, o capitalismo, o terrorismo

Hierarquização entre eles: Os atentados de 11 de setembro, além de determinarem mudanças profundas internamente nos EUA, também serviu para tornar a “agenda” do movimento antiglobalização “mais complexa”: dificultaram “o desenvolvimento anticapitalista do movimento, forçando a desviar-se momentaneamente de sua rota principal pela prioridade concedida à luta pela paz”

Cenários:

- a) Primeiro plano: os Estados Unidos e os ataques de 11 de setembro
- b) Segundo plano/de fundo: a reunião da OMC em Doha (Qatar); Estados Unidos e França com os movimentos sociais da década de 1990; Fórum Social Mundial de Porto Alegre

Conexões entre acontecimento e personagens:

“Os atentados de 11 de setembro, nos EUA, não mudaram os alvos dos movimentos antiglobalização, mas colocaram a tarefa de demonstrar que o fundamentalismo religioso é a outra face do fanatismo de mercado e da globalização” e “o papel do inimigo, que antes era do comunismo, passa agora a ser desempenhado pelo terror: contra ele tudo é permitido, desde a limitação dos direitos civis até a tortura de suspeitos”

Causas e consequências dos acontecimentos (Estrutura temática):

Como os atentados terroristas influenciaram no “desenvolvimento anticapitalista do movimento [antiglobalização], forçando a desviar-se momentaneamente de sua rota principal pela prioridade concedida à luta pela paz”, a autora propõe baseada em Naomi Klein que os ativistas antuglobalização “estão agindo agora” movidos “pela firme convicção de que contra o poder nivelador do capital é preciso proteger a diversidade cultural, ecológica, agrícola e também política”

2) Objetivo do discurso (dos enunciadore) e dos protagonistas

O movimento antiglobalização sofreu alterações na sua agenda após os atentados de 11 setembro e precisa “transformar esse enorme potencial de resistência, que hoje está fragmentado no mundo inteiro, em força política”, através da aquisição de “coesão, unidade, para combater com eficiência algo que já está unificado – o poder do capital” e “para transformar em programa as múltiplas reivindicações” feitas por ele

3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulos em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônimas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre vocábulos, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulos nas frases, figuras de estilo)

Palavras e expressões entre aspas:

“se não a vida, a saúde mental e a capacidade de funcionar como seres humanos não-mutilados” + “solidariedade quase instintiva (...) com todos os infelizes da Terra” = trecho de Hebert Marcuse, para caracterizar a reação na década de 1960 de jovens norte-americanos

“náusea” = ao referir-se à reação ao modo de vida norte-americano na década de 1960

“o mundo não é mercadoria” = palavra de ordem fiel ao espírito antiglobalitário

“cacofonia de slogans desconexos, um saco de gatos de reclamações disparadas e sem objetivos claros” = trecho de texto de Naomi Klein ao referir-se à visão daqueles de fora do movimento diante dos protestos que depredam Mc’Donalds, por exemplo

“os representantes dos 142 Estados membros da OMC (...) adotaram uma declaração final ratificando a orientação ultraliberal das negociações comerciais multilaterais futuras (...)” = trecho do documento do ATTAC francês sobre a reunião da OMC em 2001

“entre dois males, nenhum” = dito espirituoso de Karl Kraus que pode se somar ao “o mundo não é mercadoria”

“Macmundo” e sua face Jihad = faces do capitalismo globalitário

Não seriam “as organizações terroristas internacionais (...) o duplo obscuro das grandes corporações multinacionais?” = trecho texto de Slavoj Zizek sobre uma das faces do capitalismo globalitário

“eles estão agindo agora, no lugar onde moram, onde estudam, onde trabalham, onde cultivam a terra” = trecho de texto de Naomi Klein ao referir-se aos ativistas antiglobalização, diferentemente dos militantes de partido de esquerda tradicional que recusam captar as novidades dos movimentos anti-sistêmicos coligados

Uso da fonte no estilo itálico em palavras estrangeiras em: *american way of life, junk food, last but not the least*

Uso da primeira pessoa – “nossa agenda tornou-se mais complexa”, “devemos refletir”, “nossa tarefa é mostrar”, não podemos fugir” – para referir-se ao movimento antiglobalização

Uso da forma interrogativa, indagações: “Mas por que trazer mais uma vez à baila os movimentos rebeldes dos anos 60?”

4) Fontes e citações

Vale lembrar que trata-se de um artigo, gênero baseado na opinião/conhecimento/ponto de vista do autor.

Predomínio do discurso indireto, com uso da forma híbrida do discurso direto e indireto nos parágrafos 2 (cita trecho de texto de Marcuse), 3 e 9 (cita trecho de texto de Klein), 4 (cita trecho de documento do ATTAC francês), 5 (cita expressão de texto de Kraus), 8 (cita trecho de texto de Zizek).

O discurso indireto livre, usado, por vezes, em reportagens em que o jornalista se identifica com quem evoca (SOUSA, 2008, p. 696) também é identificado nos parágrafos 3 (ao posicionar-se: “pelo menos uma diferença – muito positiva – separa os movimentos antiglobalização das rebeliões de 60”), 4 e 5 e 7 (ao dizer que sobre três “ironias da história” pós-ataques: diante da escolha do local da reunião da OMC em 2001 – Doha para evitar os protestos antiglobalização e o local ser próximo do Afeganistão; consequências negativas dos atentados como o fortalecimento da hegemonia norte-americana no mundo e a ofensiva conservadora contra os direitos civis com tribunais militares para julgar terroristas, incentivo à delação por parte dos imigrantes ilegais em troca da cidadania norte-americana; e a suspeita que o antraz enviado por carta aos EUA foi produzido por antigos programas militares norte-americanos e não terroristas)

5) Procedimentos de objetividade

O uso entre aspas de trechos de textos/entrevista de outros autores identificados como nota de rodapé:

Parágrafos 1 e 2: Herbert Marcuse, Prefácio político de 1966, *Eros e Civilização*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p.23 + Idem p.17

Parágrafos 3 e 9: Reclaiming the commons, *New Left Review*, maio/junho 2001, p.86 + Op. Cit, p.82 e Id., p.89

Parágrafo 4: Doha confirme la logique ultralibérale de l’OMC, <http://www.portoalegre2002.org>

Parágrafo 8: Senhores e servos, Mais!, *Folha de S. Paulo*, 11.11.2001

Parágrafo 10: Entrevista de José Luis Fiori e Paulo Arantes à *Folha de S. Paulo*, 29.01.2001

Verificação dos fatos em função do posicionamento das fontes numa hierarquia de credibilidade e representatividade – Marcuse, documento do ATTAC francês, Klein, Kraus, Fiori, Zizek como sendo ligados ou

com identificação com as críticas ao sistema capitalista

Referências a espaço e tempo – ataques de 11 de setembro, rebeliões dos anos de 1990, reunião da OMC de 2001, Fórum Social Mundial em Porto Alegre de 2002, manifestações antiglobalização em Seattle a Gênova

6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)

Para qualificar atos/ações/acontecimentos:

Anos 60 = “caráter falsamente racional da sociedade capitalista contemporânea, cujo protótipo mais perfeito eram os EUA” + “jovens norte-americanos engajaram-se numa luta pelos direitos civis, contra a guerra do Vietnã e a guerra neocolonial e (...) contra a sociedade de consumo” = “compreensão quase instintiva de que a vida deles estava em jogo” = “movimentos rebeldes” = “rebeliões dos anos 60” = “caráter antiautoritário”, protagonizados por estudantes

Amplo movimento visando a mudança social = de Seattle a Gênova ao Fórum Social Mundial em Porto Alegre = manifestações de ruas como “lado visível e mediático de uma coalizão entre trabalhadores organizados, pequenos camponeses, grupos de consumo crítico, ONGs, movimentos sociais” + “juventude voltou às ruas, ao largo dos partidos políticos, hoje como há 35 anos” = “luta contra a privatização contra todas as esferas da vida e na sua transformação em mercadoria”/“espírito antiglobalização”/“o mundo não é uma mercadoria”

Depredações a lanchonetes Mc’Donalds = “vistas como a encarnação dos males da globalização capitalista” + “pressa cretina de não levar a lugar nenhum” + “padronização insuportável”

Jornalista canadense Naomi Klein = porta-voz à altura do movimento = “luta pela retomada dos bens públicos, privatizados numa escala sem precedentes nas duas últimas décadas: educação, saúde, cultura, natureza, terra, formas de vida” = “lutar contra o próprio capitalismo”

Agenda do movimento antiglobalização pós-11 de setembro deve mudar = “sim e não” (não = porque o “alvo” continua o mesmo; sim = “nossa agenda tornou-se mais complexa”: “o mundo não é uma mercadoria” + “entre dois males, nenhum deles”, já que os ataques dificultaram “o desenvolvimento anticapitalista do movimento, forçando a desviar-se momentaneamente de sua rota principal pela prioridade concedida à luta pela paz” = “mostrar que o mundo não só vive uma guerra de civilizações, mas que o fundamentalismo nacionalista e/ou religioso é apenas a outra face do capitalismo globalitário” + “sua face Macmundo e sua face de Jihad”

Ativistas antiglobalização = “diferentemente dos militantes de certos partidos da esquerda tradicional, que se recusam a captar a novidade representada por essa grande coalizão de movimentos anti-sistêmicos”, “agem movidos pela firme convicção de que contra o poder nivelador do capital é preciso proteger a diversidade cultural, ecológica, agrícola e também política” = “visando uma sociedade autodeterminada”

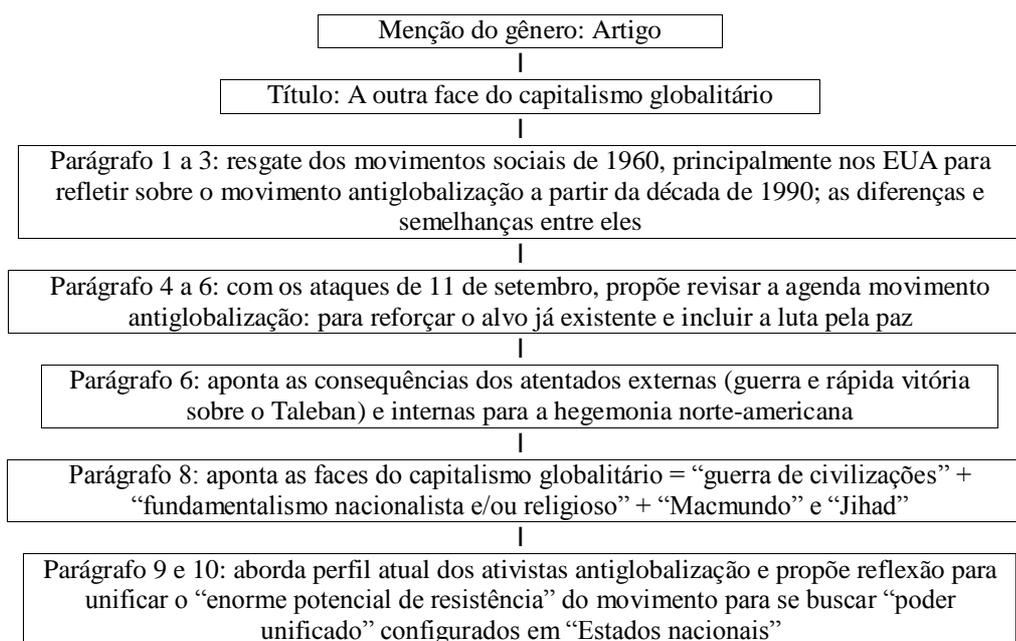
Três “ironias da história” pós-ataques: a escolha do local da reunião da OMC em 2001 – Doha para evitar os protestos antiglobalização e o local ser próximo do Afeganistão; consequências negativas dos atentados como o fortalecimento da hegemonia norte-americana no mundo e a ofensiva conservadora contra os direitos civis com tribunais militares para julgar terroristas, incentivo à delação por parte dos imigrantes ilegais em troca da cidadania norte-americana; e a suspeita de que o antraz enviado por carta aos EUA foi produzido por antigos programas militares norte-americanos e não terroristas

7) Procedimentos de persuasão

<p>Menção das causas dos acontecimentos (que podem ser outros acontecimentos) = resgate dos movimentos sociais da década de 1960 para entender as necessidades do movimento antiglobalização pós-11 de setembro; integração dos diferentes fatos e acontecimentos num encadeamento de causas e consequências = como este recorte histórico contribui para a sugestão da revisão da agenda do movimento antiglobalização proposta pela autora; inserção dos novos acontecimentos em modelos e enquadramentos familiares aos leitores e uso de argumentos e conceitos conhecidos (apoio norte-americano a terroristas: “o feitiço virou contra o feiticeiro”, “as armas altamente letais desenvolvidas pela tecnologia capitalista fugiram ao controle dos seus criadores”, “organizações terroristas internacionais” = “duplo obscuro das grandes corporações multinacionais”), elaboração dos textos de forma a que o leitor se convença da superioridade de determinados argumentos, referenciando, mas menorizando, argumentos contrários (militantes de certos partidos da esquerda tradicional, que se recusam a captar a novidade representada por essa grande coalizão de movimentos anti-sistêmicos x ativistas antiglobalização nas décadas de 1990); citação de especialistas e outras fontes credíveis que ajudam a sustentar os argumentos (elencados no item 4)</p>
<p>8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo) Texto opinativo (usando definição de Melo, 2003) e argumentativo (usando definição de Sousa, 2008)</p>
<p>9) Gêneros jornalísticos Usando definição explicitada no item anterior deste capítulo, trata-se de artigo do tipo ensaio.</p>
<p>10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas Através do levantamento do item 6 (Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso), dos apontamentos do item 5 (Procedimentos de objetividade), das características do gênero jornalístico e tipo de texto, é possível discorrer que a autora sugere a revisão da agenda do movimento antiglobalização pós-ataques de 11 de setembro, sem se esquecer da essência anticapitalista (contra OMC, FMI, anti o poder do capital e etc) e somando com a prioridade à luta pela paz (devido ao “excesso de poder pelo fato de serem [os EUA] a única potência mundial”, inimigo ser o terror e não mais o comunismo, apoio norte-americano a terroristas em um passado recente), a fim de se buscar um poder unificado (FSM, Estados nacionais, força política coesa)</p>
<p>11) As notícias como atos linguísticos (baseado em definição na nota de rodapé 17) Por apoiar-se em fontes/referência e documentos/publicações alinhados com sua simpatia com o movimento antiglobalização, a autora faz com o texto funcione como um ato linguístico, que visa informar o leitor ao mesmo tempo que pode convencê-lo da opinião/do ponto de vista do autor e divulgar o posicionamento do <i>Caderno Diplô</i>.</p>
<p>12) Assinatura e produção da informação Texto assinado por Isabel Loureiro Traz que é professora de Filosofia da Unesp/Campus Marília</p>
<p>13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido</p>

<p>Movimentos e rebelião no contexto da década de 1960 podem ser equiparados? Ficou clara qual é a agenda do movimento antiglobalização pós-ataentados? As relações norte-americanas com terroristas precisam ser melhor exploradas no texto? O que são Estados nacionais? Há outras fontes/referências para o movimento antiglobalização além das citadas no texto? Qual é a outra face do capitalismo globalitário?</p>
<p>14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica)</p> <p>Ocupa duas das 52 páginas.</p> <p>Segue layout padrão com chapéu, título, olho, crédito do autor, intertítulos, olhos internos, rodapé explicativo (com informações adicionais não contempladas no texto), descrição da atividade intelectual do autor.</p> <p>Há intertítulos: “O alvo continua o mesmo” e “Coesão na heterogeneidade”</p>
<p>15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias)</p> <p>Não há ilustração</p>

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 10 (páginas 36 e 37)

Título: Obrigado Seattle, viva Porto Alegre

Chapéu: Informação e controle

Olho: Editorial do *Wall Street Journal Europe*, esforçando-se para classificar os contestadores da globalização neoliberal como companheiros de luta de Bin Laden, constitui concentrado de terrorismo ideológico e má-fé a serviço do mercado financeiro

Olhos internos: Ninguém contesta que os governos do G-8 tenham sido democraticamente eleitos. Mas será que um voto significa carta branca aos dirigentes por quatro ou cinco anos?

Autor(es): Bernard Cassen

Reaproveitado: Tradução

Quadro com os 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo, de acordo com Sousa (2008), e trechos do texto para exemplificá-los:

1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos

Critica a cobertura parcial do *Wall Street Journal Europe* ao igualar contestadores da globalização neoliberal com companheiros de luta de Bin Laden no seu editorial “Adeus Seattle?”, de 24 de setembro de 2010, sob o pretexto de que ambos estariam lutando contra os Estados Unidos (= “registro caricatural”, “acusação grotesca, de “má-fé”, “terrorismo ideológico”) - diferentemente das páginas de informação (já que na publicação há separação absoluta entre os dois tipos de páginas) -, pois, segundo o autor, os movimentos antiglobalização não combatem os Estados Unidos e “sim as políticas neoliberais que adotam e, via condicionamentos do FMI e do Banco Mundial, impõem a inúmeros países”, o “apoio dado pelos governos europeus a essas medidas”, são vistos como “uma chance para a paz”, “desprovidos de segundas intenções”, representam “uma muralha contra ódios e fanatismos” e têm “propostas premonitórias” (= “necessidade de construir um mundo mais justo”, cancelamento de dívida para “impedir o desespero e o ressentimento, fontes de terrorismo”, “lutar contra finanças globalizadas e suas práticas mafiosas”) e tiveram em Seattle e em Porto Alegre as chances de se internacionalizarem-se

Temas que definem os:

- a) Macro-enquadramentos: cobertura parcial do *Wall Street Journal Europe* ao igualar contestadores da globalização neoliberal com companheiros de luta de Bin Laden no seu editorial “Adeus Seattle?”, de 24 de setembro de 2010 X ações/objetivos reais do movimento antiglobalização
- b) Micro-enquadramentos: diferença interna na cobertura das manifestações em Gênova do *Wall Street Journal Europe* já que na publicação “há separação absoluta entre páginas de informação e páginas editoriais”, “direito à manifestação”; “apoio político e logístico de Washington” a organizações como de Bin Laden e ao “regime opressor e obscurantista dos talibãs no Afeganistão”; falta de medidas contra paraísos fiscais, que são “utilizados pelas máfias e os movimentos terroristas para financiar suas atividades criminosas” e cuja situação é “de amplo conhecimento público”, atuação dos governos do G-8 e o valor do voto aos elegê-los

Personagens principais:

- a) Protagonistas: comentaristas e editorialista do *Wall Street Journal Europe*, terroristas de 11 de setembro e os movimentos antiglobalização
- b) Secundários: “organização do milionário Bin Laden, acusada pelos atuais atentados”; os Estados Unidos com o seu “apoio político e logístico” no passado a grupos terroristas e extremistas, e sua recusa (até os atentados) de tomar qualquer medida contra os paraísos fiscais, “utilizados pelas máfias e os movimentos terroristas para financiar suas atividades criminosas; George W. Bush “ao anunciar que a ‘guerra’ que pretende empreender será travada, entre outros, no terreno financeiro, e ao congelar os ativos de alguns deles [terroristas] nos Estados Unidos”; locais que serviram para a internacionalização do movimento antiglobalização: Seattle e Porto Alegre

Hierarquização entre eles: Editorial do jornal classifica “os contestadores da globalização neoliberal como companheiros de luta de Bin Laden”, sob o pretexto da “cumplicidade objetiva entre os terroristas e os movimentos antiglobalização” e de “que ambos estariam combatendo os Estados Unidos” - o que para o autor representa um “concentrado de terrorismo ideológico e má-fé a serviço do mercado financeiro” – dentro do contexto de que os EUA apoiaram grupos como o de Bin Laden, ignoravam os paraísos fiscais que financiavam tais grupos, os movimentos sociais não combatem os Estados Unidos e “sim as políticas neoliberais que adotam” e impõem, e estão legitimamente internacionalizados devido a Seattle e Porto Alegre

Cenários:

- a) Primeiro plano: Estados Unidos e Europa pós-11 de setembro
- b) Segundo plano/de fundo: locais que serviram para a internacionalização do movimento antiglobalização - Seattle e Porto Alegre

Conexões entre acontecimento e personagens:

Autor critica opção do jornal *Wall Street Journal Europe* por comparar terroristas com contestadores da globalização neoliberal em editorial, após os atentados de 11 de setembro. Para isso, resgata os valores norteadores do movimento antiglobalização e sua internacionalização através de Seattle e Porto Alegre. Contextualiza a relação dos EUA com o(s) suspeito(s) dos ataques, propõe reflexão do papel dos países eleitos no G-8 e das políticas impostas por eles

Causas e consequências dos acontecimentos (Estrutura temática):

Devido ao conteúdo do artigo do *Wall Street Journal Europe* - que se diferencia da cobertura “nas páginas de informação” do mesmo - o autor destaca que, com este posicionamento, a publicação “tenta fazer crer que não defende a proibição do direito de manifestação”, mas “de que forma esse direito seria, então, uma infração à democracia?”, já que “as pessoas que participam pacificamente de uma manifestação de rua, o fazem de cara limpa, para divulgar suas convicções”

2) Objetivo do discurso (dos enunciadores) e dos protagonistas

Criticar posição do jornal defendida em artigo e classificá-la como “registro caricatural”, “acusação grotesca”, de “má-fé”, “terrorismo ideológico” e reforçar o papel contestatório do movimento antiglobalização, distinguindo-os completamente da atuação dos terroristas que “lutam contra os Estados Unidos” e reforçar a

<p>internacionalização do movimento através dos protestos de Seattle e a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre</p>
<p>3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulo em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônimas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre vocábulo, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulo nas frases, figuras de estilo)</p> <p>Palavras e expressões entre aspas:</p> <p>“benefícios” da globalização = para referir-se ao ponto de vista dos apoiadores dela</p> <p>“os contestadores compartilhavam alguns dos objetivos dos terroristas” = ao referir-se ao conteúdo do artigo criticado</p> <p>Argumento da “democracia” = ao referir-se ao direito de manifestação</p> <p>Cumplicidade “objetiva” = ao falar sobre a ligação apontada pelo jornal entre os terroristas e os movimentos antiglobalização</p> <p>“Guerra contra o terrorismo” = anunciada pelo governo norte-americano</p> <p>Uso da fonte no estilo itálico em: <i>Wall Street Journal Europe, off-shore, traders</i></p> <p>Uso de verbo na primeira pessoa do plural em: “respondemos que ninguém”, “não combatemos os Estados Unidos”, “combatemos o apoio”</p> <p>Uso da forma interrogativa em: “Como?” ao indagar se o editorialista tivesse lido as “páginas de informação” do próprio jornal e o restante da imprensa internacional sobre a violência plantada em Gênova; “Mas será que depositar uma cédula de voto numa urna significa dar carta branca aos dirigentes por quatro ou cinco anos?” + “será que suas ações são totalmente legítimas?”, ao contestar a atuação dos governos do G-8 após eleitos</p>
<p>4) Fontes e citações</p> <p>Vale lembrar que trata-se de um artigo, gênero baseado na opinião/conhecimento/ponto de vista do autor.</p> <p>Predomínio do discurso indireto ao longo do texto</p> <p>Cita <i>Wall Street Journal Europe</i>: o artigo/editorial alvo da crítica + “páginas de informação” com ponto de vista diferente sobre a violência</p>
<p>5) Procedimentos de objetividade</p> <p>Identificou a fonte principal (<i>Wall Street Journal Europe</i> = publicação da Bolsa de Valores de Nova York; páginas de informação e páginas editoriais); Descrição dos acontecimentos com tentativa de separação entre “fatos/notícias” e “análises/comentários” para desqualificar o artigo criticado pelo autor; Referências a organismo de representação mundial: G-8</p>
<p>6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)</p>

Para qualificar atos/ações/acontecimentos:

“Movimentos contra a globalização liberal” = “movimento antiglobalização” = “internacional e internacionalista” = “chance para a paz” = “não combatemos os Estados Unidos, e sim as políticas neoliberais que adotam e, via condicionamentos do FMI e do Banco Mundial, impõem a inúmeros países” + “apoio dado pelos governos europeus a essas medidas”

“benefícios’ da globalização = “é fundamentalmente entendida como vantajosa às empresas transnacionais e aos mercados financeiros” = “desprovido de segundas intenções” = “muralha contra ódios e fanatismos” = “propostas premonitórias”

“adversários” dos movimentos antiglobalização = “criminalizar os contestadores, apresentando-os como delinquentes” + “descrevê-los como companheiros de luta de Bin Laden”

Artigo do *Wall Street Journal Europe* = “publicação da Bolsa de Valores de Nova York” = “registro caricato” + “ser arquivado e estudado nas escolas de jornalismo”+ “concentrado incomparável de má-fé” + “terrorismo ideológico” + “a serviço da causa = defesa do inigualável reino planetário dos mercados financeiros” + “os manifestantes antiglobalização de Seattle, Gotemburgo e Gênova são pessoas violentas e hostis à democracia” + “os manifestantes compartilhavam alguns objetivos dos terroristas que destruíram o World Trade Center e danificaram o Pentágono” = “hipocrisia dos comentaristas, como o do editorialista” do jornal = “acusação grotesca”: “cumplicidade ‘objetiva’ entre os terroristas e os movimentos antiglobalização”

Governos G-8 = “democraticamente eleitos”, porém, “quando, uma vez empossados, eles fazem precisamente o contrário do que haviam prometido aos eleitos” + “mais grave, quando se abstêm deliberadamente de colocar perante a opinião pública” = “ações legítimas”

“organização do milionário Bin Laden” = acusada pelos atuais atentados + “regime opressor e obscurantista dos talibãs no Afeganistão”: “apoio político e logístico de Washington”

“governo americano recusou-se até esta semana a tomar qualquer medida contra os paraísos fiscais” + “outros governos até agora refratários a qualquer controle sério das praças off shore, como o de Londres” = “utilizados pelas máfias e os movimentos terroristas para o financiamento de suas atividades criminosas” George W. Bush acaba de reconhecê-lo tardiamente, ao anunciar que a "guerra" que pretende empreender será travada, entre outros, no terreno financeiro, e ao congelar os ativos de alguns deles nos Estados Unidos = “cúmulo da imoralidade do sistema, confirmando que é possível ganhar dinheiro com qualquer coisa, inclusive com a morte”

7) Procedimentos de persuasão

O uso do verbo na primeira pessoa do plural, apesar de pouco usado, marca a simpatia do autor com o movimento antiglobalização; inserção dos novos acontecimentos em modelos e enquadramentos familiares aos leitores, uso de argumentos e conceitos conhecidos: relação do governo norte-americano com grupos terroristas e regimes repressivos, convivência dos Estados Unidos e de outros governos, como o britânico, com os paraísos fiscais usados pelas máfias e movimentos terroristas, apoio a Washington após-atentados de países interessados em ajuda financeira (Paquistão) e em lutas internas contra grupos islâmicos (Rússia, China)

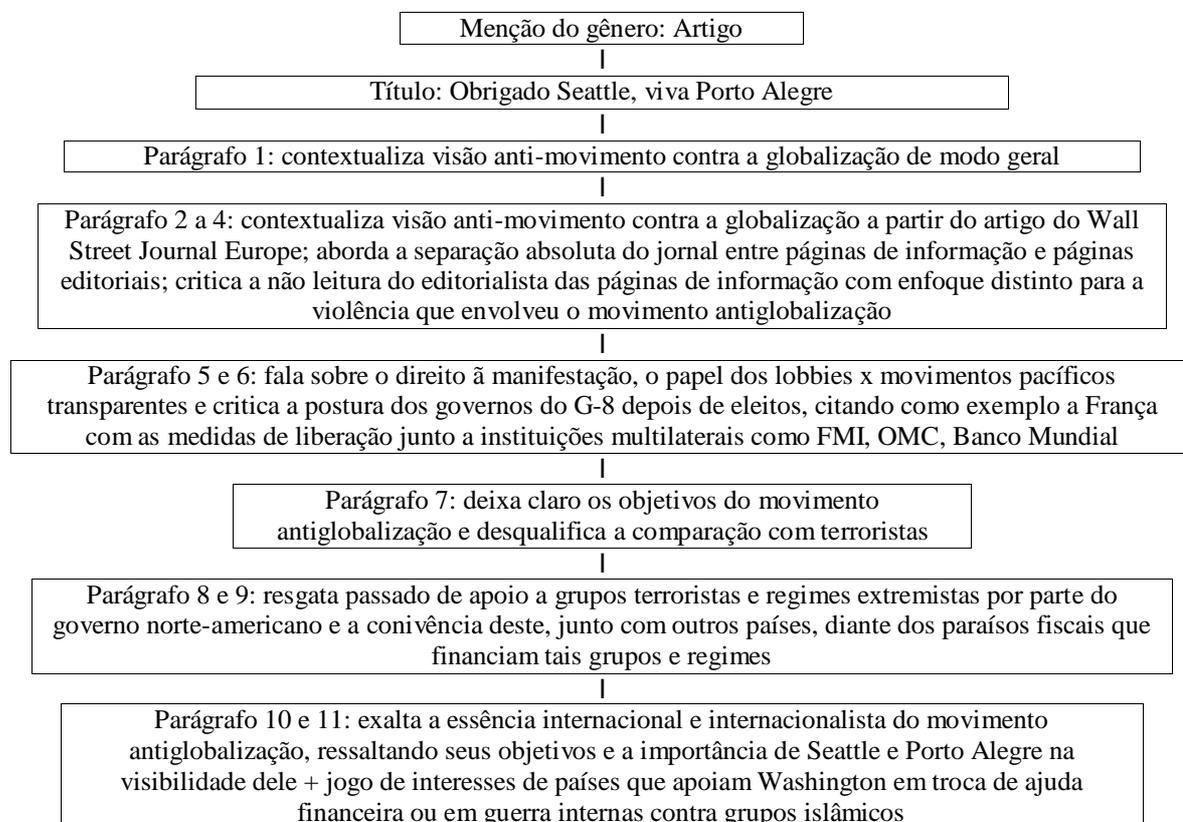
8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo)

Texto opinativo (usando definição de Melo, 2003) e argumentativo (usando definição de Sousa, 2008)

<p>9) Gêneros jornalísticos</p> <p>Usando definição explicitada no item anterior deste capítulo, trata-se de artigo do tipo ensaio.</p>
<p>10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas</p> <p>Através do levantamento do item 6 (Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso), dos apontamentos do item 5 (Procedimentos de objetividade), das características do gênero jornalístico e tipo de texto, é possível discorrer que o autor quer desqualificar artigo que equiparou os contestadores da globalização neoliberal com terroristas, abordando a questão ética do jornalismo e as relações do governo norte-americano com grupos terroristas. Também visa destacar a importância dos movimentos em Seattle e Porto Alegre a fim de reforçar o papel real dos ativistas antiglobalização</p>
<p>11) As notícias como atos linguísticos (baseado em definição na nota de rodapé 17)</p> <p>Já que há a crítica contundente sobre o conteúdo do artigo <i>Wall Street Journal Europe</i> e com isso o autor reforça o caráter pacífico e grandioso dos movimentos antiglobalização, o texto funciona como um ato linguístico, que visa informar o leitor ao mesmo tempo que pode convencê-lo da opinião/do ponto de vista do autor e divulgar o posicionamento do <i>Caderno Diplô</i>.</p>
<p>12) Assinatura e produção da informação</p> <p>Texto assinado por Bernard Cassen</p> <p>Traz que ele é diretor-geral do <i>Le Monde Diplomatique</i> e presidente do Attac-França</p> <p>Tradução de Jô Amado</p>
<p>13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido</p> <p>Por que o autor escolheu criticar este artigo/este jornal? Há outros veículos com este mesmo direcionamento que merecem ser analisados? Dá para garantir que todos os manifestantes não são violentos? Ficaram claros os objetivos dos movimentos antiglobalização? O que é um movimento internacional e internacionalista?</p>
<p>14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica)</p> <p>Ocupa duas das 52 páginas.</p> <p>Segue layout padrão com chapéu, título, olho, crédito do autor, intertítulos, olhos internos, rodapé explicativo (com informações adicionais não contempladas no texto), descrição da atividade intelectual do autor.</p> <p>Há intertítulos: “Manifestações de cara limpa”, “Acusação grotesca” e “Chance para a paz”</p>
<p>15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias)</p> <p>Ilustração em preto e branco que remete a um palco com plateia, em que o personagem central, que está sobre um chão que imita nota de dólar, parece carregar algo que lembra um instrumento e tem o corpo deformado (pernas curtas, tronco protuberante e com uma espécie de corcunda, rosto assimétrico/deformado para os</p>

padrões humanos). Na plateia, todos têm a mesma face (olhos e bocas deformados) e corpo

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 11 (páginas 38 a 41)

Título: A colonização do ciberespaço

Chapéu: Informação e controle

Olho: A Internet liga somente os que têm recursos, ou seja, 3% da população do mundo. Vendida como panaceia educacional, a rede está cada vez mais controlada pelos gigantes da comunicação, que ficam livres para anunciar, vender e vigiar

Olhos internos: A comunicação, em si, não constitui um progresso social. E menos ainda quando ela é controlada por grandes empresas de multimídia

As grandes mudanças técnicas nos modos de comunicação e de educação, como os que a Internet impõe, são ainda mais carregadas em ideologia

Autor(es): Ignacio Ramonet

Reaproveitado: não informado

Quadro com os 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo, de acordo com Sousa (2008), e trechos do texto para exemplificá-los:

1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos

Aborda o avanço da Internet (como surgiu, inclusive) e as consequências disto diante da formação de conglomerados econômicos que adquirem empresas de comunicação, notadamente as ligadas ao mundo da Internet. Vê o papel de outros meios de comunicação – meio impresso e televisivo, principalmente – ser transformado com a popularização da Internet, assim como a função da informação, já que “antes, mídia vendia informação (ou entretenimento) a cidadãos. Agora, via Internet, vendem consumidores a anunciadores”. Aponta a influência da Internet sobre a educação e faz duras críticas diante da colonização do ciberespaço pelas gigantes das telecomunicações

Temas que definem os:

- a) Macro-enquadramentos: Internet e questões ideológicas e éticas envolvidas na sua evolução
- b) Micro-enquadramentos: O papel dos meios de comunicação; a influência da globalização sobre a expansão/crescimento/popularização da Internet; a função da informação, do fornecimento dela e as consequências na área educacional diante desta evolução

Personagens principais:

- a) Protagonistas: a Internet, as empresas que a dominam (“gigantes da comunicação”, “ultraliberais”, “ideológicos da mercadoria”), a globalização e o “mundo permeado pela informação”
- b) Secundários: outros meios de comunicação (televisão, principalmente), professores/educação x avanço e acesso à Internet, países mapeados pelo relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Hierarquização entre eles: Com o crescimento do domínio das empresas sobre a Internet (visam como mais um bem comercial pela lógica capitalista) e com a conseqüente popularização diante do barateamento/facilitação de acesso a ela (mesmo ainda localizado em países ricos), o autor alerta sobre o domínio ideológico que pode ser imposto por estas empresas, já que “não se pode ignorar que uma técnica nunca é neutra, que ela sempre vem acompanhada de um programa de transformação social, e que as grandes mudanças técnicas nos modos de comunicação e de educação, como os que a Internet impõe, são ainda mais carregados em ideologia”

Cenários:

- a) Primeiro plano: os desdobramentos do avanço da Internet nos próprios meios de comunicação, na educação e nas relações sociais; e as reais funções da Internet diante deste avanço (anunciar, vender e vigiar x informar, educar e entreter, este três últimos relacionados à televisão)
- b) Segundo plano/de fundo: situação dos países ricos x pobres em relação ao acesso à Internet, Internet como “relativamente independente” x como mais um “elemento integrado no sistema midiático”

Conexões entre acontecimento e personagens:

“A ideia central dos ultraliberais é a da necessidade de deixar acontecer a livre concorrência em um mercado livre entre indivíduos livres. Expressa-se mais ou menos nesses termos: ‘Deixem as pessoas se educarem como querem. Deixem-nas livres de apreciar. Vamos confiar no seu bom senso. A única sanção aplicada a um produto cultural ou educacional deve ser seu fracasso ou seu sucesso no mercado’. + “Muitos dirigentes políticos não hesitam em fazer conclusões grandiosas: os cidadãos devem se preparar para mergulhar em um ‘mundo permeado pela informação’. Ou seja, “chega de obrigações e obstáculos que já pesaram tanto tempo sobre a educação, a cultura, a imprensa, o cinema, a indústria do som e do audiovisual” + “Não se pode ignorar que uma técnica nunca é neutra, que ela sempre vem acompanhada de um programa de transformação social, e que as grandes mudanças técnicas nos modos de comunicação e de educação, como os que a Internet impõe, são ainda mais carregados em ideologia”

Causas e consequências dos acontecimentos (Estrutura temática):

“Os gigantes das telecomunicações, tais como AT&T, Microsoft, AOL, Telefônica, etc. estão travando uma feroz competição (...). Esperam fortemente colonizar o ciberespaço juntando a notoriedade de seu nome com as proezas de suas equipes de marketing, o que lhes fornecerá meios prodigiosos na área dos serviços de clientela e o controle da educação. E lhes permitirá pensar na conquista da Internet. Pois a batalha decisiva, à escala planetária, tem como meta o controle dos três setores industriais — computadores, televisão, telefonia — que estão fusionando agora na Internet. O grupo que reinará na Internet dominará o mundo da comunicação, da cultura e da educação de amanhã, com todos os riscos que isso supõe para a liberdade de espírito dos cidadãos e para a democracia”

2) Objetivo do discurso (dos enunciadores) e dos protagonistas

Mapear as possíveis consequências do domínio de “gigantes das telecomunicações” diante da Internet, elencando as principais funções da informação e do consumo desta a partir desta evolução, de forma crítica, pois considera que a disputa pelo domínio das empresas ligadas ao mundo da Internet resultará no domínio do “mundo da comunicação, da cultura e da educação de amanhã, com todos os riscos que isso supõe para a liberdade de espírito dos cidadãos e para a democracia”

3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulos em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônimas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre vocábulos, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulos nas frases, figuras de estilo)

Palavras e expressões entre aspas:

Diz-se que é “tão difícil de destruir quanto uma teia de aranha com uma bala de fuzil” = ao referir-se à resistência da Internet, já que esta está “estruturada como malhas de uma rede”, “foi concebida na época da guerra fria, para sobreviver a uma agressão nuclear”, “seu protocolo é do domínio público e não pertence a nenhuma firma comercial”

“Rede” = World Wide Web

“serviço” = ao referir-se à classificação dada à comunicação e também à educação (esta pela OMC)

“Deixem as pessoas se educarem como quiserem. Vamos confiar no seu bom senso. A única sanção aplicada a um produto cultural ou educacional deve ser seu fracasso ou seu sucesso no mercado” = para caracterizar a ideia central dos ultraliberais de que é necessário “deixar acontecer a livre concorrência em um mercado livre entre indivíduos livres”

mergulhar em um “mundo permeado pela informação” + “Chega de obrigações e obstáculos que já pesaram tanto tempo sobre a educação, a cultura, a imprensa, o cinema, a indústria do som e do audiovisual” = para caracterizar as “conclusões grandiosas” de “muitos dirigentes políticos” diante do avanço e popularização da Internet

“nova economia” = para definir a “atividade das empresas especializadas nas novas tecnologias da comunicação, da informação e da genética”

“até o momento, Internet é utilizada apenas por indivíduos relativamente bem abastecidos e instruídos: 88% dos internautas vivem em países industrializados que, juntos, representam apenas 17% da população mundial” = dados relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1999

As pessoas “ligadas” = conectadas à Internet

“fratura digital” = disparidades de acesso e consumo à Internet no mundo

Uso da forma interrogativa em: “Mas o que é a revolução numérica?” = com a Internet, os sistemas de signos (em matéria de comunicação, texto escrito, o som do rádio e a imagem) convergem para um único sistema (“texto, som e imagem” “exprimidos em bits”); “A linguagem dominante no ciberespaço? O inglês”; “E se a informação está dada de graça, por que os padrões de mídia deveriam gastar muito para consegui-la?” = ao alertar para a queda de qualidade da informação; “a igualdade cultural ou a elevação educacional serão obtidas graças a esse novo milagre que é a Internet? Todos os seres humanos serão destinados a se tornarem cidadãos iguais do ciberespaço?”, sobre questões de ética que se colocam “na época da Internet e do ciberespaço”

Uso de verbo na primeira pessoa do plural em: “acompanhamos a fusão-concentração de todas as empresas”; “estamos [diante de] uma cerebralização das máquinas”; “entramos em uma nova era da comunicação”; “E não falamos do sub-equipamento em matéria de eletricidade”; “Vamos confiar no seu bom senso” = ao caracterizar a ideia central dos ultraliberalistas

4) Fontes e citações

Vale lembrar que trata-se de um artigo, gênero baseado na opinião/conhecimento/ponto de vista do autor.

Predomínio do discurso indireto, com uso da forma híbrida do discurso direto no parágrafo 31 ao citar, entre aspas, trecho do relatório das Nações Unidas

Recorre a fatos ligados às transações comerciais globalizadas: megafusão, em fevereiro de 2000, entre America OnLine (AOL) e o conglomerado Time-Warner-CNN; leilão para a atribuição das licenças de telefonia em norma UMTS disputado pels gigantes das telecomunicações, tais como AT&T, Microsoft, AOL, Telefônica, etc.

5) Procedimentos de objetividade

O uso entre aspas de citação de relatório das Nações Unidas (a própria escolha de uso deste documento) ou para ilustrar o posicionamento de personagens do texto ou expressões que caracterizam a dinâmica econômica globalizada; descrição dos acontecimentos com tentativa de separação entre "fatos/notícias" e "análises/comentários", ao situar a origem da Internet dentro do contexto da Guerra Fria; uso do recurso a fórmulas de precisão (cifras, referências a espaço e tempo, etc.) ao citar dados do relatório das Nações Unidas

6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)

Para qualificar atos/ações/acontecimentos:

Internet = “fenômeno social mundial”, “revolução numérica”, “revolução tecnológica” = “máquinas cerebralizadas”, “estruturada como malhas de uma rede”, “troca intensiva de informações” + “nova era da comunicação, uma comunicação imperial” = “elemento integrado no sistema midiático” = “única empresa integrada capaz de fornecer, 24 horas por dia, 7 dias por semana, informações, conhecimentos, documentação, distrações, lazeres, serviços e compras” = “centro comercial planetário”

Em relação à educação, a Internet = “panaceia” “como se pudesse proporcionar a recuperação de todos os atrasos” + “professores e educadores se perguntam como dominar a Internet, ou temem ser dominados por ela” + crianças passam “mais tempo diante da Internet, que diante da televisão, ou de seu professor” + “permite pensar que seria possível educar-se sozinho diante de sua tela” ou “um só professor ia educar milhares de jovens”, assim como ocorreu com o rádio e a televisão

Fusão-concentração das empresas = megagrupos midiáticos integrados = “megafusão” = “globalização dos mercados, dos circuitos financeiros e do conjunto das redes imateriais leva a uma desregulamentação radical” + “o declínio do papel do Estado e dos serviços públicos” = “triunfo da empresa, de seus valores, do interesse privado e das forças do mercado” + “ideológicos do mercado”, “ultraliberais” = “batalha decisiva, em escala planetária”

Comunicação = “em si, não constitui um progresso social” + “menos ainda quando ela é controlada por grandes empresas de multimídia ou quando ela contribui em aumentar as diferenças e as desigualdades entre cidadãos, ou habitantes do mesmo planeta”

Televisão = “informar, educar e entreter” x Internet = “anunciar, vender e vigiar”

Comparação: Internet com a caravela que permitiu Cristóvão Colombo a chegar na América = revolução náutica; e Internet com a revolução industrial = máquina substituiu o músculo e a força física + revolução tecnológica atual = máquina substitui não mais o músculo, mas o cérebro

7) Procedimentos de persuasão

Uso de cifras e outras referências que possam sustentar os argumentos e tornar verídicos os relatos, ao citar relatório das Nações Unidas; recorre das causas dos acontecimentos (que podem ser outros acontecimentos)

<p>como o surgimento da Internet x segurança/contexto Guerra Fria; integração dos diferentes fatos e acontecimentos num encadeamento de causas e consequências e em estruturas narrativas conhecidas, ao elencar as principais funções da Internet x funções da televisão; uso de argumentos e conceitos conhecidos sobre a globalização e as consequências das medidas econômicas sobre a qualidade de Internet; referência a hipotéticas consequências da aplicação de determinadas ideias, evidenciando as vantagens da aplicação de umas e as desvantagens da aplicação de outras: futuro da Internet = “batalha decisiva, à escala planetária, tem como meta o controle dos três setores industriais — computadores, televisão, telefonia — que estão fusionando agora na Internet. O grupo que reinará na Internet dominará o mundo da comunicação, da cultura e da educação de amanhã, com todos os riscos que isso supõe para a liberdade de espírito dos cidadãos e para a democracia”</p>
<p>8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo) Texto opinativo (usando definição de Melo, 2003) e argumentativo (usando definição de Sousa, 2008)</p>
<p>9) Gêneros jornalísticos Usando definição explicitada no item anterior deste capítulo, trata-se de artigo do tipo ensaio.</p>
<p>10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas Através do levantamento do item 6 (Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso), dos apontamentos do item 5 (Procedimentos de objetividade), das características do gênero jornalístico e tipo de texto, é possível discorrer que o autor acredita que o modelo econômico incentivador de fusões entre empresas de comunicação traz riscos para a liberdade dos cidadãos e para a democracia, pois reforça “a globalização dos mercados, dos circuitos financeiros e do conjunto das redes imateriais” e “leva a uma desregulamentação radical”, com as consequências do “declínio do papel do Estado e dos serviços públicos” e “triunfo da empresa, de seus valores, do interesse privado e das forças do mercado”. E um bem público que é a educação passa a ser incorporado a este pensamento globalizado, focada em interesses apenas privados</p>
<p>11) As notícias como atos linguísticos (baseado em definição na nota de rodapé 17) Ao discorrer sobre o desenvolvimento da Internet dentro da economia globalizada e as possíveis consequências sobre a qualidade da informação e da educação, o texto funciona como um ato linguístico, que visa informar o leitor ao mesmo tempo que pode convencê-lo da opinião/do ponto de vista do autor e divulgar o posicionamento do <i>Caderno Diplô</i>.</p>
<p>12) Assinatura e produção da informação Texto assinado por Ignacio Ramonet Traz que é diretor do <i>Le Monde Diplomatique</i> e professor na Universidade de Paris VII</p>
<p>13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido Todas as consequências ruins foram elencadas com o domínio da Internet? E as boas/positivas? Além da educação, quais outros “níveis”, esferas sociais são afetadas com o domínio da Internet por megaconglomerados? Há soluções para esta situação?</p>

14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica)

Ocupa quatro das 52 páginas.

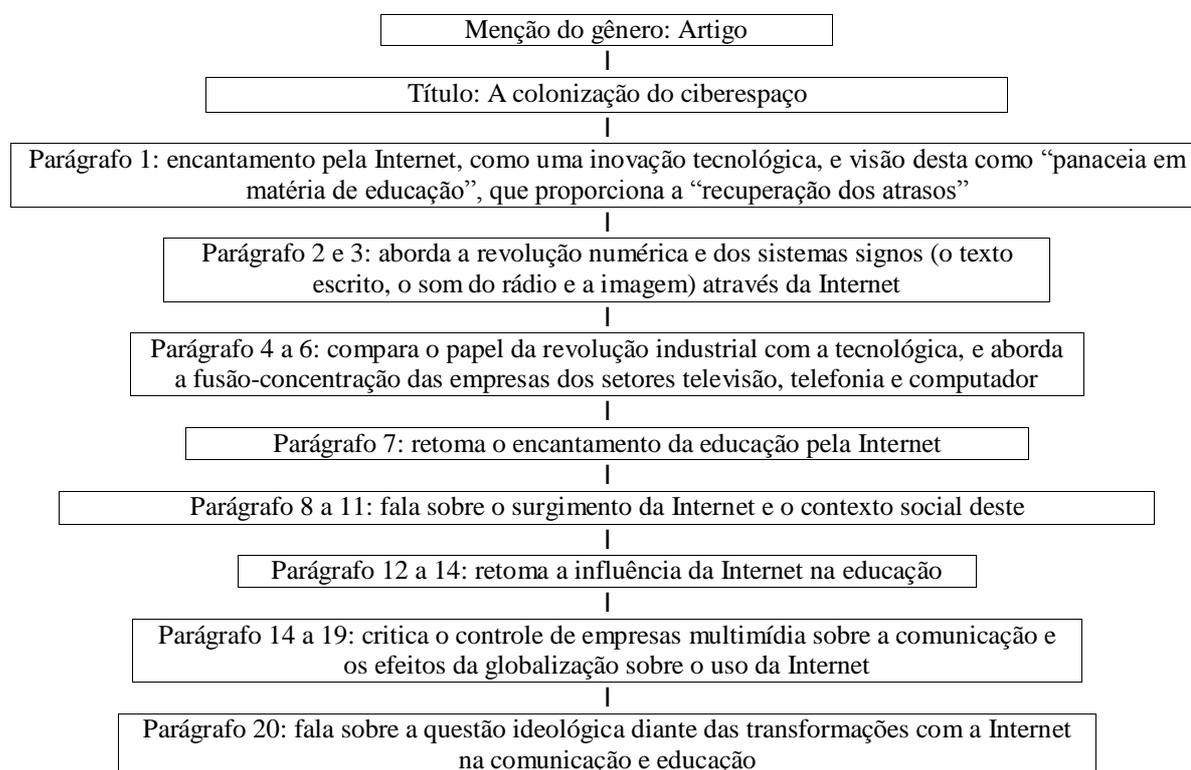
Segue layout padrão com chapéu, título, olho, crédito do autor, intertítulos, olhos internos, rodapé explicativo (com informações adicionais não contempladas no texto), descrição da atividade intelectual do autor.

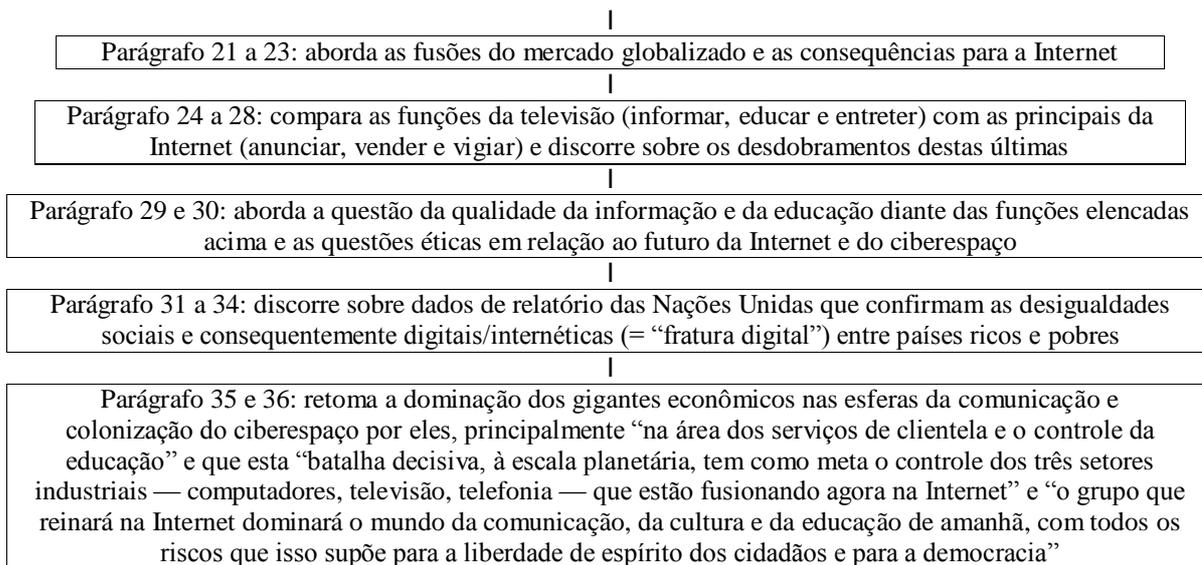
Há intertítulos: “A era das ‘máquinas cerebrais’”, “Comunicação empresarial”, “Centro comercial planetário”, “Anunciar, vender e vigiar” e “Fratura digital”

15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias)

Dois ilustrações em preto e branco: uma que lembra um planeta sendo conquistado por um astronauta. Neste planeta aparecem representados símbolos internéticos, como o “@”, setas e ícones de acesso. O astronauta, sem rosto aparente/definido, carrega bandeira que também traz representação de símbolo internético de ícone de acesso; e outra traz uma espécie de sistema planetário, com dois planetas com o símbolo internético “@”, mergulhados em um “mar com os números 0 e 1” (valores possíveis do sistema binário de numeração, bit = a menor unidade de informação na memória de um computador) que tem um funil que “suga e converge” símbolos que representam a visão/imagem, som, escrita, telefonia, computação e o próprio ser humano

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):





Texto 12 (páginas 42 a 45)

Título: O marketing da libertação... do capital

Chapéu: Informação e controle

Olho: Ligar a televisão no horário nobre significa ouvir a publicidade incitar à revolução, pregar a transgressão dos bons costumes, insistir em viver perigosamente até o fim. A crítica ao capitalismo tornou-se, de forma bem estranha, o sangue salvador do capitalismo

Olhos internos: Com a derrota política da esquerda, abriu-se aos publicitários uma série de nichos culturais ricos em costumes e evocação subversiva

Famosa pela superexploração do trabalho de adolescentes asiáticos, a Nike se apresenta aos adolescentes norte-americanos como portadora da “revolução”

Qualquer produto – do carro ao tênis, passando pelo refrigerante – deve ser veiculado como parte do equipamento indispensável de uma juventude rebelde

Autor(es): Tom Frank

Reaproveitado: Tradução

Quadro com os 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo, de acordo com Sousa (2008), e trechos do texto para exemplificá-los:

1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos

Tenta entender o papel da publicidade na atualidade (situando que as “duas últimas décadas não foram marcadas pela revolução, pela destruição das regras sociais, pela mudança total, pela tomada do poder pelo indivíduo, pela transgressão de limites etc. Foi, principalmente, a era dos grandes monopólios multimídia, da explosão da

Microsoft, da concentração de bancos, agências de publicidade, editoras e jornais. E também a era do declínio do movimento operário e da morte da ideia de um Estado poderoso, distribuidor das riquezas. Acompanhando todas essas mudanças, houve a intromissão incessante do poder das empresas em um número crescente de aspectos da vida cotidiana”), analisando as principais características do consumismo e da mentalidade dos publicitários, influenciada principalmente a partir da ideologia da década de 60. Resgata o “discurso norte-americano sobre as ‘guerras da cultura’, que (...) postula que a contracultura da juventude tem um poder inato de transgressão social; que a eterna batalha entre *hippies* e *yuppies*, entre frequentadores de discotecas e religiosos praticantes, entre individualistas e conformistas, seria tão importante quanto a luta de classes de antigamente” que ajuda a moldar a mentalidade publicitária atualmente, assim como o culto à criatividade que “que os obriga a chocar e surpreender para se fazerem notar”

Temas que definem os:

- c) Macro-enquadramentos: A publicidade na atualidade (com sua versão do marketing da libertação) x valores que a moldam a sociedade do consumo
- d) Micro-enquadramentos: Marcas de sucesso que são símbolos/são associadas a “motivações sociais”, devido à crença no “poder inato de transgressão social”; herança da rua Madison Avenue (rua de Nova York onde muitas agências de publicidade têm suas sedes); processo(s) criativo(s) propagado(s) na publicidade,

Personagens principais:

- e) Protagonistas: Os publicitários e as marcas de sucesso
- f) Secundários: Os consumidores, a sociedade do consumo

Hierarquização entre eles: Com a propagação da crença de que a “contracultura da juventude tem um poder inato de transgressão social” e esta “seria tão importante quanto a luta de classes de antigamente” tanto pelos “gurus acadêmicos dos *cultural studies*” e “também pela grande indústria e pelo entretenimento”, a própria indústria publicitária aceita a “rebelião”, a faceta intensamente ‘cool’ dos anunciantes ou o emprego de toda a parafernália de ‘contestaçãõ”, já que os “publicitários estudam a cultura dos jovens para melhor falar aos jovens” e, desde a década de 60, “sendo advertidos de que seu público-alvo se mostra cada vez mais cético diante dos apelos da publicidade”

Cenários:

- g) Primeiro plano: A influência das transformações sociais na publicidade
- h) Segundo plano/de fundo: As consequências destas na postura do publicitário e nas marcas

Conexões entre acontecimento e personagens:

As transformações sociais, notadamente após a década de 20 (“o consumismo vem sendo uma forma de revolta contra valores mais antigos, ligados à produção”, “ênfatisou o prazer e a gratificação, por oposição à restrição e à repressão de tradição puritana”, “cultuou a moda e a obsolescência, no lugar da previdência e da permanência, a juventude no lugar da experiência, a mudança no lugar da tradição, o novo no lugar do antigo”) e “a obsessão dos publicitários pelo inovador” contribuem para a formatação dos processos criativos no mundo publicitário,

que incentivam “um culto da criatividade” e “obriga [os publicitários] a chocar e surpreender”, para serem notados na sociedade do consumo. Ao mesmo tempo que existe o marketing da libertação que imagina que “os consumidores, auxiliados pelas marcas, vão poder se libertar dos guardiães da ordem, deixar de lado os grilhões com que o sistema industrial os aprisiona, fugir da rotina da burocracia e da hierarquia, descobrir como são de fato, para, finalmente, chegar à autenticidade, o santo Graal da ideologia consumista”

Causas e consequências dos acontecimentos (Estrutura temática):

Mesmo com a mentalidade do “choque/surpreenda para ser notado”, “culto da criatividade” e da “obsessão pelo inovador” determinando o pensamento publicitário, na sociedade do consumo ainda há a “grande narrativa” contra o capital: o marketing da libertação, que considera que “o problema maior de nossas sociedades seria o conformismo, e a resposta apropriada, o carnaval”

2) Objetivo do discurso (dos enunciadores) e dos protagonistas

Mostrar como a publicidade é influenciada pelas transformações sociais e que existem ideias “modeladoras”, ou seja, que ditam o processo produtivo desta área - “choque/surpreenda para ser notado”, “culto da criatividade”, “obsessão pelo inovador”, “marketing da libertação” – e que ajudam a construir as imagens, principalmente, das grandes empresas capitalistas.

3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulos em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônimas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre vocábulos, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulos nas frases, figuras de estilo)

Palavras e expressões entre aspas:

“guerras de cultura” = ao referir-se ao mito produzido pelo discurso norte-americano, que postula “que a contracultura da juventude tem um poder inato de transgressão social”

“revolução” = ao referir-se à imagem que a Nike tenta passar aos adolescentes norte-americanos, mesmo sendo “famosa pela super-exploração do trabalho de adolescentes asiáticos em suas fábricas”

"cool", "rebelde" = cultura comercial norte-americana

“rebelião” = ao referir-se ao que a própria indústria publicitária aceita

“cool” = faceta dos anunciantes

Parafernália de “contestação” = o que se emprega pela publicidade

“mensagens” publicitárias = ao referir-se ao excesso de publicidade

“criativo” = publicitário ou autor de uma publicidade + “ideias pré-fabricadas que mantêm o status quo” = convenção social + “disruption” (deslocamento) = processo quase orgástico + “visão” mais ampla da libertação humana” = o que se deve buscar para associar uma marca, quando fala do livro do publicitário francês Jean-Marie Dru

"Agitar o marasmo, transformar as regras, despertar o consumidor e criar a mudança" + "um novo meio de expressar sua própria individualidade" + "empresa anti-establishment" = trecho do livro do publicitário francês Jean-Marie Dru

"deslocamento" = "Se as empresas e as marcas não se deslocam, há um risco crescente de que os consumidores

se cansem e percam interesse pela marca. Com o ‘deslocamento’, seu interesse e sua fidelidade estão preservados” = trecho do livro do publicitário francês Jean-Marie Dru

um "revolucionário" = teórico de gerenciamento

marca "feita de sonhos" = explica Jean-Marie Dru

"grande narrativa" publicitária = marketing da libertação

restaurantes "étnicos" = ao se referir aos lugares que devem ser frequentados para a “luta permanente, não mais contra os comunistas, mas contra o poder puritano e a máquina de produzir cópias da própria sociedade de consumo”

"contradições culturais” = conflito entre a busca da eficiência no trabalho e o culto do hedonismo no lazer ao citar o sociólogo Daniel Bell

Uso da fonte no estilo itálico em: *hippies, yuppies, cultural studies, casual wear*, livro *Disruption, status quo, underground*

Uso da forma interrogativa: “O objetivo?” = ao indagar sobre a “sinistra conspiração, com ramificações internacionais” do refrigerante Seven-up para “impedir os consumidores de tomarem Seven-up”; “Por que seria a cultura comercial norte-americana tão ‘cool’, tão ‘rebelde’?”; “qual o teórico de gerenciamento que não se considera um ‘revolucionário’?”

Não usa verbos na primeira pessoa, nem do plural nem do singular

4) Fontes e citações

Vale lembrar que trata-se de um artigo, gênero baseado na opinião/conhecimento/ponto de vista do autor.

Predomínio do discurso indireto, com uso da forma híbrida do discurso direto e indireto nos parágrafos 7 e 9, ao citar trecho do livro do publicitário francês Jean-Marie Dru

Cita, além de Jean-Marie Dru e seu livro *Disruption*, o sociólogo Daniel Bell, as marcas de sucesso e suas associações (Nike, Gap, Seven-up, Sprite, Reebok, Benetton, Apple, Pepsi, Body Shop, MTV)

5) Procedimentos de objetividade

O uso entre aspas de fala relacionada às fontes citada no texto (Jean-Marie Dru e Daniel Bell), imputando opiniões e fatos às fontes que os enunciam, através da utilização criteriosa das aspas e de paráfrases; ou expressões que servem para caracterizar os processos publicitários na atualidade e o uso de notas de rodapé:

Parágrafo 2 – “os fabricantes de perfumes celebram a cultura de povos indígenas” ao referir-se a exemplos de atuação do pensamento “revolucionário” na publicidade diz na nota de rodapé: “Sem aparentemente temer que sua loja fosse detonada, o comerciante de perfume francês Caron mexeu com o imaginário libertário ao lançar uma água de colônia para homens chamada ‘O anarquista’”

Parágrafo 6 – ao citar a “Madison Avenue” e a influência dela no comportamento dos publicitários define em nota de rodapé: “Rua de Nova York onde muitas agências de publicidade têm suas sedes”

Parágrafo 7 – cita a obra de Dru e em nota de rodapé: “Ler, de Jean-Marie Dru, *Disruption: bousculer les conventions et déplacer le marché*, Paris, ed. Village mondial, 1997”

Recorre de exemplos do dia a dia, para caracterizar a ação da publicidade e as mudanças comportamentais: “Sintonizar um programa de televisão no horário nobre significa ouvir o capital usar a publicidade para incitar à revolução”; “Os operadores de telefones celulares se dizem empenhados em que cada pessoa possa ser ela própria; os fabricantes de perfumes celebram a cultura de povos indígenas¹; os programadores de informática querem dar o poder ao povo; os corretores são atormentados pela vontade de subverter a lei do mercado”, “Os norte-americanos trabalharam mais na década de 90 do que o haviam feito desde 1945; viram mais publicidades num maior número de veículos; fizeram mais testes de personalidade e testes antidoping; nunca sofreram maior endividamento doméstico. Nunca tiveram tão pouco poder sobre as condições de vida e de trabalho do que nos últimos cinquenta anos. Deixou de ser fora do comum ver uma família passar pela rua num carro patrocinado por uma empresa, totalmente coberto por logotipos de diversas marcas”; “Atualmente, um cidadão médio está exposto a cerca de um milhão de ‘mensagens’ publicitárias por ano”

6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)

Para qualificar atos/ações/acontecimentos:

Mito do discurso norte-americano sobre as “guerras de cultura” = “a contra-cultura da juventude tem um poder inato de transgressão social” = “tão importante quanto a luta de classes de antigamente” = “essa crença é aceita não só pelos gurus acadêmicos dos *cultural studies*, mas também pela grande indústria e pelo entretenimento” = o que influencia na publicidade também!

Por que seria a cultura comercial norte-americana tão "cool", tão "rebelde"? + “disposição da própria indústria publicitária em aceitar a ‘rebelião’, a faceta intensamente ‘cool’ dos anunciantes ou o emprego de toda a parafernália de ‘contestação’ quando se trata de vender produtos a consumidores com muito mais de 18 anos” = 1) explicação demográfica: “Os publicitários estudam a cultura dos jovens para melhor falar aos jovens. Imitam o sistema da escola norte-americana de ensino médio para vender mais” produtos/marcas + 2) “algo que vai além do interesse do mercado pelos jovens”: “desde a década de 20, pelo menos, o consumismo vem sendo uma forma de revolta contra valores mais antigos, ligados à produção. Enfatizou o prazer e a gratificação, por oposição à restrição e à repressão de tradição puritana. Cultuou a moda e a obsolescência, no lugar da previdência e da permanência, a juventude no lugar da experiência, a mudança no lugar da tradição, o novo no lugar do antigo” + “obsessão dos publicitários pelo inovador” + “público-alvo se mostra cada vez mais cético diante dos apelos da publicidade” e “é muita publicidade” (= “fazer-se ouvir (...) e superar a desconfiança do público são as duas principais dificuldades dos anunciantes”) + “culto da criatividade que os obriga a chocar e surpreender para se fazerem notar” + “novidade é o único meio de fazer passar uma mensagem de venda”

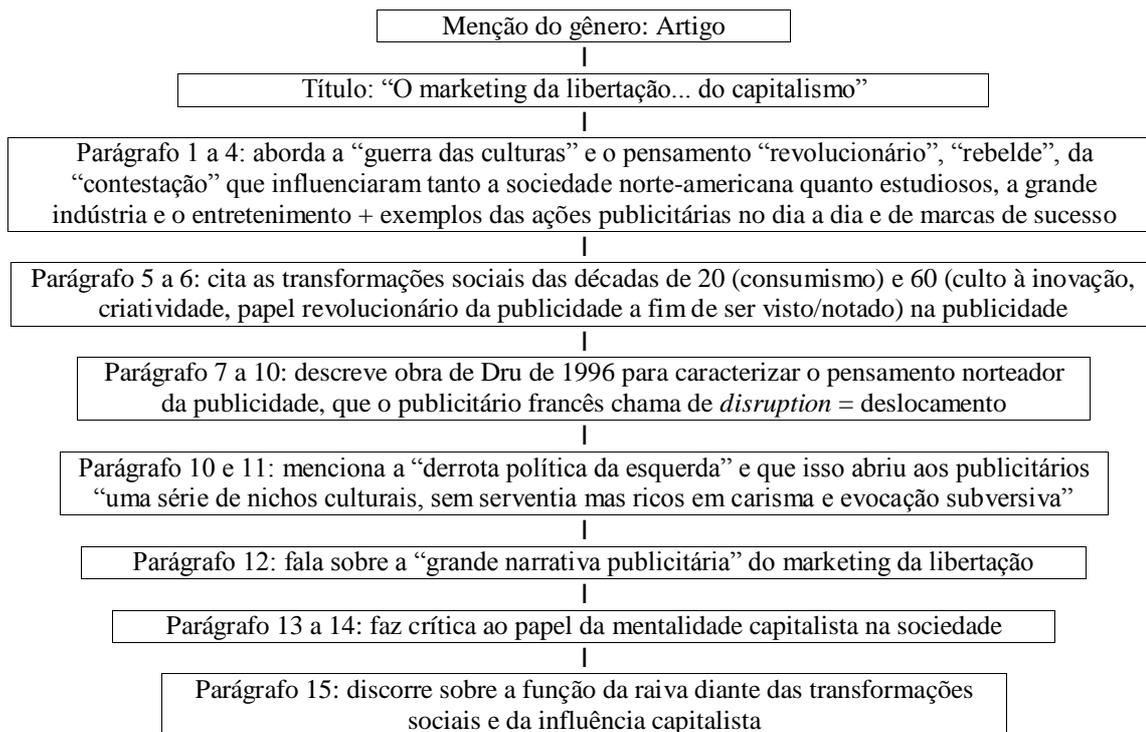
Marketing = “marketing se renova sob a feição de um discurso crítico, um questionamento da sociedade de consumo”, porém não dá soluções aos “problemas decorrentes do desenvolvimento capitalista”, já que “os anunciantes nada mais têm a propor que um sabonete que tornará ainda mais branca a pele dos brancos”

Marketing da libertação = "grande narrativa" publicitária = “consumidores, auxiliados pelas marcas, vão poder se libertar dos guardiães da ordem, deixar de lado os grilhões com que o sistema industrial os aprisiona, fugir da rotina da burocracia e da hierarquia, descobrir como são de fato, para, finalmente, chegar à autenticidade, o Santo Graal da ideologia consumista” + “o problema maior de nossas sociedades seria o conformismo, e a resposta apropriada, o carnaval. Se nossos universos fragmentados conservaram uma temática comum, é a de

<p>uma luta permanente, não mais contra os comunistas, mas contra o poder puritano e a máquina de produzir cópias da própria sociedade de consumo”</p> <p>"contradições culturais" = busca da eficiência no trabalho e o culto do hedonismo no lazer</p> <p>“crítica do capitalismo” = “o sangue salvador do capitalismo”, já que “o próprio mercado resolveu os problemas que criou, pelo menos de maneira superficial” + “um sistema ideológico fechado, dentro do qual a crítica pode ser abordada e resolvida, porém de maneira simbólica”</p> <p>duas últimas décadas = “não foram marcadas pela revolução, pela destruição das regras sociais, pela mudança total, pela tomada do poder pelo indivíduo, pela transgressão de limites etc.” = “a era dos grandes monopólios multimídia, da explosão da Microsoft, da concentração de bancos, agências de publicidade, editoras e jornais. E também a era do declínio do movimento operário e da morte da idéia de um Estado poderoso, distribuidor das riquezas. Acompanhando todas essas mudanças, houve a intromissão incessante do poder das empresas em um número crescente de aspectos da vida cotidiana”</p> <p>raiva = “os mais bem-sucedidos na sociedade norte-americana também foram os que melhor souberam dirigir essa raiva, colocando-a a serviço de seus interesses”</p>
<p>7) Procedimentos de persuasão</p> <p>Menção das causas dos acontecimentos (que podem ser outros acontecimentos): década de 20 com o consumismo, década de 60 com a explosão da publicidade e as “técnicas” geradas a partir deste conceito (culto à inovação, criatividade, à necessidade do choque/de surpreender para ser notado), fim da política de esquerda e a abertura “aos publicitários [de] uma série de nichos culturais, sem serventia mas ricos em carisma e evocação subversiva”; uso de argumentos e conceitos conhecidos, ao citar marcas famosas e suas apresentações/imagens construídas a partir da publicidade; citação de fontes credíveis que ajudam a sustentar os argumentos, como Dru, o publicitário e sua fórmula do “deslocamento” e Bell, sociólogo crítico às “contradições culturais” da sociedade de consumo</p>
<p>8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo)</p> <p>Texto opinativo (usando definição de Melo, 2003) e argumentativo (usando definição de Sousa, 2008)</p>
<p>9) Gêneros jornalísticos</p> <p>Usando definição explicitada no item anterior deste capítulo, trata-se de artigo do tipo ensaio.</p>
<p>10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas</p> <p>Através do levantamento do item 6 (Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso), dos apontamentos do item 5 (Procedimentos de objetividade), das características do gênero jornalístico e tipo de texto, é possível discorrer que o autor tenta traçar a trajetória do papel da publicidade à luz das transformações sociais, e aponta – sem crítica explícita, positiva ou negativa – o marketing da libertação como uma alternativa para a sociedade do consumo e destaca a função da raiva diante desta sociedade, que acaba sendo útil mesmo quando é dirigida e se coloca “a serviço de interesses” próprio dos publicitários</p>
<p>11) As notícias como atos linguísticos (baseado em definição na nota de rodapé 17)</p>

<p>Com a associação das transformações sociais e às alterações da publicidade, o texto funciona como um ato linguístico, que visa informar o leitor ao mesmo tempo que pode convencê-lo da opinião/do ponto de vista do autor e divulgar o posicionamento do <i>Caderno Diplô</i>.</p>
<p>12) Assinatura e produção da informação Texto assinado por Tom Frank Traz que ele é autor de <i>The Conquest of Cool</i> (ed. University of Chicago Press, Chicago, 1997) e de <i>One Market Under Gicago</i>, 1997) e de <i>One Market Under God: Extreme Capitalism, Market Populism and the End of Economic Democracy</i> (ed. Doubleday, Nova York, 2000) Tradução de Regina Salgado Campos</p>
<p>13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido Ficou claro o que é a sociedade do consumo? E o marketing da libertação foi bem definido? Os dados relativos ao bombardeio da publicidade e da rotina de trabalho dos norte-americanos têm uma fonte? Ficou claro o papel da raiva – tanto na sociedade em si e para o publicitário? Além do recorte histórico com a década de 20 (consumismo), 60 (culto à inovação, criatividade, papel revolucionário da publicidade a fim de ser visto/notado) e das duas últimas décadas (com o avanço do capitalismo e da ação das empresas x ações sociais), há outras épocas que ajudam a compreender as transformações na publicidade?</p>
<p>14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica) Ocupa quatro das 52 páginas. Segue layout padrão com chapéu, título, olho, crédito do autor, intertítulos, olhos internos, rodapé explicativo (com informações adicionais não contempladas no texto), descrição da atividade intelectual do autor. Há intertítulos: “A abolição da hierarquia”, “A ‘crítica’ da sociedade de consumo” e “A raiva do serviço do lucro”</p>
<p>15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias) Duas ilustrações em preto e branco: uma mostra um homem (com traços bem deformados, sem mostrar o rosto) acorrentado pelas mãos, cintura e pés, que parece fazer esforço para alcançar algo acima dele ou se libertar das correntes, há também atrás do homem um código de barras e acima dele uma mão segurando uma lata (que lembra a de um refrigerante), sem identificação; a segunda traz um homem com se ele estivesse atrás de uma grade, porém as colunas verticais que lembram a tal grade são de um código de barras de um produto, que aparece em primeiro plano</p>

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 13 (páginas 46 a 49)

Título: Do discurso da ditadura à ditadura do discurso

Chapéu: Informação e controle

Olho: No Brasil, a mídia adotou como cartilha o pensamento único liberal, enterrou a pluralidade e o debate de ideias. Mas a era da adesão irrestrita é também a da grande crise econômica no setor

Olhos internos: A ideologia de todos os veículos da grande imprensa brasileira possui o mesmo código genético

O jornalista jovem é, entre todos os brasileiros, o que mais se identifica com o neoliberalismo e, no entanto, o mais estressado pelos processos de alienação no trabalho

As empresas brasileiras de comunicação planejam sua própria absorção pelos grandes grupos globais de comunicação. É o suicídio empresarial

Autor(es): Bernardo Kucinski

Reaproveitado: não informado

Quadro com os 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo, de acordo com Sousa (2008), e trechos do texto para exemplificá-los:

1) Temas, enquadramentos e estruturas dos discursos

Analisa de forma crítica a postura da imprensa do Brasil, ao destacar o paradoxo: “falta de pluralismo” pela mídia, “nos tempos de hegemonia do neoliberalismo” x o neoliberalismo, que “dá grande importância ao ‘mercado de ideias’, o intercâmbio livre de ideias e propostas controversas como o melhor meio de se chegar às soluções justas e eficazes para o conjunto da sociedade”. A partir desta linha de raciocínio enumera 10 paradoxos, ao comparar a atuação da imprensa brasileira na época da ditadura militar com a fase atual do neoliberalismo, que comprovam o movimento “do discurso à ditadura à ditadura do discurso” único. São eles:

- 1) “Não há mercado de ideias no neoliberalismo brasileiro. No espaço midiático em que deveria acontecer esse processo de intercâmbio de ideias, deu-se no Brasil a uniformização ideológica”;
- 2) “Temos menos pluralismo na democracia do que tínhamos na ditadura”;
- 3) “O advento da democracia, ao invés de abrir mais interfaces de conflito entre o jornalismo e o Estado e aumentar o espaço e a profundidade da crítica, tornou-se ainda mais superficial”;
- 4) Há uma “mídia uniformemente conservadora numa sociedade claramente polarizada”;
- 5) “O jornalista jovem é hoje, entre todos os brasileiros, o que mais se identifica com o neoliberalismo e, no entanto, o mais estressado pelos processos de alienação no ambiente de trabalho”;
- 6) A “concentração monopolista, violando as leis antimonopólio” (“concentração das concessões de canais de rádio e TV em poucas mãos”);
- 7) “No jornalismo neoliberal a mídia fala em nome do interesse público mas serve ao interesse privado”;
- 8) “A indústria de comunicação de massa está em profunda crise no Brasil, com a queda nas tiragens dos jornais e revistas e queda na publicidade, fortemente endividada pelo estreitamento do mercado e invasão das multinacionais, mas ainda assim apoiam entusiasticamente o projeto neoliberal”;
- 9) “As empresas brasileiras de comunicação planejam sua própria absorção pelos grandes grupos globais de comunicação”;
- 10) “O contraste entre a hegemonia completa do projeto neoliberal na mídia brasileira e a ausência de padrões dominantes para todos os aspectos da vida brasileira tratados pela mesma mídia”

Temas que definem os:

- a) Macro-enquadramentos: Falta de pluralismo da imprensa brasileira na atual hegemonia do neoliberalismo e os 10 paradoxos que moldam este “perfil” midiático
- b) Micro-enquadramentos: Recorte histórico = imprensa na atualidade e na época da ditadura

Personagens principais:

- a) Protagonistas: Os jornais e as revistas de grande circulação; os jovens jornalistas atuantes na era do neoliberalismo e a própria doutrina econômica neoliberal
- b) Secundários: As publicações da época da ditadura, a ditadura e a relação com a imprensa

Hierarquização entre eles: Para enumerar os paradoxos que demonstram a falta de pluralismo na imprensa, o autor compara a atuação da mídia na atualidade, sob a hegemonia do neoliberalismo, com a atuação dela na época da ditadura. Cita as expressões “pensamento único” (creditada a José Luis Fiori) e “ditadura do discurso único” (creditada a Delfim Neto) para caracterizar o ponto de vista atual que norteia a atuação da imprensa brasileira

Cenários:

- a) Primeiro plano: A atuação da imprensa regida pela economia neoliberal, as consequências deste

modelo na mídia e o perfil do jovem jornalista na atualidade

b) Segundo plano/de fundo: A atuação da imprensa durante a ditadura militar

Conexões entre acontecimento e personagens:

Através dos 10 paradoxos, o autor defende que a imprensa brasileira atualmente “adotou como cartilha o pensamento único neoliberal, enterrou a pluralidade e o debate de ideias” e, destaca que esta “era da adesão irrestrita é também a da grande crise econômica no setor”

Causas e consequências dos acontecimentos (Estrutura temática):

Usando como referência os 10 paradoxos, o autor faz um raio X da imprensa brasileira: há uma “uniformidade de todos os jornais da era neoliberal: a mesmice jornalística”, que “serve de base documental da pauta das emissoras de rádio e TV, surgindo então o discurso midiático único”; “o neoliberalismo fundiu todas as frações da burguesia numa grande e única metafísica do negócio, num capitalismo global único”, e isso fez desaparecer a “linha editorial crítica” dos meios de comunicação e a imprensa ficar marcada pelo “jornalismo meramente denunciante”; as desigualdades sociais reforçadas pelo neoliberalismo (“Os ricos ficaram ainda mais ricos e os pobres, mais vulneráveis e expostos a condições ainda mais precárias de vida e a uma crescente violência urbana”) não foram capaz de alterar a “ausência de qualquer polarização ideológica entre os veículos de comunicação de massa”; “no neoliberalismo o estresse tornou-se a doença ocupacional típica do jovem jornalista”; “a ética jornalística desapareceu das redações e a supressão da liberdade de informar se banalizou como condição natural”; a concentração das emissoras de rádio e TV em poucas mãos, normalmente de “políticos conservadores”, “a indústria de comunicação de massa está em profunda crise no Brasil, com a queda nas tiragens dos jornais e revistas e queda na publicidade, fortemente endividada pelo estreitamento do mercado e invasão das multinacionais, mas ainda assim apóiam entusiasticamente o projeto neoliberal”; “suicídio empresarial de uma burguesia congenitamente entreguista e subserviente” e “suicídio cultural da comunicação de massa brasileira” com a associação “com capitais estrangeiros, aceitando a condição de subordinação aos grandes grupos globais de mídia”; “a mídia (...) propõe a era da convivência dos contrários, da tolerância étnica, enfim do pluralismo em todas as suas formas. Menos no modelo econômico: nesse, o neoliberalismo se coloca como a derradeira meta narrativa. Não tolera a divergência, não admite valores que não sejam os seus”

2) Objetivo do discurso (dos enunciadores) e dos protagonistas

Mostrar como a “cartilha do pensamento único liberal” é seguida à risca pela imprensa brasileira, determinando a atuação desta, mesmo quando o neoliberalismo parece incentivar a pluralidade de ideias

3) Vocabulário, estilo e significação (vocábulo em geral, palavras homófonas, palavras polissêmicas, palavras homônimas – com idêntica sonoridade mas significados diferentes -, palavras inventadas, associações e relações entre vocábulo, enunciação verbal, estática fonética, supressão de vocábulo nas frases, figuras de estilo)

Palavras e expressões entre aspas:

"mercado de ideias" = o neoliberalismo dá grande importância

Diários mais "católicos", ou maus "laicos" = para designar os meios de comunicação de “antigamente” do Brasil

"czar da economia" = ao referir-se a atuação de Delfim Neto na época da ditadura, como ministro da economia
 "milagre econômico" = ao referir-se ao projeto desenvolvimentista da ditadura militar de 1968 a 1972

Uso da fonte no estilo itálico em: nomes dos meios de comunicação (*Pasquim, Opinião, Movimento, Visão, Veja, Última Hora, Correio da Manhã, manu militari*)

Uso da fonte no estilo negrito em: primeiro paradoxo, pensamento único, mesmice jornalística, ditadura do discurso único, segundo paradoxo, terceiro paradoxo, denunciata, quarto paradoxo, quinto paradoxo, sexto paradoxo, sétimo paradoxo, exclusão social, oitavo paradoxo, nono paradoxo, último paradoxo

Uso do verbo e pronome referentes à primeira pessoa do plural e singular em: "Esse é o nosso primeiro paradoxo"; "estudiosos do nosso jornalismo"; "Caímos na ditadura do discurso único"; "temos menos pluralismo na democracia do que tínhamos na ditadura"; "Esse é o nosso quarto paradoxo"; "Esse é o nosso quinto paradoxo"; "Esse é o nosso sétimo paradoxo"; "Nosso último paradoxo"; "Os jovens jornalistas de hoje sofrem, muito mais do que sofríamos no passado"

Uso da forma interrogativa em: "Como se explica que empresas de comunicação de massa, que prosperam quando a renda aumenta e entram em crise quando a miséria toma conta, apoiem o projeto neoliberal?", ao explicar o oitavo paradoxo ("A indústria de comunicação de massa está em profunda crise no Brasil, com a queda nas tiragens dos jornais e revistas e queda na publicidade, fortemente endividada pelo estreitamento do mercado e invasão das multinacionais, mas ainda assim apóiam entusiasticamente o projeto neoliberal")

4) Fontes e citações

Vale lembrar que trata-se de um artigo, gênero baseado na opinião/conhecimento/ponto de vista do autor.

Predomínio do discurso indireto.

O uso das aspas foi para se referir a expressões creditadas a Delfim Neto ou a algum contexto histórico, como elencado no item acima.

Cita o cientista político José Luis Fiori e o político Delfim Neto

Uso de notas de rodapé, para contextualizar ou até citar referência de consulta, como nos parágrafos 13 e 14:

Parágrafo 2 – para contextualizar, na época em que foi escrito o artigo, os jornais brasileiros "igualmente conservadores e neoliberais": No Brasil circulam cinco jornais de referência nacional que exercem papel crucial na definição da agenda nacional e são todos conservadores e geridos como propriedade familiar: O Globo, Jornal do Brasil, Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e Gazeta Mercantil. Há mais três jornais de grande circulação ou importância, mas sem o mesmo impacto nacional, e igualmente conservadores: Zero Hora, de Porto Alegre, Correio Brasiliense, de Brasília, e o Dia, do Rio de Janeiro. Esses oito jornais somam 40% da circulação de todos os diários brasileiros, de cerca de 8 milhões de exemplares.

Parágrafo 4 – "Não há jornais de esquerda nem jornais alternativos": Há uma única revista alternativa de projeção nacional" Caros Amigos, mas sua capacidade de intervenção é restrita, tanto por sua periodicidade mensal como por sua tiragem, da ordem de 50 mil exemplares apenas. Entre as revistas semanais, que têm grande importância no Brasil, apenas a Carta Capital faz a crítica do neoliberalismo, mas sua tiragem é de

apenas cerca de 70 mil exemplares e suas críticas são pontuais, discutindo os problemas da economia globalizada sem necessariamente contrariar seus leitores, a maioria vinculada ao mundo dos negócios. Em contraste, as revistas semanais *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, iguais na defesa do neoliberalismo, vendem cerca de 2 milhões de exemplares

Parágrafo 7 – “Havia jornais anarquistas e marxistas, nacionalistas e internacionalistas, católicos e feministas”: Foram mais de 120 os jornais alternativos dos anos 70, dos quais 8 de circulação nacional.

Parágrafo 10 – “Até mesmo três jornais convencionais e uma revista também convencional foram submetidos à censura prévia durante algum tempo”: Os jornais foram *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. *Tribuna da Imprensa* e *Notícias* (de Manaus); a revista foi a *Veja*; e os alternativos mais duramente censurados foram *Opinião*, *Pasquim*, *Movimento* e *O São Paulo*

Parágrafo 11: “Os ricos ficaram ainda mais ricos e os pobres, mais vulneráveis e expostos a condições ainda mais precárias de vida e a uma crescente violência urbana”: O desemprego, que antes da era neoliberal oscilava em torno de 8% da força de trabalho, hoje gira em torno de 18%; a miséria hoje atinge cerca de 40 milhões de brasileiros, a falta de habitação amarga a vida de cerca de 5 milhões de famílias. O narcotráfico, alimentando-se no desemprego, domina amplas áreas das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo

Parágrafo 12 – “A rotatividade nas redações chega a 30% ao ano, e grande parte dos jornalistas abandona a profissão antes de completar dez anos de ofício”: A expressão “passaralho”, resultado da fusão de duas palavras, designa processos de demissão em massa, que ocorrem regularmente das redações brasileiras cada vez que há uma retração no mercado. O último ocorrido no segundo semestre de 2001, levou a demissão de 50 jornalistas de *O Estado de S. Paulo*, 50 da *Folha*, mais de 100 da *Gazeta Mercantil* e 500 da editora *Abril*

Parágrafo 13 – “Enquanto uma fábrica de sabonete, pelas leis antimonopolistas, não pode ter mais de 40% do mercado, as empresas de comunicação de massa, cruciais na formatação da democracia, no Brasil violam tranquilamente a lei e chegam a altas concentrações de mercado”: O parágrafo 5º do artigo 220 da Constituição Brasileira de 1988 diz que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Mas a Rede Globo tem participação societária em 32 emissoras de TV e 20 de rádio, além de centenas de retransmissoras de TV, jornais e editoras de revistas; o Grupo Saad (Rede Bandeirantes) participa em 12 emissoras de TV e 21 de rádio; o grupo SBT tem 10 emissoras de TV; o grupo RBS tem 20 emissoras de TV e 20 de rádio e pelo menos 5 jornais. (Fonte: Conf. Venício Lima. *Mídia, Teoria e Política*, FPA. São Paulo, 2001)

Parágrafo 14 – “Em alguns Estados um único chefe político tem o controle da quase totalidade das emissoras”: É o caso do ex-presidente Sarney, cuja família controla cerca de 15 emissoras de rádio e TV do Maranhão. 21% dos congressistas brasileiros são proprietários de rádio ou TV, todos de partidos conservadores. (Fonte: Conf. Venício Lima, op.cit)

5) Procedimentos de objetividade

O uso entre aspas de expressão emprestada (e identificada) ou referente a contextos históricos; o uso da fonte em negrito para destacar os 10 paradoxos ou palavras ligadas às consequências do neoliberalismo; recorrer ao recorte histórico: neoliberalismo e ditadura militar; citar fontes e obra de referência (indicadas no item acima); descrição dos acontecimentos com tentativa de separação entre “fatos/notícias” e “análises/comentários” ao descrever a comparação da mídia na época da ditadura; recurso a fórmulas de precisão (cifras, referências a

espaço e tempo, etc.) nas notas de rodapé (indicadas no item acima)

6) Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso (exagero, simplificação, oposição, deformação, amplificação emocional)

Para qualificar atos/ações/acontecimentos:

"mercado de ideias" = "o intercâmbio livre de ideias e propostas controversas como o melhor meio de se chegar às soluções justas e eficazes para o conjunto da sociedade" à luz do neoliberalismo

"mesmice jornalística" = no Brasil, "os jornais de referência nacional se tornaram tão parecidos que é comum confundir um com outro nas bancas de revistas. Trazem as mesmas manchetes, as mesmas fotos dispostas da mesma forma, e os mesmos nomes de colunistas" + "fala uniforme dos jornais serve de base documental da pauta das emissoras de rádio e TV, surgindo então o discurso midiático único"

No Brasil, "não há jornais de esquerda nem jornais alternativos" = "o consenso não precisa ser produzido ao longo de um complexo processo midiático de debate argumentativo. Ele já nasce pronto e acabado, nas matrizes dos jornais e revistas semanais. A ideologia de todos os veículos da grande imprensa brasileira possui o mesmo código genético"

Ditadura do discurso único = expressão de Delfim Neto (= "insuspeito ministro da economia na época da ditadura" + "de formação neo-keneynsiana" + "reinava como 'czar da economia'" + "assustou-se com a falta de pluralismo na mídia brasileira")

Ditadura = "pujante imprensa alternativa" (= "embora unidos na oposição à ditadura, eram muito diferentes entre si. Havia jornais anarquistas e marxistas, nacionalistas e internacionalistas, católicos e feministas" + "imprensa convencional, que manteve com a ditadura uma relação em geral complacente" (= "divergia de políticas determinadas adotadas pelos militares, e nesses casos a criticava pesadamente") = "diversidade e a crítica" = "contradições de um regime autoritário" + "frações bem demarcadas da burguesia, e com interesses conflitantes"

Neoliberalismo = "fundiu todas as frações da burguesia numa grande e única metafísica do negócio, num capitalismo global único" + "era neoliberal" = "não é preciso limitar a crítica dos jornais por *manu militari*, porque nenhum jornal adota linha editorial crítica" = crítica mais superficial = "jornalismo meramente denunciata" (= "faz a denúncia da corrupção a partir de uma posição moralista, mas sem estabelecer os vínculos entre a corrupção e o modo de implantação do neoliberalismo") + "aprofundaram as diferenças sociais" + "crescente polarização da sociedade" + "ausência de polarização ideológica entre os veículos de comunicação" + "estresse tornou-se a doença ocupacional típica do jovem jornalista" (= "mal da censura interna, da restrição à liberdade de crítica e expressão e de criação, apesar de compartilharem os valores neoliberais" + "padrão mais autoritário do que nunca" + "rotatividade nas redações" + "ética jornalística desapareceu das redações" e "supressão da liberdade de informar" = "condição natural" = "o mais estressado pelos processos de alienação no ambiente de trabalho")

Brasil = "o maior partido de esquerda da América Latina e um dos maiores do mundo, o Partido dos Trabalhadores" + "um dos maiores movimentos sociais do mundo, o Movimento Sem Terra (MST)" + "nas três campanhas presidenciais que ocorreram depois da instauração da democracia, houve alternativas reais à escolha do eleitor, de um lado um candidato de direita, defendendo o neoliberalismo, e de outro, candidatos de oposição à globalização de cunho neoliberal. No entanto, a mídia assumiu em todas essas campanhas a defesa ativa das

<p>candidaturas neoliberais”</p> <p>empresas de comunicação de massa = “cruciais na formatação da democracia”</p> <p>privatização do Estado + privatização das concessões de rádio e TV = “concentração das emissoras de rádio e de TV em poucas mãos: só que essas mãos foram em sua maioria políticos conservadores” = “objetivo explícito de ajudá-los a manter estruturas locais de poder fundadas no clientelismo e na corrupção”</p> <p>milagre econômico de 1968 a 1972 (=crescimento extraordinário do PIB, da renda nacional a taxas de 10% ao ano em média, durante cinco anos seguidos) x projeto neoliberal (= estagnação econômica durante quase duas décadas, triplicou a escala do desemprego e massificou a miséria e a exclusão, estancando o universo de leitores + exclusão social = demarcadora da sociedade periférica na era neoliberal)</p> <p>“suicídio empresarial de uma burguesia congenitamente entreguista e subserviente” + “suicídio cultural da comunicação de massa brasileira” = “objetivo estratégico [dos grupos empresariais de comunicações no Brasil] associar-se com capitais estrangeiros, aceitando a condição de subordinação aos grandes grupos globais de mídia” = “indústria de comunicação de massa está em profunda crise no Brasil” (= queda nas tiragens dos jornais e revistas e queda na publicidade, fortemente endividada pelo estreitamento do mercado e invasão das multinacionais)</p> <p>“mídia celebra a ausência de padrões dominantes nas artes, nos hábitos, na religião, na constituição da família e na sexualidade” + “propõe a era da convivência dos contrários, da tolerância étnica, enfim do pluralismo em todas as suas formas” x “menos no modelo econômico: nesse, o neoliberalismo se coloca como a derradeira meta narrativa. Não tolera a divergência, não admite valores que não sejam os seus”</p>
<p>7) Procedimentos de persuasão</p> <p>Uso de cifras e outras referências que possam sustentar os argumentos e tornar verídicos os relatos nas notas de rodapé; Integração dos diferentes fatos e acontecimentos num encadeamento de causas e consequências ao optar pelo recorte histórico para comparar o papel da imprensa brasileira: ditadura militar e neoliberalismo; uso de argumentos e conceitos conhecidos ao referir-se aos jornais e revistas brasileiras; citação de especialistas e fontes credíveis que ajudam a sustentar os argumentos</p>
<p>8) Tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, diálogos e texto citado, argumentativo)</p> <p>Texto opinativo (usando definição de Melo, 2003) e argumentativo (usando definição de Sousa, 2008)</p>
<p>9) Gêneros jornalísticos</p> <p>Usando definição explicitada no item anterior deste capítulo, trata-se de artigo do tipo ensaio.</p>
<p>10) Atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas</p> <p>Através do levantamento do item 6 (Procedimentos de intensificação e dramatização do discurso), dos apontamentos do item 5 (Procedimentos de objetividade), das características do gênero jornalístico e tipo de texto, é possível discorrer que os 10 paradoxos elencados pelo autor visa a crítica da falta de pluralismo na imprensa brasileira diante do modelo econômico neoliberal, sendo esta moldada e refém da ditadura do discurso, sem a intenção do autor de oferecer alternativas para situação caracterizada</p>

<p>11) As notícias como atos linguísticos (baseado em definição na nota de rodapé 17)</p> <p>Através da forma didática de elencar os 10 paradoxos e as principais consequências da atuação da imprensa brasileira à luz da cartilha do pensamento único neoliberal, o texto funciona como um ato linguístico, que visa informar o leitor ao mesmo tempo que pode convencê-lo da opinião/do ponto de vista do autor e divulgar o posicionamento do <i>Caderno Diplô</i>.</p>
<p>12) Assinatura e produção da informação</p> <p>Texto assinado por Bernardo Kucinski</p> <p>Traz que é professor titular da Escola de Comunicações e Artes da USP. Produtor do site de <i>media criticism</i> "As Cartas Ácidas", publicado no site www.agenciartamaior.com.br. Autor dos livros <i>A Síndrome da Antena Parabólica: Ética no Jornalismo Brasileiro</i>, Ed. FPA, São Paulo, 1998, e <i>As Cartas Ácidas da Campanha do Lula</i>. Ateliê Editorial, São Paulo, 200</p>
<p>13) O dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido</p> <p>Existem mais paradoxos além dos 10 enumerados pelo autor? Ficou claro o que é o liberalismo? O perfil do jovem jornalista é real? A diversidade e a crítica realmente não têm lugar/expressão na imprensa brasileira? A contextualização da ditadura e a relação com a imprensa na época tem mais versões/fatos determinantes? O panorama midiático brasileiro está representado bem no texto?</p>
<p>14) O contexto gráfico (dimensão, localização na página, localização no jornal, chamada à primeira página, associação a fotografias ou outras imagens, ênfase dos títulos, colocação de molduras, recortes, destaques textuais, outras formas de saliência gráfica)</p> <p>Ocupa quatro das 52 páginas.</p> <p>Segue layout padrão com chapéu, título, olho, crédito do autor, intertítulos, olhos internos, rodapé explicativo (com informações adicionais não contempladas no texto), descrição da atividade intelectual do autor.</p> <p>Há intertítulos: "Pluralismo editorial da ditadura", "Ausência de polarização na mídia", "Concentração em mãos conversadoras" e "Apoio suicida"</p>
<p>15) Associação de textos a imagens (textos e cartoons, textos a infográficos, textos a fotografias)</p> <p>Ilustração em preto e branco que repete a imagem de um homem com orelhas de rato – que lembram o personagem da Disney, Mickey Mouse. Nas 16 repetições, o homem aparece segurando algo, e dando a entender que está lendo este livro/revista/gibi/jornal, cuja capa tem desenhada a orelha do mesmo estilo</p>

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):

Menção do gênero: Artigo

|

Título: Do discurso da ditadura à ditadura do discurso

Parágrafo 1 a 5: cita a falta de pluralismo na imprensa brasileira na atual hegemonia do neoliberalismo + elenca o primeiro paradoxo: “Não há mercado de ideias no neoliberalismo brasileiro” + consequências para a imprensa atual: a mesmice jornalística, o pensamento único

Parágrafo 6 a 10: ao comparar com a ditadura militar a atual situação da imprensa brasileira, elenca o segundo paradoxo: “Temos menos pluralismo na democracia do que tínhamos na ditadura” + contextualiza os meios de comunicação da época da ditadura” e terceiro paradoxo: “O advento da democracia, ao invés de abrir mais interfaces de conflito entre o jornalismo e o Estado e aumentar o espaço e a profundidade da crítica, tornou-se ainda mais superficial” + consequência para a imprensa atual: denunciismo

Parágrafo 11: diante das desigualdades sociais geradas pelo modelo neoliberal elenca o quarto paradoxo: “mídia uniformemente conservadora numa sociedade claramente polarizada” + “a vida política no Brasil tornou-se polarizada e fundada em conflitos sociais reais” + nascimento no Brasil “do maior partido de esquerda da América Latina e um dos maiores do mundo, o Partido dos Trabalhadores” e um dos “maiores movimentos sociais do mundo, o Movimento Sem Terra (MST)”

Parágrafo 12: diz que o “estresse tornou-se a doença ocupacional típica do jovem jornalista” e com isso elenca o quinto paradoxo: “O jornalista jovem é hoje, entre todos os brasileiros, o que mais se identifica com o neoliberalismo e, no entanto, o mais estressado pelos processos de alienação no ambiente de trabalho” + consequências: demissões em massa, rotatividade nas redações e ausência de postura ética no jornalismo

Parágrafo 13: ao situar a contexto político da origem da concentração midiática no Brasil, elenca o sexto paradoxo: “A concentração monopolista, violando as leis antimonopólio” (“concentração das concessões de canais de rádio e TV em poucas mãos”)

Parágrafo 14: “À privatização do Estado, correspondeu a privatização das concessões de rádio e TV”, e com isso elenca o sétimo paradoxo: “No jornalismo neoliberal a mídia fala em nome do interesse público mas serve ao interesse privado” + consequências: “as concessões são usadas pelos políticos conservadores com o objetivo explícito de ajudá-los a manter estruturas locais de poder fundadas no clientelismo e na corrupção”

Parágrafo 15: ao resgatar comparação com época da ditadura militar, elenca o oitavo paradoxo: “A indústria de comunicação de massa está em profunda crise no Brasil, com a queda nas tiragens dos jornais e revistas e queda na publicidade, fortemente endividada pelo estreitamento do mercado e invasão das multinacionais, mas ainda assim apoiam entusiasticamente o projeto neoliberal”

Parágrafo 16: afirma que “os grupos empresariais de comunicações no Brasil fecharam totalmente com o projeto neoliberal dentro de uma visão que tem como objetivo estratégico associar-se com capitais estrangeiros”, e diante disso elenca o nono paradoxo: “As empresas brasileiras de comunicação planejam sua própria absorção pelos grandes grupos globais de comunicação”;

Parágrafo 17: o décimo paradoxo é definido como sendo “mais geral” e diz que há “contraste entre a hegemonia completa do projeto neoliberal na mídia brasileira e a ausência de padrões dominantes para todos os aspectos da vida brasileira tratados pela mesma mídia” = “Menos no modelo econômico: nesse, o neoliberalismo se coloca como a derradeira meta narrativa. Não tolera a divergência, não admite valores que não sejam os seus”

6.3 Edição 2 – Alca: o jogo duro do império

Texto 1 (páginas 5 a 9)

Obs.: único texto entre as 3 edições que é uma entrevista, e não um artigo, do tipo ensaio

Título O Brasil não precisa da Alca

Chapéu: Entrevista

Olho: O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães é profundo conhecedor da realidade brasileira e um grande defensor de um projeto nacional capaz de mudar o perfil de acentuadas desigualdades e de grande vulnerabilidade externa do país. Coerente com seus princípios, fez duras críticas ‘a Alca quando dirigia o Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais do Itamaraty. Por sua posição, foi exonerado do Instituto, mas se transformou em uma importante referência na luta contra a tentativa de consolidação do que ele classifica como projeto de subordinação e anexação aos Estados Unidos. Nossa entrevista exclusiva ao Cadernos Le Monde Diplomatique, ele fala do significado do acordo e das saídas para o Brasil

Olhos internos: A Alca vai impedir que a sociedade brasileira tenha os instrumentos necessários para aplicar as políticas públicas, fundamentais para enfrentar as profundas desigualdades

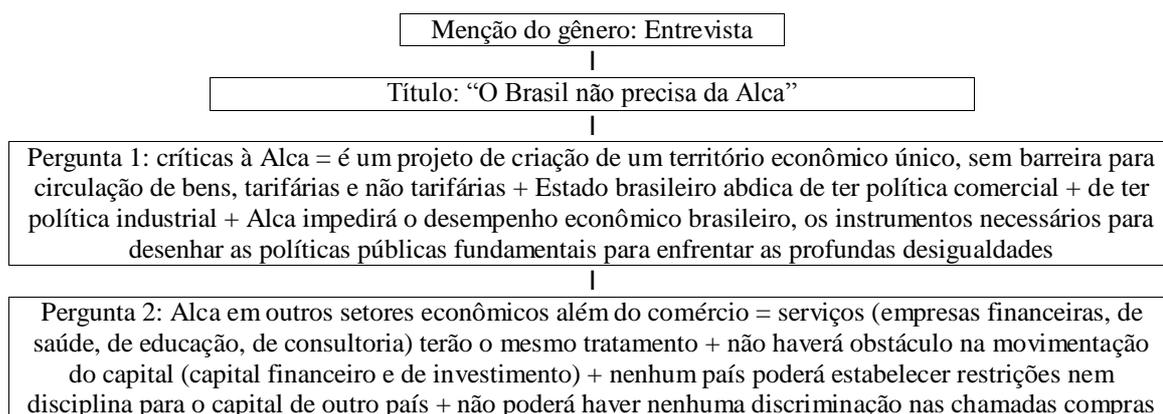
Temos um grande mercado e podemos depender menos dos mercados externos, como é o caso do EUA, que têm uma economia poderosa porque têm um enorme mercado interno

O êxito de uma sociedade não está no aumento das exportações nem ingresso do capital estrangeiro, está no aumento da capacidade instalada e do emprego

Autor(es): Entrevista com Samuel Pinheiro Guimarães, por Débora Lerrer e Gisela Mendonça

Reaproveitado: não informado

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



governamentais (uma empresa qualquer, localizada em qualquer país das Américas, poderá participar das concorrências públicas com igualdade de condições + na área tecnológica, regras para proteger os detentores de tecnologia (= grandes empresas) + na agricultura, não haver qualquer subsídio à produção e à exportação = uma anexação

|

Pergunta 3: consequências da Alca para o Brasil = sociedade brasileira marcada por duas características fundamentais, profundas disparidades sociais (de natureza econômica, cultural, regional, racial, política e tecnológica) e vulnerabilidade externa crônica + disparidade de renda, de riqueza, educacional, tecnológica e política, que se concentram dentro das regiões = para superá-las gradualmente só com a ação do Estado, com um projeto nacional, com políticas públicas = a Alca impede

|

Pergunta 4: Alca x nossas vulnerabilidades externas = vulnerabilidades políticas (= Brasil não participa dos organismos de decisão em nível internacional), econômicas (= déficit do balanço de pagamentos e na necessidade de pagar a amortização de empréstimos públicos e privados), tecnológicas (= Brasil paga muito por tecnologia importada e não gera própria), ideológicas (= há profunda penetração da mídia e das agências de notícia na formação do imaginário nacional + a criação do nosso imaginário cultural é feito pela televisão, pelo cinema + não há formação de material cultural no Brasil, que permita termos uma ideia do mundo e de nós mesmos = falta autoestima), militar (= Brasil ter aderido a acordos desiguais, ter a obrigação de não ter estoque de armas e concordar que outros países a tenham, que é diferente do desarmamento)

|

Pergunta 5: Brasil superar desigualdades e vulnerabilidades = Brasil não é um país comum. Se fizermos uma lista com os dez maiores países do mundo em território, uma com os dez maiores países em população e uma com os dez maiores países em PIB (Produto Interno Bruto), há três que aparecem nas três listas: os Estados Unidos, a China e o Brasil + ter o território grande significa que o Brasil tem o maior estoque de biodiversidade e de água doce do mundo. Isso permite que o país tenha recursos naturais necessários para o desenvolvimento, não seja tão dependente. Temos auto-suficiência de energia elétrica + Temos recursos necessários para diversas atividades industriais e para o abastecimento da população que outros países, como o Japão, não têm. Temos uma grande população, o que é fundamental do ponto de vista político internacional = Por isso podemos ter um grande mercado interno e depender menos dos mercados externos = Brasil precisa desenvolver suas potencialidades, estabelecer políticas que interessem ao seu desenvolvimento. O Brasil não precisa da Alca para fazer isso

|

Pergunta 6: Alca x desenvolvimento acima = Como ter igualdade de condições, se as empresas, no Brasil e nos EUA, são tão desiguais? O déficit brasileiro vai certamente aumentar em relação aos EUA, assim como a nossa competição com eles e com outros países da América Latina. Qual é a vantagem do Mercosul? + cita como exemplo o Nafta para o México = aumentou a concentração de renda, aumentou a pobreza, a situação na área das maquiladoras é gravíssima, as condições de trabalho são terríveis. A internacionalização é muito grande e não houve aumento da renda média do trabalhador, apesar de ter aumentado a renda total do país

|

Pergunta 7: Alca x aumento da exportação brasileira e do PIB = Isso é um equívoco. O que está acontecendo na área comercial é que a maior parte do comércio, inclusive o brasileiro, é entre firmas = É um comércio entre multinacionais. A ideia de que Brasil teria que exportar mais para ter um PIB maior é ridícula. Os países pequenos se especializam em poucos produtos e, como não produzem nada, têm que importar muito. Um país maior acaba tendo a relação de comércio exterior com o PIB menor. Não existe livre comércio nem no mundo nem no Brasil + No caso do comércio exterior brasileiro, foi a ação do Estado em relação às empresas que diversificou a pauta de exportação do Brasil ao criar os programas de incentivos fiscais. Quando você desnacionaliza seu parque industrial é mais difícil, porque não há empresas que sejam independentes = Toda a ideia do desenvolvimento é você sair dos mercados mais difíceis e entrar naqueles em que você tenha poder, possa criar uma política de preços e ser um dos maiores. São as marcas, a distinção de que só a sua empresa sabe fazer aquele tipo de produto. Além disso, existe uma série de regras do comércio internacional que dificultam as exportações. Precisa haver uma política comercial ativa

|

Pergunta 8: Alca x aumento nos investimentos para o Brasil = É outro equívoco. O Brasil, por exemplo, é em si mesmo uma área de livre comércio, no sentido em que não há obstáculos nas exportações de São Paulo para Minas. É mais do que livre comércio, é uma união econômica + guerra fiscal do Brasil = os Estados menos desenvolvidos oferecem mais vantagens para tentar atrair investimento. Na Alca, qual é a área mais desenvolvida? Os Estados Unidos, que têm 80% do PIB das Américas; junto com o Canadá e

México. Onde é que o investimento estrangeiro iria se estabelecer? Se não houver outro atrativo, como o minério, lá. E de lá exportar uma parte para cá, é óbvio, pois não teria tarifa nenhuma. E as atividades intensivas de trabalho ficariam nas áreas de mão-de-obra mais barata

|

Pergunta 9 e 10: Alca e a influência na política e noutros setores = Para empregar, tem que orientar, privilegiar certos tipos de tecnologia industrial. Tem que ter políticas públicas, orientar as atividades econômicas para enfrentar as disparidades. E com a Alca, se for igual ao Nafta, pode acontecer de o fato de o Estado ter escolas grátis ser considerado concorrência desleal, porque prejudica as instituições de ensino privado + No capítulo 11 do Nafta, as empresas podem processar os países se considerarem que as políticas estatais reduzem os seus lucros. E a Alca vai ser igual ao Nafta. Os americanos já propuseram exatamente isso. Existirá uma dificuldade de o Estado ter uma ação direta na economia, pois um dos grandes objetivos dos EUA com a Alca é ter acesso aos recursos naturais

|

Pergunta 11: objetivos estratégicos dos EUA com a Alca = Existem objetivos militares, econômicos e políticos + A Alca, dentro da estratégia norte- americana, aparece como uma consolidação da sua base territorial, eles querem é assegurar este mercado, o acesso aos recursos naturais, principalmente ao petróleo, que é fundamental para a economia deles. Mas querem diversificar as fontes para não depender tanto do Oriente Médio, que é um barril de pólvora. Existem grandes jazidas no México, na Venezuela e algumas no Brasil + aspecto militar = interessa o desarmamento da periferia, a transformação das Forças Armadas em forças policiais, pois a política industrial dos EUA é feita pelo orçamento militar, que é cerca de 400 bilhões de dólares por ano, quase o PIB brasileiro

|

Pergunta 12: defesa da Alca por alguns setores brasileiros = Segundo eles, para promover a liberdade das forças de mercado não deve haver nenhuma intervenção do Estado + A estratégia, portanto, é liberalizar, desnacionalizar, abrir capitais a qualquer custo

|

Pergunta 13: discussão sobre um projeto nacional = projeto nacional é um conjunto de políticas públicas, ou seja, de instrumentos que o Estado tem para influir sobre as atividades econômicas, emprego, educação + política econômica é criar um mercado interno, expandi-lo, não ter disparidades, aumentar a produtividade, a competitividade e, ao mesmo tempo, aumentar empregos = o êxito de uma sociedade = está no aumento da capacidade instalada e do emprego. Aqui o capital estrangeiro entrou para usar a capacidade instalada e não para aumentá-la

|

Pergunta 14: a questão é escolher entre a Alca e o Mercosul, ou a Alca e a União Europeia = Na União Europeia existem a indústria alemã, a italiana, a francesa, altamente competitivas, que sobrevivem ao mercado internacional. O efeito é o mesmo. Deixará de haver tarifas com estes países

|

Pergunta 15: conduta do governo nas negociações = É um processo de acomodação, para chegar a uma posição que é comum. O objetivo dessa negociação em si é negativo + O Brasil havia definido quais eram as condições para participar, que era negociar todos os temas ao mesmo tempo, depois negociação por blocos, e que o Mercosul negociaria em conjunto com o Nafta. Depois, estabeleceram as condições de eliminação de todos os subsídios à produção, à exportação, dos obstáculos ao acesso de mercado, e que os Estados Unidos aceitariam rever sua política de proteção. No entanto, os EUA já declararam oficialmente que não vão negociar os seus produtos agrícolas nem sua legislação de proteção comercial. Estão negociando separado, país por país, com o Chile, com o Uruguai

|

Pergunta 16: sociedade x processo acima = No fundo, a legislação econômica brasileira está sendo elaborada não pelos seus representantes legais, os deputados e senadores, que são os escolhidos para isso, mas por um grupo de pessoas do Executivo

|

Pergunta 17: indústria cultural americana no Brasil com a Alca = A Alca não tem mecanismos específicos na área da cultura, porém a idéia é que não haja nenhuma restrição à produção cultural estrangeira. Não será possível estabelecer proteção à produção cultural local + O importante é garantir a diversidade e lutar contra o monopólio cultural. Basta ter uma política que estabeleça que não pode existir uma exibição maior do que a produção brasileira em algum veículo = É uma estratégia que não é restrição e sim uma maneira de diversificar as manifestações culturais

Texto 2 (páginas 10 a 11)

Título: O império do capital financeiro

Chapéu: Finanças

Olho: Os EUA querem com a Alca aprofundar a desregulamentação do mercado financeiro do país. No nosso mercado, já aberto, uma maior liberalização vai além de acordos firmados na OMC e implicará em mais riscos para o país

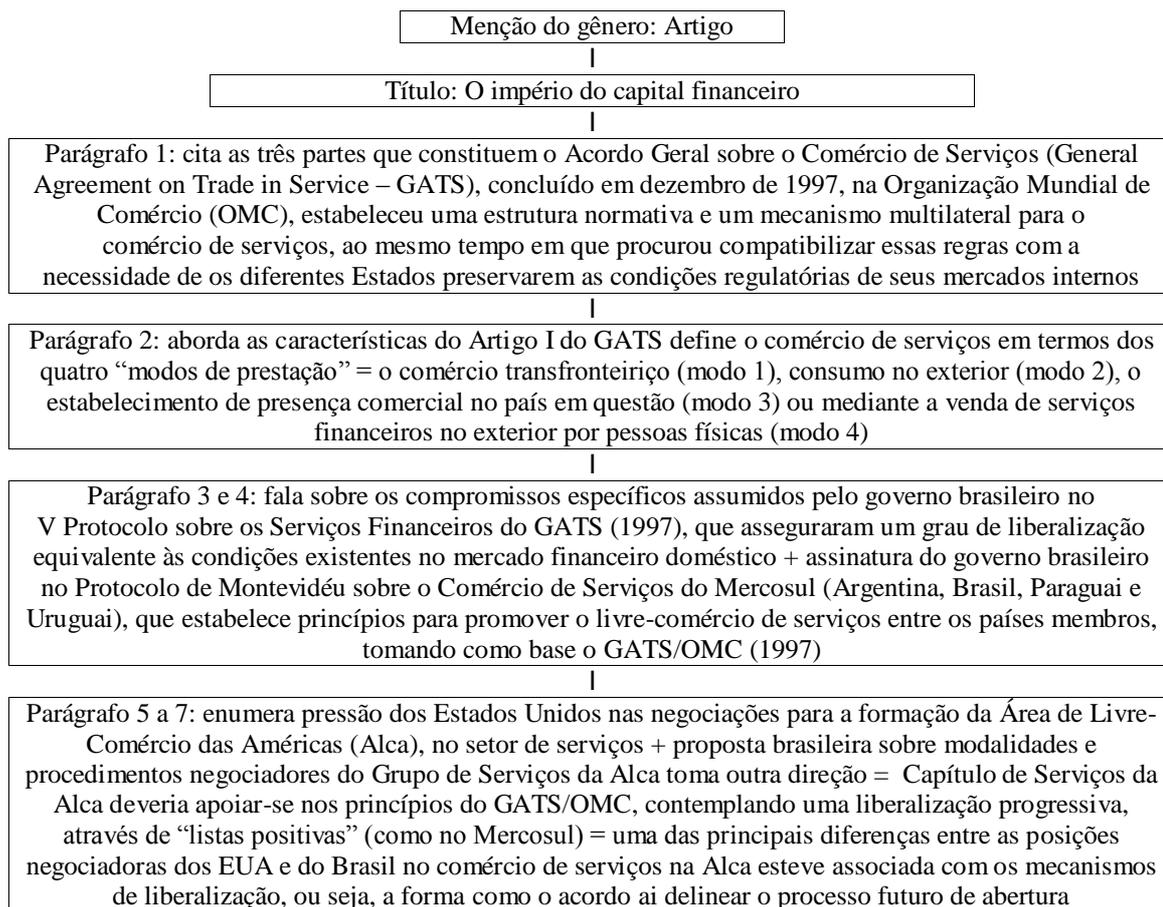
Olhos internos: As negociações devem respeitar o equilíbrio entre os objetivos da liberalização e a prerrogativa regulatória dos Estados para a consecução de seus objetivos de política nacional

A liberalização do setor financeiro resultou de uma “decisão unilateral” do Brasil, que não foi objeto de reciprocidade em âmbito multilateral

Autor(es): Marcos Antonio Macedo Cintra e Sérgio Luiz Cerqueira Silva

Reaproveitado: não informado

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Parágrafo 8: “lista negativa” = exige que os países conheçam seus regimes regulatórios e tenham capacidade de discernir os setores que necessitam proteger, por objetivos de política nacional, e os que podem submeter ao processo de liberalização x para países em desenvolvimento, como o Brasil, onde os regimes regulatórios encontram-se em transição, inclusive pela abertura financeira, privatizações de serviços públicos e entrada de investimento estrangeiro direto durante os anos 90, as “listas positivas” certamente são mais adequadas = país manteria margem de negociação em setores não incluídos na lista, podendo ampliá-la gradativamente, à medida que a regulamentação dos setores fosse implementada

Parágrafo 9: Outro tema controverso é o tratamento aos investimentos diretos em serviços (presença comercial) = Um dos principais receios, implícitos na posição brasileira, é a perda de capacidade regulatória dos países membros diante de um acordo supra-nacional regendo os investimentos.

Parágrafo 10 e 11: em termos dos modos de prestação de serviços no âmbito do GATS/Mercosul, observa-se que o governo brasileiro promoveu uma expressiva abertura e liberalização da “presença comercial” + a liberalização financeira unilateral efetuada no Brasil serve para conter as exigências dos EUA no comércio transfronteira e fortalecer outros setores – de serviços, agrícolas ou industriais. Ademais, adiar uma segunda onda de liberalização do mercado financeiro brasileiro pode ser importante para aperfeiçoar os mecanismos regulatórios domésticos

Texto 3 (páginas 17 a 15)

Título: Um passo a mais rumo à recessão econômica

Chapéu: Indústria

Olho: Mesmo que os EUA abandonem suas medidas protecionistas, que atingem os produtos brasileiros mais competitivos, a Alca tende a impor uma especialização industrial ainda mais regressiva do que a imposta pela abertura comercial

Olhos internos: Para as economias que lutavam para construir um parque industrial moderno em meio ao estágio avançado de oligopólio mundial, a abertura comercial foi um aborto

Os gastos totais com a folha de salários no Brasil são inferiores aos de seus competidores, mesmo incluindo os tão criticados encargos sociais

Autor(es): Fernando Camargo

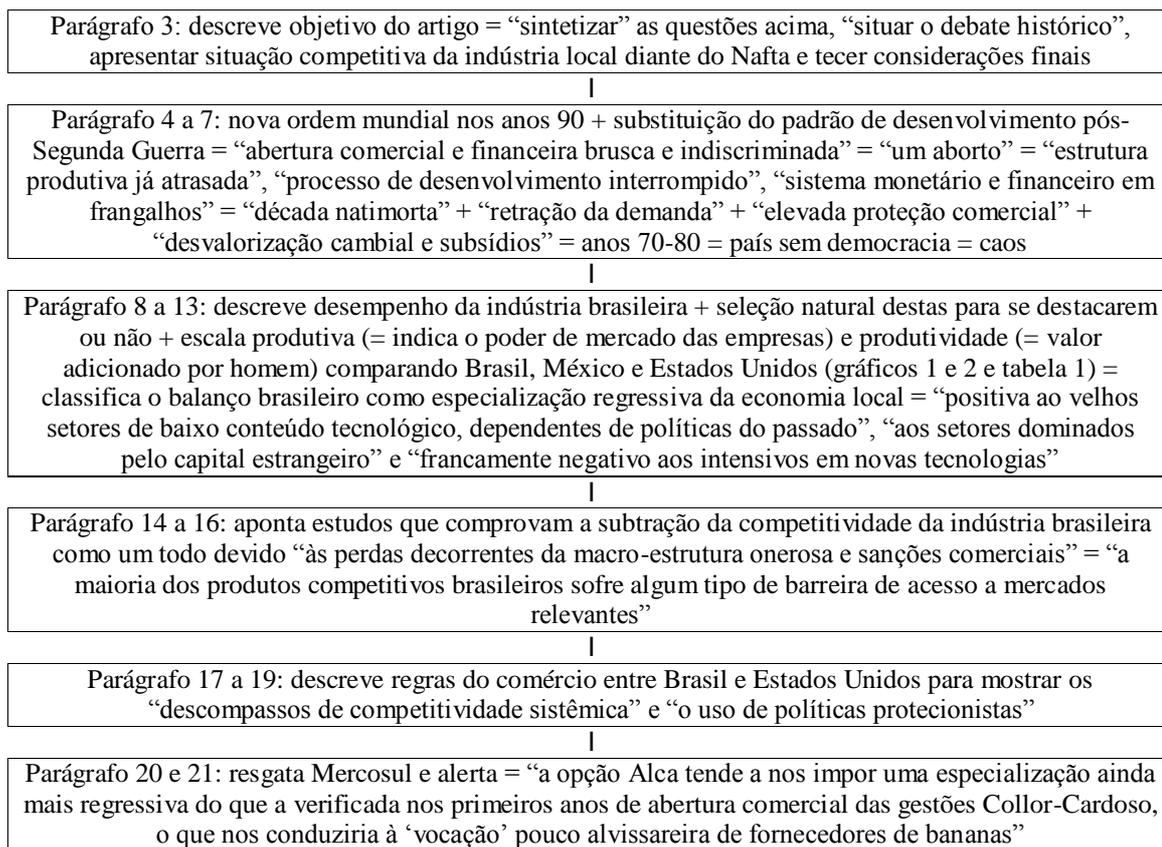
Reaproveitado: não informado

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):

Menção do gênero: Artigo

Título: Um passo a mais à regressão econômica

Parágrafo 1 e 2: aponta desvantagens da indústria brasileira diante da norte-americana em particular nas “áreas intensivas em tecnologia e de elevado valor adicionado “+ Brasil = “histórico papel de importador de tecnologia” + “setores competitivos vitimados por barreiras de acesso aos mercados do norte por instrumentos diversos de política comercial”



Texto 4 (páginas 16 a 17)

Título: A soberania ameaçada

Chapéu: Defesa

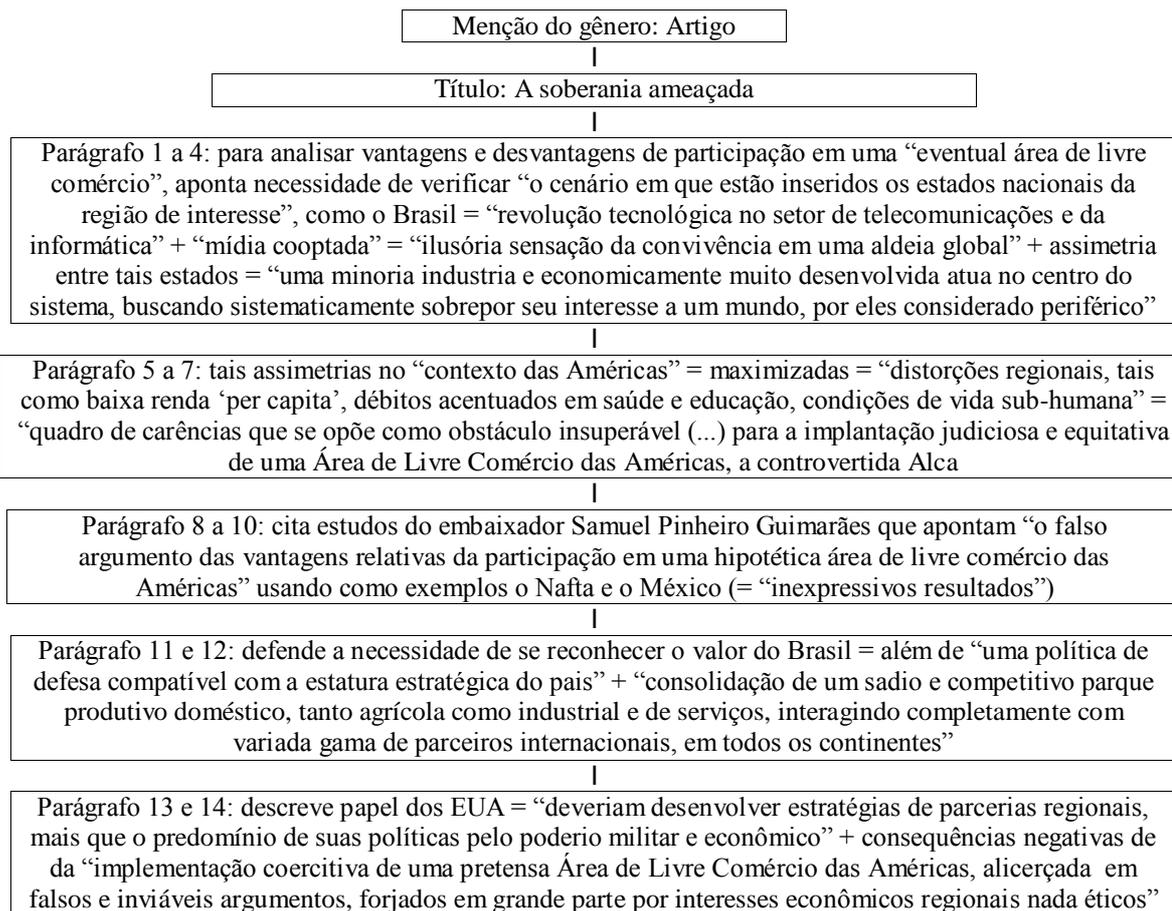
Olho: No cenário internacional atual, um país de dimensões continentais como o Brasil precisa de uma política de defesa compatível com sua estatura estratégica. A Alca, alicerçada em falsos e inviáveis argumentos, servirá somente para assegurar objetivos de expansão imperial

Olhos internos: O Brasil sente os reflexos da política de segurança induzida pelos EUA que propugna pela redu o das Forças Armadas e a assinatura, sem contrapartidas, de tratados desiguais de desarmamento

Autor(es): Sérgio Xavier Ferolla

Reaproveitado: não informado

Esquema da representa o estrutural do texto analisado e da teia de rela es da argumenta o, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 5 (páginas 18 a 21)

Título: Nova arquitetura militar nas Américas

Chapéu: Defesa

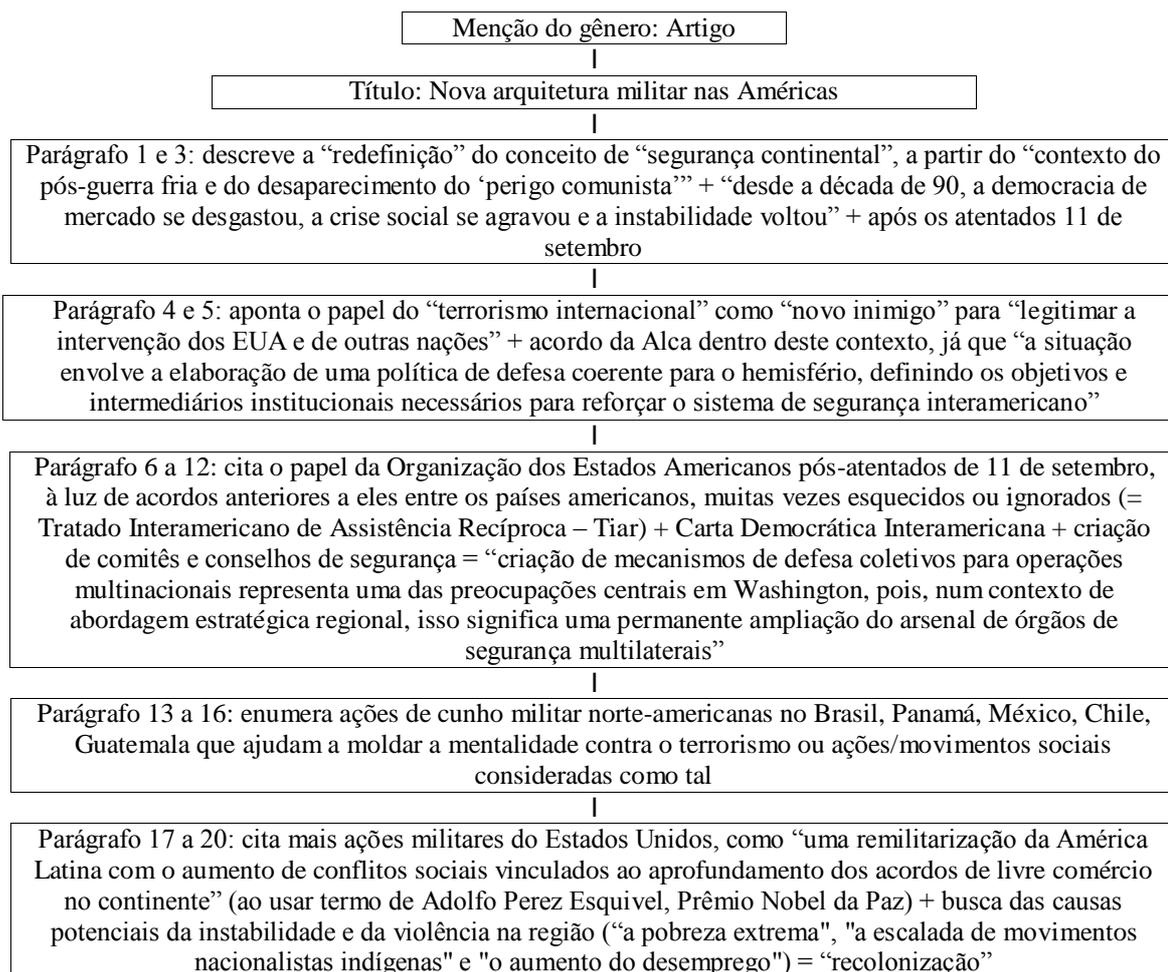
Olho: Enquanto redefine seu conceito de segurança continental, Washington trata de acelerar a criação de mecanismos de defesa coletivos, que garantam sua ingerência para enfrentar a instabilidade política e econômica que pode se aprofundar com a Alca

Olhos internos: A instabilidade política e econômica, que sempre serviu de pretexto para legitimar a intervenção dos EUA, “reaparece como uma ameaça potencial à segurança da região”

Autor(es): Janette Habel

Reaproveitado: Tradução. Publicado originalmente no LDM em janeiro de 2001

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 6 (páginas 22 a 25)

Título: Um acordo entre governos e o mundo dos negócios

Chapéu: Déficit democrático

Olho: A Alca é resultado do objetivo norte-americano de generalizar as normas do Nafta para todo o continente e vem sendo negociada por um regime partidário ainda mais seletivo e sectário do que o encontrado no plano multilateral

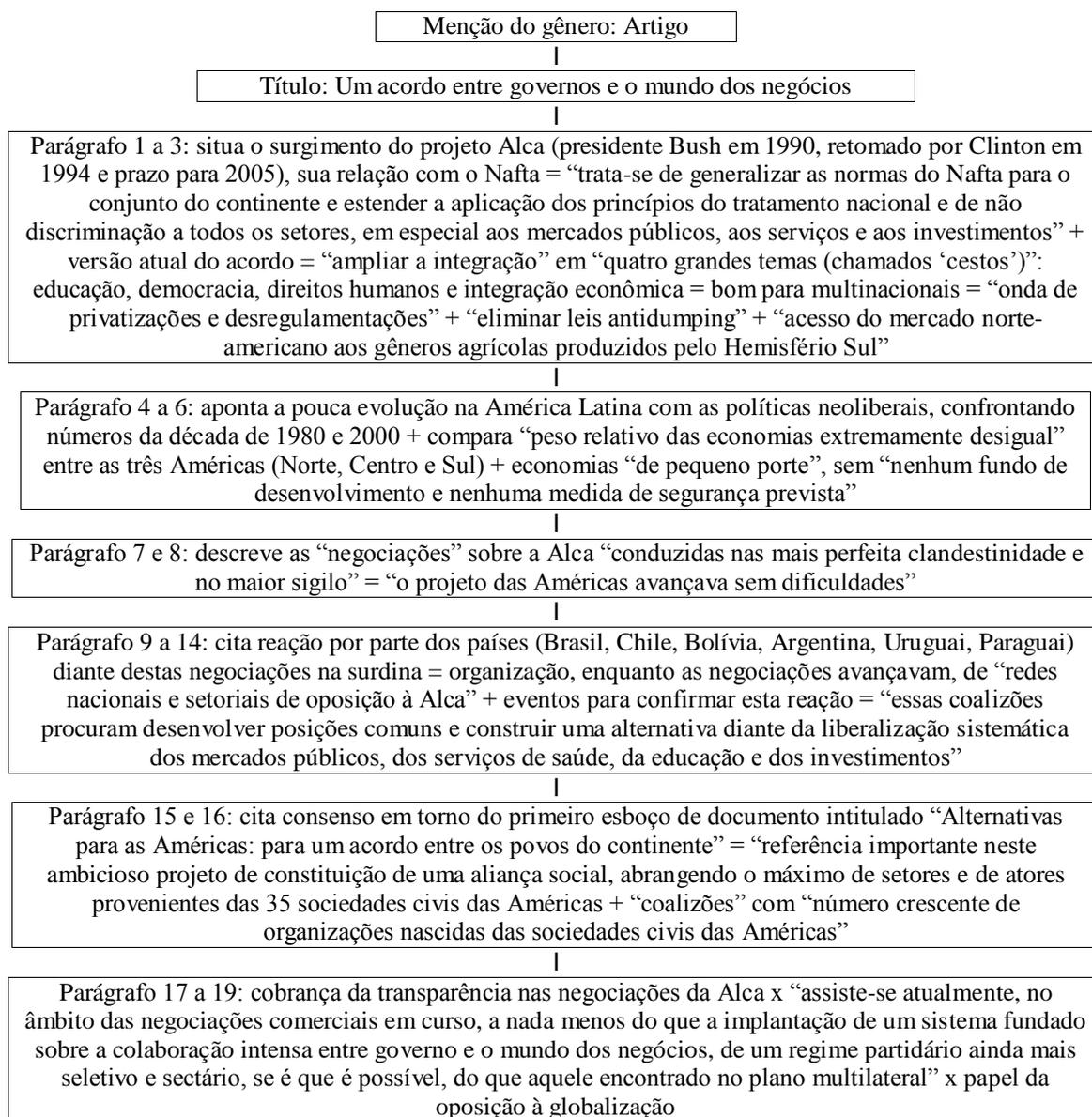
Olhos internos: Está em jogo a aplicação dos princípios de tratamento nacional e de não-discriminação a todos os setores – em especial aos mercados públicos, aos serviços e aos investimentos

As negociações são conduzidas sem que os cidadãos ou mesmo seus representantes políticos, deputados ou senadores, sejam informados de seu progresso ou de seu conteúdo

Autor(es): Dorval Brunelle

Reaproveitado: Tradução. Publicado originalmente no LDM em abril de 2001

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 7 (páginas 26 a 29)

Título: A serviço de quem?

Chapéu: Setor de serviços

Olho: A Alca significará mais desnacionalização, mais submissão, mais dependência. Os bancos comerciais serão estrangeiros e os de investimentos, situados em Nova York. As Bolsas de Valores e de Mercadorias regionais desaparecerão. Os setores culturais e educacionais serão aniquilados

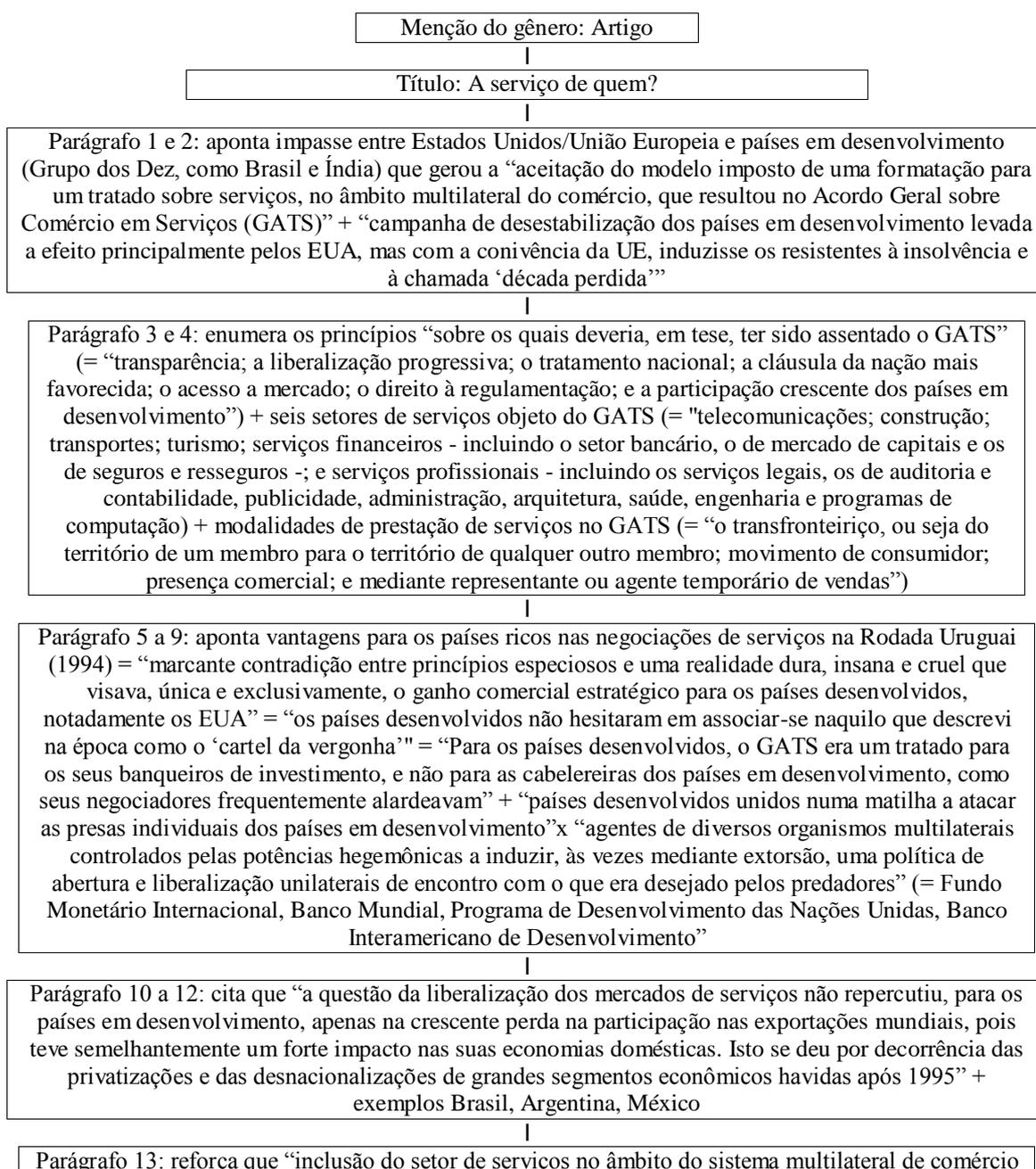
Olhos internos: Para a consecução de seu objetivo tanto hegemônico quanto rapace, os países desenvolvidos não hesitaram em associar-se num “cartel da vergonha”

A inclusão do setor de serviços no âmbito do sistema multilateral de comércio veio a beneficiar um núcleo central de países desenvolvidos

Autor(es): Durval de Noronha Goyos Jr.

Reaproveitado: não informado

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



veio a beneficiar, quase que exclusivamente, um núcleo central de países desenvolvidos, em detrimento dos países em desenvolvimento e da grande maioria da população mundial”+ “os prestadores de serviços dos países em desenvolvimento ficaram alijados dos mercados das grandes potências econômicas como resultado das discriminatórias medidas impeditivas à sua livre movimentação, implantadas como resultado do conluio havido por ocasião da formação do chamado ‘cartel da vergonha’”

Parágrafo 14 e 15: descreve papel no Nafta na evolução da Alca, destacando as desvantagens para o México com o primeiro acordo

Parágrafo 15 a 17: enumera as consequências negativas para os países em desenvolvimento com a formatação da Alca nos serviços de alta complexidade” que “seriam desnacionalizados, inclusive pela perda de economia de escala decorrente da falta de acesso aos mercados dos EUA por decorrência das barreiras horizontais de movimento de prestadores de serviços” = nos setores bancário, jurídico, da saúde, educacional e cultural = “Os habitantes dos países em desenvolvimento serão, assim, inexoravelmente convertidos em desesperançados servos econômicos reduzidos a perplexos observadores da prosperidade alheia, desde a triste perspectiva de suas miseráveis senzalas”

Texto 8 (páginas 30 a 33)

Título: A quem pertence o conhecimento?

Chapéu: Saber X mercado

Olho: A maioria das inovações e invenções baseia-se em ideias que são parte do bem comum da humanidade. É inaceitável limitar o acesso à informação e ao conhecimento para proteger interesses particulares, como fazem os acordos internacionais sobre propriedade intelectual

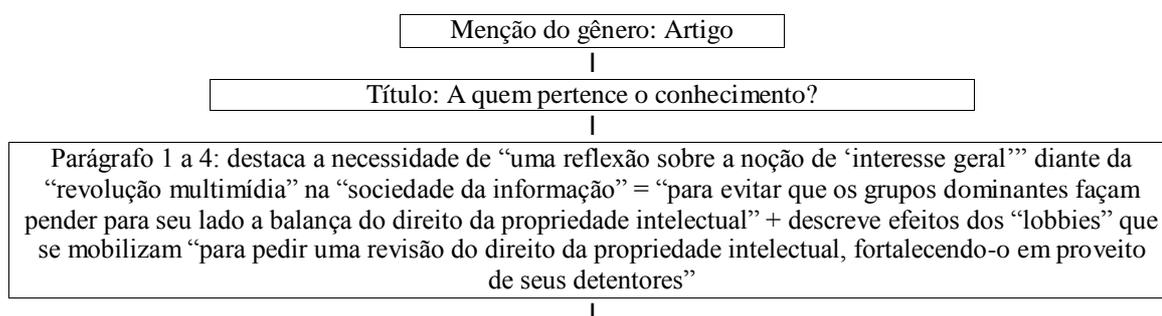
Olhos internos: É preciso refletir sobre a noção de “interesses geral” para evitar que os grupos dominantes façam pender para seu lado a balança do direito de propriedade intelectual

O que está em jogo é o estímulo à criação, seu resgate, e não apenas a proteção dos detentores dos direitos

Autor(es): Philippe Quéau

Reaproveitado: Tradução. Publicado originalmente no LDM em janeiro de 2000

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Parágrafo 5 e 6: “maioria das inovações e invenções baseia-se em ideias que fazem parte do bem comum da humanidade” = “É portanto uma aberração limitar o acesso à informação e ao conhecimento que constituem esse bem comum, por força de um direito excessivamente preocupado em proteger interesses particulares” + “Garantir a proteção de um ‘domínio público’ mundial da informação e do conhecimento é um aspecto importante da defesa do interesse geral” = papel do mercado que “se aproveita dos “bens públicos mundiais” atualmente disponíveis, como o conhecimento pertencente ao domínio público ou as informações e pesquisas financiadas por verbas públicas, mas não contribui diretamente para sua promoção e defesa” = “as organizações internacionais, em contrapartida, teriam tudo para fazê-lo”

|

Parágrafo 7 a 10: “A ‘revolução multimídia’ serviu de detonador e de pretexto para iniciar um ciclo de revisão do direito de propriedade intelectual que começou em 1976, com a revisão da lei do direito autoral (Copyright Act) nos Estados Unidos” + acordos firmados mundialmente + exemplos práticos desta evolução na China, Índia, Paquistão, África do Sul

|

Parágrafo 11 a 15: “No momento em que os operadores privados tentam ampliar seu domínio de apropriação da informação, é urgente reavivar, fortalecer e proteger a noção de ‘domínio público’ contra a voracidade dos interesses particulares” + exemplos da invasão dos interesses particulares nos EUA e na França + e indaga = “as informações contidas nas bases de dados públicas não pertencem, de pleno direito, ao domínio público?” + “se o Estado detém o monopólio da coleta dessas informações, ele não pode abrir mão delas sem prejuízo do cidadão”

|

Parágrafo 16 e 17: aponta consenso entre os Estados Unidos e a Europa para permitir empresa privadas cuidando de informações antes somente de posse dos governos/Estados x necessidade de “preservar os interesses de todas as partes” = países em desenvolvimento

|

Parágrafo 18 a 21: “O que está em jogo é o estímulo à criação, seu resgate, e não apenas a proteção dos detentores dos direitos. Se a sociedade concede certa proteção ao inventor, isto se dá em troca de contrapartidas, concebidas segundo “os altos interesses da humanidade”: fazer com que a invenção por fim caia no domínio público, que seja descrita com precisão e publicada, para que todos possam dela se apropriar” + “É mais vantajoso para a humanidade fazer circular livremente as ideias e o conhecimento que restringir essa circulação”

|

Parágrafo 22 a 27: enumera saídas para que os “direitos fundamentais como acesso à informação e a liberdade de expressão” sejam “levados em conta quando se estende a propriedade intelectual” = nos EUA, Thomas Jefferson = uso didático e as citações com fins universitários de textos protegidos + fundos gerados pela arrecadação de patentes usados para “estimular a criação de uma biblioteca pública virtual mundial, constituída somente de textos pertencentes ao domínio público e, portanto, acessíveis a todos gratuitamente” + “financiar pesquisas negligenciadas por sua falta de interesse para o ‘mercado’”, = “Estas somas poderiam ser alocadas nas agências das Nações Unidas notoriamente sub-financiadas, que desempenhariam então muito melhor o papel que delas se espera, de reguladoras da pesquisa em nível planetário — papel este que o mercado por si mesmo é absolutamente incapaz de desempenhar”

Texto 9 (páginas 34 a 37)

Título: Enquadramento aos interesses norte-americanos

Chapéu: Saber X mercado

Olho: A proposta dos EUA sobre direito de propriedade intelectual para a Alca transporta o modelo de sua própria legislação e estabelece patamares ainda mais elevados do que os da OMC. Seu único objetivo é conseguir benefícios ainda maiores para suas indústrias

Olhos internos: Com a Alca, os EUA pretendem impor patente de plantas e animais, o que tem sido expressamente rechaçado pelas maiorias das legislações latino-americanas

Elevados padrões de proteção não significaram fluxos de tecnologia e de investimentos estrangeiros para a produção local na maioria dos países em desenvolvimento

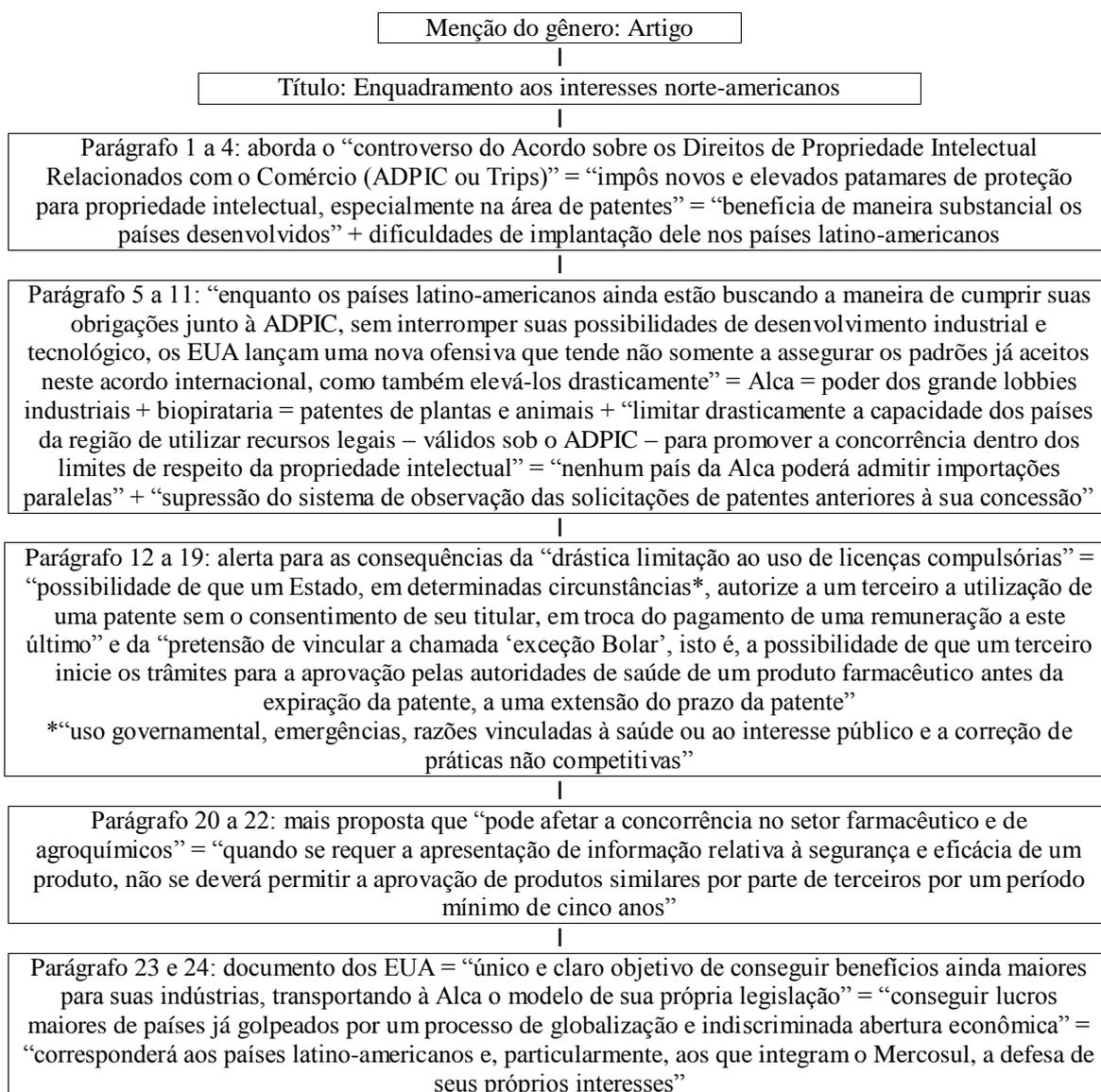
Em sua proposta, os Estados Unidos omitem elementos de equilíbrio como o direito de adotar políticas em defesa dos interesses públicos

A “biopirataria” é facilitada por peculiares critérios de patenteabilidade aplicados pelo Escritório de Patentes de Washington, que a proposta deles mantém inalterados

Autor(es): Carlos M. Correa

Reaproveitado: Tradução

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 10 (páginas 38 a 41)

Título: O triunfo da lei do mais forte

Chapéu: Justiça

Olho: A Alca significará profundas mudanças no ordenamento jurídico do país, que ficará submetido não à sua Constituição, mas às regras impostas para promover o “livre comércio”

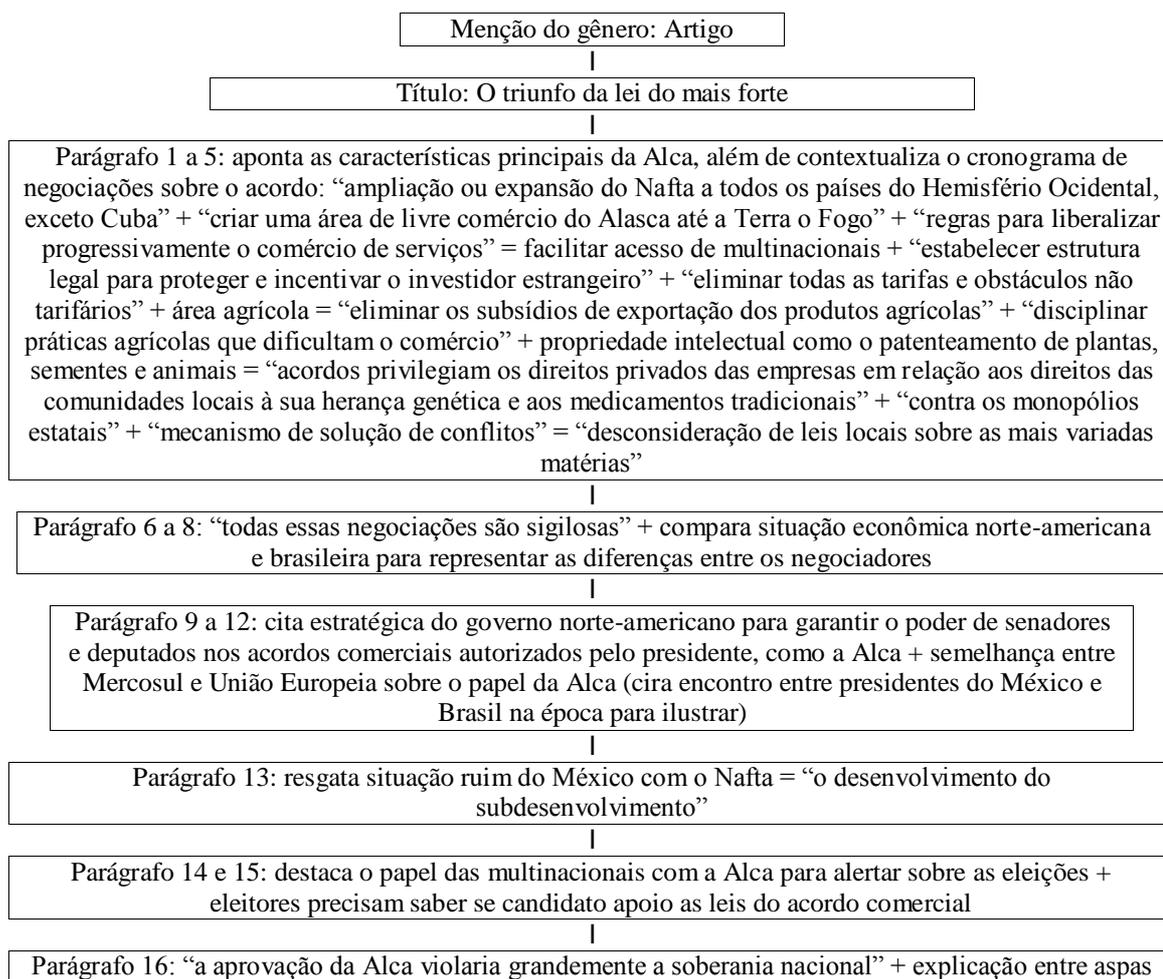
Olhos internos: A efetiva implantação da área de livre comércio dependerá da aprovação de leis que viabilizem aqueles acordos, como a flexibilização das leis trabalhistas

Um juizado decidiria conflitos surgidos no âmbito da Alca, desconsiderando as leis locais sobre as mais variadas matérias

Autor(es): Urbano Ruiz

Reaproveitado: não informado

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



do professor em Direito Constitucional Positivo José Afonso da Silva

Parágrafo 17 e 18: reforça = “a adesão à Alca (...) implicará em modificações profundas em nosso ordenamento jurídico” + importância do plebiscito + eleições = “Não se deseja que o Brasil repita a experiência do México no Nafta, para não se lamentar” + texto de Saramago sobre a “morte da Justiça”

Texto 11 (páginas 42 a 45)

Título: O epílogo da subordinação ao grande capital

Chapéu: Agricultura

Olho: A Alca é capítulo mais recente da ideologia norte-americana que, graças à cooptação de intelectuais brasileiros, promove desde a década de 1960 a desnacionalização e o aumento da dependência do setor agropecuário nacional

Olhos internos: A Alca é a consolidação, na agricultura, da perda da soberania nacional sobre o território, a produção agrícola e os recursos naturais

Desde a década de 60 o setor agropecuário e extrativista nacional vem sendo sistematicamente desnacionalizado em nome das diversas modernizações e, mais recentemente, da globalização

As dez maiores empresas de cada ramo controlam 84% do mercado mundial de agroquímicos, 60% do mercado mundial veterinário, 48% do mercado mundial farmacêutico e 30% do mercado mundial de sementes

Autor(es): Horacio M. de Carvalho

Reaproveitado: não informado

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):

Menção do gênero: Artigo

Título: O epílogo da subordinação ao grande capital

Parágrafo 1: aponta agricultura brasileira = “voltada para os interesses dos grandes capitais monopolistas nacionais e estrangeiros” + “objetivos foram e tem sido o da exportação” + “degradação dos recursos naturais renováveis e não renováveis do país, tanto os minerais como as florestas e, mais recentemente, a água doce” = “alijamento das classes populares do acesso à renda e à riqueza produzidas no país” + “ALCA é o epílogo, na agricultura, da perda da soberania nacional sobre o território, a produção agrícola e os recursos naturais” = “submissão explícita (...) aos interesses corporativos dos grandes capitais estrangeiros, em particular o norte-americano”

Parágrafo 2 a 4: contextualização começo das negociações da Alca = objetivo estratégico = “garantir ao capital monopolista norte-americano o governo de fato sobre as sociedades que hoje constituem os países das Américas e do Caribe” “integração forçada e subordinada”

Parágrafo 5 e 6: traça evolução da trajetória da implantação do “capital monopolista norte-americano” nas Américas = “Programas de Adaptação Estrutural (PAE) e de Reformado Estado induzidos pelo FMI e Banco Mundial = “países em a maioria dos países em desenvolvimento foi e está sendo forçada a abandonar a indústria doméstica em favor de interesses empresariais transnacionais; a converter as melhores áreas agrícolas visando a exportação de produtos para a liquidação da dívida externa nacional; a reduzir as despesas públicas em programas sociais e a abandonar a assistência médica universal, a educação e os programas da previdência social; a liberalizar os setores da eletricidade, transportes, energia e recursos naturais; e a remover obstáculos regulamentares ao investimento estrangeiro”

Parágrafo 7 a 10: aponta os “eixos conceituais” da Alca = “fundamentalismo cristão e o neoliberalismo” = “a ponte entre os dois é o antiintervencionismo” = “os elementos que o neoliberalismo combate em nome de seu antiintervencionismo são considerados no fundamentalismo cristão como obras do Anticristo e, portanto, interpretados em termos metafísicos e religiosos” + política expansionista do governo norte-americano = “objetivo tático o colapso do Estado nas sociedades do terceiro mundo e, mais diretamente, nas Américas Central e do Sul e no Caribe”

Parágrafo 11 a 15: “agricultura no Brasil é exemplo emblemático do expansionismo norte-americano (e europeu) sob a ideologia do antiintervencionismo” = “vem sendo sistematicamente desnacionalizado em nome das diversas modernizações e, mais recentemente, da globalização” + Revolução Verde = “consolida-se no mundo a agricultura industrial de base química” = “agricultura brasileira veio sendo submetida a diferentes processos que a subordinam aos interesses do grande capital industrial” + “concentração e centralização oligopolista das empresas privadas de sementes, a presença do capital multinacional na pesquisa científica e tecnológica relacionadas com as sementes e a pressão dessas empresas na definição da legislação sobre a matéria” + Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater x Lei de Proteção de Cultivares = Brasil = “inteira dependência da agricultura e da agroindústria ao capital privado multinacional”

Parágrafo 16 e 17: consequências = “as grandes corporações transformaram a agricultura num negócio” + “a estratégia de ação é estabelecida pela taxa média de lucro” + “soberania alimentar deve ser abandonada” + “oferta de alimentos é substituída pela de ‘commodities’” + social do alimento e da produção agrícola = negócio + “governos de pessoas para o de regulamentador das distorções do mercado” + “cidadão é substituído efetivamente pelo consumidor, sempre que este tiver renda” + “fome passa de uma questão social para um problema de caixa, de dinheiro, para a aquisição de alimentos”

Parágrafo 18 e 19: Brasil = “tendência histórica de privatização do setor agricultura da economia nacional sob o controle integral da empresas multinacionais” + ALCA = “retirar completamente dos governos nacionais das Américas o direito de estabelecer normas em setores como saúde, segurança dos alimentos e meio ambiente”

Texto 12 (páginas 46 a 47)

Título: A água posta em leilão

Chapéu: Meio ambiente

Olho: Essencial à perenidade dos ecossistemas e à sobrevivência da espécie humana, a água corre risco de ser transformada numa simples mercadoria. A experiência do Nafta é exemplar e pode se consolidar coma implantação da Alca

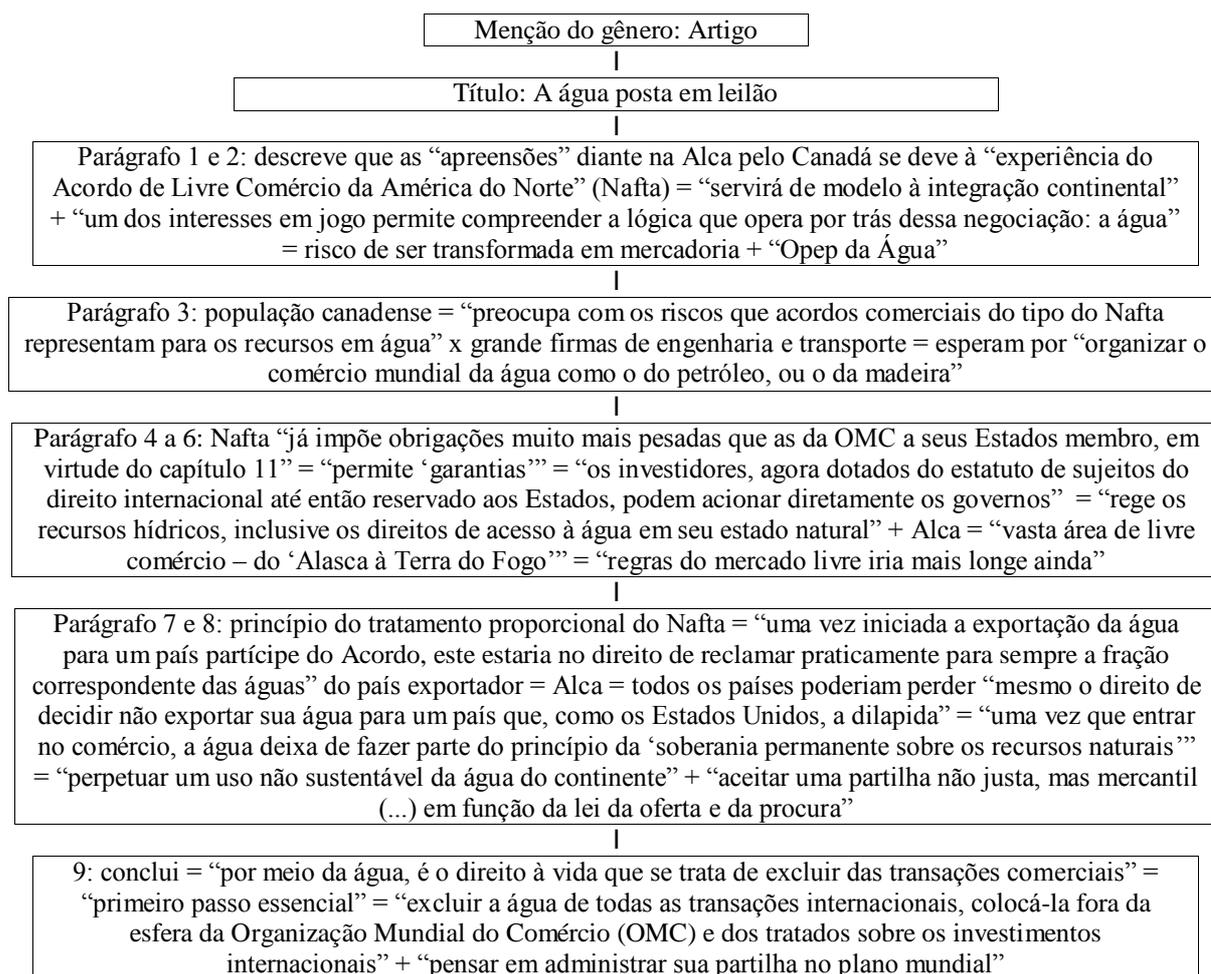
Olhos internos: Com a Alca, todos os povos das Américas estariam obrigados legalmente a perpetuar um uso não sustentável da água do continente

As grandes firmas de engenharia e de transportes esperam o dia em que poderão, finalmente, organizar o comércio mundial de água como o do petróleo, ou o da madeira

Autor(es): Sylvie Paquerot e Emilie Revil

Reaproveitado: Tradução. Publicado originalmente no LDM em abril de 2001

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 13 (páginas 48 a 49)

Título: O estado das coisas

Chapéu: Cultura

Olho: Há 80 anos Hollywood globaliza o cinema. O volume de seus investimentos exige uma resposta econômica que vai além de seu mercado interno, e seu conseqüente monopólio mundial é tido como uma livre manifestação do mercado

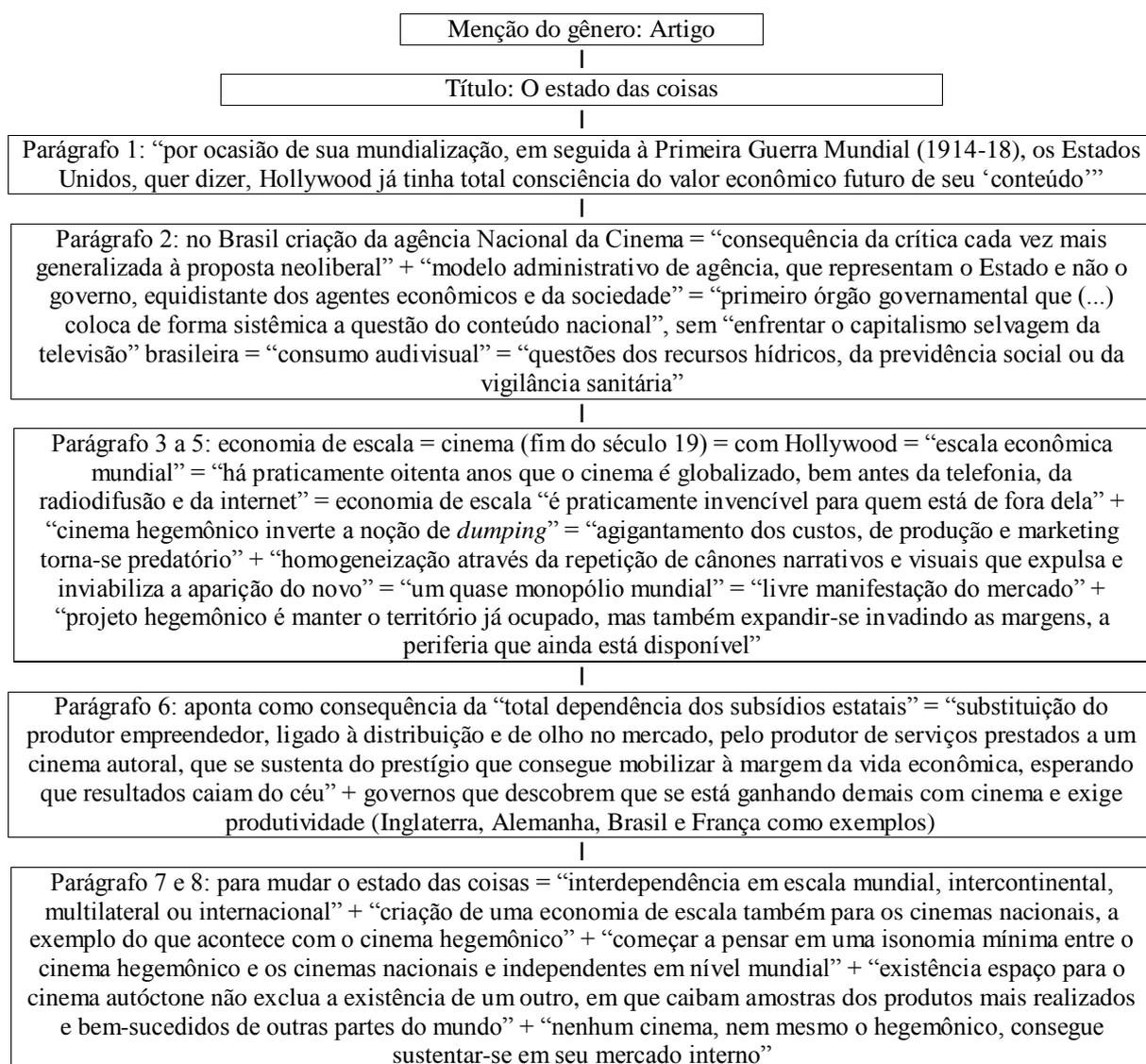
Olhos internos: É difícil saber se durante a primeira metade do século passado foi a nação americana que fez o cinema ou, ao contrário, foi seu cinema que fez a nação americana

O agigantamento dos custos de produção e marketing do cinema hegemônico torna-o predatório, já que exige uma resposta econômica que vai além de seu próprio mercado interno

Autor(es): Gustavo Dahl

Reaproveitado: não informado

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



6.3 Edição 3 – A disputa pelo ouro azul

Texto 1 (páginas 5 a 7)

Título: A nova questão estratégica mundial

Chapéu: Geopolítica

Olho: Essencial para a vida, a água é matéria-prima da indústria e é indispensável às culturas alimentícias. Mantidas as tendências atuais, existe o risco de conflitos explosivos da água neste século

Olhos internos: Em escala mundial, a agricultura é o maior consumidor de água, seguida da indústria: depois vem o consumo da população

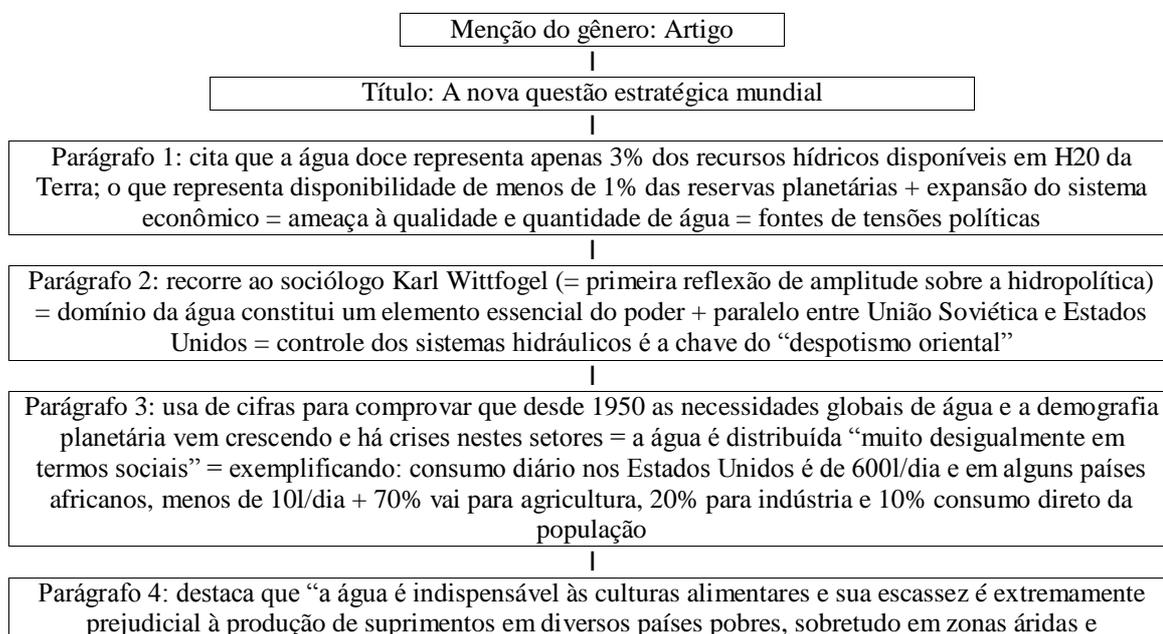
A OMS estima que o conjunto de patologias ligadas ao fator hídrico é responsável, a cada ano, pela morte de mais de 3,5 milhões de pessoas, na maioria crianças

Os EUA construíram sua potência agroalimentar valorizando grandes reformas hidráulicas e, desde então, a comida “é a melhor arma de seu arsenal”

Autor(es): Jean-Paul Deléage

Reaproveitado: Tradução

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



semiáridas” = “daqui a uma geração, cerca de quatro bilhões de pessoas viverão em países incapazes de atingir a autoautosuficiência alimentar” x Estados Unidos = potência agroalimentar + reformas hidráulicas (“food is the best weapon in our arsenal”, expressão do subsecretário de Estado Lawrence Eagleburger)

Parágrafo 5: descreve a evolução do uso da água = século 20 + superfícies irrigadas com fins agrícolas multiplicadas por 6 + desvio de água na Ásia Central para algodão quase fez desaparecer o Mar de Aão quase fez desaparecer o Mar de Aral + uso da água na indústria multiplicado por trinta (água como refrigerador, solvente, diluidor de poluentes) + navegação, pesca, irrigação, produção de energia, para saúde humana + revoluções industriais e o uso da água ao gigantismo (10ton de água para refinar 1ton de petróleo, 250ton para fabricar 1ton de papel, 5 mil ton para 1ton de fibra sintética)

Parágrafo 6 a 8: resume que “industrialização rima com urbanização e aponta as conseqüências tanto nas cidades quanto nos campos = “a travessia de uma cidade é sempre penosa para um rio, pois os habitantes jogam quantidades massivas de dejetos” + habitantes rurais “continuam a viver em modos tradicionais de provisão utilizando poços e rios, sem precauções específicas” + “políticas de desenvolvimento” = “água com produtos tóxicos” (1,1 bilhão de pessoas não tem acesso a água de qualidade, 2,4 bilhões não dispõem de saneamento básico, OMS estima que 2,2 milhões morrem de doenças diarreicas/ano e 3,5 milhões morrem por patologias ligadas ao fator hídrico, na maioria crianças) = países industrializados com esforço para reduzir tais danos + crescimento dos ciclos tóxicos x países emergentes (cita Brasil e China) ainda sofrem com crescimento da poluição de suas fontes de água doce

Parágrafo 9: cita a mercantilização da água + arrogância de multinacionais + papel das agências multilaterais de financiamento (como Banco Mundial) + infrações às regras elementares de justiça social + problemas ecológicos, sociais e de geopolítica (retomando a Wittfogel) = riscos de tornar explosivos os conflitos da água no século 21

Parágrafo 10 e 11: elenca premissas ecológicas + “premissa primordial: o acesso à água como direito fundamental de todo ser humano” somadas ao esforço idêntico ao gasto com “intervenções militares” para salvar vidas “ameaçadas, não pela guerra, mas pela doença”

Texto 2 (páginas 8 a 11)

Título: A guerra pela água

Chapéu: Geopolítica

Olho: Tratada como bem necessário e não como direito, a água foi abandonada ao jogo do livre comércio e suscita apetites mercantis, tensões sociais e lutas entre os países do mundo

Olhos internos: Se a população do globo foi multiplicada por três no decorrer do século 20, a demanda por água se multiplicou por sete e a superfície das terras irrigadas por seis

A ausência de vigilância sobre o “preço justo” conduz ao desperdício, exacerba os problemas de saneamento e provoca a degradação dos solos

Para enfrentar a complexidade e a gravidade dos problemas colocados pela penúria da água, alguns têm uma resposta pronta: o mercado

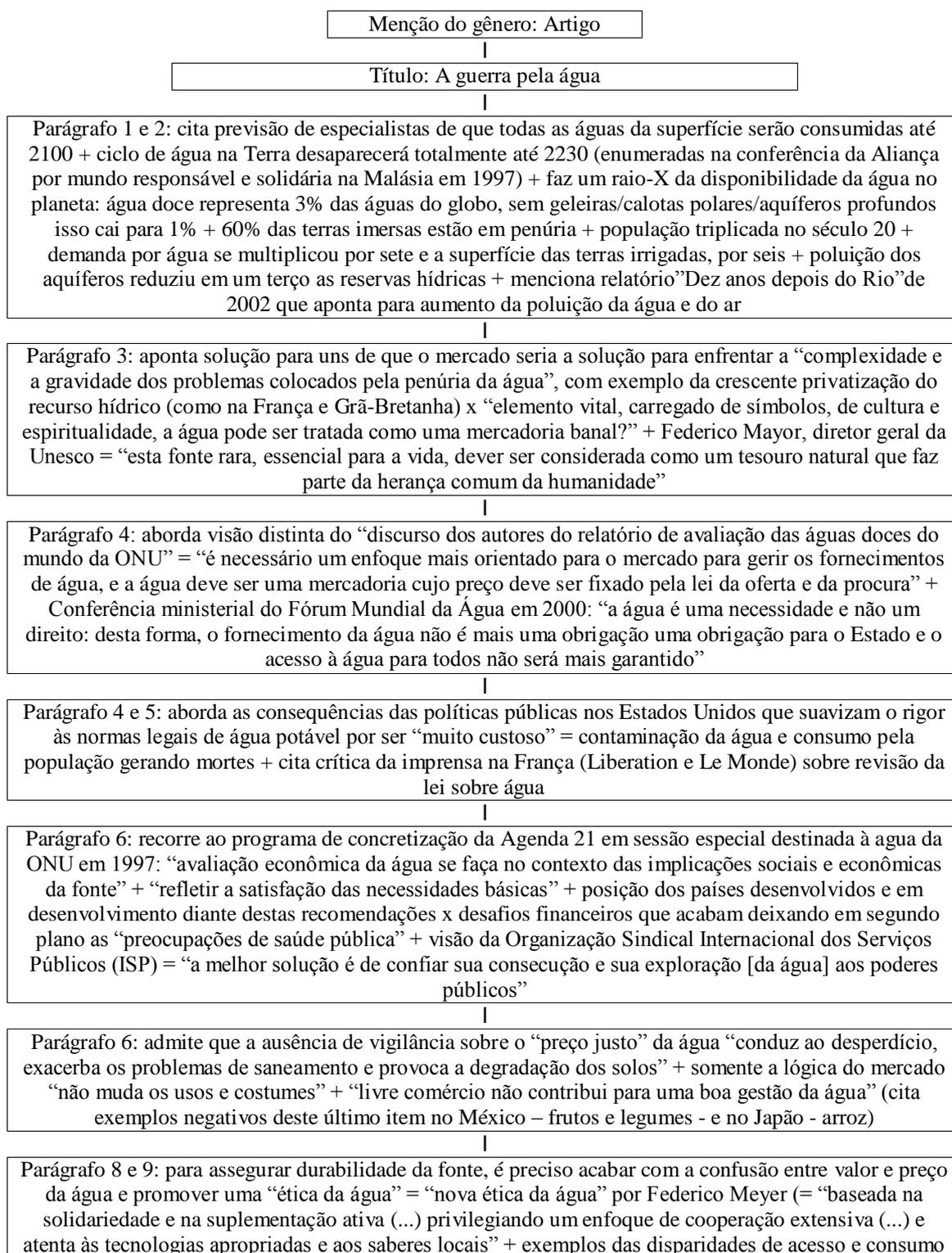
Os problemas da água devem ser integrados nos projetos de desenvolvimento econômico e social para assegurar as necessidades humanas e a preservação dos ecossistemas

O que está em jogo é a segurança alimentar, a saúde das populações, a paz e a estabilidade do mundo

Autor(es): Mohamed Larbi Bouguerra

Reaproveitado: Tradução

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



de água nos Estados Unidos, Israel, África do Sul, Indonésia, e a proliferação de doenças no Peru

Parágrafo 10: conclui que os projetos de desenvolvimento econômico e social devem incluir os problemas da água, para “assegurar as necessidades humanas fundamentais e a preservação dos ecossistemas” + o que está em jogo é a “segurança alimentar, a saúde das populações, a paz e a estabilidade do mundo” + recomendação da ONU em 1997 = “prioridade absoluta aos graves problemas da água doce” + favorecer a transferência de tecnologia para estes fins e ajudar países do Sul com ‘modos de produção agrícola e industriais mais evoluídos e mais econômicos em água’ = processo intergovernamental com sucesso com “novos e adicionais recursos financeiros”

Texto 3 (páginas 12 a 15)

Título: Uma necessidade vital se torna mercadoria

Chapéu: Globalização

Olho: Com apoio de governos e instituições multilaterais e com a complacência de certas ONGs, as multinacionais da água instalam seu poder, divulgando o credo de que a água do planeta é um patrimônio formidável a ser “conquistado” pelos “melhores”

Olhos internos: De meados dos anos 70 até fins dos anos 80, um poderoso trabalho ideológico foi realizado pelas multinacionais da água para que a privatização deste elemento essencial fosse aceita

A ONU e o Banco Mundial podem contar com uma vasta rede de ONGs que promovem e difundem os princípios da mercantilização da água

A oligarquia mundial vê a água como um bem mercantil em e prega que é deste modo que a riqueza e o bem-estar do mundo podem ser assegurados e ampliados

Autor(es): Riccardo Petrella

Reaproveitado: Tradução

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):

Menção do gênero: Artigo

Título: Uma necessidade vital se torna mercadoria

Parágrafo 1: aborda e influência da mentalidade dos anos 70 e 80 pró-privatização da água + previsão de perpetuação deste “trabalho ideológico” através dos lucros “pelos capitães da água”

Parágrafo 2, 3 e 4: cita o papel central do Banco Mundial nesta “conquista ideológica” + apoio do órgão à criação em 1994 do Conselho Mundial da Água (apoiado por alguns governos, como o da França, Canadá, Japão e Países Baixos, organizações especializadas das Nações Unidas, Organização Mundial da Saúde, Unesco, grandes empresas multinacionais privadas, como Suez e Vivendi) = “não é uma organização pública internacional e muito menos intergovernamental, mas uma organização privada. É composto por representantes do mundo científico, político, de organizações internacionais,

intergovernamentais, de empresas privadas” + cuja tarefa é “definir uma visão mundial da água em longo prazo” para servir de base à política mundial da água”, da qual o Banco Mundial é um “fiel promotor” + atuação = promoção de Fórum Mundial da Água a cada 3 anos, “espaço e momento mundial de debate e definição das grandes orientações estratégicas neste campo”

Parágrafo 4 e 5: define os Fóruns = como parte da “tendência atual em confiar um papel político real às instâncias e aos dispositivos informais” + “refêm dos interesses privados”+ “‘grande missa’ mundial onde são celebrados os cinco princípios do novo credo mercantil da água” e destaca criação em 1996 do Global Water Partnership (GWP) pelo Banco Mundial, para “favorecer a implantação no mundo inteiro da ‘visão’ proposta pelo CMA, principalmente pela promoção da Parceria Público-Privado” + criação em 1998 da Comissão Mundial para Água no Século 21 devido a “alguns problemas de coordenação entre o CMA e o GWP” a fim de implantar “um ‘quadro de ação’” coerente e operacional

Parágrafo 6 a 9: Comissão Mundial para Água no Século 21 = bem-sucedida = três documentos, “livros de bordo dos ‘capitães da água’”: The World Water Vision, From Vision to Action e Water Security + seus desdobramentos: decisão da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável pelas Nações Unidas de criar a cada 3 anos um World Water Development + criação de centros regionais para gestão de água baseada no modelo implantado pelo Banco Mundial (Integrated Water Resources Management - WRM) + organizações não-governamentais foram chamadas a contribuir (financiamento pelas grandes organizações públicas internacionais + mecenato + apadrinhamento das empresas privadas multinacionais)

Parágrafo 10 e 11: destaca como consequência também a polarização das culturas política das ONGs apoiadas pelos mecanismos acima, “impregnadas pelo reformismo no interior do sistema”, que aceitaram “o credo mundial da água, principalmente a Parceria Público-Privado x ONGs “fora do sistema”, “que defendem a água como bem público comum, assim como a gestão pública dos serviços de água” + imagem criada de “estarem estreitamente atentos à ‘sociedade civil’”, através da combinação do CMA, GWP, Fórum Social Mundial da Água, empresas multinacionais, Organizações das Nações Unidas e Banco Mundial = “belo sucesso simbólico e ‘cultural’” + implantação em 2001 de um sistema de avaliação das políticas da água, o World Water Assessment Program (WWAP), sob a coordenação da Unesco, para permitir “manter um poder de orientação, de controle e de ‘correção’ da política da água, para que esta se desenvolva dentro do modelo estabelecido

Parágrafo 13: define que a cadeia está fechada = “visão (CMA)” + “avaliação (WWAP)” + “processo operacional (GWP)”, “orquestração cerimonial política (Fórum Mundial da Água)” + “apoio da ‘sociedade civil’ reformista” + “relatório mundial por triênio” + “manifestações ‘culturais’” = coloca em “ação para enquadrar a mercantilização da água”

Parágrafo 14 e 15: classifica como a “oligarquia mundial da água”, que se formou nos últimos 20 anos = não há conspiração e sim um “oligarquia mundial que vê a água como um bem mercantil”, que “acredita no avanço da competitividade e é alimentada por um espírito de conquista” (= planeta como “patrimônio formidável de recursos naturais a ser ‘conquistado’ pelo melhores” para assegurarem e aumentarem a “riqueza e o bem-estar do mundo” + laços pessoais estreitos entre os “membros influentes desta oligarquia”

Texto 4 (páginas 16 a 17)

Título: A conquista da água

Chapéu: Globalização

Olho: Submetida à lógica capitalista, a água se torna cada dia mais um serviço privado, cuja gestão se concentra nas mãos de grandes empresas transnacionais, apoiadas em princípios estabelecidos pelo Banco Mundial e pela negociações na OMC

Olhos internos: A Conferência da ONU sobre o financiamento do desenvolvimento confirmou a primazia do dinheiro privado, reduzindo a meta de pessoas que têm acesso à água potável. O Banco Mundial está prestes a celebrar um novo documento no qual reafirma sua intenção de promover a privatização da água em grande escala.

Autor(es): Riccardo Petrella

Reaproveitado: Tradução

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



serviços materiais e imateriais) necessitaria de total liberdade de acesso ao mercado local, nacional, e sobretudo, mundial” + “negociação” que incluiu as “indústrias do meio ambiente” (que englobam os serviços de água) entre os setores que podem ser objetos de liberalização dentro do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS) da OMC em Doha em 2001

Parágrafo 15: destaca o aumento nas “resistências à mercantilização e à privatização da água” + “batalhas continuam e se multiplicam” no mundo todo + formação de uma “coalizão mundial contra a privatização e a mercantilização da água” pelas 30 organizações participantes do Segundo Fórum de Porto Alegre

Texto 5 (páginas 18 a 21)

Título: Água: nas mãos de quem?

Chapéu: Globalização

Olho: Os maiores investidores interessados em incluir a água nos tratados de livre comércio estão no Hemisfério Norte, mas é nos países pobres e em desenvolvimento do Hemisfério Sul que encontram-se as maiores reservas desse tesouro

Olhos internos: Israel, sem a Palestina, dispõe de 500 litros de água/ano por habitante. No Brasil, esse volume supera os 10 mil litros ano/habitante

Projeto financiado pelo Banco Mundial levanta informações científicas sobre o Aquífero Guarani que, no entanto, só estão disponíveis para as multinacionais

A gestão da água deve ser economicamente viável e ambientalmente sustentável mas, antes de tudo, pode e deve ser socialmente justa

Lutar para tirar a questão do “acesso à água” da esfera dos tratados comerciais globais é tarefa urgente para os movimentos sociais de todo o mundo

Autor(es): Leonardo Morelli

Reaproveitado: não informado

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):

Menção do gênero: Artigo

Título: Água - nas mãos de quem?

Parágrafo 1 e 2: século 20 = reservas de petróleo eram indicadores de estabilidade e riqueza; século 21 = estrategistas de mercado, economistas, empresários e ativistas de movimentos antiglobalização consideram reservas de água como determinante na prosperidade de um país + água mais abundante que petróleo (70% do planeta x 1% disponível para beber ou agricultura) + em 100 anos, a população quase quadruplicou e a necessidade por água aumentou seis vezes + escassez de água potável atinge hoje 2 bilhões de pessoas + “ONU prevê que, se não forem adotadas medidas para equilibrar o consumo, dentro de 25 anos serão 4 bilhões de pessoas que não terão água para as necessidades básicas”

Parágrafo 3: ponto de vista econômico - água (= “é renovável pelo ciclo natural e está distribuída com fartura na superfície do planeta”) e petróleo (= “resíduo fóssil esgotável, cuja extração requer investimentos pesados”) x “ação humana afetou dramática e drasticamente o ciclo natural de renovação dos bens naturais, tornando a água escassa para consumo” e “humanidade pode encontrar substituto para o petróleo” = o valor da água inestimável + “domínio de suas reservas em tesouro cobiçadíssimo”

Parágrafo 4 e 5: anos 80 - água como dádiva inesgotável da natureza e um bem da humanidade para mercadoria para consumo, “com o avanço do neoliberalismo e da globalização da exploração capitalista” + principais centros financeiros do mundo se deram conta que a expansão (e estabilidade) capitalista passaria pela exploração da água como produto = maiores investidores na inclusão da água nos tratados de livre comércio estão no hemisfério Norte x maiores reservas de água nos países pobres ou em desenvolvimento do hemisfério Sul, “alijados das grandes discussões comerciais globais” (se “ao tomarem conhecimento do tesouro estratégico que têm em suas mãos, ganharão força nas negociações globais, que deverá, assim, mudar o enfoque geopolítico mundial”)

Parágrafo 6: mercado da água = 40 bilhões para tratar, entregar na torneira + tratamento de resíduos x 40% do setor petrolífero e 30% maior do que o setor farmacêutico

Parágrafo 7 e 8: água no centro de “tensões internacionais” como o petróleo = ONU calcula 300 rios em conflitos fronteiriços = águas do Eufrates entre Turquia, Síria e Iraque + rio Jordão entre Israel e Palestina + potência hidráulica do Brasil, Paraguai e África = potencial para o futuro da humanidade

Parágrafo 9 a 11: formação de modelos legislativos para privatização das águas com FMI e Banco Mundial = compra de empresas de saneamento e abastecimento + imposição de cobrança pelo acesso às nascentes, rios e reservas de água doce = legislações de recursos hídricos na América do Sul e África que criam dicotomia: controle social e controle privado dos bens da humanidade + Brasil em 1997 com a lei das águas (baseadas em experiência francesa) e em 2000 com a Agência Nacional das Águas (no modelo norte-americano) + Fórum Mundial da Água em 2001 (= falso consenso participativo e operativo)

Parágrafo 12 a 16: destaca a importância dos bens naturais – Amazônia + Bacia do Prata + Aquífero Guarani – para a manutenção do equilíbrio global + um dos saldos mais positivos do Fórum Social Mundial em 2003: união da América do Sul e África, “não mais territorialmente, mas na defesa de seus territórios” + “redes que articulam ativistas das águas no Brasil e América do Sul, participantes do FSM, a mais organizada é o Movimento Grito das Águas, composto por dezenas de ONGs e milhares de INGs (indivíduos Não Governamentais)” + resolução que norteiam esta parceria

Parágrafo 17 a 20: ambiguidade das legislações e práticas governamentais submissas aos interesses econômicos = “estrategistas do mercado sabem perfeitamente que não se pode pensar em preservação das reservas para negociar com as futuras gerações sem envolvimento, ainda que superficial, da comunidade” + No Brasil, caso Aquífero Guarani (“Projeto de Proteção Ambiental e Manejo Sustentável” = “informações científicas aí obtidas apenas as grandes multinacionais interessadas no domínio de nossas reservas de água têm acesso, seguindo a lógica neoliberal de privatização desenfreada” e “Agência Nacional de Águas - que de nacional não tem nada” como herança das “raposas do neoliberalismo” + “negociações em curso para formação da Alca inclua nossas reservas de forma aleatória na pauta dos objetivos norte-americanos”

Parágrafo 21 a 23: sem ser “eco-chato” ou “biodesagradável” propõe: “lutar para tirar a questão do ‘acesso à água’ da esfera dos tratados comerciais globais” + “aprofundar a mobilização em defesa das águas como bem público” (Fórum Social das Águas) + “criar programas de formação, capacitação e qualificação sócio-ambiental para agentes comunitários de resistência” + “criar sistemas não-governamentais de monitoramento e fiscalização ambiental a partir de escolas públicas, destinados a multiplicar o conceito de controle social versus controle privado das águas” + “estruturar uma rede internacional de solidariedade às lutas populares na defesa das águas nas mãos do povo”

Texto 6 (páginas 22 a 25)

Título: O apetite voraz das multinacionais

Chapéu: Privatização

Olho: O modelo de gestão francês, apoiado na concessão a grandes empresas privadas, mostra como a exploração da água, um bem comum da humanidade, se torna fonte de lucros fabulosos às custas de um alto preço para a população e o meio ambiente

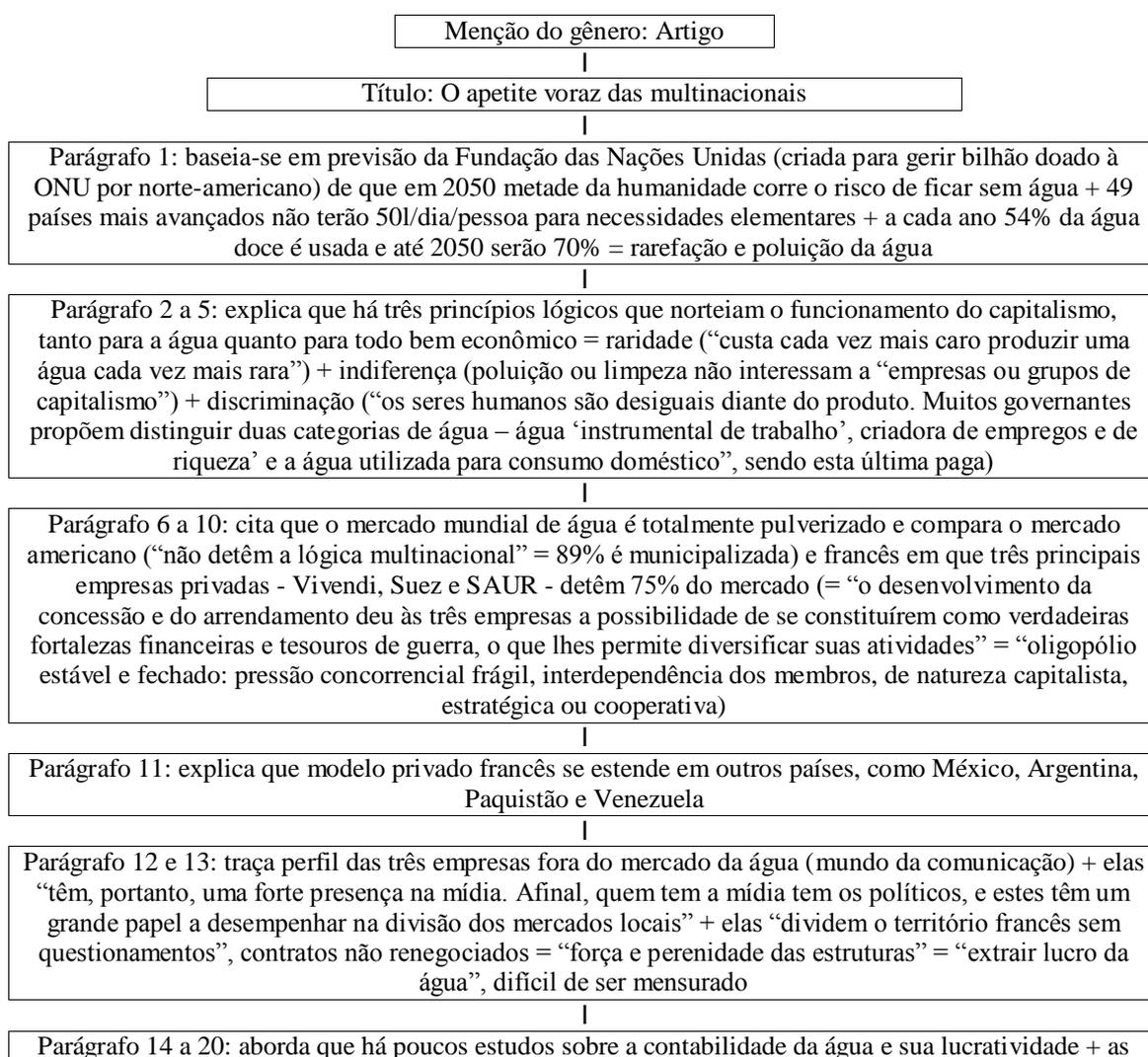
Olhos internos: Metade da humanidade corre o risco de ficar sem água em 2050. A crescente urbanização torna a água cada dia mais rara e mais poluída

As três maiores empresas francesas formam um oligopólio que estende sua ação a diversos setores, como energia, transporte e serviços públicos

Autor(es): Bernard Maris

Reaproveitado: Tradução

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



empresas dificultam para fazer os cálculos (apoiar-se em dados de Daniel Baudru e François Morin – “La rente de l’eau”), devido às compras/aquisições/fusões com outras empresas dentro e fora da França = “os contratos de água criam uma importante potência financeira. A particularidade dos contratos de arrendamento ou de concessão é de serem a muito longo prazo: 15, 20 e na maioria das vezes, entre 25 e 30 anos” + paralelamente, efetuam “a coleta, a trituração e a disseminação do lixo” = “contratos são verdadeiras rendas de futuros para os grupos”

|

Parágrafo 19 a 21: faz mais um raio-X da situação francesa do controle privado da água: “a renda da água permite o acesso aos mercados políticos” + ao que se “refere ao tratamento de resíduos, à energia, à construção e serviços públicos (ETP), ao setor imobiliário, aos transportes escolares, às cantinas, às creches, aos estacionamento municipais e às comunicações” + preço da água em 10 anos mais que dobrou = “os preços do serviço público são mais baratos e a qualidade da água é idêntica, senão melhor. No caso das empresas privadas, os preços são fixados sem cerimônia” = ineficiência das agências de água + lobby agrícola (agricultores, mesmo sendo poluidores, pagam bem menos que o consumidor comum pela água) + casos corrupção e financiamento de campanhas por estas empresas

|

Parágrafo 22 a 24: questiona “Por que a água foi privatizada?” e responde “porque as municipalidades não tinham capacidade financeira” = “abandono de competência faz com que voltar atrás se torne difícil – leia-se impossível” + sugere princípio que deveria ser imposto a este sistema: “‘água financia a água’. Fonte renovável, reciclável, ela só deve servir para financiar ela mesma” = criação de “agência de regulação” para “controlar as contas dos fornecedores de água”

|

Parágrafo 25: questiona “mesmo que a questão das multinacionais seja regulamentada pela renacionalização, um país tem legitimidade para gerir um bem que pertence à humanidade?” + criação de “uma Organização Mundial da Água, ligada às Nações Unidas, gerando um patrimônio da humanidade, deveria colocar o princípio da gestão além das nações e além de todo princípio de propriedade privada”

Obs.: o autor traz um quadro cujo título é “Um mercado dominado pelas empresas francesas” que complementa a dinâmica de aquisições/fusões destas com empresas de outros países (EUA, Itália, Alemanha, Espanha, Grã-Bretanha, Argentina, Chile, Colômbia, Brasil) – como ele fez nos parágrafos 15 a 17 - e consequente domínio nos mais diferentes setores, não só do mercado da água (energia elétrica, que tem a água como principal insumo, química e saúde, por exemplo)

Texto 7 (páginas 26 a 27)

Título: Os mestres da água do planeta

Chapéu: Privatização

Olho: Na maioria dos modelos de gestão de recursos hídricos vigentes, grupos privados, habituados a gerir um bem gratuito, captam enormes rendas, proporcionais à longa duração de seus contratos

Olhos internos: Todo e qualquer rendimento ou cada centavo obtido com a água deveria retornar à própria água em ações como despoluição, tratamento e investimento

Autor(es): Daniel Baudru e Bernard Maris

Reaproveitado: Tradução

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):

Menção do gênero: Artigo

Título: Os mestres da água do planeta

Parágrafo 1 e 2: destaca que a frase “os recursos naturais são inesgotáveis” resume a forma que Jean-Baptiste Say, (= pai do liberalismo francês e vulgarizador da obra de Adam Smith) entende as “relações do capitalismo com a natureza” + “com um século de vantagem a França entrega às companhias privadas a gestão de sua água gratuita” = “vantagem comparativa” da qual se beneficiam as empresas privadas, habituadas gerir um bem gratuito”

Parágrafo 3 a 6: indaga “Quais são os modelos da troca dos contratos de concessão entre autoridades públicas e megagrupos privados? E como uma democracia deve encarar o problema da água?” + aponta duas contradições, uma geográfica e outra sociológica = a que leva em consideração a história e a geografia (citando rios “divididos” entre país e cidades) já que “a água não pode ser comprimida” e “seu transporte é caro” + a outra leva em consideração que o fornecimento de água “implica custos associados à implantação de serviço e de tratamentos exponenciais” = modelos de gestão terão que levar em consideração as contradições internas (população rural x espaço urbano, atividade industrial x privada x necessidades públicas) + agricultura que “consome e polui a água do copo... para encher o prato de comida” devido ao seu caráter cada vez mais produtivista, poluente e consumidora de água

Parágrafo 7 e 8: delimita cinco modelos de gestão da água em que “grupos privados captam enormes rendas da situação, proporcionais à duração dos contratos = modelo francês (= “modelo pseudopúblico”, “relação de longo prazo se estabelece entre uma coletividade territorial e um grande grupo operador. A coletividade negocia o preço da água com ele, delega-lhe a execução do serviço, mas continua sendo a responsável. A outorga do mercado é teoricamente concorrencial”); modelo norte-americano (= “o sistema é o mesmo, salvo quando uma grande quantidade de operadores de pequeno porte estabelece contratos de curta duração com as municipalidades”); modelo inglês (= “as coletividades não tem papel nenhum, e a regulamentação cabe a uma agência nacional, que fixa um índice de evolução do preço ao cliente para os cinco anos seguintes”) e modelo chileno (“puro privado”, “um mercado nacional de direitos de uso da água permite aos operadores em concorrência trocar esses direitos transferíveis”

Parágrafo 9 e 10: descreve o mercado como “inepto para tratar as questões dos bens coletivos – a água, o ar, os bancos de peixes ou o ozônio – em razão da impossibilidade de definir claramente os direitos de propriedade” + mercado de água regulado “organizado em nível mundial, com regras muito claras da divisão e da arbitragem em casos de conflitos” = regular o curso mundial da água, “sem entregá-la à especulação, como é o caso do petróleo, evitando ao mesmo tempo o agravamento do desequilíbrio Norte-Sul”

Parágrafo 11: resgata conceito de “gestão democrática” = todo e qualquer rendimento, cada centavo obtido com a água deveria retornar à própria água em ações para despoluição, tratamento e investimento” + necessidade de “controle de contabilidade pelos cidadãos para que a água não se torne um meio de troca ou chantagem” = fixação do preço justo como questão técnica simples para o poder político

Obs.: o autor traz um quadro cujo título é “Uma questão política” que define que “tudo que o que diz à água é político, pois expõe interesses divergentes” + “é ainda uma preocupação política que envolve as perspectivas do meio ambiente da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), publicadas em maio de 2001: ‘A agricultura industrial é uma atividade muito poluidora, onde, portanto, a diminuição das subvenções permitiria tornar mais leve as pressões ecológicas” + cita exemplos francês e norte-americano diante das legislações que norteiam o mercado da água

Texto 8 (páginas 28 a 31)

Título: Os desgastes da privatização

Chapéu: Resistência

Olho: Os casos exemplares de La Paz, na Bolívia, e de em Tucumán, na Argentina, revelam como a entrega dos serviços de água a empresas como a Vivendi favorece a contaminação, a devastação do ambiente e o aumento brutal das tarifas

Olhos internos: Em 1997, em Tucumán (Argentina), a população iniciou um movimento de “desobediência civil” contra uma filial da Vivendi, recusando-se a pagar as contas

As denúncias em relação à privatização da água referem-se às consequências ambientais da integração das economias locais a um “mercado unificado”

A perda de controle das populações locais sobre o abastecimento de água vem acompanhada pelo aumento do preço, o que impede o acesso dos mais pobres ao serviço

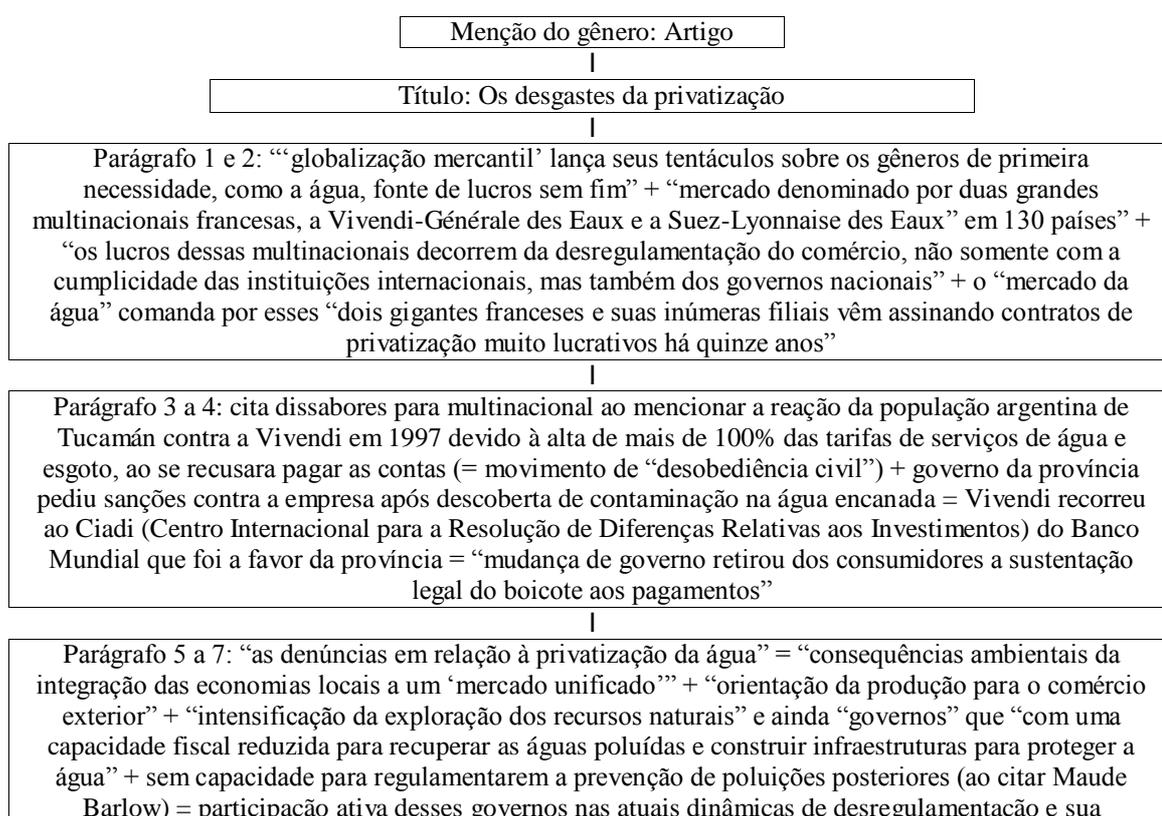
Desde que a distribuição da água passou a ser administrada pelo consórcio francês, seu preço aumentou 400% no bairro do Alto Lima

“Eles falavam em equipamentos novos, mas o que fizeram foi pintar os canos de branco”, informa um operário da manutenção

Autor(es): Franck Poupeau

Reaproveitado: Tradução

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



responsabilidade pelos contratos negociados com instituições internacionais como o Banco Mundial, a OMC ou o World Water Council + OMC em Catar, em novembro de 2001 = com resolução para “eliminação dos obstáculos tarifários e não tarifários aos bens e serviços ambientais”, entre os quais, a água” + para “impedir os países de apelarem para obstáculos não tarifários, como as leis de proteção ambiental” = efeitos sociais (“perda de controle das populações locais sobre o custo da água faz-se acompanhar pelo aumento de seu preço, o que impede o acesso dos mais pobres ao serviço da água, assim como o direito a uma informação transparente sobre padrões sanitários mínimos”)

|

Parágrafo 8 e 12: descreve efeitos negativos da privatização da água em La Paz (Bolívia), em fevereiro de 2002: aumento da tarifa de água e a falta dela, precariedade da iluminação das ruas que também foi privatizada, ruas sem calçamento, esburacadas e cheias de sulcos, acúmulo de sujeira; e as consequências: demissões de funcionários, com vistas à redução de custos, consumo de cada casa quase nunca é registrado e o valor pago pela conta é sempre o mesmo, aumento na taxa pela instalação da água, cortes frequentes devido à falta de manutenção x explicação de Arnaud Bazire, executivo francês da Aguas del Illimani - “O objetivo era demonstrar que a Lyonnaise des Eaux podia também se ocupar das zonas difíceis”, mas o “resultado está longe de ser satisfatório”

|

Parágrafo 13 a 15: visões distintas de “Arnaud Bazire = população do Alto era ‘o pior cliente’ e ‘o pior consumidor do mundo’” + “Denis Cravel, especialista em água do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) = ‘A população tem maus hábitos’ porque acredita que “o serviço deveria ser gratuito”, quando ‘a água é um bem social, mas também econômico’” + “Alvaro Larrea Alarcon, engenheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional = a concessão poderia ser rentável se a população consumisse de outra forma... ou seja, mais” x situação = “nas planícies desérticas do altiplano a população utiliza quase exclusivamente o transporte coletivo e que os problemas de desertificação já afetam a bacia andina”

|

Parágrafo 16: aponta motivos para explicar, diante da situação descrita nos parágrafos anteriores, a não reação da população = “condição de subproletários os impede de conceber um projeto para o futuro e, portanto, de estabelecer as bases de uma organização coletiva” + “ausência de interlocutores oficiais, não somente devido à desagregação dos serviços públicos, mas também à distância crescente entre as elites políticas e o resto da população”

|

Parágrafo 17: cita exemplo da cidade boliviana de Cochabamba, “única cujos moradores, estimulados pelos camponeses vizinhos, encontraram força e recursos para reagir e desprivatizar a distribuição da água”

Texto 9 (páginas 32 a 33)

Título: A lição de Cochabamba

Chapéu: Resistência

Olho: Uma revolta popular rompeu um contrato de privatização dos serviços de água na Bolívia. Exigindo uma indenização baseada nos lucros que poderia ter obtido, a Betchel processo o país em um instância vinculada ao Banco Mundial, principal promotor deste modelo

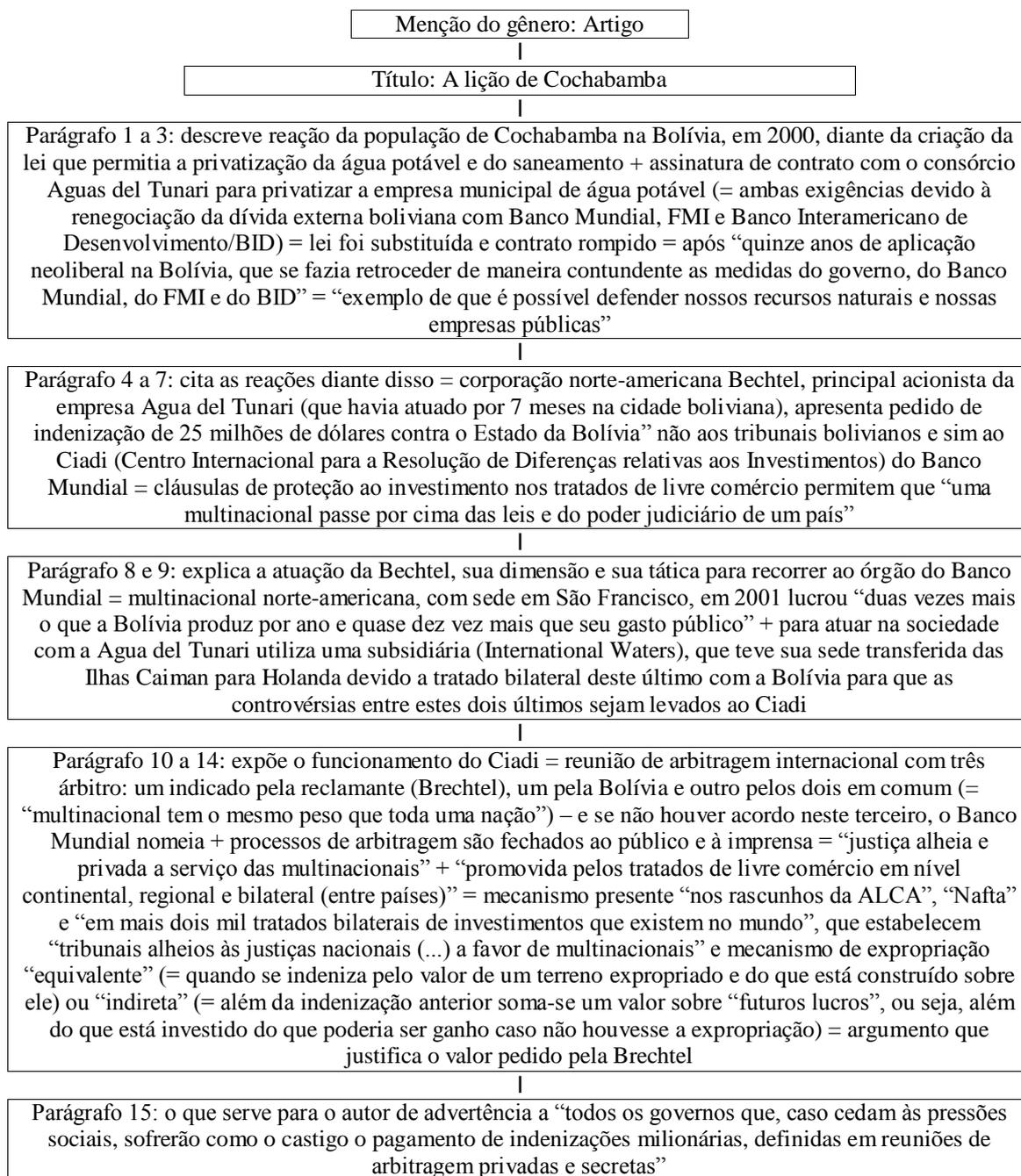
Olhos internos: A experiência de Cochabamba na luta contra a privatização da água expandiu-se por todo o mundo como um exemplo

Os tratados de livre comércio e investimentos estabelecem tribunais alheios às justiças nacionais e em favor das multinacionais

Autor(es): Pablo Solon

Reaproveitado: Tradução

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Texto 10 (páginas 34 a 35)

Título: Os caminhos discretos da poluição

Chapéu: Meio ambiente

Olho: Industrialização, práticas agrícolas intensivas e até medicamentos humanos e animais contaminam sorrateiramente rios, lençóis freáticos e fontes de água potável, ameaçando a manutenção deste recurso tão frágil e vital

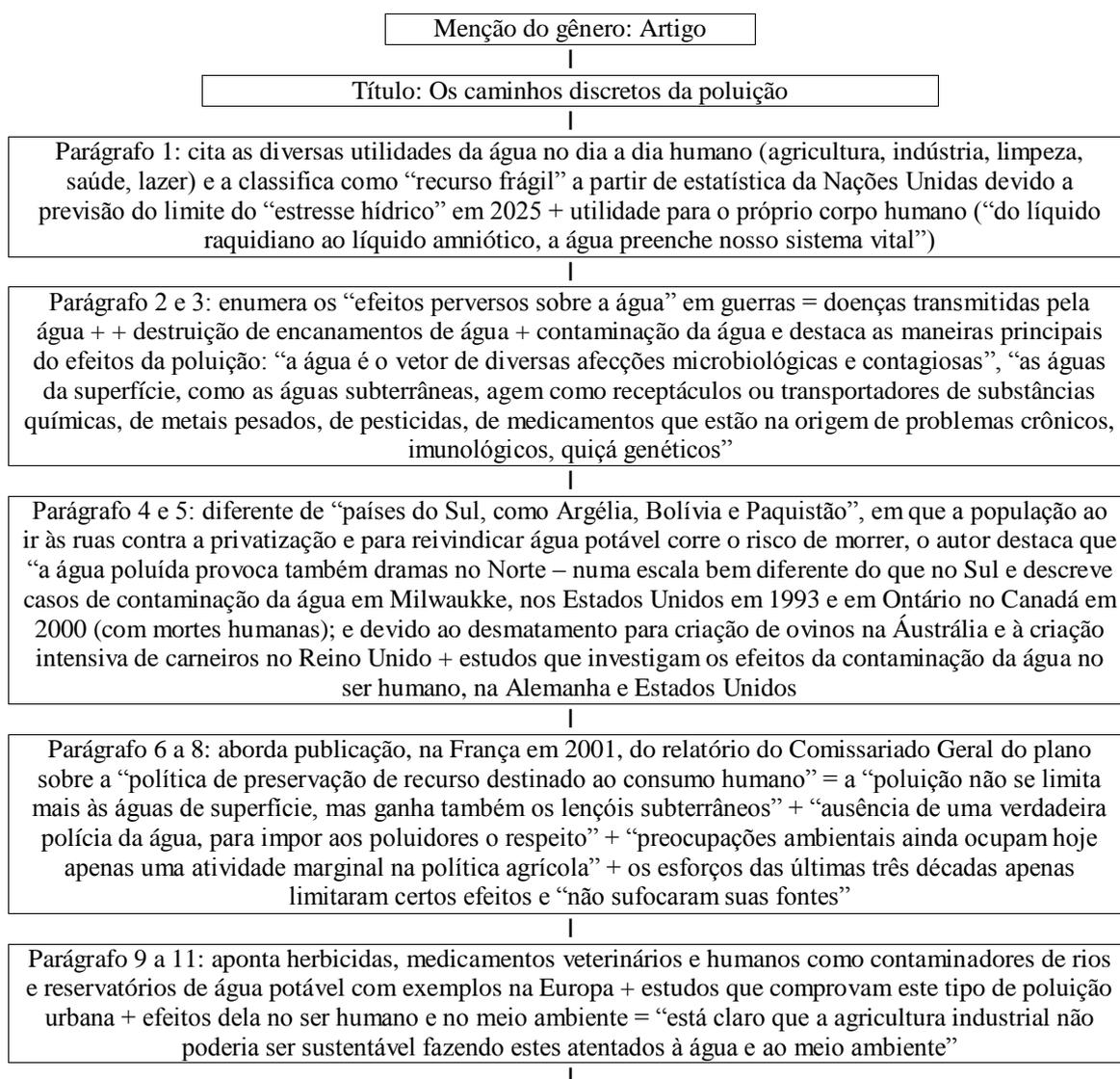
Olhos internos: Nas águas de Berlim foram encontrados antibióticos, hormônios e produtos utilizados em quimioterapia

Com somente 4% do que é gasto em despesas militares e de armamentos no mundo seria possível obter água potável e um saneamento adequado para toda a humanidade

Autor(es): Mohamed Larbi Bouguerra

Reaproveitado: Tradução

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):



Parágrafo 12: destaca que “Com somente 4% do que é gasto em despesas militares e de armamentos no mundo seria possível obter água potável e um saneamento adequado para toda a humanidade”

I

Parágrafo 13: recorre a Paul Claudel, “que dizia lindamente: ‘A água é o olhar da Terra, seu aparelho para olhar o tempo’ e diz que “cabe a nós guardar intacto o instrumento e preservar o frescor deste olhar!”

Texto 11 (páginas 36 a 37)

Título: Um deserto cheio de gente

Chapéu: Abastecimento

Olho: Em poucos anos, a escassez de água pode se transformar em falta de alimentos. Para reverter o quadro, é preciso estabelecer políticas para estabilização populacional e elevação da produtividade hídrica

Olhos internos: O crescimento populacional está condenando milhões de pessoas à indigência hidrológica, uma forma de pobreza da qual é muito difícil escapar

A perda da capacidade de produção de alimentos é compensada pela importação de grãos, forma eficiente de comprar água, já que 1 tonelada de grãos representa mil toneladas do líquido

No número crescente de países com déficit hídrico, o risco é que a necessidade de importar grãos suplante a oferta exportável dos países com excedentes de alimentos

Autor(es): Lester Brown

Reaproveitado: Tradução

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):

Menção do gênero: Artigo

I

Título: Um deserto cheio de gente

I

Parágrafo 1 e 2: fala da situação atual da água no mundo = seca nos Estados Unidos, Etiópia e Afeganistão + demanda suplanta a oferta = lençóis freáticos diminuindo + água = desafio cada vez maior + países carentes do líquido para beber, satisfazer necessidades higiênicas e produzir alimentos

I

Parágrafo 3: faz previsão sobre a situação da água com o crescimento populacional que “está condenando milhões de pessoas à indigência hidrológica, uma forma de pobreza da qual é muito difícil escapar”, citando China, Paquistão, Egito, Irã e México

I

Parágrafo 4 e 5: mundo tem hoje um imenso déficit hídrico + Sandra Postel (autora de *Pillar of Sand: Can the Irrigation Miracle Last?*), calcula a exaustão anual dos aquíferos x produção e consumo de grãos x uso insustentável da água

I

Parágrafo 6 e 7: extração excessiva (última metade do último século) = bombas poderosas a diesel ou

elétricas = rapidez maior para extrair água dos aquíferos do que sua recarga pela chuva; irrigação usa 70% da água, indústria usa 20% e residências, 10%, aproximadamente e a agricultura mesmo usando a maior parte é menos “rentável””

I

Parágrafo 8 e 9: crescimento populacional + urbanização + industrialização = aumenta demanda por água + ascensão na cadeia alimentar (consumir mais carne bovina, suína, aves, ovos e laticínios e mais grãos) = quanto maior o consumo de grão = crescimento no consumo de água (agricultura) ao comparar dieta americana (rica em produtos pecuários) e indiana (rica em alimentação básica de amidos como arroz)

I

Parágrafo 10 a 13: escassez da água rompe fronteiras, por meio do comércio internacional de grãos = países sofrem simultaneamente com escassez de água e crescimento populacional acelerado + mananciais pressionados ao limite + desvio da água de irrigação + perda da capacidade de produção de alimentos, compensada pela importação de grãos do exterior (= “é a forma mais eficiente de comprar água, uma vez que 1 tonelada de grãos representa mil toneladas do líquido”) = déficit hídrico na África do Norte, no Oriente Médio, Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito até o Irã

I

Parágrafo 14: guerras futuras na região = disputa pela água e não pelo petróleo + competição mercados mundiais de grãos = “os países que “ganharão” essa competição serão aqueles com maior força financeira, e não militar.

I

Parágrafo 15 e 16: O déficit hídrico mundial = cada vez mais difícil de administrar + “se os governos dos países carentes de água não adotarem medidas urgentes para estabilizar a população e elevar a produtividade hídrica, a escassez de água em pouco tempo se transformará em falta de alimentos” = desestabilizar os mercados mundiais de grãos + milhões de habitante de países de baixa renda condenados à indigência hidrológica, à sede e à fome, sem perdão

I

Parágrafo 17 e 18: oportunidades para o desenvolvimento de novos recursos hídricos + restauração do equilíbrio entre consumo da água e abastecimento sustentável = iniciativas no lado da demanda como estabilização populacional e elevação da produtividade hídrica = “governos não podem mais separar a política populacional do abastecimento de água” + elevação da produtividade hídrica = “eliminar os subsídios da água que incentivam a ineficiência” + “aumentar o preço da água, para refletir seu custo” + “mudança para tecnologias, lavouras e formas de proteína animal mais eficientes em termos de economia de água” = “estas mudanças serão mais rápidas se o preço da água for mais representativo que seu valor”

Texto 12 (páginas 38 a 41)

Título: O paradoxo brasileiro

Chapéu: Recursos hídricos

Olho: Num dos países mais ricos em água doce do planeta, cidades enfrentam crises de abastecimento, da qual não escapam nem mesmo as localizadas na Região Norte, onde estão perto de 80% das descargas de água dos rios do Brasil

Olhos internos: Os índices de perdas totais da água tratada injetada nas redes de distribuição variam de 40 a 60% no Brasil, contra 5 a 15% nos países desenvolvidos

A ONU estima que a redução de 10 % da água utilizada na agricultura já seria suficiente para abastecer o dobro da população mundial atual de 6,3 milhões de pessoas

No Brasil, cerca de 93% dos quase 3 milhões de hectares irrigados ainda utilizam-se dos métodos menos eficientes no mundo, que têm até 65% de perda

O mecanismo natural de transformação da água salgada dos oceanos em água doce proporcionaria uma descarga média nos rios suficiente para abastecer o mundo

Autor(es): Aldo Rebouças

Reaproveitado: não informado

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):

Menção do gênero: Artigo

I

Título: O paradoxo brasileiro

I

Parágrafo 1 e 2: Raio-X do Brasil, “cuja disponibilidade média de água está na casa dos 35 mil m³/hab/ano, sem contar os 5 mil m³/hab/ano de água subterrânea¹, o que o coloca entre os mais ricos no mundo” = 170 milhões de pessoas, destas perto de 138 milhões vivem nas cidades + 64% das nossas empresas de água não coletam os esgotos domésticos que geram + 110 milhões de brasileiros não têm esgoto tratado + torno de 11 milhões da população mais pobre não têm sequer acesso a água limpa para beber + índices de perdas totais da água tratada e injetada nas redes de distribuição = de 40 a 60% no Brasil x 5 a 15% nos países desenvolvidos + mais de 40 milhões de brasileiros = abastecimento de água irregular, qualidade da água não confiável, de rodízio ou de racionamento

I

Parágrafo 3 e 4: quadro sanitário = “drama, um dos mais vexatórios do Brasil” = falta de atenção das autoridades constituídas - Executivo, Legislativo, Judiciário — ou dos partidos políticos + inércia tradicional no desenvolvimento de políticas públicas integradas - águas que fluem nos rios, águas subterrâneas e reuso de águas, principalmente; cita Programa de Uso Racional da Água (PURA), desenvolvido na Grande São Paulo pela Sabesp em parceria com a USP = desperdícios da água utilizada atingem níveis nunca imaginados

I

Parágrafo 5: Nações Unidas = estima que cerca de 60% da água que é fornecida aos projetos de irrigação no mundo se perdem por evaporação ou percolação (Escoamento da água através de um meio poroso como o solo) + no Brasil = maior demanda por água é da agricultura, especialmente a irrigação, com quase 63% de toda a demanda + cerca de 93% dos quase 3 milhões de hectares irrigados ainda utilizam-se os métodos menos eficientes no mundo que requerem uso intensivo de energia elétrica

I

Parágrafo 6 a 8: situação do esgoto = lançamento de esgotos não tratados nos rios = “No Brasil, regra geral, diz-se que tratar esgotos é muito caro” x “não se contabilizam as despesas médicas ou os custos da degradação do ambiente em geral que o lançamento engendra” = “Organização Mundial de Saúde (OMS) assinala que cada dólar investido em saneamento básico de uma cidade representa uma redução de cerca de 4 a 5 dólares nas despesas médicas” + inércia política dos governos para desenvolver gestão integrada da gota d’água disponível - águas que fluem nos rios, águas subterrâneas e águas de reuso” = alternativa mais barata para solução dos problemas futuros de abastecimento nas cidades

I

Parágrafo 9 a 13: caracteriza as referências das estatísticas sobre o problema da água no mundo = modelo malthusiano (= “população do mundo teria seu crescimento limitado, antes do final do século 19, devido à falta de alimentos no Terceiro Mundo” = “comprovadamente obsoleta”) + mecanismo natural de transformação da água salgada (=97,5% do volume de água da Terra estão nos oceanos) em água doce (=ocorrência é por vezes muito irregular); nos quocientes das descargas médias de longo período dos rios pela respectiva população x doença de veiculação hídrica x problemas de abastecimento locais e ocasionais x modelo tradicional de construção de obras extraordinárias como única solução para aumentar a oferta de água; “estresse hídrico” (= considera nesta situação quem dispuser de uma quantidade de água nos rios da região inferior a 1.000 m³/ano per capita - conceito proposto para regiões de clima árido e com relativo desenvolvimento, mas vem sendo utilizado, independentemente da zona climática e da atividade econômica preponderante na área em apreço) x visão de recurso hídrico sendo

“apenas a água que flui pelos rios, ou blue water flow” x bacia hidrográfica como a unidade básica de gerenciamento (= a parcela de água que infiltra nos terrenos dela e dá suporte ao desenvolvimento da biomassa, ou o green water flow + a água subterrânea + reuso de água)

I

Parágrafo 14 e 15: manancial subterrâneo = invisível e pouco fotogênico + não gerar prestígio político ou administrativo x alternativa de sua utilização, principalmente para abastecimento doméstico, torna-se cada vez mais barata nos países desenvolvidos + “o uso inteligente da gota d’água disponível significa obter cada vez mais produtividade com cada vez menos água e lutar contra a pobreza, pela vida, pela saúde e pela comida para todos”

Obs.: quadro com disponibilidade hídrica dos estados brasileiros: Roraima, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Bahia, São Paulo, Ceará, Pernambuco (fonte IBGE/Censo 2000)

Texto 13 (páginas 42 a 45)

Título: A esperança nacional

Chapéu: Saneamento básico

Olho: Último grande setor da infraestrutura do país a permanecer sob gestão pública, o saneamento enfrenta desafios de barrar a tentativa de privatização e ampliar os serviços

Olhos internos: No Brasil, as diarreias causaram mais de 7 mil mortes em 1999, outras 8 mil pessoas morreram vítimas de doenças relacionadas ao saneamento ambiental

Com uma arrecadação perto de R\$ 12 bilhões anuais, o saneamento é o último grande setor da infraestrutura do país a permanecer sob gestão pública

A determinação de privatizar o saneamento foi expressa no memorando de política econômica firmado entre o governo brasileiro e o FMI, em 1999

Autor(es): Denise Sacco

Reaproveitado: não informado

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):

Menção do gênero: Artigo

I

Título: A esperança nacional

I

Parágrafo 1 a 3: “apesar do conceito elástico de instalações sanitárias”, “definição ‘abrangente’ de banheiro”, adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o Censo 2000, Brasil = menos de 50% das casas possui sistemas de coleta de esgoto x Organização Pan-Americana de Saúde = 41% dos habitantes de países das Américas e do Caribe “não contam com serviços de esgotamento sanitário e cerca de 18% ainda não dispõem de sistemas públicos de abastecimento de água” = “intervenção do Estado na área de saneamento esteve sempre vinculado às exigências impostas pelo modelo de acumulação capitalista” (João Batista Peixoto, em seu livro O barulho da água)

I

Parágrafo 4: Consequência da falta de saneamento = no Brasil, diarreias matam + pessoas morreram

vítimas de doenças relacionadas ao saneamento ambiental + internações provocadas por elas x “O Ministério da Saúde estima que ações de saneamento teriam o poder de reduzir em 80% o número de casos de febre tifóide e de tracoma e diminuir pela metade o número de infecções cutâneas”
I
Parágrafo 5 e 6: falta de serviços públicos de água e esgoto = raízes na história do país (escravidão + políticas públicas atrasadas = “são “espelho do modelo econômico da época”
I
Parágrafo 7 e 8: falta de saneamento custará caro ao país (“conturbação das cidades, a deterioração da qualidade da água e a dificuldade na obtenção de mananciais de abastecimento (= fatores que atrasam) = “dívida social” + exigências econômicas da globalização, impostas pelo FMI, determinaram o desmantelamento de vários setores da economia + vem caindo o percentual do PIB brasileiro investido em saneamento (BNDES)
I
Parágrafo 9 e 10: serviços de saneamento possuem grande importância econômica = “negócio atrativo porque comercializam a água - um produto sem o qual ninguém vive e que tem caráter de monopólio, já que os investimentos necessários não permitem a concorrência entre empresas no mesmo espaço geográfico” + “é o último grande setor da infraestrutura do país a permanecer sob gestão pública”
I
Parágrafo 11 e 12: memorando de política econômica firmado entre o governo brasileiro e o FMI em 8 de março de 1999 para privatizar o saneamento + promover a reforma da Constituição e a mudança da legislação que dispõe sobre as concessões dos serviços públicos de água e esgoto
I
Parágrafo 13 a 16: aborda as “raízes” da “privatização do saneamento” = “não começou com a globalização ou o neo-liberalismo” e sim com a “dependência econômica das colônias em relação às metrópoles” no Brasil
I
Parágrafo 17 e 18: “No século 21, o trânsito das empresas de saneamento pelo mundo continua” = “magnitude do negócio da água” + crescimento da população mundial
I
Parágrafo 19 a 23: retrata situação da política brasileira no final da década de 1980 “a favor da privatização do saneamento” x falta de políticas públicas para o saneamento = movimento de resistência à privatização (em 1997, Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental = “atua pela defesa da gestão pública do saneamento e da água como patrimônio nacional”)
I
Parágrafo 24 a 27: atuação da atual Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (que tem o engenheiro químico Abelardo de Oliveira Filho, coordenador da Frente Nacional pelo Saneamento Nacional) = “revisão dos programas para o saneamento em andamento no âmbito federal e a renegociação de todos os contratos interacionais no âmbito da Secretaria” + “eco no atual coordenador da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, o sociólogo Orlando Alves dos Santos Júnior” = “Para ele, a nova conjuntura é marcada por muita esperança em todas as dimensões da vida nacional e também no setor de saneamento”

Obs.: quadro com exemplo de recuperação da Sanasa (companhia municipal de saneamento de Campinas), a partir da “estratégia da eficiência e no debate com a população local, que há alguns anos havia reagido contra a tentativa de privatizá-la” = como resultado passou a dar lucros, obter financiamentos e fazer obras para ampliar o tratamento de esgoto

Texto 14 (páginas 46 a 49)

Título: Uma saída para a seca

Chapéu: Cidadania

Olho: Solução simples e barata para melhorar as condições de vida das populações do sertão nordestino, a proposta de implantar um milhão de cisternas na região é também um antídoto aos entraves políticos e econômicos da chamada “indústria da seca”

Olhos internos: Chove em média 700mm por ano no semiárido brasileiro. O que não é pouco, visto que em muitas regiões da Europa a precipitação é a mesma ou menor

As soluções locais, desenvolvidas pelas próprias famílias, com tecnologias acessíveis, como as cisternas rurais, sempre foram vistas como medidas paliativas e atrasadas

“Para não ver minha mulher e meus filhos morrerem de sede, sempre troquei meu voto por água na época da seca. Hoje, tenha água boa e eu voto em quem eu quero”

Autor(es): Felipe Tenório Jalfim e Naidison Baptista

Reaproveitado: não informado

Esquema da representação estrutural do texto analisado e da teia de relações da argumentação, de acordo com o proposto por Sousa (2008):

Menção do gênero: Artigo

I

Título: Uma saída para seca

I

Parágrafo 1 a 3: elenca as características do sertão nordestino retratadas em época de seca – “penúria, a mortandade dos animais as plantas secas, as safras perdidas, as dificuldades de sobrevivência das pessoas, as aguadas e açudes que secam, as pessoas sem água até para beber, as filas desumanas para disputar um balde de água, as terríveis ‘frentes de trabalho’” + “gestos de solidariedade através de coletas de alimentos e víveres que vêm de outras partes do país” + “agricultor que, para fugir da seca, migra com sua família, em busca de melhores condições de vida” + “denúncias de utilização eleitoreira e politiqueira dos recursos da emergência e, numa expressão, da ‘indústria da seca’”

I

Parágrafo 4 e 5: critica a falta de “um debate no qual se priorizem soluções novas, perspectivas diferentes que, partindo da realidade e da vida da população, se encaminhem para a construção de uma convivência com o semiárido e não para o costumeiro e pouco efetivo combate à seca” + “região do semiárido é inviável, que esses problemas se repetirão, que sua gente é incapaz, que não existem tecnologias possíveis para solucionar os problemas”

I

Parágrafo 6: aborda solução viável que rompe com “alguns aspectos deste círculo vicioso” – “uso das cisternas de placa como um instrumento de captação de água para consumo humano” e retoma o assunto a partir do parágrafo 14

I

Parágrafo 7 a 11: “o semiárido não é apenas nordestino: ele se estende até o norte de Minas Gerais. Alguns estudiosos incluem áreas do Espírito Santo” + “evaporação no sertão nordestino é muito alta = esse fenômeno que determina o quanto da chuva que cai estará efetivamente disponível para consumo humano e animal” + irregularidade das precipitações + “estação de chuva, o “inverno”, é bastante curta” + “grandes diferenças locais: dentro do mesmo município, pode chover normalmente numa comunidade e não chover na vizinha” + “quase todos os rios são intermitentes = enchem apenas quando chove e ficam secos no verão” + “subsolo da maior parte do semiárido é formado por rochas cristalinas, o que dificulta a retenção de água subterrânea que é, portanto, muito escassa” + “muitas vezes, essa água é salobra”

I

Parágrafo 12 a 13: problema nas modalidades de captação de água, que “devem ser diferenciadas por região” + “nenhuma deve ser tratada como a única possível” = “cisternas de placas como um meio importante de captação de águas da chuva para o consumo humano”

I

Parágrafo 14: os últimos vinte anos = agricultores e agricultoras, apoiados por organizações da sociedade civil e setores governamentais, especialmente os ligados à pesquisa, têm adotado sistemas de captação e armazenamento de água de chuva que escorre dos telhados = solução de baixo custo, grande eficácia e

generalizável a todo o semiárido brasileiro para o problema da demanda de água para o consumo humano (beber e cozinhar)

I

Parágrafo 15 e 16: multiplicação dessa experiência + ótimos resultados + grande aceitação por parte da população = conjunto de organizações da sociedade civil reunidas na Articulação no Semiárido – ASA na luta por um programa que possibilite um processo educativo de implantação de 1 milhão de cisternas para as famílias do semiárido brasileiro = concretização de políticas novas para convivência com o sertão implementadas em parceria com o governo, mas sob controle da sociedade civil

I

Parágrafo 17 a 19: o papel e a importância da captação de água de chuva em cisterna para abastecimento humano ainda são pouco compreendidos pela maioria de nossos técnicos e governantes (=descrença nessa tecnologia) nos seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal) e, também, por boa parte das famílias do meio rural do semiárido (=medidas paliativas e atrasadas) + frustração nas famílias: a perda da água e dos investimentos na construção da obra com falha em que alguns modelos de cisternas difundidos por projetos governamentais - com um refinamento técnico inacessível aos pedreiros rurais

I

Parágrafo 20: mudar esse quadro = demonstrar a viabilidade dessa alternativa + grande esforço no campo da formação e informação, que propicie um entendimento sobre o potencial e o papel da cisterna na solução do abastecimento de água para o consumo humano no sertão

I

Parágrafo 21 a 24: Estudos que comprovam a viabilidade das cisternas – tamanho e qualidade dos telhados + condições de captação mesmo com precipitação pluviométrica extremamente crítica + Programa Um Milhão de Cisternas da ASA + há pelo menos dois modelos de cisternas, que são de baixíssimo custo, altamente seguras no armazenamento de água, de fácil aprendizado pelos pedreiros rurais e adaptáveis para as diferentes situações ambientais da região

I

Parágrafo 25 e 26: famílias com cisternas = disponibilidade de uma água limpa e de qualidade para beber e cozinhar + diminuição de doenças transmissíveis pela água, como diarreias e verminoses e, por consequência, da mortalidade infantil + sem obrigação de caminhar quilômetros para buscar água = impacto político - Donato da Silva, de Feira de Santana (BA), afirmou que passou a ser "um homem livre", depois da implantação da cisterna + "Não dependo de pedir. Sou um homem livre. Voto em quem eu quero"

I

Parágrafo 27 e 28: apesar das informações animadoras - a cisterna não deve ser propagada como a redentora do semiárido + ela cumpre um papel estratégico na segurança de água para o consumo humano = eficiência como estrutura hídrica + estrutura mínima para atender às outras demandas de água, especialmente a doméstica e dos rebanhos + papel de ONGs na metodologia de abordagem da família neste trabalho = o papel da cisterna na unidade familiar e de uma postura mais cidadã das famílias em relação à água

6.5 Resultados: para entender o reaproveitamento de notícias no *Caderno Diplô*

A partir do levantamento dos 15 elementos que norteiam a análise quantitativa de conteúdo da edição 1 do *Caderno Diplô* e do esquema da representação estrutural do texto e da teia de relações da argumentação das edições 1, 2 e 3 destas publicações (de acordo com o proposto por Sousa, 2008), é possível concluir que estas edições com a marca do jornal *Le Monde Diplomatique* reforçam a linha editorial clara contra a globalização e o neoliberalismo do periódico, que inclusive vem recebendo críticas relacionadas à forma como aborda e defende determinados posicionamentos, afetando a isenção que se espera no jornalismo.

Na edição 1, cuja chamada de capa é “Que outro mundo é possível?”, com a caracterização dos temas, enquadramentos e estruturas dos discursos (resumidos na tabela das páginas seguintes); do objetivo do discurso (dos enunciadores) e dos protagonistas; do vocabulário, estilo e significação; das fontes e citações; dos procedimentos de objetividade, de intensificação, dramatização do discurso e de persuasão; do tipo de texto – opinativo e argumentativo; e do gênero jornalístico - artigo, do tipo ensaio; dos atributos dos actantes, identidades das personagens e identidades jornalísticas; das notícias como atos linguísticos; da assinatura e produção da informação; do dito, o implícito e o não dito, o lembrado e o esquecido; do contexto gráfico e da associação de textos a imagens (sistemizados nas tabelas do *Capítulo 5* e *item 5.2*), as perspectivas simbólicas podem ser elencadas a partir da própria separação dos textos, a partir dos chapéus, que garantem uma unidade temática e de direcionamento editorial:

- chapéu “Mundo em conflito” (textos 1 a 4, entre as páginas 5 a 17, totalizando 13 páginas com este enfoque):

Destaque para a avaliação do papel internacional dos Estados Unidos, símbolo da economia neoliberal, pós ataques de 11 de setembro: os textos colocam que a nação norte-americana tem papel central nas guerras/nos conflitos mundiais nos séculos 19, 20 e 21; apoiou governos ditatoriais e movimentos extremistas a fim de combater o avanço do comunismo (e conseqüentemente treinou e armou os autores dos atentados de 11 de setembro), com conivência de outras grandes potências mundiais e omissão pelos próprios governantes estadunidenses de documentos internos que compravam esta ligação; e condenam a reação pós-atentados focada em interesse interno apenas, sem preocupação com o Direito Internacional

Os autores recorrem principalmente a relatos históricos, e a fontes ligadas/que fazem parte do governo dos Estados Unidos, outros veículos de comunicação, estudiosos da área de geopolítica e organismos internacionais – com ONU, UPI – como fontes para os textos. Predomínio do uso da terceira pessoa nos verbos e do uso das aspas em expressões “emprestadas” de outros discursos, sem necessariamente serem identificados e para falas/trechos ligadas/os às fontes

Dos 4 textos reunidos por este chapéu: 3 foram traduzidos (dentre eles 1 foi extraído de uma conferência no MIT e 1 do site do Centro de Pesquisa sobre Globalização (www.globalresearch.ca); e 1 publicado originalmente na publicação eletrônica multimídia Carta Maior (que nasceu por ocasião da primeira edição do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2001, em Porto Alegre)

- Globalização alternativa (textos 5 a 9, entre as páginas 18 a 35, totalizando 18 páginas com este enfoque)

Destaque sobre o futuro do movimento antiglobalização após os atentados de 11 de setembro: os textos propõem esta discussão, na tentativa de conter a falta de êxito organizativo de suas ações – mesmo após a notabilidade com as manifestações em Seattle, a marcação cerrada dos Estados Unidos (já que existe a visão de que como o movimento luta contra o poderio norte-americano, seus ativistas podem ser comparados com os terroristas autores dos atentados), a superação da guerra de símbolos (já que os atentados terroristas também usaram desta “tática” ao atacar símbolos norte-americanos ligados ao poderio militar/política/econômico) e rever sua agenda de atuação diante das transformações sociais geradas pelo capitalismo neoliberal, sem ignorar a essência do movimento: contra a globalização, a pobreza, organismos como FMI, Banco Mundial, OMC

Os autores recorrem a fatos históricos, fontes ligadas ao governo norte-americano, outros veículos de comunicação, estudiosos/filósofos/sociólogos, ativistas atuantes e a relatos da atuação do movimento como fontes para o texto. Predomínio do uso do verbo na primeira pessoa, o que demonstra a identificação dos autores com o movimento antiglobalização e do uso das aspas em expressões “emprestadas” de outros discursos, sem necessariamente serem identificados e para falas/trechos ligadas/os às fontes

Dos 5 textos reunidos por este chapéu: 3 são traduções e 2, de autores brasileiros, foram “encomendados”, de acordo com explicação do editor, até 2009, do *Caderno*, Antônio Martins (entrevista descrita no *Capítulo 3* deste trabalho).

E como no editorial são destacadas as participações de ativistas (Naomi Klein, Michael Albert e François Houtart), estes estão englobados neste chapéu – globalização alternativa. Somado ao predomínio do uso dos verbos na primeira pessoa, esta organização textual ajuda a entender que os textos produzidos têm uma forte carga emocional, já que os autores são atuantes no movimento, reforçando o envolvimento na luta proposta de valorização das ações antiglobalização, especialmente após os atentados de 11 de setembro.

- Informação e controle (textos 10 a 13, entre as páginas 36 a 49, totalizando 14 páginas com este enfoque)

Destaque sobre a cobertura da mídia em relação aos movimentos antiglobalização após os atentados, a influência dos valores neoliberais na atuação da imprensa (foco na imprensa brasileira), o papel da publicidade e a evolução na Internet tanto nos meios de comunicação quanto na a área da educação

Os autores recorrem a fatos históricos, fontes ligadas ao governo norte-americano, outros veículos de comunicação, estudiosos/filósofos/sociólogos, publicitário, comparação com tempos históricos diferentes. Predomínio do uso do verbo na terceira pessoa e do uso das aspas em expressões “emprestadas” de outros discursos, sem necessariamente serem identificados e para falas/trechos ligadas/os às fontes

Dos 4 textos reunidos por este chapéu: 2 são traduções, 1 aparece apenas creditado a Ignacio Ramonet, diretor do *Le Monde Diplomatique* na época da publicação deste *Caderno* (2002) e 1, de autor brasileiro, foi “encomendado”, de acordo com explicação do editor, até 2009, do *Caderno*, Antônio Martins (entrevista descrita no *Capítulo 3* deste trabalho)

De forma resumida, seguem os textos e os temas, que marcam os macro-enquadramentos desta edição 1 do *Caderno*:

Textos/elementos destacados da análise	Chapéu	Autor	Reaproveitado	Tema (macro-enquadramento)
1. A arma dos poderosos	Mundo em conflito	Noam Chomsky	Tradução	Atentados de 11 de setembro e a luta contra o terrorismo
2. Em nomes das civilizações	Mundo em conflito	Tariq Ali	Tradução	Estratégias políticas e ideológicas de Washington e outros países em relação aos países islâmicos, como Irã, Iraque e Arábia Saudita
3. Nova fase de dominação global	Mundo em conflito	José Luis Fiori	Texto publicado originalmente na Agência Carta Maior	Reação dos Estados Unidos diante dos atentados (pacto de guerra), focada mais no Direito Penal no que no Direito Internacional, ou seja, baseada nos objetivos norte-americanos apenas
4. As pistas do “Osamagate”	Mundo em conflito	Michel Chossudovsky	Tradução	Os Estados Unidos, o apoio às redes terroristas, a omissão de dados que comprovavam este apoio e o convencimento dos norte-americanos de ação militar contra Bin Laden e todos os países que apoiam o terrorismo militar.
5. Qual outro mundo é possível?	Globalização alternativa	Michael Albert	Tradução	Crise no movimento antiglobalização e fatores que podem reverter esta situação
6. Entre o McMundo e a jihad	Globalização alternativa	Naomi Klein	Tradução	O movimento antiglobalização e os símbolos poderosos do capitalismo após 11 de setembro
7. Conseguiremos barrar a barbárie?	Globalização alternativa	Reginaldo C. Soares	Não	Regras econômicas e políticas no “mundo dominado pelo capital” e suas transformações
8. Entre a humanização e a superação do capitalismo	Globalização alternativa	François Houtart	Tradução	A globalização e a busca por alternativa(s) ao sistema econômico atual
9. A outra face do capitalismo	Globalização alternativa	Isabel Loureiro	Não	A agenda dos movimentos antiglobalização após 11 de setembro e as ironias da história (a autora delimita três!) diante do contexto pós-atentados e da influência dos movimentos antiglobalização
10. Obrigada Seattle, viva Porto Alegre	Informação e controle	Bernard Cassen	Tradução	Cobertura parcial do <i>Wall Street Journal Europe</i> ao igualar contestadores da globalização neoliberal com companheiros de luta de Bin Laden no seu editorial “Adeus Seattle?”, de 24 de setembro de 2010 x ações/objetivos reais do movimento antiglobalização
11. A colonização do ciberespaço	Informação e controle	Ignacio Ramonet	Não	Internet e questões ideológicas e éticas envolvidas na sua evolução
12. O marketing da libertação... do capital	Informação e controle	Tom Frank	Tradução	A publicidade na atualidade (com sua versão do marketing da libertação) x valores que a moldam a sociedade do consumo
13. Do discurso da ditadura à ditadura do discurso	Informação e controle	Bernardo Kucinski	Não	Falta de pluralismo da imprensa brasileira na atual hegemonia do neoliberalismo e os 10 paradoxos que moldam este “perfil” midiático

O editorial, texto de abertura desta edição, já descrito brevemente no *Capítulo 4* (o texto não informada se os artigos já foram publicados no *Diplô* ou foram produzidos especificamente para esta publicação – estão creditados apenas como tradução 8 artigos, 4 trazem somem os autores e 1 traz que foi publicado originalmente na Agência Carta Maior; informa que a revista foi lançada em parceria com o Instituto Abapuru e pela Editora), destaca

o objetivo desta edição: debater “os novos desafios surgidos após a contra-ofensiva do Império” para “muito mais do que tentar sanar a perplexidade provocada pelos atentados e pelo precedente aberto pela guerra contra o Afeganistão, queremos contribuir na reflexão dos rumos de um movimento que se reencontra novamente no sul do Brasil, neste verão de 2002²¹”. Explica que conta com a colaboração de “intelectuais e ativistas mais envolvidos neste debate” (Naomi Klein, Michael Albert e François Houtart), de “convidados como o brasileiro José Luis Fiori”, de “Bernard Cassen e Ignacio Ramonet, do *Le Monde Diplomatique*”, além de citar Noam Chomsky, Michel Chodussovky, Bernardo Kucinski e Isabel Loureiro. Prega que “uma efetiva democratização do mundo passa pela mudança radical de prioridades econômicas, sociais e políticas”.

Além disso, fica claro posicionamento da publicação – que é reforçado em todos os artigos reunidos nesta edição – de valorizar as “mobilizações”, o “movimento nascente contra a globalização capitalista”, como em “Seattle, Melbourne, Washington, Praga, Gotemburgo, Quebec, Gênova” e criticar quem os iguala com movimentos terroristas por “ambos lutarem contra os Estados Unidos”, de considerar os Estados Unidos como “grande potência militar e econômica”, “Império”, que após 11 de setembro, iniciou “uma impressionante articulação de forças em torno de si mesmo” com “enormes riscos: censura à imprensa, violação dos direitos humanos (em especial dos imigrantes), substituição da Justiça por comissões militares autorizadas a decretar pena de morte e tentativa de radicalizar (na OMC e na ALCA) um modelo que concentra riquezas e multiplica exclusões”.

E o que justifica também a divisão do *Caderno* pelos chapéus “Mundo em conflito”, “Globalização alternativa” e “Informação e controle”, ordenando os textos para alinhar o pensamento explicitado no editorial: “agimos movidos por uma ética que valoriza os direitos ao invés do lucro; e a solidariedade em vez do egoísmo. Estamos respaldados, além disso, pelo fato de que a globalização atual facilita o surgimento de monstros cujos tentáculos invisíveis se propagam no vazio deixado pelo Estado e nas brechas abertas pela desregulamentação”.

²¹ Refere-se ao Fórum Social Mundial (FSM), definido com “um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Esta definição está na Carta de Princípios, principal documento do FSM. (...) se caracteriza também pela pluralidade e pela diversidade, tendo um caráter não confessional, não governamental e não partidário. Ele se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial. O Fórum Social Mundial não é uma entidade nem uma organização” (texto do site oficial www.forumsocialmundial.org.br)

Na capa, além do logo da publicação e da marca do *Le Monde Diplomatique*, há a chamada principal “Fórum Social 2002 – Que outro mundo é possível?”, são destacadas duas frases referentes ao conteúdo dos artigos (“Por que o Império vai à guerra” e “Da ditadura do discurso à colonização do imaginário”), além dos nomes 13 autores ordenados por ordem alfabética, o que mostra a valorização da autoria dos textos reunidos, já que todos os textos são do gênero, artigo do tipo ensaio, cuja característica principal é que autor (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião (Melo, 2003).

Nas capas 2 e 4, há anúncios (de página inteira) da Editora Unesp e de sua fundação (Fundunesp/Vunesp). Na capa 3, há ainda anúncio do próprio *Diplô* (o site do jornal) e de evento da Prefeitura de Porto Alegre – Fórum de Autoridades Locais (ocupam cada um meia página). E a tiragem de exemplares não é informada.

Na edição 2, cuja chamada de capa é “Alca: o jogo duro do Império”, através do esquema da representação estrutural e da teia de relações da argumentação, as perspectivas simbólicas podem ser elencadas a partir da própria separação dos textos, a partir dos chapéus, que garantem uma unidade temática e de direcionamento editorial:

- chapéu “Entrevista” (texto 1, entre as páginas 5 a 9, totalizando 5 páginas com este enfoque) – texto jornalístico do gênero entrevista, no estilo ping-pong: perguntas e respostas descritas. Único texto, entre as 3 edições que não é artigo, do tipo ensaio.
- chapéu “Finanças” (texto 2, entre as páginas 10 a 11, totalizando 2 páginas com este enfoque) - O texto é uma colaboração para esta edição temática (explicada no editorial)
- chapéu “Indústria” (texto 3, entre as páginas 12 a 15, totalizando 4 páginas com este enfoque) - O texto é uma colaboração para esta edição temática (explicada no editorial)
- chapéu “Defesa” (textos 4 e 5, entre as páginas 16 a 21, totalizando 6 páginas com este enfoque) – O texto 4 é uma colaboração para esta edição temática (explicada no editorial) e o 5 é tradução (com informação: Publicado originalmente no *Le Monde Diplomatique* em janeiro de 2001)
- chapéu “Déficit democrático” (texto 6, entre as páginas 22 a 25, totalizando 4 páginas com este enfoque) – O texto é um tradução (com informação: Publicado originalmente no *Le Monde Diplomatique* em abril de 2001)
- chapéu “Setor de serviços” (texto 7, entre as páginas 26 a 29, totalizando 4 páginas com este enfoque) – O texto é uma colaboração para esta edição temática (explicada no editorial)
- chapéu “Saber x mercado” (texto 8 e 9, entre as páginas 30 a 37, totalizando 8 páginas com este enfoque) – Os textos são traduções (e no 8 consta: Publicado originalmente no *Le Monde Diplomatique* em janeiro de 2000)

- chapéu “Justiça” (texto 10, entre as páginas 38 a 41, totalizando 4 páginas com este enfoque) – O texto é uma colaboração para esta edição temática (explicada no editorial)
- chapéu “Agricultura” (texto 11, entre as páginas 42 a 45, totalizando 4 páginas com este enfoque) – O texto é uma colaboração para esta edição temática (explicada no editorial)
- chapéu “Meio ambiente” (texto 12, entre as páginas 46 a 47, totalizando 2 páginas com este enfoque) – O texto é uma tradução (com informação: Publicado originalmente no *Le Monde Diplomatique* em abril de 2001)
- chapéu “Cultura” (texto 13, entre as páginas 48 a 49, totalizando 2 páginas com este enfoque) – O texto é uma colaboração para esta edição temática (explicada no editorial)

Todos os textos deixam claro o posicionamento contra a criação da Alca, com argumento unânime que o acordo beneficia os países desenvolvidos, notadamente os Estados Unidos – criador do acordo.

Mesmo na entrevista – único texto que não é classificado dentro do gênero artigo -, e que foi escolhido para abrir esta edição temática, traz este posicionamento. Recorrer às consequências negativas do Nafta – acordo já instituído entre EUA, Canadá e México – para este último país é algo recorrente nos textos desta edição. Os mais diferentes setores são abordados para demonstrar os desdobramentos negativos caso a Alca entre em vigor – economia, política, meio ambiente (= água), cultura, propriedade intelectual, direito internacional, agricultura, ordenamento jurídico

De forma resumida, seguem os textos e os temas, que marcam os macro-enquadramentos desta edição 2 do *Caderno*:

<i>Textos/elementos destacados da análise</i>	Chapéu	Autor	Reaproveitado	Tema (macro-enquadramento)
1. O Brasil não precisa da Alca	Entrevista Observação: Entrevista, no estilo ping-pong: perguntas e respostas descritas. Único texto, entre as 3 edições que não é artigo, do tipo ensaio.	Débora Lerrer e Gisela Mendonça	Entrevista exclusiva (informado no editorial do Caderno e no olho da matéria)	São apontadas as críticas sobre a Alca, sobre as consequências para os mais diferentes setores econômicos de forma geral, para o Brasil (diante das suas igualdades e vulnerabilidades), sobre o ponto de vista político, na visão do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães que a classifica como projeto de subordinação e anexação aos Estados Unidos e a compara com o Nafta
2. O império do capital financeiro	Finanças	Marcos Antonio Macedo Cintra e Sérgio Luiz Cerqueira Silva	Não	Delimita as características acordadas no GATS (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços) em 1993 na Organização Mundial do Comércio (OMC) e de que forma elas podem influenciar nos acordos da Alca
3. Um passo a mais rumo à recessão econômica	Indústria	Fernando Camargo	Não	Traça a evolução, principalmente negativa, da indústria brasileira ao longo das décadas de 1970/80/90 e alerta sobre o papel dos Estados Unidos com políticas protecionistas
4. A soberania ameaçada	Defesa	Sérgio Xavier Ferolla	Não	Crítica a implementação da Alca alertando para a necessidade de ser reconhecer o papel dos estados nacionais na atualidade - e no caso do Brasil, de reconhecer suas responsabilidades como fator estabilizador na geopolítica local e sua projeção no Atlântico Sul, ameaçada pelas intenções norte-americanas através da Alca
5. Nova arquitetura militar nas Américas	Defesa	Janette Habel	Tradução. Publicado originalmente no LDM em janeiro de 2001	Traça a mudança ideológica que molda as "novas ameaças mundiais" e que determinam as ações militares norte-americanas em países latinos e como a Alca vem para reforçar tal ideologia
6. Um acordo entre governos e o mundo dos negócios	Déficit democrático	Dorval Brunelle	Tradução. Publicado originalmente no LDM em abril de 2001	Aborda a forma obscura de negociação sobre a Alca, a formação de coalizões que reivindicam transparência sobre esta negociação e são contra o acordo
7. A serviço de quem?	Setor de serviços	Durval de Noronha Goyos Jr.	Não	Traça as principais consequências (negativas!) para os países em desenvolvimento nos setores de serviços: bancos, jurídico, saúde, educação, cultura ao se colocar em prática a Alca, "erigida sobre os infames alicerces do Nafta"
8. A quem pertence o conhecimento?	Saber X mercado	Philippe Quéau	Tradução. Publicado originalmente no LDM em janeiro de 2000	Trata da questão do direito da propriedade intelectual diante da invasão de empresas particulares/privadas diante dos "bens públicos mundiais" e sugere como reverter isto a fim de incentivar e resgatar a criação e não somente proteger os detentores dos direitos
9. Enquadramento aos interesses norte-americanos	Saber X mercado	Carlos M. Correa	Tradução	Enumera as consequências sobre o direito de propriedade intelectual com as imposições dos Estados Unidos com a Alca, ultrapassando acordo já firmado entre norte-americanos e países latinos

O editorial, texto de abertura desta edição, já descrito brevemente no *Capítulo 4*, traz que uma parte dos textos reunidos foram publicados originalmente pelo *Le Monde Diplomatique* (eles totalizam 5 artigos), e parte é de autoria de colaboradores especiais para esta edição a fim de focar o tema sob a ótica brasileira e latino-americana (eles totalizam 8 artigos).

Descreve que tem como objetivo contribuir “para incrementar o debate sobre esta encruzilhada histórica que pode ou não colocar o Brasil no rumo de um outro mundo possível. Mais especificamente, no rumo de um outro continente americano, em que integração não signifique submissão.

Define a Alca como sendo “um projeto sem caminho de volta, já que várias prerrogativas de um Estado nacional desaparecem por completo no modelo que se pretende implantar” e destaca que suas negociações “são conduzidas praticamente em sigilo, a portas fechadas, sem participação efetiva da sociedade brasileira e até mesmo do Congresso Nacional”.

Na capa, além do logo da publicação e da marca do *Le Monde Diplomatique*, há a chamada principal “Alca: o jogo duro do império”, são destacadas duas frases referentes ao conteúdo dos artigos (“Nova arquitetura militar nas Américas” e “Rumo à regressão econômica”), além dos nomes 13 autores ordenados por ordem alfabética, o que mostra a valorização da autoria dos textos reunidos.

Na capa 2, há, na página inteira, ilustração que incentiva “Campanha nacional contra a Alca”, tema abordado nos artigos. Na capa 3, há ainda anúncio da revista Caros Amigos e do site do Diplô (ocupam cada um meia página). Na capa 4, anúncio de página inteira da Prefeitura de São Paulo. A tiragem de exemplares é de 15 mil exemplares, informada junto do expediente na página 4.

Na edição 3, cuja chamada de capa é “A disputa pelo ouro azul”, através do esquema da representação estrutural e da teia de relações da argumentação, as perspectivas simbólicas podem ser elencadas a partir da própria separação dos textos, a partir dos chapéus, que garantem uma unidade temática e de direcionamento editorial:

- chapéu “Geopolítica” (textos 1 e 2, entre as páginas 5 a 11, totalizando 7 páginas com este enfoque) - Os dois textos são traduções.
- chapéu “Globalização” (textos 3 a 5, entre as páginas 12 a 21, totalizando 10 páginas com este enfoque) - Dos três textos, dois são traduções e um é colaboração para esta edição temática (explicada no editorial)

- chapéu “Privatização” (textos 6 e 7, entre as páginas 22 a 27, totalizando 6 páginas com este enfoque) - Os dois textos são traduções.
- chapéu “Resistência” (textos 8 e 9, entre as páginas 28 a 33, totalizando 6 páginas com este enfoque) - Os dois textos são traduções.
- chapéu “Meio ambiente” (texto 10, entre as páginas 34 a 35, totalizando 2 páginas com este enfoque) - O texto é uma tradução.
- chapéu “Abastecimento” (texto 11, entre as páginas 36 a 37, totalizando 2 páginas com este enfoque) - O texto é uma tradução.
- chapéu “Recursos hídricos” (texto 12, entre as páginas 38 a 41, totalizando 4 páginas com este enfoque) - O texto é uma colaboração para esta edição temática (explicada no editorial)
- chapéu “Saneamento básico” (texto 13, entre as páginas 42 a 45, totalizando 4 páginas com este enfoque) - O texto é uma colaboração para esta edição temática (explicada no editorial)
- chapéu “Cidadania” (texto 14, entre as páginas 46 a 49, totalizando 4 páginas com este enfoque) - O texto é uma colaboração para esta edição temática (explicada no editorial)

Em todos os artigos, há crítica ao modelo mercantil que determina o uso e exploração da água. Também fazem o alerta sobre a escassez, o desperdício, a poluição deste “ouro azul”, a falta de saneamento e abastecimento e a propagação de doenças/patologias “de transmissão hídrica”. Ressaltam exemplos de movimentos da sociedade civil contra a privatização de serviços da água. Abordam especificamente a situação brasileira e latino-americana em relação à água em 4 artigos, não traduzidos. Nos 10 restantes, enfoca a questão mundialmente. As fontes oficiais, ligadas a organismos de reconhecimento, repetem-se ao longo dos textos e as citadas são: Organização Mundial da Saúde (OMS), Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUE), Organização das Nações Unidas (ONU), Fórum Social Mundial de Porto Alegre e Organização Mundial do Comércio (OMC).

De forma resumida, seguem os textos e os temas, que marcam os macro-enquadramentos desta edição 3 do *Caderno*:

<i>Textos/elementos destacados da análise</i>	Chapéu	Autor	Reaproveitado	Tema (macro-enquadramento)
1. A nova questão estratégica mundial	Geopolítica	Jean-Paul Deléage	Tradução	Premissas ecológicas com esforços dos poderes públicos para salvar as pessoas, não da guerra, mas das doenças causadas pela falta de qualidade e até de acesso a água potável
2. A guerra pela água	Geopolítica	Mohamed Larbi Bouguerra	Tradução	Propõe discussão sobre a exploração estatal ou privada da água, apontando as consequências das políticas econômicas no reforço da disparidade de acesso e consumo deste bem e as organizações que pregam a melhoria na exploração da água com foco nas necessidades humanas, principalmente
3. Uma necessidade vital se torna mercadoria	Globalização	Riccardo Petrella	Tradução	Traça a evolução da classificada "oligarquia mercantil mundial da água" através da criação e desenvolvimento do Conselho Mundial da Água Global Water Partnership, Fórum Social Mundial da Água, através do apoio de empresas multinacionais, Organizações das Nações Unidas, Banco Mundial e ONGs
4. A conquista da água	Globalização	Riccardo Petrella	Tradução	Elenca os 5 princípios básicos da atual "conquista da água", guiada pela lógica capitalista que impôs a água como mercadoria e sua privatização
5. Água: nas mãos de quem?	Globalização	Leonardo Morelli	Não	Compara água com petróleo, dentro da perspectiva neoliberal e critica legislações e práticas políticas governamentais impostas à exploração de recursos hídricos principalmente nos países do Hemisfério Sul
6. O apetite voraz das multinacionais	Privatização	Bernard Maris	Tradução	Traça perfil da atuação de empresas privadas no mercado da água na França, que se expandem mundialmente através de fusões aquisições privadas nos mais diferentes países
7. Os mestres da água do planeta	Privatização	Daniel Baudru e Bernard Maris	Tradução	Delimita os modelos de gestão da água a partir dos contratos privados franceses, norte-americanos, ingleses e chilenos com o poder público a fim de propor gestão democrática como alternativa
8. Os desgastes da privatização	Resistência	Franck Poupeau	Tradução	Descreve as consequências ruins da privatização do mercado da água (principalmente por consórcios franceses) em cidades latinas da Argentina e Bolívia e as diferentes reações (luta ou aceitação) destes povos diante delas
9. A lição de Cochabamba	Resistência	Pablo Solon	Tradução	Usa como exemplo o caso de governo de Cochabamba na Bolívia ao substituir lei e contrato de privatização dos serviços de água para explicar como funciona as reuniões arbitrárias amparadas pelos tratados de livre comércio, que protegem as multinacionais
10. Os caminhos discretos da poluição	Meio ambiente	Mohamed Larbi Bouguerra	Tradução	Enumera exemplos da contaminação da água a partir da ação principalmente de dejetos industriais, da agricultura e da pecuária em vários pontos do mundo (Canadá, França, Estados Unidos)

O editorial, texto de abertura desta edição, já descrito brevemente no *Capítulo 4*, traz que uma parte dos textos reunidos foram publicados originalmente pelo *Le Monde Diplomatique* (na edição temática, *Manière de Voir*, que serviu de inspiração para este *Caderno*) – eles totalizam 10 artigos -, e parte é de autoria de colaboradores especiais para esta edição a fim de focar o tema “sob a ótica brasileira e latino-americana) – eles totalizam 4 artigos.

Descreve que tem como objetivo “contribuir com o debate sobre o ‘ouro azul’” (= água), a partir dos dados de um relatório “alarmante” da Unesco sobre o futuro da água, que retratam dois cenários para este século: “no pior, 7 milhões de pessoas sofrendo com a escassez de água em 60 países; no melhor, 2 milhões em 48 países”, e motivado também pela visão de “alguns especialistas” de que a água pode “ser alvo de disputa em guerras no futuro, como hoje acontece com o petróleo”, e devido ao “recente processo de mercantilização deste bem comum e a consequente privatização de seus serviços, sob o manto do discurso aparentemente neutro de ‘necessidade’”.

Critica a lógica mercantil que determina que a água, mesmo sendo um recurso necessário, deixou de ser um “direito” e destaca movimentos sociais e organizações que “têm se unido para frear” o “novo credo privatista” propagado pelo lobby de grandes empresas transnacionais, governos e teóricos do Banco Mundial e para “evitar que as reservas de água do planeta sejam absorvidas pela febre privatista”.

Também a aponta que há duas respostas para o que se deve ser feito para enfrentar os cenários do relatório da Unesco: “se, para alguns, a resposta é o mercado, para outros, a água é um bem comum e, portanto, deve ser gerida de modo diferente do que uma simples mercadoria, com maior controle público e democrático de sua utilização.

Retrata o Brasil como um “magnífico potencial hidráulico” por causa das “volumosas descargas de água nos rios” e da presença no seu subsolo de “parte do Aquífero Guarani” e aponta para a necessidade de se combater o desperdício, a poluição, a carência de abastecimento e saneamento que é contradiz a fartura hídrica brasileira.

Organização temática que justifica a escolha de ordenar editorialmente os artigos pelos chapéus: “Globalização”, “Privatização”, “Resistência”, “Meio ambiente”, “Abastecimento”, “Recursos hídricos”, “Saneamento básico” e “Cidadania”.

Na capa, além do logo da publicação e da marca do *Le Monde Diplomatique*, há a chamada principal “A disputa pelo outro azul”, são destacadas duas frases referentes ao conteúdo dos artigos (“A voracidade das multinacionais” e “Água: nas mãos de quem?”), além dos nomes 13 autores ordenados por ordem alfabética, o que mostra a valorização da

autoria dos textos reunidos, já que todos os textos são do gênero, artigo do tipo ensaio, cuja característica principal é que autor (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião (Melo, 2003).

Na capa 2, há anúncio (de página inteira) do site do *Diplô*. Na capa 3, há ainda anúncio do Conselho Federa; de Engenharia, Arquitetura e Engenharia (Confea) e da ONG Biodiversidade Global (ocupam cada um meia página). A tiragem de exemplares é de 10 mil exemplares, informada junto do expediente na página 4.

Os três *Cadernos* são temáticos, trazem artigos do tipo ensaio (exceto uma entrevista na edição 2), propagam o posicionamento do *Diplô* diante dos temas retratados, através de textos reaproveitados e inéditos. Aborda fatos históricos, fontes de informação, traz opiniões (pela própria característica do gênero artigo) ajudam a reforçar as estruturas discursivas relativas a cada assunto à luz da ideologia do jornal.

Desta forma, defende-se que a informação encontrada nos meios impressos, independentemente de sua repercussão, gera interferências na sociedade já que oferece conteúdos promotores de ideias e debates com o objetivo de formar opiniões entre os leitores. Portanto, as pessoas veem nos jornais uma referência na medida em que a imprensa incentiva o diálogo, fornece versões e apresenta determinados fatos, mesmo através do reaproveitamento de notícias.

7. Conclusão

A partir da análise-modelo (com os 15 elementos que norteiam a análise qualitativa de conteúdo da edição 1 do Caderno Diplô) e do esquema da representação estrutural dos textos e da teia de argumentação das edições 1, 2 e 3 dos Cadernos Diplô, o reaproveitamento de notícias, como se apresenta nos Cadernos Diplô, tem como objetivo principal o aprofundamento dos temas abordados pelo jornal *Le Monde Diplomatique*, cujo enfoque não é a cobertura diária, por se tratar de um jornal com periodicidade mensal, e público-leitor (de acordo com perfil abordado no Capítulo 4), na grande maioria, é composto por homens, bem informados e com boa formação educacional (a soma das porcentagens de nível superior completo/incompleto é superada pelo índice de pós-graduados), com predomínio de até 40 anos e acesso a leitura, viagem e cinema.

Ao reunir textos já publicados com conteúdo inédito, o reaproveitamento de notícias no jornalismo contemporâneo, mesmo no caso do Caderno Diplô (que reforça a linha editorial clara contra os efeitos negativos da globalização e do neoliberalismo do jornal mensal, confirmando o conceito de enquadramento abordado no Capítulo 2) pode ser classificado como uma prática editorial e não uma categoria específica dentro do jornalismo, que pode perfeitamente ser incluída dentro das características do jornalismo comercial/industrial (que considera a notícia como mercadoria), com a função principal de otimização da gestão de conteúdo.

A discussão sobre a definição de jornalismo, a conseqüente função/papel dos jornalistas e a crítica aos meios de comunicação (que são moldados por metas econômicas, principalmente – e que foram abordadas no Capítulo 1) deixam claro que o reaproveitamento de conteúdo noticioso também exige conhecimento dos processos produtivos dentro da área jornalística, pois envolve todo o mecanismo técnico necessário na criação de qualquer produto editorial “do zero”: definição de pauta, escolha de fontes de informação, objetivo e direcionamento editorial do conteúdo, edição, diagramação, escolha de imagens, por exemplo.

E no caso dos Cadernos, a criação deste tipo de produto foi pautada pelos critérios de edição clássicos do jornalismo: quais autores “merecem” espaço, quais textos devem ser escolhidos para reaproveitamento, quais textos/assuntos precisam ser solicitados para colaboradores, de que forma redigir editorial (texto de abertura) que explicasse o propósito da edição temática, como definir layout – características gráficas, escolha de ilustrações, qual o espaço delimitado para cada autor, tudo para garantir unidade editorial ao produto e oferecer ao leitor um conteúdo com qualidade, à luz da ideologia pregada pelo Diplô.

Apontamentos que reforçam os conceitos trabalhados pelas teorias do jornalismo abordadas no Capítulo 2, especialmente relativos ao gatekeeper (formas de controle da informação presentes na codificação das mensagens, na seleção, na formação de mensagem, na difusão, na programação, na exclusão da mensagem completa ou parte dela) e newsmaking (em que ponto central deste tipo de pesquisa considera as conexões e as relações existentes entre a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos). E asseguram que o mapeamento das práticas jornalísticas na contemporaneidade se faz necessário para, além de compreender a atuação do jornalismo, compreender a própria sociedade.

A visão jornalística exigida no reaproveitamento de notícias pode ser embasada pelos autores citados ao longo desta pesquisa, que discutem a profissão e ajudam a compreender que o reaproveitamento de conteúdo noticioso também é uma forma de se praticar o jornalismo e demanda todos os cuidados técnicos da cobertura do fato novo. Além disso, pode ser encarado como um reforço para questões relevantes socialmente.

Partindo da visão de Traquina (2001), que cita Gaye Tuchman, ao defender que “notícia, como todos os documentos públicos”, é “uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna” (p. 30), acredita-se que o reaproveitamento de notícias no jornalismo contemporâneo vai ao encontro da ideia de que os meios de comunicação contribuem para a formação crítica acerca do mundo, já que as notícias são elaboradas a partir de formas específicas que são aplicadas aos acontecimentos, ou seja, padrões industrializados (como, por exemplo, a pirâmide invertida).

O reaproveitamento de notícias também pode contribuir para amenizar a “miopia” de que a comunidade interpretativa, ou seja, os próprios jornalistas sofrem, segundo Traquina (2005), pois de acordo com o autor tais profissionais muitas vezes podem ter “uma visão que temporalmente é limitada” diante dos fatos a serem abordados.

Este ponto de vista também pode ser identificado nas críticas de Ramonet (2007), já que para o autor, na era da superinformação ou superabundância de informações, o jornalista pode ser “asfíxiado” diante da oferta constante e de fácil acesso de dados, relatórios, releases e isto pode incentivar a preguiça do profissional, já que não precisa mais buscar a notícia, pois ela chega por si mesma a ele. (p. 29). Além disso, o jornalismo pautado no reaproveitamento de conteúdo noticioso aparece como um escape ao “mimetismo midiático”, definido pelo mesmo autor como o movimento de auto-estimulação entre os meios de comunicação em geral (jornais impressos, programas de televisão, rádio, internet), fazendo com que as notícias que circulam entre estes sejam as mesmas, gerando a sensação de que algo se torna mais

importante quando transita entre os mais diferentes meios, e acaba pasteurizando e limitando as atividades do jornalista.

Diante dos mecanismos norteadores da atividade jornalística, determinada principalmente pelos fatores tempo e espaço – pressão das horas de fechamento do produto editorial, definição sobre o que realmente é atual ou interessante para ser abordado pelo veículo de comunicação + quebra de fronteiras constante, já que se pode consumir informação de qualquer parte do mundo com facilidade e em tempo real, divulgando barreiras do que é local, regional ou global -, o reaproveitamento de notícias, como o praticado nos Cadernos Diplô, que trazem textos que valorizam a autoria (pela própria característica do gênero artigo), expressam claramente a intenção/objetivo do produto temático através do editorial, cuja edição garante unidade aos temas retratados e assegura o reforço do pensamento expresso nos textos de abertura de cada edição.

Ou seja, pode surgir como uma prática jornalística alternativa que minimiza os efeitos negativos, tanto na postura do jornalista (inerte muitas vezes nesta era da “superinformação ou superabundância de informações” - Ramonet, 2007), quanto na do leitor (bombardeado por informações através do acesso facilitado aos mais diferentes meios e tendo que ser editor de si mesmo para escolher o que consumir).

A partir do resgate do Traquina (2005), ao citar Patterson (1997/2000) para apontar que “o tempo das notícias é um tempo de vistas curtas”, é possível elencar como saída para alterar este tempo o reaproveitamento de notícias, pois com o reforço de informações e o aprofundamento de questões específicas a partir de dados já publicados é possível chamar a atenção do leitor – e do jornalista, já que com a compilação de material veiculado é possível fazer uma revisão do assunto abordado e atualização dentro do novo contexto em que o produto será lançado.

O reaproveitamento de notícias também apresenta-se como alternativa diante da necessidade imediatista, que pauta o jornalismo orientado pelo presente, pela necessidade de acompanhar o que os outros veículos de comunicação dão destaque/importância, ao cumprir o deadline/hora de fechamento. Não que o jornalista, ao organizar uma compilação de material publicado, não deva estar antenado com o mundo em que vive ou não deva cumprir prazos. Como qualquer produto editorial, o resultado de uma compilação deve estar de acordo com o seu público-alvo, e quando é derivado de alguma marca existente (como os Cadernos Diplô) também deve ter ligação/identificação com o produto original. Isso para que o leitor saiba que está consumindo conteúdo reaproveitado, seja ele fruto de alguma marca/produto específica/o ou não.

Com a facilidade ao acesso e a maior oferta de fontes de informação, os produtos resultantes do reaproveitamento de notícias podem também auxiliar a vida do leitor, pois ele necessita cada vez mais de fontes confiáveis. Por esse motivo, o tempo para selecionar informação, mesmo com o acesso facilitado, é cada vez maior. E ao reunir textos considerados importantes pelo jornalista na hora da edição da compilação, o filtro de ideias/discussões relevantes resulta no próprio produto com conteúdo reaproveitado.

Kovach e Rosenstiel (2003), ao defenderem que as pessoas precisam cada vez mais de fontes as quais possam consultar e que lhes dirão o que é verdadeiro e significativo, elencam, que além de responder à questão “No que posso acreditar?”, o papel da imprensa é trabalhar também para responder “Onde está o bom material?” e por isso verificação e síntese se tornam a espinha dorsal do novo papel de guardião do jornalista, ou seja, o de se converter num “fazedor de sentido” (p. 77).

O reaproveitamento de notícias – como resultado de uma compilação baseada nos princípios éticos e norteadores da atividade jornalística correta, leal com o leitor/consumidor – pode se considerado como uma saída também ao critério de atualidade ou o factualidade, pois funciona como um escape desta necessidade, já que se republica algo que visa contribuir para o aprofundamento de determinado assunto, notadamente questões pertinentes que não são reféns da temporalidade – na visão jornalística.

Com base nos resultados desta pesquisa, o reaproveitamento de notícias no jornalismo impresso é apontado como uma opção para o aprofundamento de temas sociais pertinentes, não apenas baseado no ineditismo, e contribui com o desenvolvimento crítico da profissão, já que na atualidade, com a presença das tecnologias de edição e acesso facilitado às informações, a profissão “ser jornalista” é ditada pelas unidades de tempo e espaço: o primeiro item relaciona-se à pressão das horas de fechamento de jornais, por exemplo, e também com a discussão sobre o que realmente é atual ou interessante para se entrar em um produto jornalístico; o segundo tem a ver com a quebra de fronteiras constante em que a humanidade vive, já que se pode consumir informação de qualquer parte do mundo com facilidade e em tempo real.

O reaproveitamento de notícias pode ser classificado como uma prática editorial e não uma categoria (como as apontadas no Capítulo 5, a partir da conceitualização de Melo, 2003), já que há um deslocamento entre as duas unidades – tempo e espaço – no caso dos produtos que republicam material jornalístico, pois diferentemente do conceito clássico de produção de notícias, tarefa essencial do jornalista, considera-se que o conteúdo publicado pode ganhar

uma nova roupagem (ao ser republicado) e até mesmo uma nova abordagem, já que gera um novo produto editorial cuja função primordial é contribuir para o aprofundamento do assunto tratado. E esta prática surge como sendo mais conceitual e analítica, funcionando até para preservar memórias e análises de questões importantes para a história do homem.

Apoiando-se na visão de BELTRÃO (2006) de que “o que é efêmero, passageiro, que se dissipa de um dia para o outro no jornalismo é a forma, a exterioridade, o conteúdo, entretanto, pode permanecer, contribuindo insensível mas persistentemente para a formação da opinião pública e da consciência coletiva” (p. 31), com o reaproveitamento de notícias é possível oferecer uma nova interpretação do fato abordado, independentemente de quando e onde e de que forma foi publicado inicialmente.

Além das características já apontadas e que regem o reaproveitamento, é necessário destacar que tal prática acabada funcionando até para preservar memórias e análises de questões importantes para a história do homem, já que qualquer narrativa, tanto histórica como jornalística (diferenciação abordada no Capítulo 1), representa um saber objetivo ou subjetivo do mundo e, por sua construção, torna-se meio pelo qual exercita a interpretação destinada a influenciar o seu destinatário final. Ou seja, as práticas jornalísticas (assim como as históricas) não são apenas relatos representativos, mas sim elaborações socioculturais nas quais se reconstituem fatos e versões portadores de uma lógica carregada de intenções e valores manifestos nas crenças de quem elabora o texto. (VICENTE, 2009, p. 100-1001). E no reaproveitamento de notícias isto não é diferente.

Além das contribuições positivas desta prática editorial apontadas nos parágrafos anteriores, através da análise qualitativa de conteúdo do reaproveitamento de notícias dos Cadernos Diplô, também podem ser apontadas críticas, como a que este tipo de reaproveitamento escolhido pelo jornal contribui para o reforço a um pensamento alternativo único, assim como a filosofia neoliberal criticada pelo veículo.

Apoiados em autores que compartilham da visão do jornal, foi possível perceber que com o reaproveitamento, o Diplô elege pensadores globais que podem ofuscar ou até contaminar a visão local, ou seja, o ponto de vista que se propõe alternativo à visão neoliberal da imprensa de massa pode transformar-se em um ponto de vista também único, como se somente as ideias reunidas numa edição especial com a marca do jornal fossem realmente válidas. Os Cadernos apóiam-se em nomes de representação mundial na militância contra o neoliberalismo – que por um lado garante notoriedade aos assuntos tratados, porém podem funcionar como referências distantes da realidade local.

Um alerta para que o reaproveitamento de notícias, como se propõe nos Cadernos, não caia na limitação das visões daqueles que o jornal escolheu para ter espaço na publicação. E desta forma pode servir de precaução também para que esta prática editorial não repita as consequências negativas dos meios de comunicação na contemporaneidade, como o mimetismo midiático – a repetição de notícias entre os mais diferentes meios de comunicação, homogeneizando a informação.

A partir desta visão crítica em relação ao reaproveitamento, pode-se também afirmar que o grau de pluralidade deste conteúdo dos Cadernos não seja total e sim relativo, o que pode reformar o pensamento alternativo como único.

Porém questões provocadoras como estas – que não são o foco deste trabalho - são desdobramentos plausíveis para novas investigações, já que a análise empreendida nesta pesquisa respondeu as perguntas levantadas na introdução e não esgota a leitura sobre o reaproveitamento de notícias no jornalismo na atualidade (ainda mais porque o corpus desta pesquisa abordou somente uma das formas pelas quais os meios de comunicação atuam: a forma impressa), apenas tenta contribuir através de uma perspectiva investigativa.

8. Referências

ARAÚJO, A. C. Z. *Considerações sobre escritores jornalistas e viajantes*. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=275JDB005>>. Acessado em 20 de março de 2010.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda., 1988.

BELTRÃO, L.. *Teoria e prática do jornalismo*. Adamantina, SP/Cátedra Unesco Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional: Edições Omnia, 2006.

BORRAT, H. *Periódicos de calidad: primeras propuestas para una lectura crítica*.

Disponível em:

<http://www.portalcomunicacion.com/esp/n_aab_lec_3.asp?id_llico=21&index=0>. Acesso em 25 abril de 2010.

BUCCI, E. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

CADERNOS DIPLÔ nº 1. São Paulo: Editora Unesp. Anual. ISSN 1677-3616. 52 p.

CADERNOS DIPLÔ nº 2. São Paulo: Editora Unesp. Anual. ISSN 1677-3616. 52 p.

CADERNOS DIPLÔ nº 3. São Paulo: Editora Anita Garibaldi. Anual. ISSN 1677-3616. 52 p.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*.

Tradução de Maurício Santana Dias. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Tradução Angela S. M. Corrêa. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2009

CRUZ, Juan. *Notícia urgente*. Folha de São Paulo, São Paulo, 01 mar. 2009. Caderno Mais p. 10.

DUARTE, J. e BARROS, A. (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2003.

GIOVANNI, J. R. *Seattle, Praga, Gênova: política antiglobalização pela experiência de ação de rua*. <www.teses.usp.br/.../DISSERTACAO_JULIA_RUIZ_DI_GIOVANNI.pdf>.

Acessado em 18 de julho de 2010.

HOHLFELDT, A., MARTINO, L.C. e FRANÇA, V. V. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

KOVACK, B. e ROSENSTIEL, T. *Os elementos do jornalismo*. Tradução de Wladir Dupont. São Paulo, SP: Geração Editorial, 2003.

KUNCSIK, M. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação*; tradução Rafael Varela Jr. – 2 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

LAGE, N. *Estrutura da notícia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. (Princípios).

LOPES, P. C. *Gêneros literários e gêneros jornalísticos - Uma revisão teórica de conceitos*. <<http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-generos-lopes.pdf>>. Acessado em 14 de junho de 2010.

MARQUES, L.H. *Teoria e prática de redação para jornalismo impresso*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

MELO, J. M. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3 ed. Revisada e ampliada. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. *Para uma leitura crítica da comunicação*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

MOLINA, M. M.. *Os melhores jornais do mundo: uma visão da imprensa internacional*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2008.

MOULLAUD, M.; PORTO, S. (Org.) *O jornal. Da forma ao sentido*. Brasília: Editora UnB, 2002.

PENA, F. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

PETRY, André. *A crise é dos jornais – e não do jornalismo*. Revista Veja, São Paulo, 2117, ano 42, n 24, 17 de junho de 2009. P. 86-88

RAMONET, I. *A tirania da comunicação*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *Geopolítica do caos*. Tradução de Guilherme João de Freitas Texeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. *Guerras do século XXI: novos temores e novas ameaças*. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____; GRES Alain (org.). *A desordem das nações*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SOARES, M. C. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em <http://www.culturaacademica.com.br/titulo_view.asp?ID=27>. Acessado em 28 de abril de 2010.

SOUSA, J. *As notícias e seus efeitos*. Disponível em <http://www.bocc.uff.br/pag/_texto.php?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>. Acessado em 17 de out de 2006.

_____. *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2a edição revista e ampliada. Port, 2006. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>. Acessado em 20 de março de 2008.

_____. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso, um guia para estudantes de graduação*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

STRECKER, M. *Para Talese, imprensa matou Michael Jackson*. Folha de São Paulo, São Paulo, 02 julho. 2009. Ilustrada p. 1.

TAMBOSI, Orlando. *Tobias Peucer e as origens do jornalismo*. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 1, n.º 2, p.49-59, 01 jun. 2004. Disponível em: <<http://posjor.ufsc.br/public/docs/108.pdf>>. Acessado em 25 abril de 2010.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa internacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003.

_____. *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra, Portugal: Livraria Minerva Editora, 2000.

THOMPSON, J.B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VICENTE, M. M. *O Jornalismo do Le Monde Diplomatique*. Revista Comunicação Midiática: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação/Universidade Estadual Paulista, número 3, ano 2, 133-149, agosto de 2005.

_____. *História e comunicação na ordem internacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em <http://www.culturaacademica.com.br/titulo_view.asp?ID=50>. Acessado em 24 de março de 2010.

WANDERLEY, E. *Luiz Beltrão: de Olinda para o mundo*. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia1_f.htm>. Acessado em 20 abril de 2010.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. 7ª edição, Lisboa: Editorial Presença, 2002.

ZANCHETA JÚNIOR, J. *Imprensa escrita e telejornal*. São Paulo: Unesp, 2004. (Coleção Paradidáticos: Série Linguagens e representações).

Sites consultados

Le Monde Diplomatique Brasil <<http://diplo.uol.com.br/2007-08,a1327>>. Acessado em 18 de julho de 2008.

Le Monde Diplomatique Brasil <<http://diplo.org.br/2007-08,a1327>>. Acessado em 18 de março de 2010.

Le Monde Diplomatique Brasil (novo site) <<http://diplomatieque.uol.com.br/>>. Acessado em 25 de abril de 2010.

Le Monde Diplomatique França <<http://www.monde-diplomatique.fr/diplo/apropos/>>. Acessado em 13 de março de 2009.

Bazar Le Monde Diplomatique <<http://diplo.dreamhosters.com/CadernosDiplo>> Acessado em 18 de julho de 2008.

9. Anexos

9.1 Transcrição das entrevistas

Entrevista com Antonio Martins, editor dos Cadernos Diplô de 1999 a 2009.

Dia 22 de julho de 2009.

Gravada por telefone e arquivada em CD.

Quais os objetivos dos Cadernos Diplô?

Quando nós lançamos o Le Monde Diplomatique ele era essencialmente só a seleção, tradução, e breve edição do material francês (o material original que vinha do Le Monde Diplomatique francês). As matérias eram selecionadas, traduzidas e editadas e publicadas no site. Nós gostávamos ter um jornal com a importância, a profundidade e a capacidade crítica do Le Monde Diplomatique, mas não gostávamos nada de que fosse apenas a tradução dos artigos em francês. Quando nós lançamos os cadernos, o primeiro objetivo foi abrir espaço para a produção brasileira. Os cadernos tinham mais ou menos como fórmula 50% de textos selecionados no material já produzido pelo Le Monde Diplomatique francês traduzido aqui para ser publicado na internet e 50% de material produzido por intelectuais e jornalistas brasileiros. Este era o primeiro foco. E segundo era incidir mais agudamente em temas que nós considerávamos importantes. O Le Monde Diplomatique é um jornal mensal multitemático, como a grande maioria dos jornais. Nós queríamos em alguns temas importantes publicar um conjunto mais vasto de matérias, uma análise mais multilateral de um determinado tema. Este era o segundo objetivo: conseguir focar e cercar em análises multidisciplinares e vários ângulos um determinado tema importante.

Quanto aos formatos dos Cadernos Diplô, como foram definidos?

Foi uma opção tomada no começo de 2006 quando saiu o primeiro livreto do Le Monde Diplomatique. Nós achamos que as bancas estão muito cheias de publicações que são mais ou menos no mesmo formato e quisemos inovar. E levamos em conta que o Le Monde Diplomatique se assemelha em certa medida com uma publicação mais perene. E é um formato mais indicado para uma publicação mais perene que é um livro. E para popularizar, para tornar mais fácil inclusive ler no transporte, no ônibus, no metrô, nós resolvemos fazer o formato de bolso. Não estava prevista no início e foi uma revisão do projeto.

Atualmente, as edições dos Cadernos Diplô não são vendidas em bancas. Os Cadernos em formato revista, alguns foram vendidos em banca (que são os 3 que você tem aí), com

distribuição do Fernando Chinaglia. Atualmente tanto um quanto o outro formato são vendidos somente pelo site. Mas o objetivo é vender em banca.

Existe um público-alvo definido para os Cadernos?

É o público do *Le Monde Diplomatique*. Em geral, é formado por pessoas que acompanham fatos nacionais e internacionais mais relevantes, que têm uma postura crítica diante da mídia tradicional, que busca uma informação menos superficial, mais profunda que a informação que os jornais em geral produzem. Ele é muito concentrado nas universidades, tanto professores quanto estudantes de pós-graduação e graduação. Nos próprios jornalistas, no setor de ONGs. É um público que se preocupa com a política, e com temas emergentes da história dos bens comuns, história do conhecimento compartilhado, a história do debate dos projetos emancipatórios. É claro que a gente deseja que esse público seja cada mais numeroso, mas o perfil não se altera em relação ao perfil da edição impressa. A gente não procurou uma fórmula para produzir testes mais leves. A gente acha que há a necessidade de uma abordagem mais profunda.

Quais os critérios para seleção dos artigos republicados?

Primeiro vem o tema. A decisão do tema tem a ver com a relevância do momento. O primeiro que fizemos foi em 2000, época de incidência mais forte dos ajustes neoliberais, naquilo que eles bloqueavam a organização dos trabalhadores. Foi quando em 2000, durante o governo do Fernando Henrique, quando voltou a idéia de flexibilizar os direitos trabalhistas, quando havia um declínio muito acentuado do percentual de trabalhadores no mercado formal de trabalho, com carteira assinada. Então havia tendência de desorganizar as conquistas sociais das décadas anteriores, sem criar uma alternativa. Então o jornal tratou deste tema. Uma vez escolhido o tema, o critério era essa: 50/50. A gente buscava ou os textos já traduzidos do *Le Monde Diplomatique* ou os textos anteriores produzidos antes de surgir a edição brasileira e os traduzia. Pelo critério de profundidade, relevância e atualidade. E encomendávamos um conjunto de outros textos para jornalistas ou especialmente pesquisadores brasileiros. Esta outra parte dos 50%, na sua maioria, era composta por textos inéditos. Também havia, em um ou outro caso, textos republicados, mas nosso critério na parte brasileira era localizar pensadores ou jornalistas que pudessem produzir.

Qual é a linha editorial dos Cadernos Diplô? Tem a ver com a edição francesa do *Le Monde Diplomatique*?

Em certa medida, tem pontos comuns com a tradição editorial do *Le Monde Diplomatique*, que é basicamente a profundidade e acho que o *Le Monde Diplomatique* nunca foi um jornal partidário. Então a crítica geral das relações sociais capitalista, a busca de alternativas, a idéia – e eu acho muito forte isso aqui e também lá – de uma época em que se falava muito em pensamento único e a gente procurava fugir do pensamento único e sustentar a possibilidade de sociedades planejadas, organizadas, para debatem, criticarem e refletirem sobre o seu presente e futuro. Esta autonomia, liberdade que a gente sempre defendeu, de que a sociedade não pode ser organizada pelos mercados. É preciso conquistar o direito de construção de um futuro coletivo. Isso acho que há em comum. E acho que há uma certa diferença: os franceses vêem a idéia de transformação social muito baseada na conquista do Estado e nas mudanças a partir do Estado e eu acho que a gente procurou manter uma postura que não nega a importância de conquistas institucionalizadas, mas apostou muito em novas formas de políticas, nestas formas muitas vezes não partidária, não institucionais, que não tem a ver com o acúmulo de forças simplesmente, não tem a ver com a representação, e tem a ver com a mobilização autônoma para conquistar determinados objetivos, para conquistar inclusive institucionalmente mas não por meio da mediação de um partido. Isso que a gente chama de altermundismo e tradição da cultura política do Fórum Social Mundial a gente procurou talvez bem mais que os franceses.

Como você vê o reaproveitamento de material jornalístico?

Isso só é válido em condições muito especiais e o *Le Monde Diplomatique* se presta a isso, porque os textos – embora sejam jornalísticos – não são do tipo de jornalismo do relato imediato, factual. Os próprios textos publicados nas edições normais do jornal procuram ocupar o espaço que é da análise, da reflexão e da crítica. É claro que eles procuram ter atualidade, mas não é a atualidade factual. Você nunca vai encontrar no *Le Monde Diplomatique*, até por ele ser um jornal mensal, o que ocorreu ontem ou um relato do que ocorreu na semana passada. Pode até a ver em certos momentos relatos quando eles têm em si algo de universalidade, quando não se trata simplesmente de contar o que se passou num passado imediato. Mas de utilizar como se fosse um registro histórico de um fato importante. Neste caso, é plenamente possível utilizar a republicação. A gente sempre fazia esta republicação com um cuidado grande, no sentido de informar o leitor a época da publicação, de retitular, de refazer os acabamentos – de títulos, olhos, janela – e muitas vezes fazer uma introdução para os textos. Na verdade é o jornal incomum, é muito raro você encontrar publicações assim. (...) Mas sendo publicações com cara de jornal mas que visam a análise

mais de longo prazo os acontecimentos, ou seja, textos que não envelhecem e havendo este cuidado de atualizá-los, eu acho que é muito possível.

Com o desenvolvimento, com a explosão da comunicação compartilhada, do jornalismo cidadão, eu acho que a tendência é que o jornalismo se concentre mais de fato na análise. Para contar que estourou um cano na rua não é necessário estudar jornalismo. Para contar o factual, eu acho que a gente pode esperar que cada vez mais gente seja capaz, tendo ou não diploma, de fazer esses relatos.

Existem certas técnicas, ética e formas de redação, de apuração, de captação da notícia e de análise dos acontecimentos que são diferentes do que faz a academia que eu acho que cabem muito ao jornalismo. A academia trabalha muito mais com profundidade do que o jornalismo, mas em geral ela vai analisar os fenômenos, de coisas que já passaram. O grande papel que eu vejo do jornalismo é de ser um instrumento de crítica e de mobilização da sociedade para que ela intervenha nos acontecimentos que vão mudar a sua vida, a sociedade, enquanto eles ainda não se completaram, ou seja, enquanto dá para intervir.

Entrevista com Maíra Kubík Mano, editora do jornal Le Monde Diplomatique Brasil.

Dia 10 de abril de 2010.

Gravada por telefone e arquivada em CD.

O jornal impresso já vem de uma trajetória que o site já tinha também de trazer o Le Monde Diplomatique para o Brasil, que é um periódico renomadíssimo na França que tem uma proposta editorial interessante, que coloca um olhar crítico sobre as questões, não ser meramente factual, de análise aprofundada. Então o jornal segue estes parâmetros que já vinham que ele era apenas na internet. Quando ele foi criado, a ideia era expandir ainda mais o público e seguir a tradição de lá que é a venda em banca, da expressão, de chegar no papel. Tem a ver com o pensar o factual e analisar os contextos, expandir os conteúdos, ter um olhar crítico sobre as questões. No jornalismo do dia a dia, você fica muito preso no que está acontecendo de imediato, na quantidade. No estilo de jornalismo mais norte-americano de: onde? quando? por que? Perguntas que o jornalismo americano introduziu no brasileiro. No jornalismo francês, mai propriamente no Diplô, ele tem a característica da análise de fôlego, cujo timing é diferente mesmo, do que leva a pensar, não do fast food, mas do slow food.

Sobre o reaproveitamento de notícias + profundidade diante de uma única questão

No jornalismo impresso não tem isso. Não faz esse reaproveitamento. Acaba sendo mais do online. É uma publicação mais direcionada, como o *Manière de voir*, que já é pensada assim e você compra já sabendo que é uma compilação e é legal porque você compra pra se aprofundar em um tema. E com a republicação você consegue ter a dimensão deste tema.

9.2 Capas, editoriais e índice



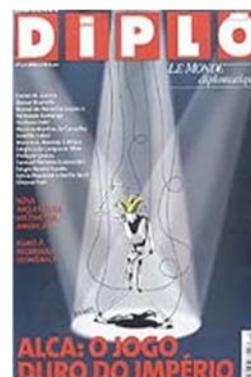
Que outro mundo é possível?

13 textos: 8 traduções, 1 publicado originalmente na Agência Carta Maior e 4 produzidos



A disputa pelo ouro azul

14 textos: 10 traduções e 4 produzidos



Alca: o jogo duro do império

13 textos: 1 entrevista com perguntas e respostas descritas (especial para esta edição), 5 traduções e 8 produzidos

DIPLO

Nº 2 • 2002 • R\$ 6,00

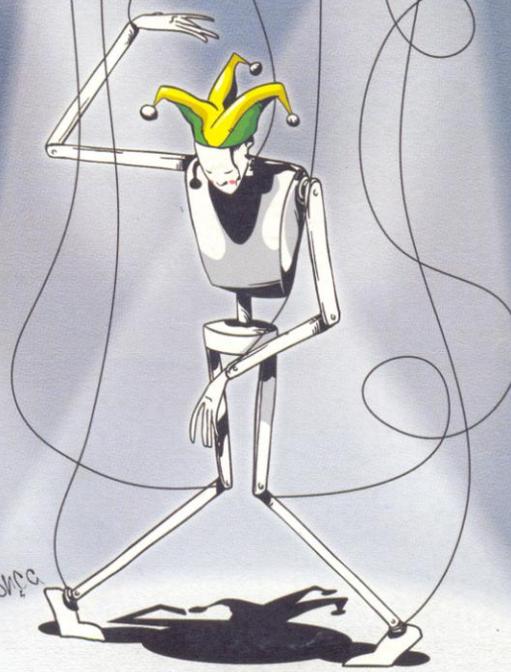
LE MONDE
diplomatique

Carlos M. Correa
Dorval Brunelle
Durval de Noronha Goyos Jr.
Fernando Camargo
Gustavo Dahl
Horácio Martins de Carvalho
Janette Habel
Marcos A. Macedo Cintra e
Sérgio Luiz Cerqueira Silva
Philippe Quéau
Samuel Pinheiro Guimarães
Sérgio Xavier Ferolla
Sylvie Paquerot e Emilie Revil
Urbano Ruiz

**NOVA
ARQUITETURA
MILITAR NAS
AMÉRICAS**

**RUMO À
REGRESSÃO
ECONÔMICA**

Mendonça



ALCA: O JOGO DURO DO IMPÉRIO



O FUTURO ESTÁ EM JOGO COM A ALCA

Em breve, o Brasil poderá aparecer no mapa como parte de um território econômico único, a Área de Livre Comércio das Américas. Se levado adiante, é um projeto sem caminho de volta, já que várias prerrogativas de um Estado nacional desaparecem por completo no modelo que se pretende implantar. Apesar da importância do tema e de seu significado para o país, sua população, seu futuro, as negociações da Alca são conduzidas praticamente em sigilo, a portas fechadas, sem participação efetiva da sociedade brasileira e até mesmo do Congresso Nacional.

Mas qual será o papel reservado ao Brasil neste novo mapa que está sendo gestado? O assunto é frequentemente estampado nas páginas das editorias de economia da mídia nacional como se se restringisse apenas ao aspecto econômico e interessasse fundamentalmente aos tecnocratas de plantão. Na verdade, a propaganda das virtudes do "livre comércio" com um país como os Estados Unidos costuma ocupar mais espaço editorial do que seus riscos, fazendo crer que embarcaremos de primeira classe rumo ao Primeiro Mundo logo que selarmos o acordo. E, mais, que este é um caminho irreversível e do qual o Brasil não pode fugir, sob pena de ficar isolado em um mundo cada dia mais integrado e "globalizado".

Para debater esse problema, um dos mais importantes da atualidade, esta edição do **Cadernos Le Monde diplomatique** procurou reunir artigos e opiniões de quem pensa, sob diversos aspectos, sobre as consequências nas áreas industrial, agrícola, financeira, militar, no setor de serviços, na agricultura, na justiça e em relação à propriedade intelectual, caso sejam levadas a termo as negociações para a constituição da Área de Livre Comércio das Américas.

E é um grande especialista em política externa e comércio internacional que abre este número dos **Cadernos** - o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que de maneira corajosa, arriscou sua posição dentro do Itamaraty para se tornar símbolo do movimento que questiona a irreversibilidade deste acordo.

Em entrevista exclusiva à revista, ele revela grande conhecimento sobre as questões estratégicas que envolvem o Brasil, os interesses e os riscos envolvidos na operação Alca.

Estão reunidas aqui grandes contribuições publicadas pela edição francesa de **Le Monde diplomatique**, que mostram de forma clara e elucidativa o que foi o Nafta e o que representa sua extensão, a Alca. Durval de Noronha, profundo conhecedor dos acordos da OMC e do GATT, desvenda como o setor de serviços, hoje quase 70% da economia dos países ricos, se tornou peça-chave das negociações e as repercussões dos acordos para o Brasil e toda a América Latina. A nova arquitetura militar das Américas e a soberania do território brasileiro são analisadas por Janette Habel e o brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla.

O saber, a cultura, o ordenamento jurídico - temas de importância extrema e muito pouco debatidos - ganham aqui relevância na contribuição de importantes intelectuais. E, por fim, as consequências para o sistema financeiro e a indústria nacional são desvendadas por artigos escritos exclusivamente para esta edição.

Quando este número chegar aos leitores, as negociações da Alca estarão em uma fase decisiva. De acordo com o resultado da reunião realizada na Venezuela em maio, pretende-se, inclusive, que o governo brasileiro recém-eleito apresente no dia 15 de janeiro de 2003 suas propostas de liberalização de mercados para cinco áreas fundamentais: bens industriais, agricultura, serviços, compras governamentais e investimentos diretos estrangeiros. Portanto, o futuro do Brasil não estará em jogo somente nas eleições gerais que se aproximam. A população brasileira precisa estar consciente do que a Alca pode significar para o país, até por que deve levar isso em conta durante as eleições. Esse debate não pode continuar restrito, não importa quem assuma o governo.

O que esperam os editores é que este número de **Cadernos Le Monde diplomatique** contribua para incrementar o debate sobre esta encruzilhada histórica que pode ou não colocar o Brasil no rumo de um outro mundo possível. Mais especificamente, no rumo de um outro continente americano, em que integração não signifique submissão.





5 "O Brasil não precisa da Alca" entrevista com **Samuel Pinheiro Guimarães**

10 O império do capital financeiro por **Marcos Antonio Macedo Cintra** e **Sérgio Luiz Cerqueira Silva**

12 Um passo a mais rumo à recessão econômica por **Fernando Camargo**

A soberania ameaçada por **Sérgio Xavier Ferolla** **16**

Nova arquitetura militar nas Américas por **Janette Habel** **18**

Um acordo entre governos e o mundo dos negócios por **Dorval Brunelle** **22**



26 A serviço de quem? por **Durval de Noronha Goyos Jr.**

30 A quem pertence o conhecimento? por **Philippe Quéau**

34 Enquadramento aos interesses norte-americanos por **Carlos M. Correa**

O triunfo da lei do mais forte por **Urbano Ruiz** **38**

O epílogo da subordinação ao grande capital por **Horácio M. de Carvalho** **42**

A água posta em leilão por **Sylvie Paquerot** e **Emilie Revil** **46**

O estado das coisas por **Gustavo Dahl** **48**



Presidente
 Ignacio Ramonet
Diretor-geral
 Bernard Cassen

Editado no Brasil pelo Instituto Abaporu S/C
 Antonio Martins
 Antonio Othom Rolim
 Ary Pereira Campos Jr.
 Maria Elisabete de Almeida
 Carlos Tibúrcio de Oliveira
 Débora Franco Lerrer
 Gisela Moulin Mendonça
 José Corrêa Leite Jr.
 Maria Regina Jacob Pilla
 Roberto Magellan

Núcleo de Edição
 Débora F. Lerrer
 Gisela Moulin Mendonça

Tradutores
 Jô Amado
 Celeste Marcondes
 David Catasiner
 Denise Lotito
 Maria Elisabete de Almeida
 Irací D. Poleti
 Marco Aurélio Weissheimer
 Nena Mello
 Regina Maria Salgado Campos
 Teresa Van Acker
 Wanda Caldeira Brant
 Rúbia Prates Goldoni

Coordenação de parcerias
 Ary Pereira Campos Jr.
 Regina Egger

Revisão
 Gabriela Moulin

Arte
 Vander Fornazieri
 projeto gráfico e edição
 Vanev Fornazieri
 diagramação

Ilustrações
 Alex Lutkus
 Eloar Guazzelli
 Vicente Mendonça

Fotolito e impressão
 W. Roth

Tiragem
 15.000 exemplares



OS NOVOS RUMOS DA DISPUTA

Até os atentados do dia 11 de setembro, o movimento nascente contra a globalização capitalista havia eclipsado o discurso hegemônico. Uma onda impressionante de mobilizações percorreu o mundo: Seattle, Melbourne, Washington, Praga, Gotemburgo, Quebec, Gênova... Os formuladores e principais interessados nas políticas neoliberais realizavam suas reuniões escondidos em fortalezas cercadas por muros e guarnecidas por grandes contingentes policiais -- ou em países distantes do centro do sistema, governados por regimes despóticos.

A tragédia do dia 11 de setembro mudou radicalmente o cenário mundial. Revelou atores até então considerados coadjuvantes. E, mais importante, foi pretexto para que a grande potência militar e econômica iniciasse uma impressionante articulação de forças em torno de si mesma, que traz enormes riscos: censura à imprensa, violação dos direitos humanos (em especial dos imigrantes), substituição da Justiça por comissões militares autorizadas a decretar pena de morte e tentativa de radicalizar (na OMC e na ALCA) um modelo que concentra riquezas e multiplica exclusões. Não faltaram os comentaristas prontos a malabarismos retóricos, interessados em juntar num mesmo saco ativistas antiglobalização com os fundamentalistas islâmicos, já que ambos lutam contra os Estados Unidos...

Lançada em parceria pelo Instituto Abaporu e a pela Editora Unesp, esta nova edição dos *Cadernos do Le Monde Diplomatique* debate os novos desafios surgidos após a contra-ofensiva do Império. Muito mais do que tentar sanar a perplexidade provocada pelos atentados e pelo precedente aberto pela

guerra contra o Afeganistão, queremos contribuir na reflexão dos rumos de um movimento que se reencontra novamente no sul do Brasil, neste verão de 2002.

Reunimos a colaboração de alguns dos intelectuais e ativistas mais envolvidos neste debate. Naomi Klein, Michael Albert e François Houtart, refletem, por exemplo, sobre os impasses que surgiram diante de todos que lutam por um "outro mundo possível".

Entre os convidados deste número, está também o brasileiro José Luís Fiori. Ele localiza a origem da ofensiva bélica atual na Guerra do Golfo, em 1991, episódio que pôs fim à Guerra Fria. Ao abordarem o mesmo tema, Noam Chomsky e Michel Chodusssovky demonstram que os Estados Unidos têm recorrido freqüentemente ao terrorismo, como forma de dismantelar forças consideradas inimigas

Bernard Cassen e Ignacio Ramonet, do *Le Monde Diplomatique*, analisam o papel da mídia e do processo de colonização do nosso imaginário. A reflexão é enriquecida com artigo de Bernardo Kucinski, que expõe dez impressionantes paradoxos da imprensa brasileira desta era neoliberal.

O mundo mudou e o século 21 começou de um modo que preferíamos já ter sido enterrado pela História. Não

sabemos ainda a extensão deste cataclisma nem a face do mundo que surgirá a partir dele. Mas podemos e

devemos participar deste processo. Nossos alvos continuam os mesmos. Agimos

movidos por uma ética

que valoriza os direitos

ao invés do lucro; e a

solidariedade em vez

do egoísmo. Estamos

respaldados, além

disso, pelo fato de

que a globalização

atual facilitou o surgimento

de monstros

cujos tentáculos invisíveis

se propagaram no

vazio deixado pelo Esta-

do e nas brechas abertas

pela desregulamentação.

Na nova disputa de idéias

que surgiu após a guerra, deixare-

mos claro -- como defende Isabel Lou-

reiro -- que tanto o fundamentalismo religioso

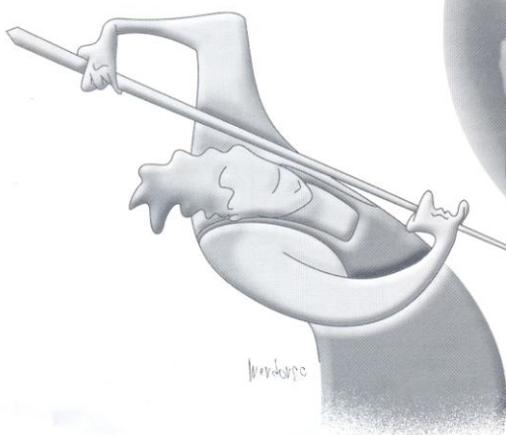
como o fanatismo dos mercados são duas

faces da mesma moeda; e que uma efetiva

democratização do mundo passa pela mudança

radical de prioridades econômicas, sociais e

políticas.



I N D E X



5 A arma dos poderosos
por **Noam Chomsky**

8 Em nome do choque de
civilizações por **Tariq Ali**

10 Nova fase de dominação global?
por **José Luís Fiori**

As pistas do "Osamagate"
por **Michel Chossudovsky** **14**

Qual outro mundo é possível?
por **Michael Albert** **18**

Entre o McMundo e a *jihad*
por **Naomi Klein** **22**



26 Conseguiremos barrar a barbárie?
por **Reginaldo C. Moraes**

30 Entre a humanização e a superação
do capitalismo por **François Houtart**

34 A outra face do capitalismo
globalitário por **Isabel Loureiro**

Obrigado Seattle, viva Porto Alegre
por **Bernard Cassen** **36**

A colonização do ciberespaço
por **Ignacio Ramonet** **38**

O marketing da libertação...
do capital por **Tom Frank** **42**

Do discurso da ditadura
à ditadura do discurso
por **Bernardo Kucinski** **46**



DIPLO

LE MONDE
diplomatique

Presidente
Ignacio Ramonet
Diretor-geral
Bernard Cassen

Editado no Brasil pelo
Instituto Abaporu S/C
Antonio Martins
Antonio Othom Rolim
Ary Pereira Campos Jr.
Maria Elisabete de Almeida
Carlos Tibúrcio de Oliveira
Débora Franco Lerrer
Gisela Moulin Mendonça
José Corrêa Leite Jr.
Maria Regina Jacob Pilla
Roberto Magellan

Núcleo de Edição
Débora Franco Lerrer
secretária de Redação
Gisela Moulin Mendonça
Antônio Martins

Tradutores
Jô Amado, Celeste Marcondes,
David Catasiner, Denise Lotito,
Maria Elisabete de Almeida,
Iraci D. Poletti, Marco Aurélio
Weissheimer, Nena Mello, Regina
Maria Salgado Campos, Teresa Van
Acker, Wanda Caldeira Brant
e Bárbara Arisi

Coordenação de parcerias
Ary Pereira Campos Jr.

Revisão
Gabriela Moulin

Arte
Vander Fornazieri
projeto gráfico e edição
Adriana Corradi
diagramação

Ilustrações
Alex Lutkus, Eloar Guazzelli
e Vicente Mendonça

Esta publicação
foi feita em parceria com a
Fundação Editora UNESP

Editora
UNESP

Praça da Sé, 108, São Paulo-SP
CEP 01001-900
fone: (0xx11) 3242-7171
fax: (0xx11) 3242-7172
site: www.editora.unesp.br
e-mail: feu@editora.unesp.br



nº3 = 2003 = R\$ 6,00

LE MONDE
diplomatique

Aldo Rebouças
Bernard Maris
Daniel Baudru
Denise Sacco
Felipe Tenório Jalfim
Franck Poupeau
Jean-Paul Deléage
Leonardo Morelli
Lester Brown
Mohamed Bouguerra
Naidison Baptista
Pablo Solon
Riccardo Petrella

**A VORACIDADE DAS
MULTINACIONAIS**

**ÁGUA: NAS MÃOS
DE QUEM?**

**A DISPUTA PELO
OURO AZUL**

ISSN 1677-3616
9 771677 361008 00003

O MUNDO COM SEDE

Ontituído pela Assembléia Geral das Nações Unidas, 2003 é o Ano Mundial da Água. Dando munição para o debate, a Unesco divulgou em março um relatório prevendo dois cenários para meados deste século: no pior, prevê 7 milhões de pessoas sofrendo com a escassez de água em 60 países; no melhor, 2 milhões em 48 países. O documento do órgão da ONU responsável, desde 1977, pela coordenação do Programa Hidrológico Internacional (PHI), responsabilizou a "inércia política" dos governos pelo agravamento permanente da redução dos mananciais do planeta.

Só a ameaça de escassez já seria suficiente para motivar esta edição do **Cadernos Diplô** e contribuir com o debate sobre o "ouro azul" - que segundo alguns especialistas pode vir a ser alvo de disputa em guerras no futuro, como hoje acontece com o petróleo. Mas um fato alarmante, hoje em curso, traz mais tempero ainda à discussão: o recente processo de mercantilização deste bem comum e a consequente privatização de seus serviços, sob o manto do discurso aparentemente neutro da "necessidade".

Afinal, quem é que discorda do fato de que a água é um recurso "necessário"? Entretanto, curiosamente, foi quando este líquido vital tornou-se "necessidade", que automaticamente deixou de ser um "direito", facilitando para que fosse tranquilamente absorvida pela lógica mercantil.

Na contramão de um poderoso *lobby*, formado por grandes empresas transnacionais, governos e teóricos abrigados sob o guarda-chuva do Banco Mundial - organizado para espalhar esse novo credo privatista - movimentos sociais e organizações de vários países têm se unido para frear esse processo. Não por acaso, articulações se consolidaram nas três edições do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, permitindo uma união estratégica entre grupos oriundos de distintas partes do globo para evitar que as reservas de água do planeta sejam absorvidas pela febre privatista. Entre estas iniciativas, se destaca a realização dos Fóruns Sociais das Águas em Florença (Itália), Cotia (Brasil) e Nova York (EUA), que ocorreram paralelos ao Fórum Mundial da Água, em Kyoto, no Japão, entre os dias 16 a 23 de março de 2003. Com estes eventos, abriu-se

o caminho para a realização do Fórum Social Mundial das Águas junto ao Fórum Social Mundial, que acontece na Índia, em 2004.

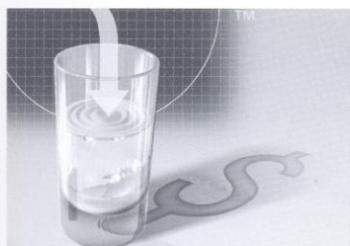
É tempo de se pensar no tipo de resposta que deve ser escolhida para enfrentar os problemas apontados pelo alarmante relatório da Unesco. Se, para alguns, a resposta é o mercado, para outros, a água é um bem comum e, portanto, deve ser gerida de modo diferente do que uma simples mercadoria, com maior controle público e democrático de sua utilização. Parafraseando o sociólogo português Boaventura de Souza Santos, é preciso desenvolver uma gestão prudente deste recurso para proporcionarmos um futuro decente para toda a humanidade.

Para contribuir na busca de caminhos de preservação do "ouro azul", este **Caderno** traz artigos publicados originalmente pelo **Le Monde diplomatique** (neste caso, pelo **Manière de Voir**, edição temática bimestral que serviu de inspiração para o nosso **Diplô**) e colaborações produzidas especialmente para essa edição, enfocando o tema sob a ótica brasileira e latino-americana.

O Brasil está aparentemente longe do futuro árido esboçado pela Unesco. Não só tem volumosas descargas de águas dos rios, como também tem, em seu subsolo, parte do Aquífero Guarani, o maior em volume de água doce do mundo. Para completar, o país também está entre os nove países que recebem 60% das chuvas que caem no nosso planeta. Para a Agência Nacional de Águas, o manancial brasileiro representa 13% das reservas de água doce do mundo. Contudo, alguns estudos também incorporam o volume de água que recebemos da chamada Amazônia Internacional, fazendo com que as reservas do país cheguem à marca dos 18%. Mas, segundo o pesquisador Aldo Rebouças, a maior parte dos dados existentes hoje sobre a água brasileira são estimados, pois as descargas dos rios são tão grandes que só agora se tem métodos mais adequados para medi-las. É por esta razão que há possibilidade de que, daqui a algum tempo, esse dado seja ainda maior.

Caberá à população e ao novo governo brasileiro equacionar o magnífico potencial hídrico do país com a futura escassez em escala planetária, levando em conta o lugar estratégico que o Brasil ocupará neste cenário. Mas, antes disso, há que se enfrentar o desperdício e a poluição em grande escala que, associado com a carência de abastecimento e de saneamento básico, torna a situação brasileira paradoxal: um dos países mais ricos em água do mundo é também um dos que mais enfrenta problemas de saneamento e de acesso à água potável.





5 A nova questão estratégica mundial
por **Jean-Paul Deléage**

8 A guerra pela água
por **Mohamed Larbi Bouguerra**

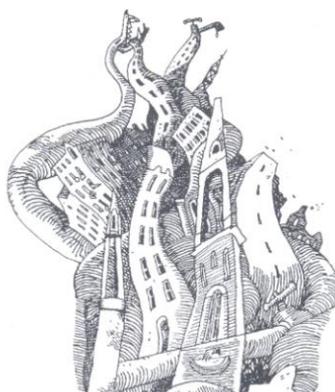
12 Uma necessidade vital se torna
mercadoria por **Riccardo Petrella**

A conquista da água
por **Riccardo Petrella** **16**

Água: nas mão de quem?
por **Leonardo Morelli** **18**

O apetite voraz
das multinacionais
por **Bernard Maris** **22**

Os mestres da água do
planeta por **Daniel Baudru**
e **Bernard Maris** **26**



28 Os desgastes da privatização
por **Franck Poupeau**

32 A lição de Cochabamba
por **Pablo Solon**

34 Os caminhos discretos da poluição
por **Mohamed Larbi Bouguerra**

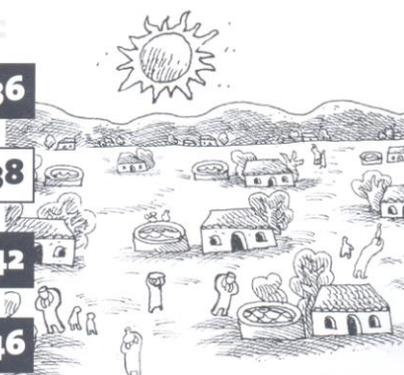


Um deserto cheio de gente
por **Lester Brown** **36**

O paradoxo brasileiro
por **Aldo Rebouças** **38**

A esperança nacional
por **Denise Sacco** **42**

Uma saída para seca
por **Felipe Tenório Jalfim**
e **Naidison Baptista** **46**



Presidente
Ignacio Ramonet
Diretor-geral
Bernard Cassen

Editado no Brasil pelo
Instituto Abaporu S/C
Antonio Martins
Antonio Othom Rolim
Ary Pereira Campos Jr.
Maria Elisabete de Almeida
Carlos Tibúrcio de Oliveira
Débora Franco Lerrer
Gisela Moulin Mendonça
José Corrêa Leite Jr.
Maria Regina Jacob Pilla
Roberto Magellan
Rua Ásia, 228 CEP:0541303
São Paulo, SP
(11)3082-4929 ou 3088-6955

Núcleo de Edição
Débora Lerrer
Gisela Mendonça

Tradutores
Celeste Marcondes
Nena Mello
Fabio de Castro

**Coordenação
de parcerias**
Caio Plessmann de Castro

Revisão
Gabriela Moulin

Arte
Vander Fornazieri
projeto gráfico
Camila Sipahi Pires
edição e diagramação

Ilustrações
Alex Lutkus
Eloar Guazzelli
Vicente Mendonça
Pedro Alice

Fotolito e impressão
W. Roth

Tiragem
10.000 exemplares

Apoio
Editora Anita Garibaldi
(11) 2891331 ou 3266-4312

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)